

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TESE DE DOUTORADO

**TÍTULO: PSDB E PT NO HGPE: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA
ANTAGÔNICA DE 1994 A 2006**

FELIPE CORRAL DE FREITAS

Brasília, 2018

Felipe Corral de Freitas

PT e PSDB no HGPE: A Construção discursiva antagônica de 1994 a 2006

Tese de doutoramento apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade de Brasília.

Aprovada em 08 de março de 2018.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Holmes

Brasília, 2018

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Pablo Holmes

.....
Prof. Dr. Marilde Loiola

.....
Prof. Dr. Daniel de Mendonça

.....
Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que contribuíram nesses quatro anos de doutorado. Dessa forma agradeço:

- ao professor Luis Felipe Miguel, que me orientou nos dois primeiros anos, o que contribuiu significativamente para o meu desenvolvimento crítico e para a qualificação da tese, além de, durante a própria qualificação, indicar caminhos importantes para pensar a relação antagônica entre PSDB e PT;

- ao meu atual orientador, professor Pablo Holmes, pela interlocução teórica ao longo dos últimos três anos, o que me ajudou consideravelmente a construir caminhos metodológicos mais claros em torno da teoria do discurso utilizada, bem como pensar a estruturação empírica da pesquisa. Além, é claro, do desafio que seria tocar um trabalho já em andamento e que envolvia todo um processo de reconfiguração e aplicação teórica;

- aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IPOL, os quais tiveram um papel importantíssimo no decorrer desses anos, pois sem eles eu não teria adquirido boa parte do conhecimento respectivo da área;

- gostaria de agradecer especialmente a ex-diretora do IPOL, professora Marilde Loiola, por sua amizade e dedicação no período em que fui professor substituto;

- aos funcionários da secretária do IPOL, em especial a Tattiane, Thaynara, Dina e Fábio, que foram muito atenciosos e resolutivos;

- aos meus irmãos Plínio e Mateus, e em especial à grande paciência de minha mãe, Tânia, à qual devo muito por ter alcançado mais esse objetivo;

- a Maiara, minha companheira, que dividiu comigo todas minhas angústias e incertezas que me acompanharam durante boa parte desse período – e não foram poucas;

- a todos meus amigos de longa data e aos novos que construí nesses anos em BSB, incluindo os colegas;

- a Leticia Sallorenzo, que corrigiu e normatizou esse trabalho; muito trabalho e muita dedicação por parte dela;

- e a todas as pessoas que aqui não foram mencionadas, mas que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação.

RESUMO

CORRAL DE FREITAS, Felipe. PSDB e PT no HGPE: a construção discursiva antagônica de 1994 a 2006. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a estruturação discursiva das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, a fim de identificar suas diferenças constitutivas a partir de elementos antagônicos. Para tal análise foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com o intuito de identificar a relação antagônica estabelecida entre as candidaturas aqui estudadas, bem como os elementos constituidores de seus respectivos discursos. Buscamos apresentar que toda relação política, e, portanto, toda disputa política, se constitui a partir da relação antagônica, e, por isso, toda relação antagônica pressupõe uma disputa política em torno de um ou mais temas. Assim, temas compartilhados pelos polos antagônicos produzirão sentidos opostos. Além disso, entendemos que o HGPE se constituiu um espaço de disputa política, por isso marcado por relações antagônicas e, portanto, um espaço formador de discursos.

Palavras-chave: Teoria do discurso. Antagonismo. Partidos Políticos. Disputa no HGPE.

ABSTRACT

CORRAL DE FREITAS, Felipe. PSDB e PT in HGPE: the antagonistic discursive construction from 1994 to 2006. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília.

The objective of this research is to know the discursive structure of the candidacies for the Presidency of the PSDB and the PT that were broadcast during the HGPE (Free Election advertising Shedule) in the 1994, 1998, 2002 and 2006 elections, in order to identify their constitutive differences based on antagonistic elements. For this analysis, the theoretical and methodological aspects of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's discourse theory were used to identify the antagonistic relationship established between the applications studied here, as well as the constituent elements of their respective discourses. We try to present that every political relationship, and therefore any political dispute, is constituted from the antagonistic relation, and therefore every antagonistic relation presupposes a political dispute around one or more themes, thus themes shared by the antagonistic poles will produce opposing meanings. In addition, we understand that the HGPE was constituted with space for political dispute, therefore marked by antagonistic relations and, therefore, a space for discourse.

Keywords: Theory of Discourse. Antagonism. Political Parties. Dispute in the HGPE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 – momento “combate à inflação”	110
Figura 2 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “combate à inflação” e “mudanças positivas com o Real”	117
Figura 3 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “combate à inflação”, “mudanças positivas com o Real” e “manutenção do Real”	124
Figura 4 - Discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998	128
Figura 5 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 – momento “Plano eleitoreiro”	141
Figura 6 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 – momentos “Plano eleitoreiro” e “mudanças negativas e insuficientes”	150
Figura 7 - Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real e resposta a política do medo”	157
Figura 8 - Discurso das campanhas eleitorais de 1994 e 1998 de Lula do PT	162
Figura 9 – Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momento “mudanças positivas e propostas de avanço”	176
Figura 10 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “mudanças positivas e propostas de avanço” e “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”	184
Figura 11 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”	192
Figura 12 – Discurso das campanhas eleitorais de 2002 (Serra) e 2006 (Alckmin) do PSDB	198
Figura 13 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momento “crise econômica e abandono do social”	210
Figura 14 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “crise econômica e abandono do social” e “solidificação da economia e desenvolvimento social”	220
Figura 15 - Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”	230
Figura 16 - Discurso das campanhas eleitorais de 2002 e 2006 de Lula do PT	235
Figura 17 - Os discursos antagônicos em 1994 e 1998	252

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “Plano Real” da Candidatura do PSDB em 1994 e 1998.....	102
Tabela 2 - Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “Plano Real” da Candidatura do PT em 1994 e 1998.	132
Tabela 3 – Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “emprego e desenvolvimento” da Candidatura do PSDB em 2002 e 2006.	167
Tabela 4 – Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “emprego e desenvolvimento” da Candidatura do PT em 2002 e 2006.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O momento discursivo “combate à inflação” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.....	110
Quadro 2 - O momento discursivo “mudanças positivas com o Real” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.	116
Quadro 3 - O momento discursivo “manutenção do Real” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.....	123
Quadro 4 - O discurso de FHC do PSDB nas eleições de 1994 e 1998.	126
Quadro 5 - O momento discursivo “Plano eleitoreiro” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.....	140
Quadro 6 – O momento discursivo “mudanças negativas e insuficientes” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.	148
Quadro 7 – O momento discursivo “aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.	156
Quadro 8 – O discurso de Lula do PT nas eleições de 1994 e 1998.	159
Quadro 9 – O momento discursivo “mudanças positivas e propostas de avanço” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.	175
Quadro 10 – O momento discursivo “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.....	183
Quadro 11 – O momento discursivo “política do medo na mudança e na continuidade” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.....	191
Quadro 12 – O discurso de Serra e de Alckmin do PSDB nas eleições de 2002 e 2006.	195
Quadro 13 – O momento discursivo “crise econômica e abandono do social” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.	208
Quadro 14 - O momento discursivo “solidificação da economia e desenvolvimento social” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.	218
Quadro 15 – O momento discursivo “política da esperança no novo modelo” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.	229
Quadro 16 - O discurso de Lula do PT nas eleições de 2002 e 2006.....	232
Quadro 17 - Os discursos de 1994 e 1998 comparados.....	240
Quadro 18 - Os discursos de 2002 e 2006 comparados.....	244

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Deputados federais eleitos pelo PT.....	71
Gráfico 2 - Bancada dos Senadores do PT.....	72
Gráfico 3 - Deputados Federais eleitos do PSDB.....	80
Gráfico 4 - Bancada de Senadores do PSDB.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
DEM	Democratas
DOXA	Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MF	Ministério da Fazenda
MST	Movimento dos sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente liberal
PFZ	Programa Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I ELEMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS	29
1 A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DISCURSO	30
1.1 INTRODUÇÃO	30
1.2 APRESENTANDO AS BASES DA TEORIA DO DISCURSO: DA RUPTURA COM O MARXISMO E O ALINHAMENTO COM O PÓS-FUNDACIONALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO	31
1.3 COMPREENDENDO O DISCURSO COMO RESULTADO DA PRÁTICA ARTICULATÓRIA	39
1.4 PONTOS NODAIS E HEGEMONIA	47
1.5 ANTAGONISMO, DESLOCAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E IDENTIDADE	55
1.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	64
2 PT, PSDB E O HGPE: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E DISPUTA ELEITORAL	65
2.1 INTRODUÇÃO	65
2.2 FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA: UM MAPA DO PT	66
2.3 FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA: UM MAPA DO PSDB	74
2.4 ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL	82
2.5 HGPE E A RELAÇÃO ENTRE PT E PSDB: OS CONTEXTOS ELEITORAIS DE 1994 A 2006	87
2.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	98
PARTE II A ESTRUTURAÇÃO DO PRIMEIRO GRANDE ANTAGONISMO: A REORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA E O PLANO REAL NAS ELEIÇÕES DE 1994 E 1998	100
3 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PSDB DE 1994 E 1998: O PLANO REAL COMO CONQUISTA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA	100
3.1 INTRODUÇÃO	100
3.2 MOMENTO 1: COMBATE À INFLAÇÃO	103
3.3 MOMENTO 2: MUDANÇAS POSITIVAS COM O REAL	111
3.4 MOMENTO 3: MANUTENÇÃO DO REAL	117
3.5 PLANO REAL: A CONQUISTA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA	124
3.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	129
4 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PT EM 1994 E 1998: O PLANO REAL COMO UM MODELO INCOMPLETO	131
4.1 INTRODUÇÃO	131

4.2	MOMENTO 1: PLANO ELEITOREIRO	132
4.3	MOMENTO 2: MUDANÇAS NEGATIVAS E INSUFICIENTES	141
4.4	MOMENTO 3: APRIMORAMENTO DO REAL E RESPOSTA A POLÍTICA DO MEDO	150
4.5	PLANO REAL: CRÍTICA A UM MODELO INCOMPLETO	157
4.6	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	162

**PARTE III A RECONFIGURAÇÃO ANTAGÔNICA NO CONTEXTO DA ESTABILIDADE DO REAL:
CONTINUIDADES E MUDANÇAS NO PLANO ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2002 E 2006** 164

5 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PSDB EM 2002 E 2006: O REALINHAMENTO DO PLANO ECONÔMICO 165

5.1	INTRODUÇÃO	165
5.2	MOMENTO 1: MUDANÇAS POSITIVAS E PROPOSTAS DE AVANÇO	167
5.3	MOMENTO 2: MUDANÇAS NEGATIVAS NO PT (LULA) E NO GOVERNO PETISTA	176
5.4	MOMENTO 3: POLÍTICA DO MEDO NA MUDANÇA E NA CONTINUIDADE	184
5.5	EMPREGO E DESENVOLVIMENTO: O REALINHAMENTO DO PLANO ECONÔMICO	192
5.6	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	198

6 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PT EM 2002 E 2006: UM NOVO PLANO ECONÔMICO 200

6.1	INTRODUÇÃO	200
6.2	MOMENTO 1: CRISE ECONÔMICA E ABANDONO DO SOCIAL	202
6.3	MOMENTO 2: SOLIDIFICAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	210
6.4	MOMENTO 3: POLÍTICA DA ESPERANÇA NO NOVO MODELO	220
6.5	EMPREGO E DESENVOLVIMENTO: UM NOVO PLANO ECONÔMICO	230
6.6	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	235

PARTE IV UM BALANÇO DOS DISCURSOS ANTAGÔNICOS À LUZ DA TEORIA DO DISCURSO 237

7 OS MOMENTOS DOS DISCURSOS ANTAGÔNICOS COMPARADOS E IMPLICAÇÕES TEÓRICAS A CERCA DAS DISPUTAS DISCURSIVAS 238

7.1	INTRODUÇÃO	238
7.2	OS SENTIDOS E MOMENTOS DOS DISCURSOS ANTAGÔNICOS COMPARADOS	238
7.3	AS DISPUTAS POR SENTIDOS EM CONTEXTOS DIFERENTES E A FORMAÇÃO DE MOMENTOS COM SENTIDOS SEMELHANTES	254
7.4	A FORMAÇÃO DE SIGNIFICANTES VAZIOS E SIGNIFICANTES FLUTUANTES	258
7.5	AS DISPUTAS POR HEGEMONIA	261
7.6	ANTAGONISMO E CONFLITO POLÍTICO NO HGPE	265
7.7	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO	268

CONSIDERAÇÕES FINAIS **270**

REFERÊNCIAS **281**

INTRODUÇÃO

São muitas as correntes teóricas que permeiam os estudos no campo da Ciência Política, inclusive relacionando perspectivas teóricas de campos correlacionados, como o da Filosofia, da Linguística, da Sociologia e da Psicanálise. A teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe a partir do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical* (HES) dialoga com essas áreas do conhecimento. É a partir da publicação desse livro que os autores absorvem elementos teóricos pós-fundacionalistas e pós-estruturalistas. Outros trabalhos escritos por Laclau, publicados depois do livro HES, buscam desenvolver novos aspectos da teoria do discurso. Neste sentido, entendemos que a teoria do discurso laclauiana abre novos caminhos que possibilitam a compreensão da relação política constituída a partir do conflito. Deste modo, a partir da teoria do discurso laclauiana, o esforço deste estudo é compreender a formação discursiva das candidaturas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República veiculadas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Além disso, busca-se desenvolver uma perspectiva a partir da teoria em questão sobre sua capacidade de compreensão da realidade estudada, bem como, no debate apresentado no capítulo 1, sobre suas bases teóricas e seus desdobramentos dentro da própria teoria do discurso.

É importante termos claro que partimos da ideia de que toda disputa política é marcada por uma fronteira que delimita e constitui identificações que são precárias e contingentes, marcadas por um não fundamento, ou seja, a disputa política é fruto de conflitos que constituem identificações políticas que jamais serão finitas, fechadas. Assim, entendemos que o espaço do social é fragmentado e plural, formado, então, por diversas relações antagônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 253), o que também constitui os espaços tradicionais de disputa política, como as eleições e a relação política dentro do Congresso Nacional. Deste modo, antagonismo é percebido como uma forma de identificação política (MENDONÇA, 2012), o que marca a constituição de uma identificação frente a outra identificação, frente ao seu corte antagônico – que será resultado de uma cadeia articulatória de identificações contrárias.

A lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim formadoras delas. Nesse sentido, a realidade social não pode ser simplesmente

descrita por relações preestabelecidas. Sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes. Dito de outra forma, não existe uma essência que define uma identidade, pelo contrário, é a impossibilidade de se chegar a essa essência, marcada pelo corte antagônico, que constitui e configura as identificações resultantes dessa luta. Assim, a fronteira antagônica é a possibilidade da constituição de identificações políticas, mesmo que precárias e contingentes. Neste sentido, não há como prever o resultado de uma articulação política e a formação dessas identificações a priori, a não ser no próprio processo de antagonismo.

A noção de antagonismo parte da impossibilidade da objetivação de qualquer identidade, não havendo, assim, uma relação entre identidades plenas (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 202-203). A existência de um discurso necessita obrigatoriamente de seu antagônico, ou seja, o discurso “A” só existe porque existe um discurso oposto, antagônico a ele, o discurso “B”. Tal afirmação busca desconstruir a ideia de que a sociedade pode ser vista como uma totalidade homogênea, ou que num simples debate entre ideias diferentes pode-se chegar a um fundamento lógico e racional sobre o melhor para todos – o consenso. Se isso fosse possível, estaríamos diante de uma totalização do social e diante de uma hegemonia final e transcendente, em outras palavras, seria o fim do conflito e, no nosso entendimento, o fim da política. Assim, e tendo em mente a prática política, o discurso – entendido não como simples atos de fala, mas como prática¹ – se constitui em oposição ao seu “negativo”, ao seu concorrente, além do mais, o antagonismo impossibilita o fechamento completo dos sentidos de um discurso. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 202), todo discurso que nega o outro se constitui como antagônico, pois ao mesmo tempo em que ele delimita seu corte antagônico, seu opositor, ele se constitui como “ele mesmo”. Portanto, a negação do outro é, ao mesmo tempo, a possibilidade de constituir sua própria identidade, e também a impossibilidade do antagonizado constituir plenamente a dele. Dentro dessa disputa discursiva um discurso nega o outro, formando, assim, sentidos opostos (a disputa pelos sentidos). Portanto, todo discurso é mais do que aquilo que ele abarca, é, também, aquilo que ele exclui.

A relação com o outro é condição de qualquer identificação política (LACLAU, 2000, p. 34). Deste modo, o limite antagônico marca as relações políticas constitutivas

¹ A definição de discurso será retomada e melhor explicada no capítulo 1.

do social; como já afirmado, formado por diversos antagonismos. Como destaca Mendonça (2012, p. 233), “o antagonismo deve ser visto como a condição de possibilidade discursiva, na medida em que a dicotomização ocorre porque, na verdade, o antagonismo é uma forma de identificação de identidades políticas”.

Isto se desdobra em uma série de identificações constituídas a partir de relações de antagonismos existentes no espaço do social; como enfatiza Stavrakakis (2007, p. 55), um jogo profundamente político. A complexidade e fragmentação do tecido social, marcada pelas diversas relações antagônicas e pela impossibilidade de constituição de uma identidade final, constrói sua estabilidade a partir de diversos atos de identificações. Deste modo, é importante perceber que a identificação é entendida como um processo, e a identidade, a substância, a estrutura, seu resultado contingente e precário – uma substância e uma estrutura sempre precárias e contingentes, marcadas pela impossibilidade de se constituírem plenamente, visto que são marcadas por uma falta constitutiva e limitadas pelo seu corte antagônico, o que define seu limite e a impossibilidade de sua totalização. Por isso, quando se trata de identidades políticas ou da constituição dessas identidades, o processo de identificação já ocorreu e ainda se mantém, dando certa estabilidade para essa identidade.

O objetivo desta rápida apresentação que envolve o conceito de antagonismo é construir um entendimento de que não existe um sujeito essencialista, constituído por uma só essência e tomado de uma positividade “eterna”. Por isso, como apresenta Stavrakakis (2007, p. 36-37), é exatamente essa noção de fechamento de uma identidade que deve ser repensada em todos os níveis de análises sociais e políticas. Sendo assim, é neste terreno que pensamos a falta de uma essência como possibilidade de formações de identificações políticas a partir de relações de antagonismos, o que é refletido em todos os níveis da atividade política. Dito de outro modo, a discussão filosófica da política apresentada nessas linhas iniciais contrapõe a visão reducionista de um sujeito consciente apresentada pela filosofia tradicional, e contrapõe as teorias de análise política que têm por objetivo fundamentar as estratégias eleitorais e a decisão do voto baseadas na maximização dos benefícios e na redução de custos – incluídos os de aquisição de informação – e a própria ideia de formação de preferências, o que se mostra muito mais complexo, dada a característica plural na sua formação. Então, a relação de conflito que permeia toda disputa política constitui relações antagônicas, inclusive imersas em relações já institucionalizadas.

Trazendo tal entendimento para o campo da prática política tradicional – relação Executivo/Legislativo, formação de maiorias no Congresso, votação de um projeto no Congresso, disputas eleitorais, apresentação de projetos políticos/eleitorais etc., este é percebido em todos os âmbitos que envolvam alguma disputa, conflito, até porque, no nosso entendimento, isso é constitutivo de toda atividade política. No que tange à disputa eleitoral pela Presidência da República travada entre as candidaturas do PSDB e do PT, a relação antagônica estabelecida desde 1994 pode ser notada como o ponto de partida na constituição de suas identificações antagônicas – seja no momento eleitoral, o que constitui o objeto deste estudo, ou nas disputas pós-eleição.

Identificamos a eleição de 1994 como o ponto de partida nas relações antagônicas entre os partidos e suas candidaturas, visto que, antes dessa eleição, existia uma aproximação ideológica entre os partidos, ainda que “suave”. Tal aproximação pode ser compreendida a partir da relação de aproximação entre os integrantes dos dois partidos na eleição de 1989, bem como a partir da posição tomada pelos seus integrantes – futuros integrantes, no caso do PSDB – na Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Pouco tempo depois, com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do PT, as principais lideranças políticas desses partidos à época, foram convidados pelo vice-presidente Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que assumira a Presidência da República no lugar de Collor, a fazer parte de seu governo. Apenas FHC aceitou o convite. O representante tucano assumiu o Ministério de Relações Internacionais e, posteriormente, o Ministério da Fazenda, espaço que o possibilitou a implementar o Plano Real e abrir caminho para sua candidatura à Presidência da República em 1994. Deste modo, a eleição de 1994 deu início a uma disputa política/eleitoral que, como será apresentado neste trabalho, fez emergir, em contextos diferentes, elementos antagônicos entre os partidos e suas respectivas candidaturas à Presidência da República.

No que se refere ao HGPE, por entendermos ser um espaço de disputa política, também propicia a identificação de construções discursivas que serão constituídas a partir de alguma relação antagônica; no caso deste estudo, o antagonismo entre as candidaturas do PSDB e do PT. Partindo desse entendimento, compreendemos que o HGPE, exclusivamente em disputas majoritárias, como as disputas pelo Executivo,

se configura como um desses espaços de disputa política em que identidades políticas são constituídas a partir dessa relação antagônica.

No Brasil, após o período ditatorial, momento que pode ser considerado como o primeiro na elaboração de uma legítima agenda no campo de comunicação e política (RUBIM, AZEVEDO, 1998)², diversos estudos sobre campanhas presidenciais, com o HGPE como objeto de estudo, buscavam apresentar as estratégias discursivas dos candidatos (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2005; CHAGAS, 2007; DIAS, 2013; ALMEIDA, 2008; MACHADO, 2009), a construção da imagem partidária (ALBUQUERQUE, DIAS, 2002; DIAS, 2013), o efeito da propaganda eleitoral na intenção de voto (VEIGA, 2001; FIGUEIREDO, 2007) e as estratégias que envolvem a formatação dos programas e a forma como as informações são construídas e passadas para o público/eleitor (PANKE, GANDIN et al, 2011; SILVA, LEAL, 2011)³. Pouca ou nenhuma atenção foi dada à relação discursiva/antagônica estabelecida entre as candidaturas. Num outro viés analítico, em grande medida mais sofisticado e com uma riqueza de informação e criticidade mais acurada, os estudos que tratam sobre mídia e política desenvolvem um debate sobre o papel dos meios de comunicação na formatação dos programas veiculados durante o HGPE e de sua interferência no debate produzido pelas candidaturas, além de sua capacidade de agendar o debate público e interferir de forma significativa numa eleição (RUBIM, 1993; LATTMAN-WELTMAN, CARNEIRO, RAMOS, 1994; ALBUQUERQUE, 1996; MIGUEL, 1999, 2000, 2002, 2003, 2004a, 2004b; ARRUGUETE, 2005; CERVI, MASSUCHIN, TAVARES, 2012; BIROLI, MIGUEL, 2013).

Por mais que tais estudos apresentem informações de ângulos diferentes com perspectivas críticas distintas e, em alguns aspectos, contrárias, é importante atentar para o fato de que os programas partidários apresentados durante o HGPE não estão isentos de constrangimentos externos, e sua elaboração dialoga com tais elementos, ainda que isso seja relegado a segundo plano em muitos estudos. Além do mais, entendemos que a relação entre candidaturas é outro elemento que afeta sobremaneira a organização e a direção dadas aos programas veiculados no HGPE.

² Os estudos pioneiros nessa nova fase podem ser divididos entre os que buscavam analisar a campanha presidencial de 1989 (RUBIM, 1989; FAUSTO NETO, 1990; LIMA, 1990) e os que tratavam sobre o impeachment de Collor (ALBUQUERQUE, 1993; WEBER, 1993; FAUSTO NETO, 1994, 1995), apenas para citar alguns.

³ Outros estudos abordam a relação entre propaganda eleitoral, televisão e meios de informação (ALBUQUERQUE, 1995; JORGE, 1995).

Estudos como os de Machado (2009) e Dias (2013) indicam que a propaganda eleitoral na televisão ocupa um papel de grande relevância para a visibilidade de campanhas. Os autores apontam a importância do HGPE como fonte privilegiada de informação sobre os candidatos, seus partidos e sobre sua plataforma de governo. Machado (2009) enfatiza o caráter estrutural do espaço conquistado pela mídia televisionada na sociedade de modo geral e, em sua análise propriamente dita, indica a utilização de índices de dois governos anteriores – FHC de 1994 a 1998, e Lula de 2002 a 2006 – como financiadores de suas candidaturas à reeleição – FHC em 1998, e Lula em 2006. Dias (2013) apresenta a utilização da imagem partidária em campanhas presidenciais de 1989 a 2010, destacando o protagonismo do PT e a quase nula utilização da imagem do PSDB nos programas de seus candidatos presidenciais. As análises se mostram interessantes e relevantes para estudos que tratam dos programas veiculados durante o HGPE e a utilização e relevância do partido ou o protagonismo individualista das campanhas. No entanto, os elementos realocados para enfatizar o HGPE transmitido na televisão se mostram superficiais e se apresentam acríticos à sua estruturação, como se tal fato garantisse aos partidos uma “liberdade irrestrita” e sem interferência em sua propaganda transmitida no HGPE. Devemos considerar ainda que a relação estabelecida entre PSDB e PT nas eleições pós-1994 (em se tratando da emergência de uma relação no mínimo peculiar, tendo em vista nosso sistema partidário pluralista) ficou colocada de forma simplificadora, com a apresentação de uma análise comparativa com pouca ou nenhuma reflexão sobre tal relação.

Contraopondo tal perspectiva, a formatação dos programas partidários veiculados durante o HGPE apresenta determinados constrangimentos que interferem diretamente na passagem de informação ao eleitor. Tais constrangimentos podem advir da relação que determinado partido tem com as grandes empresas de comunicação e como seu programa é elaborado tendo em vista a utilização de marketing político com o objetivo de convencer o eleitor, o que pode levar a uma distorção de informação e até mesmo à divulgação de informações inverídicas, o que seria, então, um desserviço informativo para o eleitor⁴. Por mais que a legislação sobre o HGPE permita aos partidos e os candidatos pensar sua organização de forma

⁴ No caso de inverdades ou manipulação de determinadas informações (seleção do que interessa), tal fato poderá ocorrer a partir dos meios de comunicação ou pelo próprio candidato e partido.

independente aos interesses da grande mídia, é inegável a existência de interferência na sua estruturação (MIGUEL, 2004a, 2004b; BIROLI, MIGUEL, 2013).

Por outro lado, compartilhamos do entendimento que a questão acima não deve ser lida como negativa ou positiva, mas sim como constitutiva da própria relação política – como toda relação de significação (LACLAU, 2000, 2011, 2013). Neste sentido, e tratando mais diretamente sobre o papel dos grandes meios de comunicação, a relação estabelecida entre os concorrentes durante o HGPE afetará a todos – seja de forma “positiva” ou “negativa”. Como se trata de uma eleição e o objetivo é conquistar o voto do eleitor, os candidatos e os partidos não podem “se dar ao luxo” de evitar um diálogo que esteja permeando a sociedade e sendo veiculado pela grande mídia. Por mais que a atitude da grande mídia afete de forma diferente o conteúdo apresentado durante o HGPE pelas candidaturas, e em muitos casos “coordene” a própria eleição (LATTMAN-WELTMAN, CARNEIRO, RAMOS, 1994), o HGPE possibilita um debate mais direto com o eleitor – buscando construir informações sem a intermediação dos programas jornalísticos – além de abrir um espaço institucional em que as propostas de um candidato possam desconstruir as propostas de outro, bem como as informações passadas pelos grandes meios de comunicação. Deste modo, o HGPE consegue intervir e contrapor a “vontade” da grande mídia e sua “preferência” por algum candidato, como nas eleições de Lula e Dilma (MACHADO, 2009; CERVI, MASSUCHIN, TAVARES, 2012; DIAS, 2013). Portanto, se a influência do HGPE na decisão do eleitor não é nula, mesmo havendo tais constrangimentos e a construção direcionada de informações pelos principais veículos de informação da grande mídia, ele se mostra como um elemento importante no que diz respeito à própria disputa política travada entre os candidatos e partidos - as candidaturas.

É neste contexto, em que o HGPE é visto como importante não só na decisão do eleitor – sem levar em consideração a questão de informação verdadeira ou falsa, mas como disputa pelos sentidos do que é verdadeiro e falso a partir da própria informação – como também na constituição das identidades partidárias envolvidas, que a relação antagônica emerge no sentido de produzir discursos que busquem desconstruir a “imagem discursiva” de seus adversários. Ou seja, há aqui disputas por sentidos.

Com isso, o presente trabalho visa a conhecer a formação discursiva das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o

HGPE nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, a fim de identificar suas diferenças constitutivas a partir de elementos antagônicos. Para isso, a pesquisa terá como base os programas eleitorais veiculados pela televisão durante o HGPE no período das respectivas campanhas. Neste sentido, foi construído o seguinte problema de pesquisa: como se estruturam os discursos das candidaturas de PSDB e PT veiculados durante o HGPE nas campanhas à Presidência da República de 1994, 1998, 2002 e 2006, e como tais elementos se configuram e se relacionam na construção de sentidos na disputa antagônica estabelecida entre as candidaturas?

A partir de uma primeira análise dos conteúdos discursivos das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, foi verificada uma substancial aproximação na campanha eleitoral de 1994 com a de 1998 e a de 2002 com a de 2006, com relação a sua formação discursiva antagônica. Por esse motivo, tomou-se como medida estratégica construir dois recortes de compreensão dessa realidade: o primeiro consiste numa investigação conjunta das eleições de 1994 e 1998, e o segundo das eleições de 2002 e 2006. Um dos principais fatores para tal medida foi o Plano Real, o fator antagônico do discurso de ambas as candidaturas nas eleições de 1994 e 1998. Em 2002 e 2006, o fator antagônico para ambas as candidaturas foi em torno da necessidade de gerar emprego e elaborar uma política de desenvolvimento econômico, o que levou o debate antagônico para a questão de se pensar a política econômica adotada durante os governos de FHC, do PSDB.

A definição das temáticas estudadas neste trabalho se deu, então, a partir do entendimento de que foram o Plano Real (em 1994 e 1998) e a política de geração de emprego e desenvolvimento a partir do debate em torno do plano econômico (em 2002 e 2006) que produziram sentidos antagônicos. Isso não quer dizer que as candidaturas do PSDB e do PT não abordaram outros temas durante seus programas veiculados no HGPE, mas sim que seus sentidos não se constituíram antagonicamente (não foram disputados), o que, para a proposta deste estudo, não se mostrou relevante.

Isto colocado, e aliado ao problema de pesquisa que orientou tal estudo, o objetivo geral deste trabalho consiste em conhecer a estruturação discursiva das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006 a partir de dois recortes analíticos – o primeiro tratando das eleições de 1994 e 1998, e o segundo tratando das eleições

de 2002 e 2006 –, da mesma maneira que identificar suas diferenças constitutivas a partir de elementos discursivos antagônicos. Do objetivo geral derivam-se quatro objetivos específicos: a) esquadrihar as formações discursivas das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE com base nos dois recortes analíticos estabelecidos e a partir dos elementos geradores de sentidos antagonicamente constituídos; b) apresentar os sentidos na formação dos momentos discursivos das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE a partir dos dois recortes analíticos estabelecidos e de sua relação antagônica; c) comparar os sentidos e os momentos discursivos das candidaturas a partir dos dois recortes analíticos estabelecidos separadamente; e d) conhecer a estruturação dos discursos a partir das regularidades de elementos geradores de sentidos que formam os momentos no processo de articulação a partir da relação antagônica em cada recorte do estudo proposto.

Deste modo, tendo como base a teoria do discurso desenvolvida inicialmente por Laclau e Mouffe (2015) e ampliada a partir das ideias de Laclau (2000; 2011; 2013), pretende-se testar a seguinte hipótese de pesquisa: toda relação política, e, portanto, toda disputa política, emerge no conflito e se constitui a partir da relação antagônica. Por isso, toda relação antagônica pressupõe uma disputa política pelos sentidos em torno de um ou mais temas; assim, temas compartilhados pelos polos antagônicos produzirão sentidos opostos.

A escolha de analisar as campanhas eleitorais do PSDB e do PT justifica-se devido ao fato desses dois partidos terem se constituído como opositoristas e antagônicos nas disputas à Presidência da República nas últimas seis eleições. Além disso, essa comparação é importante, pois, em algum momento, tanto um partido como o outro se encontravam na situação ou na oposição, caracterizando a existência de dois polos bem distintos no campo discursivo; como já destacado, dois polos antagônicos. Neste sentido, é a partir da eleição de 1994 que relações de antagonismos entre essas identidades emergiram, visto sua “leve” aproximação ainda no início dos anos 1990 e sua separação definitiva a partir da eleição presidencial de 1994.

Compreendidos os principais aspectos que envolvem o debate sobre o HGPE, devemos ter em vista que nas disputas eleitorais para cargos executivos, principalmente a Presidência da República, o HGPE é apresentado como importante por se tratar de um meio de “informação relevante” para o eleitor, e também limitado

por diversos aspectos exteriores à sua livre formatação. Por este motivo, ele pode exercer um efeito contrário ao de informar o eleitor. A escolha do HGPE se justifica por ser um espaço de disputa política no qual diversos interesses estarão em jogo e serão apresentados diretamente ao eleitor na tentativa de convencê-lo – aqui já se pressupõe o conflito político. Desta forma, o HGPE se configura como um espaço de estudo que possibilita a compreensão do comportamento político das candidaturas na configuração de suas identificações políticas, se levarmos em consideração a emergência de elementos antagônicos que permeia todo o debate sobre sua relevância. Além do mais, como já enfatizado, se a interferência do HGPE na intenção do voto do eleitor não é “zero”, e os sentidos de “verdades” e “mentiras” configuram a própria disputa política, o universo do HGPE possibilita a desconstrução discursiva dos adversários, por isso este é relevante para as campanhas eleitorais.

Para o estudo dos programas eleitorais das candidaturas do PSDB e do PT à Presidência da República, realizados durante o HGPE, serão utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso idealizada inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) e ampliada a partir dos escritos de Laclau (2000; 2011; 2013). Sendo assim, a escolha fundamenta-se por ser esta uma teoria que possibilita a compreensão dos discursos produzidos por ambas as campanhas com o intuito de identificar os elementos antagônicos produzidos pelas candidaturas e, com isso, constituindo dois polos discursivos distintos, o que reflete na identificação política de ambos os partidos. Deste modo, a teoria do discurso aqui selecionada e desenvolvida, em grande medida, por Ernesto Laclau, mas com contribuição importante de Chantal Mouffe, assume um papel fundamental para se trabalhar com análise de discurso que leve em consideração seu entendimento para além de atos de fala, mas sim compreendidos como ações formadoras de identificações políticas que constituem o espaço do social e, por isso, as relações políticas. A partir disso, a pesquisa foi realizada através de um estudo qualitativo em que foram analisados os aspectos discursivos das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT, realizados durante o HGPE, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006.

No que se refere aos aspectos metodológicos da teoria do discurso aqui utilizada, é necessário capturar a formação da realidade construída – neste caso o HGPE e a disputa política eleitoral entre as candidaturas do PSDB e do PT – e nela identificar os elementos dispersos que apresentem regularidades na produção de sentidos em cada formação discursiva a partir da relação antagônica estabelecida, ou

seja, as disputas por determinados sentidos. Identificadas as regularidades nos elementos, estes passaram a ser chamados de momentos discursivos, os quais, como já mencionado, serão carregados de sentidos. Realizado este processo, o próximo passo é identificar, a partir da formação dos momentos, o ponto privilegiado dessa formação, ou seja, o ponto que condensa e constitui o discurso, o ponto nodal. Isso identificado, a etapa seguinte é apontar, a partir da relação antagônica estabelecida entre os discursos, a estruturação dessa formação discursiva; a relação antagônica, o ponto de antagonismo, será representada, neste momento, pelo ponto nodal – como já afirmamos no decorrer deste texto, toda relação política se constitui de forma antagônica, ou seja, toda relação de articulação interna de um determinado discurso só é possibilitada por um exterior ameaçador. Este momento é o momento da formação/reconfiguração de identidades a partir de identificações políticas precárias e contingentes; a relação, propriamente dita, estabelecida a partir do antagonismo entre os discursos formados a partir dos pronunciamentos contidos nas candidaturas do PSDB e PT durante o HGPE. É este o momento da disputa pelos sentidos, e este o momento da formação do significante vazio. Ou seja, o ponto nodal, o ponto antagônico, também é um significante vazio – como veremos um significante vazio não é um significante sem significado, mas sim um significante que abarca diversos sentidos e que ultrapassa seu próprio, se tornando um particular representativo que se universaliza. Além disso, estabelecida a relação antagônica, é este o momento das disputas por hegemonia, como veremos.

Entendido o processo metodológico proposto a partir da teoria do discurso, num primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica que incluiu a leitura de livros, artigos, monografias, dissertações e teses sobre os assuntos que perpassavam o principal objetivo deste trabalho, dando destaque para os aspectos teóricos da teoria do discurso que enfatizassem a ideia de antagonismo. Além desse ponto, as leituras se concentraram na formação e na história dos partidos aqui estudados, bem como na relação estabelecida entre esses partidos ao longo das últimas eleições. Complementando, foi revisada a bibliografia especializada sobre o HGPE, buscando construir um entendimento de que o HGPE se constitui como um espaço marcado por disputas políticas. Logo adquirindo o conhecimento da bibliografia lida, deu-se início à etapa de redação do texto referente a essa leitura. Juntamente a isso, foram solicitados os programas veiculados no HGPE na televisão, obtidos junto ao Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA), antes

vinculado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) – hoje acoplado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) –, e atualmente ligado a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Numa segunda etapa, que demandou um tempo considerável, foram transcritos os programas eleitorais das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE no período que compreende as eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, a fim de transformar em texto os dados desse estudo. Ainda nesta etapa, a partir dos elementos metodológicos da teoria do discurso, como o conceito de regularidade na dispersão, foram separados por temas os excertos dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais transmitidos durante o HGPE das candidaturas aqui estudadas, com a intenção de identificar os elementos geradores de sentidos antagonicamente produzidos.

Concluída essa etapa, foram identificadas regularidades de elementos que geravam sentidos antagônicos em ambos os discursos em torno do Plano Real, nos anos de 1994 e 1998, e em torno da política de geração de emprego e desenvolvimento econômico, o que levou à reflexão sobre o modelo econômico adotado e suas propostas de manutenção e mudança, em 2002 e 2006. Logo, foram comparados os dados extraídos desta análise com o intuito de apontar as regularidades de elementos, a fim de classificar seus sentidos. Concomitantemente, a partir da identificação dos sentidos gerados, estes foram relacionados em torno de um mesmo fluxo, o que posteriormente foi denominado momentos discursivos. Por fim, a partir da articulação dos momentos, constituídos pela regularidade de elementos dispersos que geravam sentidos num mesmo fluxo, foi identificada a estruturação dos discursos antagonicamente desenvolvidos.

Este trabalho é apresentado e organiza-se a partir de sete capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a matriz teórica e metodológica utilizada para as análises dos programas das candidaturas do PSDB e do PT à Presidência da República, veiculados durante o HGPE, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, com destaque para a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Portanto, neste capítulo serão apresentados os principais conceitos de tal teoria, que serviram para a compreensão da relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT.

O segundo capítulo versará sobre a formação partidária de PT e PSDB, bem como os aspectos estruturais do HGPE e a relação dos partidos estudados nas campanhas analisadas nesse espaço de disputa política. Nesse capítulo será

realizada uma apresentação da formação político/partidária do PT e do PSDB, compreendendo os principais elementos contextuais, dos quais se destaca a relação com o sindicalismo e a abertura para o multipartidarismo no caso do PT, e, no caso do PSDB, a insatisfação política de alguns integrantes do PMDB em relação à estrutura hierárquica do partido e o posicionamento da maioria dos integrantes do partido durante a Constituinte de 1988. Ainda, serão apresentadas as trajetórias dos partidos aqui estudados, levando em consideração sua fundação e o papel político exercido por ambos até as eleições presidenciais de 2006, enfatizando sua relação de aproximação e, posteriormente, a partir das eleições presidenciais de 1994, os elementos “basilares” da construção de identificações antagônicas. Além disso, serão apresentados os principais elementos estruturais referentes ao HGPE, enfatizando sua formação e reestruturação, seus aspectos legais, como a distribuição do tempo entre as candidaturas, e, por fim, buscando, com isso, compreender suas principais características e o arranjo em relação aos partidos abordados neste trabalho, PT e PSDB.

O terceiro capítulo consiste em apresentar a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PSDB nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato FHC. Então, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da campanha eleitoral de FHC para significar seu entendimento em relação ao Plano Real – ponto antagônico entre os discursos das candidaturas do PSDB e do PT nessas eleições.

O quarto capítulo versará sobre a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Assim, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em reorganização ao Plano Real.

O quinto capítulo consiste em apresentar a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PSDB nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelos candidatos José Serra em 2002 e Gerado Alckmin em 2006. Então, neste capítulo

serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva das campanhas eleitorais dos candidatos do PSDB para significar seu entendimento da reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento – como já citado, ponto antagônico entre os discursos das candidaturas do PSDB e do PT nessas eleições.

No sexto capítulo será apresentada a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Assim, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em relação à reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento.

No sétimo capítulo será realizado um balanço sobre todas as informações capturadas pelo estudo, apresentando uma comparação entre os momentos na formação dos discursos das candidaturas do PSDB e do PT, concorrentes nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 a 2006, a partir dos programas veiculados durante o HGPE, com o intuito de apontar as diferenças nos sentidos de cada momento. Aliado a isso, outro propósito do sétimo capítulo é apontar a formação da cadeia de cada discurso a partir de seus momentos, identificando a construção antagônica emergente. Ainda serão apresentadas as formações de significantes vazios, significantes flutuantes e as disputas por hegemonia no que se refere à própria disputa por sentidos que envolveram os discursos antagônicos produzidos pelas candidaturas do PSDB e do PT. Por fim, será realizada uma reflexão sobre a relação antagônica existente entre as candidaturas do PSDB e do PT oriundas no HGPE como elemento que caracteriza este espaço como um espaço de disputa política, ou seja, de conflito.

Nas considerações finais faz-se uma retomada da discussão, levando em consideração todo o contexto já apresentado, com a intenção de apresentar os objetivos alcançados, as respostas encontradas com relação ao problema de pesquisa e, por fim, se a hipótese foi totalmente confirmada.

PARTE I

ELEMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTUAIS

1 A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DISCURSO

1.1 Introdução

Este capítulo apresenta, de forma mais detalhada, a base teórica utilizada para as análises dos programas eleitorais das candidaturas do PSDB e do PT nas eleições para Presidente da República de 1994 a 2006 veiculados no HGPE. Trata-se da teoria do discurso desenvolvida, inicialmente, na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*⁵. Além desta obra, sem dúvida o marco inicial desses autores nesta linha de reflexão sobre os caminhos da política a partir de uma perspectiva pós-estruturalista e pós-fundacional, obras como *Emancipação e Diferença*⁶, *A Razão Populista*⁷, *Debates y Combates* e *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*, todos escritos por Ernesto Laclau, assumem grande importância no avanço dos principais pontos da teoria do discurso desenvolvida pelo autor. Outros textos de comentaristas da teoria servirão de sustentação na explicação de seus conceitos, principalmente no que se refere ao seu desenvolvimento.

Para isso, este primeiro capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção será feita uma breve apresentação do surgimento da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, como se deu a sua articulação com outras teorias e quais seus elementos teóricos e filosóficos. A segunda seção tratará de apresentar o que se entende por discurso e prática articulatória, com o intuito de preparar o campo para os principais conceitos da teoria que, sem o entendimento de como o discurso é formado, se tornaria mais complexo. Logo, na terceira seção, serão apresentados os conceitos de pontos nodais e hegemonia, indicando sua relação com os conceitos de significante vazio e significantes flutuantes, enfatizando o entendimento de Laclau e Mouffe sobre o desenvolvimento feito por eles da categoria hegemonia. Por fim, na quarta seção, ampliando a discussão em torno da teoria aqui trabalhada, será apresentado o debate referente à relação entre identidade e identificação política a partir de relações antagônicas possibilitadas pelo deslocamento, base desenvolvida

⁵ O livro original foi publicado em 1985 e traduzido para o português em 2015.

⁶ Este livro é formado por uma compilação de artigos escritos por Laclau ao longo do tempo, e foi publicado originalmente em 1996 e traduzido para o português em 2011.

⁷ O livro original foi publicado em 2007 e traduzido para o português em 2013.

nesta tese para as análises dos enunciados proferidos pelas candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT entre 1994 e 2006 proferidas durante o HGPE.

1.2 Apresentando as bases da teoria do discurso: da ruptura com o marxismo e o alinhamento com o pós-fundacionalismo e pós-estruturalismo

O livro *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical* (LACLAU; MOUFFE, 2015), como acima afirmado, foi a obra que marcou o ponto de partida da teoria do discurso idealizada pelos autores. Além desta obra, destacam-se outros trabalhos de Laclau, como *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (LACLAU, 2000), *Emancipação e diferença* (LACLAU, 2011), *Debates y Combates* (2012), *A Razão Populista* (LACLAU, 2013) e *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad* (2014), em que ele aprofundou ainda mais os aspectos teóricos da teoria do discurso. Outro trabalho igualmente importante de Laclau, em conjunto com Judith Butler e Slavoj Žižek, que adquiriu destaque entre os estudiosos da teoria, foi *Contingency, hegemony, universality* (BUTLER, LACLAU E ŽIŽEK, 2000).

Oriundos da tradição marxista, sobretudo inspirados nas obras de Antonio Gramsci e Louis Althusser, Laclau e Mouffe rompem parcialmente com tal tradição, mais especificamente com os pressupostos determinista e economicista. Neste sentido, é identificado que o projeto teórico marxista se mostra incapaz de dar conta das diversas disputas que constituem o espaço do social, extrapolando a simplificação identitária entre burguês e proletário. A partir disso, Laclau e Mouffe adotam uma linha crítica à teoria marxista, sem abandonar por completo suas categorias – os autores apostam na ressignificação delas. Influenciados pelo pós-fundacionalismo e pelo pós-estruturalismo, como veremos, Laclau e Mouffe desenvolvem uma teoria sofisticada a partir do conceito de hegemonia (Alves, 2010, p. 72), apresentando as diversas lutas existentes no espaço do social como resultado de relações antagônicas.

Mendonça (2010, p. 481), tendo como base a teoria do discurso, afirma que o projeto teórico marxista se mostrou incapaz de dar conta da compreensão das relações sociais contemporâneas. Ainda segundo o autor, o marxismo ficou restrito a uma concepção essencialista de sociedade, em uma lógica reducionista das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho. Contrariando essa

concepção essencialista e enfatizando a percepção de Laclau e Mouffe, Mendonça (2010) apresenta o seguinte entendimento:

Em oposição, Laclau e Mouffe argumentam que o que existe, efetivamente, é um complexo social formado por uma infinidade de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas distintas do mero antagonismo de classe que, segundo a teoria do discurso, tem *locus* particular e não um *a priori* universal nesse intrincado jogo. Essa complexidade do social não é percebida e/ou alcançada pelo marxismo, o que exclui dessa corrente teórica a capacidade de análise mais refinada e pertinente dos múltiplos antagonismos sociais possíveis (MENDONÇA, 2010, p. 481).

Portanto, nos termos propostos pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe, o marxismo não consegue dar conta das múltiplas relações sociais que constituem e organizam o espaço do social. Deste modo, não existe somente um antagonismo social, mas sim vários, e o antagonismo capital *versus* trabalho é somente uma forma de antagonismo existente. É importante salientar que a contribuição da teoria marxista, mesmo sofrendo importantes críticas na análise de Laclau e Mouffe, ainda assim mantém sua importância na construção da teoria do discurso.

O conceito de sobredeterminação de Freud, introduzido no âmbito da teoria social por Althusser, se mostra uma categoria de análise sem cair no mero reducionismo econômico. Segundo Althusser (1985), não há nada no social que não esteja sobredeterminado, onde o social se constitui numa ordem simbólica, e que essa constituição simbólica se dá a partir da ideologia que, segundo Althusser, é “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85). Segundo Mendonça (2003b, p.57), a noção de sobredeterminação de Althusser abre a possibilidade de rompimento com o determinismo econômico e o essencialismo de classe da teoria marxista. Mas, mesmo com o conceito de sobredeterminação, Althusser não consegue solucionar e romper totalmente com a teoria marxista, pois, no fundo, ele ainda não conseguiu se desprender do determinismo econômico em última instância que o seu conceito de sobredeterminação supunha superar. Neste sentido argumentativo, Mendonça afirma que:

Tal noção althusseriana, conforme Laclau e Mouffe (1985), abre a possibilidade para a teoria marxista romper definitivamente com o determinismo e o essencialismo classista, uma vez que torna possível a elaboração de um conceito de articulação que tenha por pressuposto

o caráter sobredeterminado das relações sociais. Ocorre que a análise althusseriana não rompeu definitivamente com a “determinação econômica” do marxismo. Apesar da noção de sobredeterminação, que pressupõe uma complexização do social e, portanto, de sua análise, Althusser, conforme Laclau & Mouffe (1985), ainda manteve em sua estrutura teórica o reducionismo por eles criticado (MENDONÇA, 2003b, p. 57).

Portanto, com base na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe apresentam e adotam uma linha crítica à teoria marxista, assentada em seus próprios conceitos, seus limites e suas possibilidades a partir de uma releitura crítica. Com isso, no desenvolvimento da teoria do discurso, baseado nessa superação determinista, tal teoria se coloca, desta forma, em uma corrente teórica pós-marxista.

Chegando a este ponto crítico em relação ao determinismo e à ideia fundante da teoria marxista, o desenvolvimento da teoria do discurso veio com outras publicações, destacando as realizadas por Laclau. O autor buscou ampliar o entendimento e a aplicação da teoria do discurso respaldada pelas perspectivas epistemológicas contidas na corrente filosófica do pós-fundacionalismo e teórica do pós-estruturalismo. Neste sentido, Mendonça (2010) afirma que houve uma separação nas propostas de Laclau e Mouffe. Isso fica claro quando Mendonça diz que:

Após a publicação de *Hegemony and socialist strategy*, em 1985, por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, parece ter havido uma divisão do trabalho, pelo menos tácita, entre ambos os autores, no sentido da divulgação dos seus principais aspectos teóricos e epistemológicos. Para Laclau, coube a continuidade do projeto de elaboração de uma teoria de análise do social, tendo como aspecto principal a ampliação explicativa que a categoria de hegemonia poderia proporcionar na contemporaneidade (MENDONÇA, 2010, p.479).

Laclau seguiu na linha *pós*, com o objetivo de desenvolver aspectos teóricos da teoria do discurso. Ligado ao pós-fundacionalismo e o pós-estruturalismo, principalmente a partir de autores como Heidegger, Derrida e Lacan, Laclau buscou embasar e dar continuidade à teoria do discurso. Em linhas gerais, as obras que discutem os elementos pós-fundacionalistas e pós-estruturalistas denunciam a ideia de um significado puro, apresentando uma ruptura com o entendimento sobre a existência de um fundamento último. Em grande medida, é nesta base que as críticas feitas por Laclau e Mouffe ao marxismo clássico estão alicerçadas. É também esta a base desenvolvida por Laclau em seus trabalhos posteriores.

As bases ontológica e epistemológica do pós-fundacionalismo e do pós-estruturalismo denuncia a impossibilidade da existência de um fundamento último que estruture as relações e identidades, configurando a estruturalidade fundante de toda estrutura, ou seja, faz uma crítica ao pensamento que afirma que as relações são resultados de algo anterior à própria relação. É neste sentido que tal corrente se mostra crítica à tradição filosófica de caráter positivista e analítica, tendo em vista sua separação entre observador e objeto. Assim, em linhas gerais, as bases ontológica e epistemológica do pós-fundacionalismo e do pós-estruturalismo só podem ser pensadas a partir da relação direta e de compreensão contextual em que o observador e o objeto estejam inseridos e altamente relacionados, e não uma visão separada dos dois. Portanto, e por tais motivos, podemos afirmar que o pós-fundacionalismo e o pós-estruturalismo – o *background* da teoria do discurso aqui apresentada – estão plasmados numa epistemologia complexa, e que a teoria do discurso assume um caráter hermenêutico em sua complexidade. Isso indica a necessidade da compreensão dos significados e sentidos contidos nas relações que formarão identidades a partir das identificações políticas, e não a partir da existência de seus fundamentos anteriores.

O pós-fundacionalismo não deve ser entendido como um antifundacionalismo ou a partir de uma perspectiva pós-moderna em que tudo pode (MARCHART, 2009, p. 14). Tanto o antifundacionalismo como o pós-fundacionalismo apresentam críticas em relação à ideia de que a sociedade pode ser compreendida a partir de determinadas estruturas invariáveis; o determinismo econômico é uma dessas perspectivas que entende que sua estruturalidade engloba as relações políticas contidas na sociedade. No entanto, mesmo críticos ao fundacionalismo, o antifundacionalismo e o pós-fundacionalismo apresentam diferenças importantes. O antifundacionalismo entende que não existe nenhum fundamento que estruture as relações sociais, chegando a um total relativismo e a um niilismo. Já o pós-fundacionalismo não tem a intenção de eliminar por completo a existência do fundamento, mas apresentar sua incapacidade de completude e seu caráter não essencialista. Portanto, o que está em jogo não é a eliminação de todos os fundamentos, mas apresentar a impossibilidade de um fundamento último⁸.

⁸ Para uma compreensão mais aprofundada sobre fundacionalismo e pós-fundacionalismo a partir das bases filosóficas de Heidegger e refletidas nas teorias de Nancy, Lefort, Badiou e Laclau, ver Marchart (2009).

O que o pós-fundacionalismo apresenta é uma desconstrução das bases de sustentação do fundacionalismo, e não a sua mera inversão, uma das principais críticas aos antifundacionalistas. Portanto, como Butler (1998) indica, apresentando uma crítica tanto aos fundacionalistas como aos antifundacionalistas, o que resta são “fundamentos contingentes” e não a existência de um fundamento último e anterior a qualquer luta política. Portanto, o principal ponto aqui não é a negação de um fundamento e nem mesmo a sua total inexistência, pelo contrário, é partir do entendimento de que é impossível identificar um fundamento final.

Marchart (2009, p. 35-36), ao tratar sobre a filosofia de Heidegger – um dos principais autores dessa corrente pós-fundacional – e sua ideia de ausência de fundamento, esclarece o caráter abissal de todo fundamento, ou seja, um fundamento sem fundamento que nos leva a um “fundamento ausente”. Disso podemos concluir de imediato que não se trata, como já enfatizado, da ausência total de fundamentos, mas de fundamentos que não contêm um “fundo” e, por isso, fundamentos sempre contingentes (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016).

O elemento pós-fundacional contido nos escritos de Laclau e Mouffe pode ser atrelado à ideia de ausência de um fundamento como algo estruturante, ou seja, a falta de uma estrutura última possibilita a construção de uma estrutura precária e contingente, o que não cai num antifundacionalismo. É neste sentido, tendo como base a teoria do discurso de Laclau, que o poder se constitui num espaço vazio em que identidades são formadas a partir de discursos e originam novos discursos. Como esclarece Marchart (2009, p. 136), o espaço vazio em Laclau é a própria possibilidade de formação de identidades a partir de identificações oriundas de articulações que constituirão os discursos. Com isso, a estrutura teórica em Laclau esclarece que a formação de identidades se dá anteriormente à ocupação do espaço vazio. Portanto, a possibilidade e a impossibilidade da formação de uma identidade última é marcada por esse vazio na teoria laclauniana.

As bases pós-fundacionais podem ser percebidas nas críticas feitas pelos pós-estruturalistas ao estruturalismo, principalmente e originalmente a partir do desconstrutivismo feito por Jacques Derrida. Para o estruturalismo a estrutura é compreendida como totalizante (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014, p. 36) a partir de um fundamento estruturante. De forma contrária, o pós-estruturalismo identifica a impossibilidade dessa estrutura final; a impossibilidade de um fundamento último. Cabe alertar que a corrente pós-fundacionalista e pós-estruturalista não nega a

existência de uma estrutura e de um fundamento, mas coloca em xeque sua estruturalidade última. Isso quer dizer que não existe uma estrutura e um fundamento último. Em Laclau, toda estrutura e todo fundamento nada mais são que hegemonias consolidadas a partir de uma luta marcada pelo antagonismo. Se, como afirmado, toda estrutura e fundamento são sedimentados a partir de luta, também significa dizer que não são eternas, que podem ser substituídas por outra estrutura e por outro fundamento dependendo do contexto e das clivagens existentes no espaço do social⁹.

Com um debate fortemente consolidado dentro da teoria/filosofia social e política, o estruturalismo passou a ser questionado a partir da metade dos anos 1960. Baseado na crítica feita por Derrida em relação às bases do estruturalismo, é possível classificar esse momento como o início do pós-estruturalismo. É importante perceber que o pós-estruturalismo se origina de dentro do estruturalismo, apresentando críticas e novas possibilidades de se pensar o social e o político a partir de seus próprios conceitos. Deste modo, o caminho desconstrutivista é entendido como uma crítica que parte de dentro do próprio estruturalismo, ou seja, não cabe pensar a partir de um antifundacionalismo, mas perceber que nenhuma estrutura é capaz de contemplar todos os sentidos a ponto de garantir seu esgotamento. Neste sentido, o pós-estruturalismo apresenta elementos críticos em relação à tradição moderna e a forma como suas “verdades” se fundaram, indicando sua precariedade e contingência.

No mesmo sentido do pós-fundacionalismo, o elemento pós-estruturalista da teoria do discurso é percebido a partir do caráter precário e contingente de toda estrutura. Isso significa dizer que estruturas são firmadas a partir de discursos sistematizadores que articulam em torno de seu momento representativo diferenças que jamais se tornarão um discurso puro, uma verdade fundante. Pelo contrário: o momento fundante de um discurso só se torna possível ao se levar em consideração que todo discurso se constitui por uma falta – uma falta constitutiva. Dito de outra forma, esta falta jamais será contemplada de forma total, mas sempre parcial. Dizer isso implica a impossibilidade de completude de um discurso e de uma identidade, visto que a satisfação de uma falta não é garantia de seu fim, mas a possibilidade de novas faltas emergirem.

Então, a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, pós-fundacional e pós-estruturalista, percebe a precariedade e a contingência dos sentidos

⁹ Como o objetivo aqui não é fazer um debate prolongado sobre estruturalismo e pós-estruturalismo, ver Williams (2012).

gerados a partir de um determinado discurso. As verdades são construídas discursivamente e podem mudar com o passar do tempo, ou seja, não há uma verdade para todo o sempre. Com isso, todos os sentidos devem ser entendidos dentro de seu contexto e a partir de suas condições de emergência (suas disputas).

No livro *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (2000), Laclau dá início a uma revisão sistemática de sua teoria, apresentando novos elementos explicativos. Nesta obra, Laclau aprofunda seu enfoque pós-estruturalista se valendo de conceitos filosóficos de Jacques Derrida e de sua perspectiva desconstrutivista. Além disso, sua principal alteração veio após o autor incluir mais conceitos da psicanálise de Jacques Lacan, ao introduzir o conceito de deslocamento e substituir a noção de “posição de sujeito” apresentada por Foucault pela noção de “momento do sujeito”, inspirada nos escritos de Lacan (CORRAL DE FREITAS; 2015b, p. 11-12). Ademais, o autor passou a dar importância central à noção de deslocamento para a compreensão das relações antagônicas, tendo em vista a impossibilidade da existência de uma identidade plena e seu reflexo numa ideia de democracia radical.

Após essa releitura de sua própria teoria, Laclau (2000) reafirma que a negatividade é constitutiva de toda e qualquer identidade e, portanto, o projeto racionalista que busca determinar o sentido último, a verdade objetiva dos processos sociais, acaba destinado ao fracasso – tudo no social tem de ser compreendido em seu contexto. No sentido da negatividade, seu entendimento parte da afirmação de que uma identidade é mais do que aquilo que ela abarca, mas também do que exclui. Isso significa que um discurso se constitui a partir de uma relação antagônica imersa numa complexidade formada por diversas relações antagonizadas por diversos discursos, que são marcados por um vazio deslocatório. A possibilidade dessa relação e do não fechamento de um discurso e de uma identidade é marcada pela falta, pelo espaço vazio que possibilita a formação de novas identidades a partir de identificações políticas.

Num constante processo de releitura de sua teoria, Laclau (2014) volta a repensar o papel do antagonismo e sua importância para a política no que diz respeito a impossibilidade de uma essência constitutiva. Sem o objetivo de esgotar o debate em torno do conceito de antagonismo proposto pela teoria do discurso, o ponto central dessa nova retomada envolve suas dimensões ontológicas e ônticas. O autor busca esclarecer em todo o texto (p. 127 - 153) que não se pode tomar um elemento numa

dimensão ôntico como constitutivo de uma identidade em sua dimensão ontológica, o que levaria a uma definição objetiva das identidades. Além do mais, não deve pensar tal questão a partir dessa “justaposição” (LACLAU, 2014, p. 153). Acreditamos que esta questão entre ontológico e ôntico ainda não está superada, pelo contrário, tais contribuições abrem novos caminhos interpretativos para se pensar as relações políticas. Em grande medida essa dúvida move esta tese, no entanto, nesse trabalho, não é nosso propósito apontar novas possibilidades, mas voltar a pensar a influência da dimensão ontológica do antagonismo nas práticas ônticas onde haja conflito e disputa por sentidos.

Se todo sentido é precário e, por isso, não existe uma verdade última e absoluta sobre qualquer questão desenvolvida no espaço do social, isso equivale a afirmar que não existe, em última instância, uma estrutura capaz de produzir um sentido final. Assim, a complexidade do social não pode ser compreendida por uma simples “análise” determinista; dito de outra forma, não existe um campo específico que poderá definir as possibilidades e os limites do conhecimento e, portanto, as verdades por ele produzidas.

É neste mesmo caminho que a radicalidade da democracia é pensada segundo Laclau e Mouffe. A multiplicidade de antagonismos constitutivos do social não fecha as identidades a partir de discursos, mas esses antagonismos abrem caminho para pensar essa multiplicidade a partir da impossibilidade desses discursos se tornarem um fundamento último. A articulação de um elemento em torno de um discurso em prol das demandas feministas, por exemplo, não define seu caráter finalístico, pelo contrário. Esse mesmo elemento poderá aparecer em outro discurso, como, por exemplo, um discurso em defesa da democracia. É este não-fundamento finalístico marcado por um vazio caracterizado pelo deslocamento que possibilita a formação de identidades a partir de identificações construídas na relação de articulação – uma identidade sempre precária e contingente. Então, o deslocamento é a possibilidade das relações antagônicas e da formação de novas identificações. Isso marca a radicalidade da democracia como um processo em constante estruturação e desestruturação.

Após a apresentação sobre as origens e as bases da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, na próxima seção apresentaremos como se dão as formações discursivas a partir da relação articulatória e, assim, como um discurso se forma e constitui o social. Tal ponto servirá de base para a apresentação dos principais

conceitos da teoria que serviram de ferramenta metodológica, como já apresentado na parte introdutória deste trabalho, para as análises dos sentidos dos discursos proferidos durante o HGPE pelas candidaturas do PSDB e do PT nas campanhas presidenciais de 1994 a 2006.

1.3 Compreendendo o discurso como resultado da prática articulatória

O objetivo desta seção é apresentar o que se entende como discurso e como o discurso se constitui a partir de práticas articulatórias. É importante elucidar que todos os conceitos da teoria do discurso estão, em grande medida, interligados. Portanto, na busca por explicar um determinado conceito, acabaremos mencionando outros.

Para isso, partimos de imediato da definição de discurso feita por Laclau e Mouffe:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não-discursivas. Afirmamos que; a) todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência; e b) qualquer distinção entre o que usualmente se chama de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é estruturada sobre a forma de totalidades discursivas (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.180).

Os autores afirmam que todo objeto é uma formação discursiva e, além do mais, nenhuma significação pode ser constituída fora de uma formação discursiva, ou seja, todo objeto é constituído do social, onde o social é fruto da relação discursiva. Sendo assim, o social é necessariamente um social simbólico, discursivo, e fundado a partir da relação política. Podemos perceber tais características a partir dos próprios autores:

a) O fato de que todo objeto é constituído como objeto de discurso não tem nada a ver com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente de minha vontade. Mas, se sua especificidade como objeto será construída seja em termos de um fenômeno natural ou como expressão da ira de Deus, vai depender da estruturação de um campo discursivo. O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência.

b) Na origem do preconceito anterior reside a suposição do caráter mental do discurso. Contra isso, afirmamos o caráter material de toda estrutura discursiva (...). Os elementos linguísticos e não-linguísticos não são meramente justapostos, mas constituem um sistema diferencial e estruturado de posições – isto é, um discurso. As posições diferenciais incluem, portanto, uma dispersão dos diversos elementos materiais (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.181-182).

Para esta corrente de pensamento, um discurso é uma prática articulatória e significativa que constitui e organiza relações sociais, como apresentada no exemplo do excerto acima. Essas práticas articulatórias buscam construir pontos nodais, os quais fixam parcialmente sentidos. Sendo assim, toda produção de sentidos depende de uma estrutura discursiva. Segundo os autores, discurso é a ligação entre palavras e ações e que, com isso, formam totalidades significativas. Além do mais, o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas – uma crítica direcionada a Foucault –, pois o discurso não possui um caráter meramente mental, mas sim material. Mendonça (2007) afirma que todo espaço social é um espaço discursivo e que um discurso é uma prática social formada de significações que articulam fala e ação que se constituem dentro do campo da discursividade. Para o autor:

Dessa forma, identidades são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos no que Laclau e Mouffe (1985) denominam de campo da discursividade, que é o espaço onde ocorrem as disputas discursivas. Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa de natureza material. Todo o espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se ampliarmos a noção de discurso para aquilo que articula todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Portanto, existe uma relação entre a fala (o linguístico) e o que ela significa (a materialidade do discurso – seu significado) formando uma totalidade significativa. Neste sentido, o discurso é mais do que a união entre gesto e fala, ele é uma relação de significação. Toda configuração social é uma configuração significativa, pois são atribuídos aos eventos sociais diferentes significados, ou seja, um acontecimento pode gerar vários significados diferentes, dependendo do contexto em que está inserido. Segundo Pinto (2006, p. 80), para a teoria do discurso, a verdade é uma construção discursiva, portanto, é a tentativa de dar sentido ao “real”, uma tentativa de fixar sentidos no âmbito do social.

Para Laclau e Mouffe (2015, p. 180-181), discurso não se restringe à área da escrita e da fala. Ele abarca um conjunto complexo de elementos nos quais as relações sociais se constituem. Com isso, toda significação social é uma significação discursiva; é uma construção através da relação entre posições diferentes dispersas no campo da discursividade – constituindo o social. É neste sentido que discurso é entendido a partir de um conjunto de elementos em que as relações desempenham um papel constitutivo na sua simbolização; “Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele” (LACLAU, 2013, p.116). Portanto, não existe nada que ultrapasse o jogo das diferenças assumindo um caráter de fundamento anterior ao próprio jogo, mas toda e qualquer centralidade de um elemento deve ser compreendida dentro e a partir do próprio jogo. Ou seja: é uma estrutura que só pode ser pensada como marcada pela falta, uma estrutura falha que só é possível a partir do jogo que a constitui, e não como uma estrutura *a priori*.

Assim, o discurso é entendido como um sistema de “entidades” diferenciais que passaram de seu *status* de elementos para momentos; momentos diferenciais de uma cadeia articulatória. O sistema diferencial só existe a partir de um excesso de sentidos que o subverte, um excesso disperso no campo da discursividade, um espaço no qual os elementos se articulam na formação dos discursos, se tornando momentos desse discurso.

Então, o discurso se constitui a partir da articulação de elementos diferentes e dispersos no campo da discursividade. O campo discursivo é o espaço onde diversas formações discursivas entram em concorrência umas com as outras, e formam um jogo de equilíbrio instável entre diversas forças. Um discurso se forma sempre na tentativa de dominar o campo da discursividade, buscando, deste modo, se constituir como um ponto nodal, um ponto privilegiado e, como veremos, um ponto hegemônico – um discurso hegemônico. Como percebemos nas próprias palavras dos autores:

Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de pontos nodais (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 187).

Além do mais, um discurso só poderá ser percebido em seu tempo e, portanto, sempre será precário e contingente. Segundo Mendonça (2003a, p. 138), a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada ao

seu corte antagônico¹⁰. Todos os sentidos de um discurso devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência (FOUCAULT, 1997). Portanto, é devido à precariedade e à contingência que nenhum discurso poderá garantir que determinadas explicações sejam capazes de se universalizar para todo o sempre. Tal explicação fica mais clara nas palavras do autor:

Justifica-se o seu caráter precário, pois os sentidos constituídos por um determinado sistema discursivo sempre tendem a ser alterados na relação com os demais discursos dispostos no campo da discursividade, que é o espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos. Além de precária, a prática discursiva é também contingente, uma vez que não há necessariamente previsibilidade para produção de determinados sentidos no espaço social (MENDONÇA, 2003a, p. 138).

Com isso, podemos perceber que um discurso é a organização de elementos que antes estavam dispersos, estavam fragmentados no campo da discursividade, ou seja, todo discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais. Portanto, basta que certas regularidades estabeleçam posições diferentes para que possamos falar de uma formação discursiva. Toda relação de articulação deve incluir, em todos os casos, um sistema de posições diferenciais. Este sistema deverá conter uma relação entre identidades diferentes que, logo depois da articulação, modificaram, em parte, os seus conteúdos próprios e, nessa articulação, formaram o discurso. Nas palavras dos autores:

[...] chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 178).

Uma vez formada essa relação entre os elementos (que passam a serem denominados momentos) a partir de uma regularidade na dispersão, ou seja, uma regularidade de sentidos equivalentes, nenhuma identidade, ao se tornar novamente um elemento, manterá seus conteúdos próprios idênticos aos que eram antes dessa

¹⁰ Veremos, a seguir, que o entendimento de limite de produção de sentidos a partir do corte antagônico será alterado a partir da introdução da categoria de deslocamento.

articulação. Uma articulação não irá perdurar para todo o sempre e, ao fim dela, os momentos retornaram às suas posições originárias, de elementos, mas isso não impede que, em uma determinada situação, esses elementos se articulem com outros elementos formando, assim, um novo discurso, ou seja, isso demonstra o caráter contingente e precário de cada formação discursiva.

Ainda, segundo Laclau e Mouffe, todas as identidades quando se tornam momentos não deixam de ter as suas particularidades, apenas, no momento da articulação, suas particularidades ficam resguardadas em um “segundo plano”. Portanto, quando há uma articulação, um elemento jamais se tornará por completo em um momento, pois, como já afirmamos, suas particularidades não são apagadas. Percebemos isso nas palavras dos autores:

[...] numa totalidade discursiva articulada, em que todo elemento ocupa uma posição diferencial – em nossa terminologia, em que todo elemento é reduzido a um momento desta totalidade –, toda identidade é relacional e todas as relações têm um caráter necessário. [...] se a contingência e a articulação são possíveis, é porque nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada, e a transformação dos elementos em momentos nunca é completa (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 179-180).

Assim, em uma prática articulatória, a transformação de elementos em momentos nunca será completa, ou seja, ela modifica a sua característica anterior quando há a articulação, anulando, assim, as suas particularidades de elementos. Mas isso não significa dizer que o que ela tinha de diferente acabou, ou seja, as identidades não deixam de existir como elementos diferentes. Pelo contrário: a prática articulatória se dá pelas diferenças que, em um determinado momento, juntaram-se a um ponto nodal através da lógica da equivalência, ou seja, um sentido comum que faz com que elas se articulem. Num segundo momento, quando essa articulação a um ponto nodal acaba, ela volta a ter as suas diferenças, por mais que essas diferenças tenham sofrido alguma modificação por causa da articulação. Portanto, a articulação fixa apenas sentidos parciais, sendo esses precários e contingentes.

Uma vez compreendida a relação entre discurso e prática articulatória, é importante esclarecer, ainda que de forma breve, a relação entre lógica da equivalência e lógica da diferença. No momento da articulação, tanto a lógica da equivalência como a lógica da diferença operam, cada uma em seu contexto

específico. Assim, a relação entre elementos e momentos e o fato de um não se tornar o outro por completo numa dada relação articulatória passa por essas duas lógicas.

No caso da lógica da diferença, sua principal característica perpassa o entendimento de que esse momento diferencial não impede sua articulação com outro elemento. Pelo contrário: é o fato de existir o “diferencial” que torna tal articulação possível, tendo em vista que se fosse uma articulação pura entre identidades iguais não estaríamos falando de elementos diferentes, mas sim de um mesmo elemento e, por conseguinte, de uma mesma identidade. Deste modo, a articulação se torna possível por esse caráter diferencial, que nada mais é que a particularidade de um elemento mantida em sua transição para o *status* de momento de uma cadeia articulatória. É por isso que a transição de elemento para momento nunca é completa. É por isso que não existe a plenitude de um discurso e o seu fechamento nunca será completo.

Já a noção de lógica da equivalência demonstra a similaridade de determinado aspecto no momento articulatório. Dentro do campo discursivo, é a lógica da equivalência que forma a articulação de elementos que passaram a ser considerados momentos dessa cadeia articulatória. Podemos dizer que isso significa a proximidade (se não as mesmas características formadoras) de um desejo diferente, mas resultante de uma mesma estrutura, de um mesmo inimigo, com mesmos objetivo e finalidade. Todos os elementos/momentos envolvidos nessa articulação são marcados por uma falta, mesmo que essa falta seja diferente, mas identificam e constroem um inimigo em comum.

Por exemplo, vejamos a articulação discursiva em torno da disputa dos arrozeiros, aliados com o Movimento dos sem Terra (MST), contra a silvicultura, a partir do trabalho de Roberto Vieira Júnior (2009). Neste caso, essa articulação – arrozeiros e o MST – se colocava contra a plantação de eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul. A lógica da equivalência articula identidades diferentes, antes dispersas no campo da discursividade, em torno de um ponto nodal. Essa articulação, antes de ter esse elemento comum da ideia contrária à silvicultura, era vista como impossível, pois se tratavam de dois discursos historicamente antagônicos, mas que, a partir desse ponto comum, acabaram se unindo contra essa prática de monocultura.

Neste exemplo, percebe-se claramente que tanto a lógica da equivalência, o que se articula a partir de um determinado assunto ou interesse em comum, como a lógica da diferença, o que mantém algumas propriedades das identidades envolvidas

nessa articulação, incluindo sua relação antagônica, são precários e contingentes na formação desse discurso. Dois discursos historicamente antagônicos (arrozeiros e MST) se aliam em torno de um ponto nodal, demonstrando que não existem conteúdos formados para todo o sempre, mas que, na verdade, para a teoria do discurso, estes são construções discursivas que devem ser entendidas em contextos históricos específicos.

Desta forma, fica claro que a equivalência representada no *status* de momento não elimina a diferença do *status* de elemento; a posição de elemento retornará após essa articulação, mesmo tendo seus conteúdos particulares afetados por essa relação articulatória com outros elementos/momentos desse discurso sistematizador.

Neste momento é importante apresentar algumas implicações sobre o entendimento de sentido aqui levantado. Ao falarmos que uma identidade ou um discurso só se constitui na negatividade de outra identidade ou de outro discurso, ou seja, “A” só é “A” porque não é “B”, implica pensar que as relações articulatórias que produziram a identidade ou o discurso “A” são diferentes das que produziram a identidade ou o discurso “B”. Portanto, um discurso contra a homofobia, por exemplo, articulará sentidos opostos ao discurso defendido pela “família tradicional”. Caso as duas identidades articulassem os mesmos sentidos, não estaríamos falando de identidades diferentes, mas de uma mesma identidade. Por outro lado, o que demonstra toda complexidade da teoria do discurso, uma identidade se constitui a partir de relações de identificações que se mostram possibilitadas a partir de seu caráter antagônico, ou seja, uma identificação política só existe quando levando em consideração sua relação com o discurso excludente, seu antagônico – isso será retomado e melhor explicado ainda neste capítulo.

É por meio de práticas articulatórias, dentro desse campo discursivo, que elementos se transformam em momentos, pois antes desta prática eles se encontravam dispersos, não articulados. Após compreender isso, fica claro que a articulação de uma prática discursiva não tem um plano de constituição anterior e nem exterior à dispersão dos elementos articulados, mas é constitutiva no próprio momento articulatório que expande o campo da significação marcado pelo deslocamento e constituída pela relação antagônica. Desta forma, quando um elemento se articula com outro ele passa a ser um momento, o que modifica sua identidade inicial e altera seus conteúdos particulares anteriores. Esta é a origem do discurso, ou seja, o resultado da prática articulatória. Portanto, toda formação discursiva é compreendida

a partir da regularidade na dispersão que constitui um conjunto de posições diferenciais.

É a partir desse entendimento, da impossibilidade de uma fixação última de sentido, de um fundamento último, que reside a crítica ao estruturalismo. No entanto, tal perspectiva teórica identifica a possibilidade de fixações parciais, colocando-se contra a visão antifundacionalista. Por esse motivo, Laclau (2000, p. 105) não fala em sociedade como um todo inteligível, mas em “espaço do social”, fragmentado, em que o social se constitui na tentativa de construção desse objeto impossível, a sociedade. Portanto, o não-fundamento é a possibilidade de fixação de sentidos parciais, contingentes e precários, mas sempre necessários e desejados.

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade. (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188).

Tal questão fica clara pelo fato de o social ser constituído simbolicamente e marcado pela proliferação de diversos significados. Assim, são as múltiplas possibilidades do significado que desarticulam o discurso. Portanto, o social só pode ser compreendido a partir da articulação que o constitui, do discurso que fixa seu sentido, o que demonstra a impossibilidade da sociedade como um todo ou como uma parte fixada para todo o sempre.

Numa relação de disputa política a partir de regras institucionalizadas, entendemos que a lógica do discurso desenvolvida até este momento também opera. Até aqui, nos referimos à formação do discurso a partir de identidades dispersas no campo da discursividade (os elementos) que, articuladas, constituirão os momentos (o processo da identificação) – de uma dada formação discursiva. Então, toda desconstrução de um discurso remete à formação de outro discurso. De fato, concordamos com isso. Por outro lado, entendemos ser possível compreender a formação de um discurso a partir de uma identidade já formada ou “institucionalizada”, como um partido político. Um partido político será capaz de produzir um discurso tratando sobre algum tema que concorrerá com outro discurso produzido por outro partido. Nesta relação, existirá uma produção de sentidos que remeterá à relação entre elementos na formação de momentos do discurso produzido pelo partido. Ou seja, mesmo discursos consolidados disputam sentidos.

Portanto, a teoria do discurso possibilita a compreensão de formações discursivas e sua estruturação antagônica a partir de relações institucionalizadas e regradas; a formação dos sentidos nessa relação se dará por elementos antagônicos que serão originados por elementos discursivos que, carregados de sentidos, constituirão os momentos. As práticas discursivas constituídas nas relações antagônicas, como será demonstrado neste capítulo e ao longo deste trabalho, serão produzidas por identidades concorrentes, o que também constitui processos de identificações a partir de determinadas disputas por determinados sentidos.

Até este momento demonstramos como um discurso vai se constituindo como tal, como os elementos dispersos em um campo discursivo se articulam com outros, formando momentos, e como esses momentos formam um discurso a partir dessa prática articulatória. A próxima seção tratará de apresentar os conceitos de pontos nodais e hegemonia, indicando sua relação com os conceitos de significante vazio e significantes flutuantes.

1.4 Pontos Nodais e Hegemonia

Nesta seção, o enfoque principal será de apresentar e explicar os conceitos de pontos nodais e hegemonia, complementando com o entendimento de significante vazio e significante flutuante, intercalado com esses conceitos. Na seção anterior, explicamos que a formação discursiva é resultado de uma prática articulatória que transforma elementos dispersos no campo da discursividade – o campo social, por assim dizer – em momentos diferenciais de um discurso. Também afirmamos, a partir do entendimento da teoria do discurso, que a formação de um discurso poderá se originar com base em uma dada relação antagônica a partir de identidades políticas já formadas, mas que sofreram, a partir da relação antagônica estabelecida entre elas, processo de identificação que acarretará na modificação, em partes, de sua identidade inicial. Assim, nesta seção a relação com outros conceitos tornará o entendimento da teoria do discurso mais completo, por mais que para isso seja necessário tornar ainda mais complexa sua estruturação como teoria de análise política e social.

Se o *status* de momento de uma formação discursiva é caracterizado pela relação de articulação com outros momentos que antes dessa articulação eram elementos, o que define e constitui um ponto nodal? Para isso será necessário retomar algumas informações já enunciadas na parte introdutória deste trabalho, mesmo que

ainda de forma superficial, e indicar novas características sobre o conceito e a função do antagonismo, que será desenvolvido numa seção específica ainda neste capítulo.

Nesta parte introdutória apresentamos, em linhas gerais, o papel do antagonismo na produção de um discurso. O antagonismo é o momento que marca a ruptura do social e o momento que possibilita a instituição do político, marcado pelo deslocamento – ele abre caminho para as relações políticas propriamente ditas, para os processos de identificação. É neste ponto, marcado pela falta, por algo que é tolhido, que a relação antagônica tem início. Deste modo, a articulação discursiva, para existir, precisa de um exterior constitutivo, e esse exterior constitutivo é a marca do antagonismo, é o discurso antagônico. Isso significa que a relação antagônica dá início à construção de identidades políticas a partir de uma relação com o “Outro” e com o próprio discurso interno – os momentos articulados. De forma rápida, tal explicação, que será retomada na seção que tratará especificamente sobre o antagonismo, já se mostra suficiente para pensarmos a construção de pontos nodais. Lembrando, novamente, como afirmado no início deste capítulo, os conceitos da teoria do discurso aqui apresentados se mostram altamente relacionados. Por isso, em muitos casos, falaremos de um para explicar outro, sem a necessidade de “esgotamento”. Então, de forma resumida, o antagonismo, marcado pela falta, pelo deslocamento de toda identidade, é a possibilidade da articulação que formará o discurso e, por consequência, se condensará a partir de um ponto nodal, também resultante de um exterior constitutivo.

Todos os conceitos da teoria do discurso, em seus momentos de formação, assumem *status* privilegiados para a teoria, mesmo que alguns sejam mais destacados que outros. Neste sentido, tendo em vista a relação antagônica e a articulação na formação do discurso, o ponto nodal dessa formação discursiva assume uma característica fundamental na construção do próprio discurso. É através do ponto nodal que se estabelece a união entre os momentos diferenciais, uma vez que um ponto nodal, ou seja, um ponto discursivo privilegiado, aglutina outros discursos¹¹ em torno de si. O ponto nodal é ainda o determinante dos limites desse

¹¹ Neste momento, ao falarmos de discurso, a posição ocupada na formação de um discurso mais amplo o define como um momento da articulação em torno do discurso mais amplo. Quando nos referimos ao discurso feminista e logo nos referimos ao discurso em prol da democracia, percebemos que o discurso feminista faz parte desse discurso mais amplo, em defesa da democracia. Neste contexto, o discurso feminista, formado pela sua cadeia articulatória, assume o *status* de momento do discurso em defesa da democracia. Aqui preferimos usar discursos mais gerais, pois tornam a

discurso, do que está articulado e não está articulado, ou seja, o que ele representa e o que não representa.

Toda prática articulatória resultará em um ponto nodal, que representará todas essas particularidades. “Como sabemos, um discurso é o resultado de uma prática articulatória estabelecida entre momentos diferenciais, organizados a partir da constituição de um ponto nodal” (MENDONÇA, 2003a, p. 143).

Neste sentido, o ponto nodal é o resultado da organização de elementos que, posteriormente, se tornaram momentos de cadeia de equivalência e, por fim, se constituíram como discurso. Mendonça (2003a, p. 143) afirma que os pontos nodais diferenciam uma formação discursiva de outros discursos e também a diferencia dos elementos que não estão discursivamente articulados no campo da discursividade. Portanto, o ponto nodal, através da prática articulatória, é a possibilidade de uma determinada particularidade ter a sua universalização, ou seja, ter os seus sentidos hegemonizados. Com isso, as práticas articulatórias são constituídas em torno de pontos nodais e, ao mesmo tempo, suas constituidoras.

Desta forma, um ponto nodal é onde as significações serão articuladas, ou seja, onde a lógica da equivalência irá subverter, em partes, todas as diferenças das identidades articuladas com esse ponto privilegiado. Mendonça (2003b, p. 143) afirma que os pontos nodais são fundamentais para a prática articulatória, pois, por serem pontos discursivos privilegiados, eles possuem a capacidade de fixar, mesmo que de forma precária, a própria articulação.

Destacando que o ponto nodal, uma identidade hegemonizada (em cada polo antagônico), como veremos, é delimitado pelo seu corte antagônico, seu exterior constitutivo, ou seja, em uma disputa discursiva um ponto nodal sempre terá o seu antagônico. Portanto, todo ponto nodal se constitui em uma luta por hegemonia e, neste sentido, quando uma determinada identidade se hegemoniza, esvaziando sua particularidade inicial, se torna, necessariamente, um significante vazio.

Antes, para entender o momento da hegemonia como orientador e ocupante de um significante vazio, é necessário compreender o movimento entre articulação e formação do ponto nodal. Já vimos todo o desenvolvimento inicial da formação do discurso a partir da prática articulatória, e compreendemos as categorias de elementos e momentos neste processo. O ponto nodal nada mais é que o particular

explicação mais acessível. No entanto, é possível pensar a desarticulação total de um discurso, seja em prol da democracia, seja o próprio discurso feminista.

de um desses momentos da cadeia articulatória que se transforma num universal representativo, um ponto de aglutinação entre as diferenças articuladas. É, portanto, a “centralização” de um desses momentos como a interligação entre todos os momentos constituidores do discurso. No exemplo sobre o discurso feminista, podemos pensar, de forma hipotética, num momento discursivo que defende a representação proporcional a partir de cotas, o direito ao aborto como escolha da mulher, a luta contra a sociedade machista e a cultura do estupro, e muitos outros. Num determinado contexto, uma dessas particularidades passará a representar o todo do discurso feminista, esvaziando sua particularidade para isso, mas, como vimos, sem ter sua total transformação. Então, o direito ao aborto, neste exemplo hipotético, assume o papel de ponto nodal nessa formação discursiva, instituindo a representação que constitui o discurso feminista.

Neste momento, a partir da lógica laclauiana, é pertinente a compreensão do conceito de “Hegemonia” desenvolvido no âmbito da teoria do discurso aqui tratada, um conceito fundamental para a teoria do discurso que, para alguns autores, pode ser chamada de “teoria da hegemonia”. É importante percebermos que o momento da hegemonia é fruto dessa formação discursiva e, assim, a hegemonia de um discurso, no sentido desenvolvido por Laclau e Mouffe, é a representação de um particular que se esvazia para se tornar um universal representativo. Portanto, a relação antagônica, como veremos, poderá ser entendida como um ponto de hegemonia num sentido mais micro, caracterizada pelo ponto nodal, e sua ampliação poderá se tornar uma hegemonia mais ampla, para além da relação antagônica entre duas ou mais identidades ou discursos. No entanto, é fato que quando o social se divide em dois polos, em duas articulações antagônicas, teremos duas formações hegemônicas (LACLAU, 2013) lutando pela representação dominante do espaço do social, a busca pela formação da sociedade, mesmo que impossível.

Todo discurso busca se hegemônizar, ou seja, uma identidade tenta impor sua particularidade sobre a outra, mesmo que seu sentido nunca seja plenamente constituído; e é disso que decorre a impossibilidade de totalização, a impossibilidade da formação de um discurso pleno. É neste sentido, mais precisamente, que Laclau (2000, p. 106) desenvolve sua ideia de impossibilidade da sociedade, pois, como existem várias formas de relações dispersas nesse espaço, a sociedade não pode ser um objeto inteligível como um todo e, assim, passa ser identificado como o “espaço do social”, o espaço das várias produções discursivas. Todo instante hegemônico

necessita de uma relação antagônica, pois, o momento em que uma identidade particular atinge a hegemonia é precedido por algum discurso que o antagonizava ou ainda se mantém como antagônico. Por outro lado, mesmo que haja uma hegemonia, o social ainda se mantém fragmentado por diversas lutas antagônicas, o que poderá ameaçar a hegemonia “dominante”.

Mendonça (2007, p. 251) afirma que todo processo hegemônico parte de uma identidade particular que consegue representar discursos ou identidades antes dispersas no campo da discursividade. A hegemonia, neste sentido, é um lugar vazio, pois para atingir a posição hegemônica uma determinada identidade, é necessário esvaziar as suas particularidades na busca de representar outras tantas identidades, portanto, universalizar seus sentidos.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), no espaço do social pode haver vários pontos de hegemonia decorrentes dos antagonismos, o que nós identificamos como sendo uma visão “micro” dos espaços de lutas dispersos no social. Todos os discursos buscam universalizar seus conteúdos particulares, ou seja, toda formação discursiva tem como objetivo expandir seu sentido na busca de se tornar um discurso sistematizador, um discurso hegemônico. Nas palavras dos autores: “[...] a hegemonia emerge num campo atravessado por antagonismo e, portanto, supunha os fenômenos da equivalência e os de fronteira. Porém, inversamente, nem todo antagonismo supõe práticas hegemônicas” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 215). Voltaremos a essa afirmação.

Um discurso hegemônico é sempre um discurso sistematizador, pois ele aglutina outros sentidos, ou seja, hegemonia é quando uma identidade, de forma precária e contingente, passa a representar diversas outras identidades dentro desse discurso. Com isso, o discurso sistematizador acaba abarcando novos sentidos, o que faz com que seu conteúdo original seja modificado, pois para buscar essa hegemonia ele tem de ampliar seus conteúdos. Portanto, é através dessas disputas hegemônicas que se constituem os discursos políticos, ou seja, a hegemonia parte de qualquer relação de luta política. Conforme os autores:

Hegemonia é, simplesmente, um tipo de relação política, uma forma, por assim dizer, de política, mas não um lugar determinável na topografia do social. Em uma dada formação social, pode haver uma variedade de pontos nodais hegemônicos. (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 219).

Ao se retomar o debate a partir desses dois últimos parágrafos, ficam duas questões: afinal, a hegemonia decorre do antagonismo? Tal resposta, como se pôde perceber no decorrer do texto, não deixa margem de dúvida que sim. Então, como existe antagonismo sem hegemonia? Para a compreensão desta segunda pergunta e o entendimento de sua resposta, é necessária uma atenção mais pontual. Quando se trata de uma sociedade fragmentada, entendemos que existem diversos pontos de antagonismo que constituem esses espaços e que podem levar a uma definição hegemônica. Por outro lado, é fato que a existência desses antagonismos impede que nenhuma hegemonia se torne um fundamento para todo o sempre: ela estará sempre ameaçada por outro discurso que poderá ser hegemônico. Nesse sentido, temos que a hegemonia é um espaço vazio em que identidades se constituem na tentativa de hegemônizar seus conteúdos.

Após apresentarmos a relação entre hegemonia e antagonismo e termos nos questionado como existe antagonismo sem hegemonia, passamos agora para seu entendimento. Para além da divisão do espaço do social em dois polos antagônicos, e por isso dois polos hegemônicos (no sentido de populismo desenvolvido por Laclau (2013)), é preciso compreender a hegemonia a partir da fragmentação e da formação de disputas discursivas específicas. Neste sentido, quando tratamos de uma disputa imersa no espaço do social, mas que não coloca em xeque sua estruturação mais estável (sua hegemonia ainda incontestável), mas sim uma disputa mais “particularista” (ou micro, como mencionado anteriormente), como, por exemplo, a luta entre os ecologistas e a monocultura de eucalipto no interior do Rio Grande do Sul (VIEIRA JUNIOR, 2009), é possível identificar dois discursos hegemônicos a partir da posição de seus momentos. Portanto, o que se quer dizer com isso é que ao se levar em consideração a formação interna de cada discurso a partir de suas articulações, é possível perceber que essa formação institui um momento hegemônico interno ao discurso. Num outro momento, a partir da compreensão relacional com o discurso antagonizado, o que está em disputa é exatamente o caráter hegemônico sobre os aspectos daquela luta política – se o mais importante é a ecologia ou a relação com o mercado da monocultura. Ainda neste contexto, podemos identificar um discurso hegemônico e, por isso, sistematizador do social, sendo combatido por diversos outros discursos antagônicos, sem que esses assumam uma posição hegemônica neste recorte específico.

É neste sentido que, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois, como já havíamos destacado anteriormente, todo processo hegemônico necessita de uma relação de antagonismo, até mesmo se pensarmos em disputas arrefecidas: elas não sumiram. Com isso, todo processo hegemônico tem o seu lado negativo – ou vários, entendidos como pontos de tensão. Além do mais, toda hegemonia se constitui a partir de um antagonismo, tornando-se um significante vazio.

Sem dúvida, outro conceito de grande importância para a teoria do discurso é a noção de significante vazio. Ele já apareceu diversas vezes em explicações anteriores, pois permeia todo entendimento da teoria. No entanto, ainda se faz necessária uma melhor explicação sobre tal conceito. Segundo Laclau, “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 67). Um determinado discurso, um ponto nodal, abarca tantos significados de vários momentos que se articularam em torno desse ponto nodal que ele acaba esvaziando suas particularidades e representando outras particularidades dessas identidades articuladas com ele. Para Mendonça (2003b), um significante vazio é um significante sem significado em função de uma polissemia de sentidos que estão articulados em torno de seu significado. Segundo o autor, isso faz com que este esvazie seus conteúdos específicos na busca de representar tantas outras identidades, tornando-se, portanto, um significante sem um significado específico. Com isso, ele representa muitas outras identidades, mas nenhuma única em particular, e assim torna-se significante vazio. Tal vazio é entendido a partir de uma abundância de sentidos, e não pela ausência deles.

“Esse esvaziamento de um significante particular de seu particular significado diferencial é, como vimos, o que torna possível a emergência de significantes “vazios” como significantes de uma falta, de uma totalidade ausente”. (LACLAU, 2011, p.75).

Mendonça (2003a) afirma que quanto mais conteúdos forem incorporados por esse significante, maior será o reconhecimento de diferenças em um espectro democrático. Em suas próprias palavras:

“No caso dos significantes vazios, por exemplo, quanto mais estendida for a cadeia de equivalências, mais os conteúdos particulares irão se

universalizar. E essa universalização dos conteúdos incorporados por um significante vazio tende a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças num espectro democrático tendente à universalização”.
(MENDONÇA, 2003a, p. 143).

Para Laclau (2011, p. 75), o significante pode estar vinculado a distintos significados. Isto significa que demandas diferentes, com sentidos diferentes, se articulam em torno de um ponto nodal, um ponto que teve a sua particularidade universalizada, portanto, tornou-se um significante vazio. Segundo Laclau (2000), o significante vazio, uma diferença particular que assumiu o papel de representação – sem deixar de ter sua particularidade – representa todas as identidades particulares que estão articuladas com esse significante.

Assim, o significante vazio “representa” a impossibilidade de uma objetivação de um objeto qualquer, ou seja, de um fundamento último. O lugar vazio do significante é a possibilidade de formação de identidades a partir de relações de identificação, pois a não existência desse fundamento último é o que possibilita fundamentar verdades parciais, contingentes e precárias.

Já significantes flutuantes são sentidos gerados de forma diferente, por identidades diferentes, ou seja, uma mesma “coisa” pode ser percebida de forma diferente por grupos diferentes:

“[...] um significante como “democracia” é essencialmente ambíguo em razão de sua amplitude e sua circulação política: adquire um de seus possíveis sentidos na medida em que vai articulado equivalentemente a “antifacismo”, e outro totalmente distinto a sua equivalência se estabelece com “anticomunismo”. (LACLAU, 2000, p. 44-45).

O sentido de democracia pode ser significado de várias formas diferentes, como, por exemplo, o que é compreendido como democracia para os países europeus liberais é diferente do sentido dado à democracia pelos países do Oriente Médio. Assim, democracia é visto como um valor positivo para uma determinada identidade, mas para outra a democracia pode ser vista, pelo menos em partes, de forma negativa. É importante destacar que o significante flutuante pode estar de um lado e de outro em uma disputa hegemônica, ou seja, esse sentido pode ser visto dos dois lados dos polos antagônicos, flutuando entre eles, no entanto, sendo significado de formas diferentes por ambos os polos(novamente, a disputa pelos seus sentidos).

A existência de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras entre elas, que constitui a relação entre equivalência e limite, são marcadas pela relação de flutuação entre elementos que aparecem nesses discursos ainda em formação, o que possibilita a construção de uma hegemonia. Portanto, a formação de pontos nodais e a construção de uma relação hegemônica só são possíveis tendo em vista o fato de que todo significado é vazio e relacionado a significantes flutuantes, dependendo da relação de formação desse significado.

O objetivo desta seção foi apresentar os conceitos de pontos nodais e hegemonia e complementar com o entendimento de significantes vazios e significantes flutuantes, de maneira a identificar suas características na formação de um discurso. A próxima seção versará sobre os conceitos de antagonismo, deslocamento, identificação e identidade, buscando construir um entendimento dessa relação na formação de discursos, ou seja, o antagonismo como o momento da formação de identificações políticas na formação de uma identidade, mesmo que uma identidade sempre instável e marcada pela precariedade e contingência.

1.5 Antagonismo, deslocamento, identificação e identidade

Nesta seção trataremos dos conceitos de antagonismo, deslocamento, identificação e identidade, todos relacionados com seu substrato que é necessariamente político. Assim, o caráter político funda as relações que se constituem por uma falta de identidades sempre deslocadas, marcadas pelo corte antagônico, o que abre caminho para as diversas articulações e identificações na construção dessas identidades – sempre precárias e contingentes. Por se tratar de uma teoria complexa, a retomada de determinados “conceitos”, ao tratar sobre definições diferentes, se mostra imprescindível. Isso indica a relação necessária de um conceito com outro para que possa ser compreendido num todo explicativo, por mais que possa parecer repetitivo. Além dos conceitos enfatizados nesta seção, será necessário retomar o entendimento sobre discurso, articulação de elementos e momentos e hegemonia, para aí sim adentrar de forma mais aprofundada no que se entende por antagonismo no âmbito da teoria do discurso de Laclau e Mouffe e seus possíveis desdobramentos para estudos de e da política.

No momento da articulação, a falha da estrutura não desaparece. Isso torna possível a constituição e a organização das demandas que serão articuladas. Tal relação não se deu por uma vontade positiva, mas por uma falta constitutiva que emerge no caráter deslocado de toda identidade discursiva, que possibilita a relação antagônica. É esta falta que torna possível a modificação das identidades envolvidas que transitarão entre elementos e momentos em diversas relações antagônicas emergentes dentro do espaço do social. A relação entre elementos e momentos, sua transformação, é um ponto fundamental para entender o “esvaziamento” da particularidade de uma identidade e sua reestruturação no momento da articulação e ao fim dela. O sentido de que uma identidade é sempre deslocada (LACLAU, 2000, p. 59-60) é o espaço de proliferação das relações antagônicas que, a partir da articulação e da transformação de elementos em momentos de uma cadeia articulatória, constrói identificações políticas que resultarão numa identidade discursiva sempre limitada, precária e contingente.

Ao tratar sobre os conceitos de deslocamento e antagonismo, Laclau (2000) rearticula seu pensamento em relação a três pontos principais: sobre o caráter deslocado de toda identidade, sobre o limite da simbolização e sobre o limite da objetividade – as duas últimas estão intimamente ligadas com a primeira, mas, no nosso entendimento, constituem espaços e momentos diferentes. Antes de *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (2000), o autor indicava que o antagonismo era o limite de toda identidade (sua possibilidade e sua impossibilidade), o limite da simbolização de um dado sistema e o limite de toda objetividade de uma identidade e de um sistema (discurso). Isto significa que, numa dada estrutura social, a relação antagônica apresentava sua própria estruturalidade em relação ao seu corte antagônico. O inimigo antagonizado era o desconhecido e, deste modo, o limite da simbolização do discurso. Posterior a isso, Laclau (2000) afirma que as relações entre identidades se constituem sempre de maneira a não formar um sistema fechado e não conseguem se constituir plenamente. Portanto, “(...) as identidades e suas condições de existência formam um todo inseparável” (LACLAU, 2000 p. 37), o que nos leva a compreender que o antagonismo já está inscrito no sistema simbólico a partir do deslocamento de uma identidade. No entanto, o deslocamento assume uma primazia em relação às possibilidades de um dado discurso, como afirma o autor:

“Segundo vimos, toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior constitutivo que, ao mesmo tempo em que a nega, é sua condição de possibilidade. Mas isto mesmo significa que os efeitos do deslocamento terão de ser contraditórios. Se por um lado eles ameaçam as identidades, por outro estão na base da constituição de novas identidades.” (LACLAU, 2000, p. 55).

Além disso, o autor afirma que o deslocamento “resulta da presença de forças antagônicas” (LACLAU 2000, p. 56), o que nos leva a compreender que o caráter deslocado de toda identidade é sempre reconfigurado pelo exterior constitutivo a partir de uma falta constitutiva, ou seja, o deslocamento possibilita novas identificações a partir das relações antagônicas.

“Na medida em que a estrutura é deslocada, surge a possibilidade de centros: a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte das diversas forças antagônicas em torno de pontos nodais de articulações preciosas.” (LACLAU, 2000, p.57).

Por isso, é possível perceber que nas obras de Laclau o autor sempre retoma tal pensamento e rearticula as categorias deslocamento e antagonismo em seu raciocínio. Neste sentido, podemos entender que o deslocamento passa a ser o limite de toda simbolização. No entanto, a categoria antagonismo pode ser entendida como o limite de toda objetividade. Em nosso entendimento, constituem dimensões diferentes. Isso implica o entendimento de que o caráter deslocador de toda identidade é o espaço do não simbolizado, é a possibilidade da compreensão de que um discurso em sua estruturalidade só possa ser “significado” dentro desse mundo simbólico. Assim, o antagonismo só se constitui nesse mundo simbólico, ou seja, é quando uma falta desloca uma identidade levando-a a uma nova rearticulação marcada pelo seu corte antagônico. Por isso, o antagonismo surge a partir do deslocamento, na tentativa de criar uma nova ordem a partir de uma nova simbolização. Tal simbolização foi deslocada pela falta que emergiu numa dada identidade/discurso. O antagonismo, assim, se constitui como o limite da objetividade desse discurso antagonizado por outro, mas que já faz parte desse mesmo mundo simbólico.

Conseqüentemente, é importante atentar para o fato de que a categoria antagonismo desenvolvida por Laclau e Mouffe necessita do mundo simbólico para se constituir. O antagonismo só pode emergir numa relação complexa de significação em que o discurso é formado e constitui as relações materiais. Isto posto, Laclau e Mouffe

(2015, p. 199-200) descartam a relação antagônica como uma oposição real ou como uma contradição, como desenvolvida por Lucio Colletti a partir de sua interpretação de Kant. O choque entre dois objetos não elimina sua existência física e a oposição real ocorrida entre eles. Além disso, muitas relações contraditórias emergem do social sem, necessariamente, constituir uma relação antagônica. Portanto, o antagonismo é um conceito específico que não mantém relação direta e necessária com a ideia de oposição real e de contradição. No terreno da teoria do discurso dos autores aqui tratados, o antagonismo constitui determinadas identidades a partir de articulações discursivas marcadas pela negação de sua expansão dentro de um jogo simbólico de significados e sentidos. Enquanto oposição real e contradição se originam do entendimento de que suas identidades já são plenas e constituidoras de uma totalidade (mesmo no caso físico, para oposição), a noção de antagonismo parte da impossibilidade dessa totalização tendo em vista a presença do “outro”. A presença do discurso antagonizado impossibilita essa totalização (LALCAU; MOUFFE, 2015).

“As descrições usuais dos antagonismos na literatura sociológica ou histórica confirmam esta impressão: explicam as condições que tornam os antagonismos possíveis, mas não os antagonismos como tais. (...) o antagonismo constitui os limites de toda objetividade, a qual se revela como objetivação parcial e precária.” (LALCAU; MOUFFE, 2015, p. 201-202).

A noção de antagonismo parte da impossibilidade da objetivação de qualquer identidade, não havendo, assim, uma relação entre identidades plenas. É neste sentido que se entende a impossibilidade de um fechamento completo ou da plenitude de um discurso qualquer, por isso a precariedade de toda identidade que, por consequência, só existe no âmbito da identificação política constituída por diferenças.

Então, para Laclau e Mouffe (2015, p. 202), todo discurso que nega o outro se constitui como antagônico, pois ao mesmo tempo em que ele delimita seu corte antagônico, seu opositor, ele se constitui como “ele mesmo”, portanto, a negação do outro é ao mesmo tempo a possibilidade de constituir sua própria identidade, como também a impossibilidade do antagonizado constituir plenamente a sua identidade. Ainda segundo os autores, na formação do social há possibilidade da existência de vários antagonismos:

“Até agora, ao falarmos de antagonismos, temos conservado o termo no singular a fim de simplificar nosso argumento. Mas é claro que o

antagonismo não necessariamente emerge em um único ponto: qualquer posição num sistema de diferenças, na medida em que é negada, pode tornar-se o *locus* de um antagonismo. Desta forma, há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros.” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 209).

Para os autores, o social pode ser percebido a partir de vários antagonismos e, ainda, quanto mais um sistema não responde de forma satisfatória às demandas sociais, quanto menos ele é capaz de conciliar as diferenças, maiores serão os pontos de antagonismos:

“[...] quanto mais instáveis as relações sociais, menos exitoso será qualquer sistema definido de diferenças e os pontos de antagonismo proliferarão [...] a proliferação de pontos de antagonismo permite a multiplicação de lutas democráticas [...] isto é, entrar em equivalência umas com as outras e dividir o espaço político em dois campos antagonísticos.” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 209/210).

As lutas democráticas emergem num contexto marcado por uma dupla característica que pode parecer paradoxal: o campo é relativamente suturado e, ao mesmo tempo, as identidades sempre deslocadas (LACLAU, 2000, p. 37) expressam seu caráter fragmentado. Isso implica a compreensão de que o espaço social é “formado por uma multiplicidade de práticas que não esgotam a realidade referencial e empírica dos agentes que fazem parte dela” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 210-211). No entanto, para que o antagonismo ocorra, é necessário compreender que toda identidade é deslocada e marcada por uma falta constitutiva e, ao mesmo tempo, sempre em busca de uma certa sedimentação. Com isso, o fato de o social ser “relativamente suturado” não é o mesmo que afirmar que ele está fundado numa objetividade última, mas sim afirmar seu caráter precário. Portanto, sua precariedade e contingência indicam sua fragmentação como social e as múltiplas possibilidades de articulações discursivas, o que, por outro lado, não elimina uma possível articulação com outros discursos na formação de um discurso mais amplo que possa dividir o social em dois polos. Segundo a teoria do discurso, este é o caminho do populismo (LACLAU, 2013).

Desta maneira, o discurso – entendido não como simples atos de fala, mas como prática – se constitui em oposição a outro discurso, ao seu “negativo”, ao seu concorrente, de forma a negar toda substância antagonizada a partir da produção de sentidos opostos. Além do mais, dentro dessa disputa discursiva, o antagonismo

impossibilita o fechamento completo dos sentidos de um discurso; “[...] o antagonismo e a exclusão são constitutivos de toda identidade” (LACLAU, 2011, p. 88). Com isso, todo discurso é mais do que aquilo que ele abarca. É, também, aquilo que ele exclui. O antagonismo não tem um sentido objetivo, ele é a própria impossibilidade de sua construção.

Assim, podemos interpretar o antagonismo como afetado tanto pela relação articulatória como por seu antagônico. O discurso antagonizado também sofrerá essa alteração a partir de sua articulação interna e do exterior constitutivo, seu antagônico. Acreditamos, então, que a relação antagônica afeta as identidades de todos os envolvidos nessa relação, ou seja, o exterior constitutivo, o antagonizado, será afetado por essa relação também, não se constituindo como um discurso pronto e estático, mas sempre em formação, dependendo da relação articulatória do “outro” discurso nessa relação específica.

Mendonça (2012), tratando sobre a categoria antagonismo a partir da releitura feita por Laclau e indicando sua função no desencadeamento de um processo articulatório, afirma que “(...) sua função limita-se a isso, uma vez que, estando o corte antagônico externo ao discurso, ele não é capaz de produzir sentido nele” (p. 206). Decerto, um discurso não é capaz de produzir sentidos em termos positivos num outro discurso, o que não elimina sua necessidade constitutiva, tendo em vista seu caráter deslocado, da relação com o seu negativo nessa constituição. Isto significa dizer que a reestruturação de um sistema deslocado só é possível em virtude da relação antagônica. “(...) mostrar que a negatividade é constitutiva de toda identidade e que, portanto, o projeto racionalista de determinar o sentido objetivo ou positivo último dos processos sociais estava destinado ao fracasso” (LACLAU, 2000, p. 20). Desta afirmação podemos tomar duas interpretações: a primeira é a de que, marcados pelo corte antagônico, um discurso “A” não produz sentidos positivos num discurso “B”; e a segunda é a de que o discurso “A” só pôde existir pelo fato de que algo lhe foi tolhido, ou seja, outro discurso, o discurso “B”, “irritou” e afetou alguma estabilidade que existia no sistema – a ligação que forma um discurso a partir da relação antagônica.

As forças antagônicas não são a expressão de um movimento objetivo mais profundo que englobaria a ambas, e o curso da história não pode, portanto, expandir-se a partir da objetividade essencial de nenhuma delas. Esta última é sempre uma objetividade ameaçada por um exterior constitutivo (LACLAU, 2000, p. 39).

Feitas essas ponderações, e levando em consideração as indicações de Mendonça (2012), que por sua vez baseou-se nas reflexões da carta de Alleta Norval sobre o caráter positivo na formação de uma identidade¹², Laclau (2000, p. 180) afirma que toda positividade interna de um discurso só é possível por um exterior radical que subverte e impossibilita sua expansão e completude, ou seja, o corte antagônico. O seu negativo é a própria possibilidade de articulação interna de um discurso e a construção dessa positividade, uma positividade sempre limitada e falha em sua tentativa de completude (LACLAU, 2000, p. 34). Portanto, segundo Laclau (2000; 2011; 2012; 2015), a relação de identificação política passa pela relação antagônica possibilitada pelo deslocamento de toda identidade que se inscreve nesse mundo simbólico e é limitada pelo seu antagônico – sendo a possibilidade de sua positividade como seu limite.

Afirmar o caráter constitutivo do antagonismo, como temos feito, não implica, portanto, remeter toda objetividade a uma negatividade que substituiria a metafísica da presença em seu papel de fundação absoluta, já que esta negatividade só é concebível, precisamente, no marco da metafísica da presença. O que implica é afirmar que o momento da indecibilidade entre o contingente e o necessário é constitutivo e que o antagonismo, por tanto, também é (LACLAU, 2000, p. 44).

Deste modo, o antagonismo exerce uma função no sentido de desestabilizar e subverter as diferenças constituídas, seja dentro do discurso antagônico, seja dentro do próprio discurso antagonizado. A relação antagônica é constitutiva da identidade interna do discurso, e também afeta a formação da identidade do discurso antagonizado, pois o limite ameaça todas as diferenças envolvidas nessa relação. Por isso, toda identidade será constantemente cindida, marcada pela relação entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência. É neste trânsito, entre diferença e equivalência, constantemente deslocado, conforme o autor, que reside o momento da indecibilidade. Portanto, o antagonismo é a possibilidade de identificações políticas na constituição de identidades, ainda que precárias e contingentes.

A lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim as formam. Neste sentido, a realidade social não pode ser simplesmente descrita

¹² Este debate entre Norval e Laclau é um dos capítulos do livro “Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo” – Laclau (2000).

por relações preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes. Não existe uma essência que define uma identidade, pelo contrário, é a impossibilidade de se chegar a essa essência (marcada pelo seu caráter deslocado e pela impossibilidade de objetivação imposta pelo corte antagônico) que constitui e configura as identificações resultantes dessa luta antagônica. Por isso, como temos buscado demonstrar neste capítulo, a formação de identificações políticas parte de uma disputa política que é marcada por uma fronteira que a delimita, o que impõe um não fundamento, ou seja, a disputa política é fruto de conflitos que constituem identificações políticas que jamais serão finitas, fechadas, mas que constituem identidades enquanto articuladas em torno de um ponto nodal.

Como enfatizamos na introdução deste trabalho, Stavrakakis (2007) apresenta a diferença entre identidade e identificação, enfatizando o caráter constitutivo da identificação política a partir de sua impossibilidade de completude, tendo em vista a ideia de falta constitutiva. Assim, o resultado de uma identificação jamais resultará numa identidade final, mas numa identificação que “sedimentará” uma identidade formada pelas suas articulações precárias e contingentes; uma formação discursiva sempre marcada por uma falta. É neste tocante que entendemos que para haver identificações políticas é necessário perceber que o espaço do social é marcado por uma gama de antagonismos que indicam seu caráter fragmentado e plural (LACLAU, 2011). Portanto, todo ato de identificação política na construção de identidades necessita do corte antagônico, do seu limite e, por isso, do seu exterior constitutivo, como a possibilidade do momento da articulação interna de um discurso na construção de sua positividade – sempre limitada e falha.

Toda relação de identificação necessita de algo externo, algo que coloque em xeque aquilo que antes definia uma estrutura qualquer, e é neste exato instante que se percebe a precariedade de tal estrutura e sua impossibilidade de fechamento. Por isso, a definição de identificação política contida no pensamento pós-fundacionalista e pós-estruturalista apresentada por Stavrakakis (2007) ainda nos permite entender a formação de uma identidade a partir de seu caráter deslocado, uma identidade sempre limitada, precária, contingente e falha. A relação com o outro é condição de qualquer identificação política (LACLAU, 2000, p. 37) e, portanto, o limite antagônico marca as relações políticas constitutivas do social.

O exterior constitutivo na operação de uma identificação política não pode ser confundido como algo similar, mas o oposto disso. O que caracteriza o momento de uma identificação é a existência de um deslocamento no sistema em que a identidade será reconfigurada por uma nova identificação limitada e constituída a partir de uma falta que marcará a emergência do corte antagônico. É neste sentido que a sociedade é compreendida como uma impossibilidade (LACLAU, 2000), pois as relações antagônicas constituem o social que, a partir de relações de identificações possibilitadas pelo seu corte antagônico, fragmentam o espaço do social apresentando sua complexidade constituída a partir de diversas lutas, sem o reducionismo de uma luta apenas e com a formação de identidades fechadas em torno dessa luta. Assim, quando falamos em identificações políticas, estamos falando de articulações entre elementos que se tornam momentos de uma cadeia articulatória antagonizada por outro discurso. Por isso, se pensarmos numa identificação política sem pensar no que a precede, a relação antagônica, não estaríamos falando de disputa política, mas sim de uma mesma identidade já constituída e fechada – a questão da positividade criticada por Laclau.

Isto posto, o que resulta é uma série de identificações constituídas a partir de relações de antagonismos existentes no espaço do social. Como enfatiza Stavrakakis, um jogo profundamente político. A complexidade e fragmentação do tecido social, marcada pelas diversas relações antagônicas e pela impossibilidade de constituição de uma identidade final, constrói sua estabilidade a partir de diversos atos de identificações. Deste modo, como apresenta Stavrakakis (2007, p. 31), a teoria lacaniana sobre o sujeito não deveria falar em políticas de identidade, mas sim políticas de identificação, pois o processo de identificação se revela constitutivo da vida sociopolítica, que jamais se fechará em torno ou a partir de uma identidade final. No entanto, é importante perceber que a Identificação é entendida como um processo, e a identidade é a “substância”, a “estrutura” – uma substância e uma estrutura sempre precária e contingente, marcada pela impossibilidade de se constituir plenamente, visto que ela é marcada por uma falta constitutiva e limitada pelo seu corte antagônico, o que define seu limite e a impossibilidade de sua totalização. Por isso, quando se trata de identidades políticas ou sobre a constituição dessas identidades, o processo de identificação já ocorreu e ainda se mantém, dando certa estabilidade para essa identidade.

É neste sentido que compreendemos que toda atividade política jamais será finita, pois é constituída por uma falta. Por fim, marcada por essa falta, a atividade política só se constituirá a partir da relação antagônica, que é o próprio processo de toda atividade de disputa política.

1.6 Considerações do capítulo

Neste capítulo apresentamos a formação da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, enfatizando sua ruptura com o marxismo clássico e seu diálogo com as correntes pós-fundacional e pós-estruturalista. Deu-se destaque para a continuação do debate teórico realizado pelo filósofo/teórico político Ernesto Laclau. Logo, buscamos dar maior importância para a compreensão do que se entende por discurso e como este é formado, ou seja, o discurso como resultado da prática articulatória. Posteriormente, apresentamos os conceitos de pontos nodais e hegemonia, indicando sua relação com os conceitos de significante vazio e significantes flutuantes, de maneira a enfatizar o entendimento de Laclau e Mouffe sobre o conceito da categoria hegemonia, por eles apresentado. Em seguida, expusemos o debate referente à relação entre identidade e identificação política a partir de relações antagônicas possibilitada pelo deslocamento, um debate denso e com algumas particularidades, mas que consolida a teoria do autor como uma teoria pós-fundacional e pós-estruturalista.

É importante salientar que, além das obras dos autores da teoria do discurso, utilizamos, na apresentação da teoria, artigos que tratassem do tema, a fim de construir uma argumentação mais ampla sobre esta. Portanto, é a partir desses conceitos apresentados que a teoria do discurso está plasmada. É a partir deste enfoque teórico que este trabalho está fundamentado.

Por fim, é importante compreender a teoria do discurso, desenvolvida inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e, posteriormente, incrementada por Laclau, como um esforço intelectual – mas também metodológico, visto suas aplicações em estudos de caso (CORRAL DE FREITAS, 2011; 2013; 2015a; 2016) – de compreender a complexidade do social com o intuito de apresentar e desenvolver ferramentas teóricas – e metodológicas – para explicar seus fenômenos políticos, que são constitutivos do espaço do social.

2 PT, PSDB E O HGPE: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E DISPUTA ELEITORAL

2.1 Introdução

Após a apresentação, no capítulo anterior, da formação, seus desdobramentos teóricos e dos conceitos da teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe e aprofundada nos escritos de Laclau, neste segundo capítulo apresentaremos a formação político/partidária do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que compreende os principais elementos contextuais. Também serão apresentadas as trajetórias dos partidos aqui estudados, levando em consideração a sua fundação e o papel político exercido por ambos até as eleições presidenciais de 2006, enfatizando sua relação de aproximação. A seguir, e partindo das eleições presidenciais de 1994, marcaremos os elementos balizares da construção de identificações antagônicas. Por fim serão apresentados os principais elementos estruturais referentes ao HGPE, buscando, com isso, compreender suas principais características e o arranjo em relação aos partidos abordados neste trabalho, PT e PSDB.

Para isso, este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção será apresentada a formação do PT, suas principais características e sua trajetória política – a partir da disputa pela Presidência da República. Logo, na segunda seção, estruturada da mesma forma que a anterior, será apresentada a formação do PSDB, suas principais características e sua trajetória política – a partir da disputa pela Presidência da República. Na terceira seção será apresentada uma revisão sobre os principais elementos estruturais do HGPE, ou seja, sua formação e legislação e seu papel em relação ao quadro partidário vigente. Já na quarta seção serão apontados os principais aspectos de cada eleição que será tratada neste trabalho – 1994, 1998, 2002, 2006 –, com o intuito de identificar suas implicações em relação à estruturação das campanhas eleitorais do PT e do PSDB, ou seja, as coligações, o tempo de exibição no HGPE e o resultado de cada eleição.

2.2 Formação e trajetória: um mapa do PT

Com a expansão da classe operária a partir dos anos 1960, as transformações sociais, econômicas e políticas criaram um ambiente em que o debate em torno dos direitos dos trabalhadores das fábricas insuflou os ânimos a partir da necessidade de uma organização política maior. A formação dos sindicatos nas “grandes” cidades industriais propiciou o surgimento de novas lideranças políticas no Brasil, principalmente a partir de 1977, quando o novo sindicalismo passou a denunciar a política de arrocho salarial implementada pelo governo. Nesse contexto, em que o novo sindicalismo questionava as organizações econômicas e políticas originadas durante o regime militar (AMARAL, 2003, p. 27-28)¹³, novas lideranças começam a conduzir os trabalhadores na luta por seus direitos e por salários mais dignos. Este foi o elemento fundamental na formação, organização e estruturação das bases do que se tornaria o Partido dos Trabalhadores. Foi durante essa mobilização que a figura de Luiz Inácio Lula da Silva surgiu como um de seus principais líderes políticos e um dos mais importantes porta-vozes das demandas dos sindicalistas e, com o fim do bipartidarismo, um dos principais articuladores para a criação do novo partido, o PT.

Com uma estrutura variada, mas com forte base nos sindicatos, a formação do partido e sua composição social contaram com Intelectuais, pessoas ligadas à Igreja Católica, com grande parte da classe trabalhadora e sindicatos vinculados às fábricas do ABC paulista – os metalúrgicos – como, também, os bancários vinculados ao Banco do Brasil (RODRIGUES, 2002; AMARAL, 2003; REIS, 2010). Além disso, a militância sempre foi um elemento que caracterizou o movimento formador do partido e suas atividades políticas na sociedade, o que o diferenciou, assim, dos outros partidos brasileiros (TERRON; SOARES, 2010, p. 312). Segundo Meneguello (1989, p. 91), o PT, no momento de sua formação, conferia muito mais importância às relações construídas com os movimentos sociais do que à atividade eleitoral e parlamentar¹⁴.

Entre 1989 (primeira eleição direta para Presidente após a redemocratização) e 1998, os programas de governo do PT não apresentaram mudanças substanciais. Nesse período, os programas foram ganhando novos elementos que configuravam o

¹³ Após o golpe político em 1964, o regime militar, principal grupo envolvido no golpe e responsável pelo governo durante o período repressivo, se valendo de sua posição, aproveitou para reprimir os movimentos sindicais da época.

¹⁴ Para outras informações sobre o partido, ver Samuels (2004; 2008).

contexto político daqueles momentos. Como era de se esperar de um partido originário da esquerda, o principal ponto defendido – que permeava todas as outras questões – era a diminuição da desigualdade e a inclusão social do cidadão.

Ligado à esquerda socialista¹⁵, o partido defendia políticas tidas como radicais, como a suspensão do pagamento da dívida externa (PROGRAMA PT, 1989, 1994). Segundo os Programas de Governo do PT (1989, 1994), a dívida externa já teria sido paga e a cobrança dos juros era abusiva, por isso a defesa de suspender seu pagamento até que isso fosse revisto. Segundo seus primeiros programas, com a suspensão desse pagamento sobriaria mais dinheiro para investir em questões sociais, como a construção de habitação para classes mais desfavorecidas e a elaboração de programas que buscassem a erradicação da fome e o fim do analfabetismo. De forma mais moderada, o Programa de Governo do PT de 1998 apresentava como elemento essencial para o desenvolvimento do país a rediscussão do pagamento dessa dívida, mas mantinha a importância das políticas sociais em detrimento das políticas econômicas adotadas pelo governo de FHC do PSDB, por mais que o Plano Real tenha surtido efeito positivo para economia.

Conforme os Programas de Governo do PT (1989, 1994, 1998), o projeto econômico implementado no país não conciliava a ideia de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, primordial para equilibrar a economia e diminuir as desigualdades. Os governos até então se preocupavam apenas com a estabilidade econômica sem levar em consideração as desigualdades existentes, diminuindo o crédito para as classes mais baixas e não desenvolvendo políticas públicas de habitação.

Nesse mesmo período, as alianças políticas construídas pelo partido sempre se mantiveram à esquerda do espectro político nacional. Conforme Garcia (2012, p. 94), enfatizando o Programa de Governo do PT de 1989, definiu-se que o partido não faria coligações e alianças políticas com “partidos burgueses”. As campanhas eleitorais eram vistas como mais do que uma simples campanha para ocupar cargos públicos eletivos, eram campanhas de luta e de denúncia, que buscavam apresentar

¹⁵ Segundo Garcia (2012, p. 93), o PT nunca se reivindicou como um partido marxista, contudo sempre assumiu posições políticas ligadas ao socialismo e contra a ideia capitalista. Após 1989, o partido passou a debater suas ideias contra o modelo dominante, o neoliberalismo. Outras informações que abrangem o entendimento da esquerda no Brasil, ver Soares (2006).

a situação em que o povo se encontrava perante o sistema instituído, ou seja, não bastava simplesmente eleger candidatos, era preciso informar o cidadão.

Em 1989, quando o partido e Lula aceitaram o apoio de FHC do PSDB no segundo turno da eleição, os dois partidos e seus integrantes se uniram contra as estruturas da ditadura que ainda se mantinham fortes nas instituições políticas. Nesta mesma eleição, os partidos de esquerda que apresentaram candidatos à Presidência da República anunciaram apoio a Lula no segundo turno – o candidato à vice-presidência na chapa de Lula era José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O PT e Lula só não aceitaram o apoio de Ulysses Guimarães e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por que o governo anterior, de José Sarney, tinha tido uma péssima avaliação pela opinião pública e pela mídia (AMARAL, 2003, p. 68-70).

Na eleição de 1994, o PT decidiu construir uma candidatura “puro sangue”, com Lula para Presidente e Aloizio Mercadante como vice; o PSB compôs a coligação. Já para a eleição de 1998, a frente de esquerda comandada pelo PT e por Lula, além de manter o apoio do PSB, ganhou um apoio importante: Leonel Brizola, candidato à Presidência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1989 e 1994, foi indicado como vice na coligação. Mesmo abrindo mão de elementos mais radicais em 1998, a principal aliança a contradizer as bases históricas do partido ocorre em 2002, com a indicação de José Alencar, do Partido Liberal (PL), para vice-presidente da coligação.

É a partir da eleição de 2002 que algumas alterações de posições adotadas pelo partido e por parte de seus integrantes, principalmente os apoiadores de Lula, são percebidas. Como já mencionado, as alianças políticas se tornam mais heterogêneas, a começar pela indicação de José Alencar (PL) para vice. Além disso, por mais que existam elementos estruturais impostos pelo sistema político (o governo de coalizão), o PT aceitou o apoio do PMDB no Congresso Federal, partido aliado do PSDB em seus governos e que compunha a chapa com a indicação de Rita Camata a vice-presidente em 2002.

Amaral (2003, p. 158), analisando os programas do partido de 1989 a 2002, afirma que em 1998 o partido abandonou questões mais ideológicas ligadas ao socialismo e passou a se preocupar em construir projetos com propostas mais específicas. Além disso, é importante perceber que o partido passou a dialogar com outros grupos da sociedade, buscando, com isso, ampliar a sua base eleitoral. Antes preocupado com as questões dos trabalhadores, a partir de 1998 e principalmente

após 2002, o partido demonstrou uma preocupação de aspecto eleitoral. Identificou a necessidade de ampliar suas bases para conseguir eleger o Presidente da República – é salutar destacar que tal mudança pragmática nunca foi unanimidade no partido.

Neste mesmo ano de 2002, o partido apresentou um programa bem diferente de suas origens e mais moderado do que o de 1998. Passou a defender reformas que antes considerava antidemocráticas e a aceitar determinadas imposições de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste programa (2002), o partido retirou a afirmação de que não iria cumprir os compromissos financeiros assumidos pelo governo anterior. O pagamento da dívida externa é um exemplo emblemático da mudança de postura ocorrida no partido. Dentre outros elementos produzidos neste contexto, a “Carta ao Povo Brasileiro” serviu como aviso, não só ao povo, mas, também, aos agentes do mercado financeiro, de que se eleito, seu governo não cometeria nenhuma atitude contrária aos interesses desse grupo. A carta teve como um de seus propósitos responder à “política do medo” inflada pelos seus principais adversários políticos, que afirmavam a existência de um ataque especulativo à moeda brasileira no caso de vitória de Lula.

Por mais que o PT e Lula tivessem aceitado determinados constrangimentos estruturais – políticos e econômicos –, o partido sempre deixou em destaque sua preocupação com questões sociais e apresentou políticas para determinados problemas, como o combate à fome por meio do Programa Fome Zero e políticas voltadas para a ampliação do crédito para aquisição de casa própria – Minha Casa Minha Vida. Além disso, programas voltados para a área da saúde também foram apresentados em seus programas anteriores, permanecendo no de 2002: Melhor em Casa e Saúde da Família – formado no governo FHC do PSDB – foram dois projetos implementados e ampliados durante o governo Lula do PT.

Contudo, contrariando o que antes defendia, o Programa de Governo do PT (2002) apresentou elementos de uma possível reforma na Previdência Social: reforma que seria aprovada em seu primeiro ano de governo com menos de um ano de tramitação no Congresso Nacional. Crítico à reforma realizada durante o governo peessedebista, a idealização da reforma enunciada em seu plano de governo não se diferenciou da aprovada em 1998 e “reeditada” em 2003 (CORRAL DE FREITAS, 2013). Decerto, os argumentos que fundamentaram a reforma seguiram outra linha,

que era a de garantir uma previdência pública, mesmo que fossem necessárias algumas medidas “salgadas”.

Diferentemente das eleições anteriores – de 1994 e de 1998 – em que o PT e Lula buscaram realizar alianças apenas com partidos de esquerda, o partido acabou se coligando com outros mais conservadores e tidos como de direita, como o próprio PL e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Por mais que os “partidos comunistas” tenham se mantido na coligação de 2002, já pôde ser percebida alteração no rumo de alianças adotadas pelo PT. Além disso, outros partidos de esquerda que antes apoiaram Lula e o PT decidiram lançar candidato próprio ou compor outra coligação. O PSB lança Anthony Garotinho e o PDT apoiou a candidatura de Ciro Gomes pelo Partido Popular Socialista (PPS). No entanto, é importante salientar que ambos os partidos e suas respectivas coligações declararam apoio à candidatura de Lula no segundo turno.

Desde 2002, o PT tornou-se mais moderado e muito menos preocupado com os princípios ideológicos e partidários de seus anos iniciais. O PT sucumbiu à lógica das grandes campanhas eleitorais comandadas por “marqueteiros”. As doações de campanha vieram de grandes empresas e de empresários conhecidos, ou seja, o PT aceitou as imposições da burguesia para consolidar sua campanha e ter possibilidade real de vitória (GARCIA, 2012, p. 102; p. 106)¹⁶. Para se tornar presidente, Lula teve de garantir que iria buscar sustentar a estabilidade econômica antes de implementar políticas mais “radicais” voltadas para reduzir as desigualdades sociais existentes no Brasil¹⁷.

Nessa linha de pensamento, Reis (2010, p. 67) afirma que o PT, após 2002, acabou mudando ideologicamente, principalmente em relação à ala de esquerda mais radical que existia no partido. Decerto, a forma como é estruturado o modelo de governo brasileiro – um governo de coalizão – contribui significativamente para isso, pois, para constituir o governo e governar, o PT e Lula tiveram que fazer alianças jamais aceitas dentro do partido, como, por exemplo, as alianças não concretizadas em 1989, com Ulysses Guimarães (PMDB), e a negativa para o convite de ingresso no governo de Itamar Franco (PMDB), em 1993 (AMARAL, 2003, p. 27-28). Logo que assumiu a Presidência da República, em 2002, Lula honrou compromissos assumidos

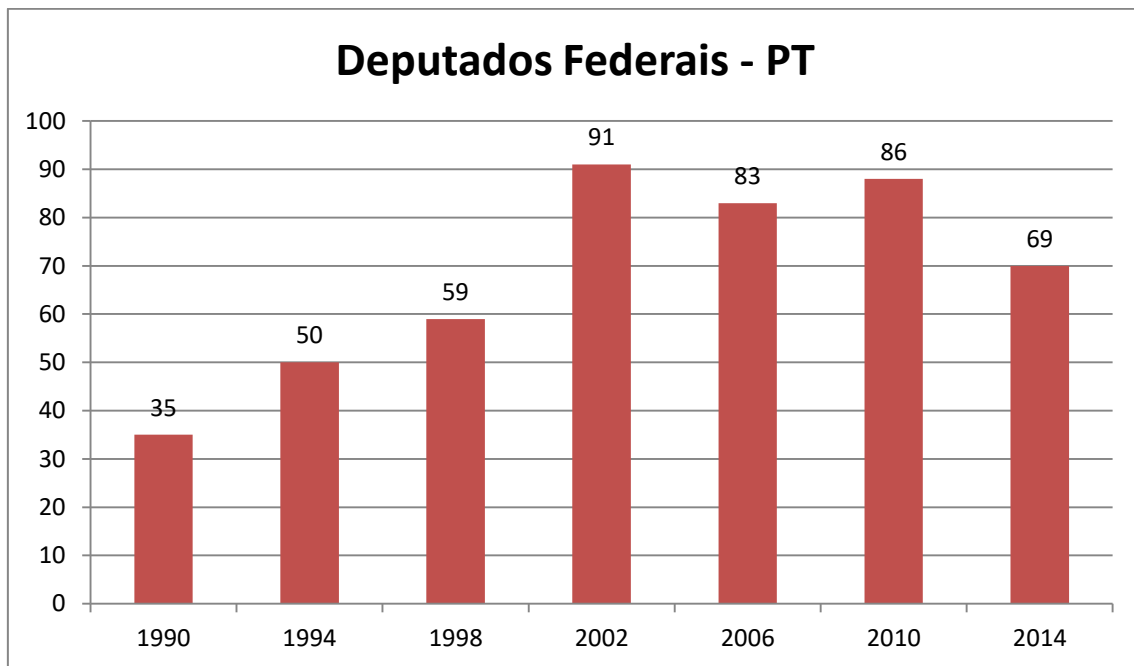
¹⁶ Até então, as doações eram realizadas pelos militantes e simpatizantes do partido.

¹⁷ Tais pontos foram apontados na “Carta ao Povo Brasileiro”, como resposta as ofensivas realizadas por integrantes do PSDB e pelo seu candidato à Presidência da República, José Serra.

pelo governo anterior. Por conta disso, Lula é considerado um exemplo de “esquerda moderada”, sendo taxado de conservador pela crítica – até mesmo por ex-integrantes do PT – e de moderado pelos aliados (CAMPELO; ZUCCO, 2007, p. 26-27).

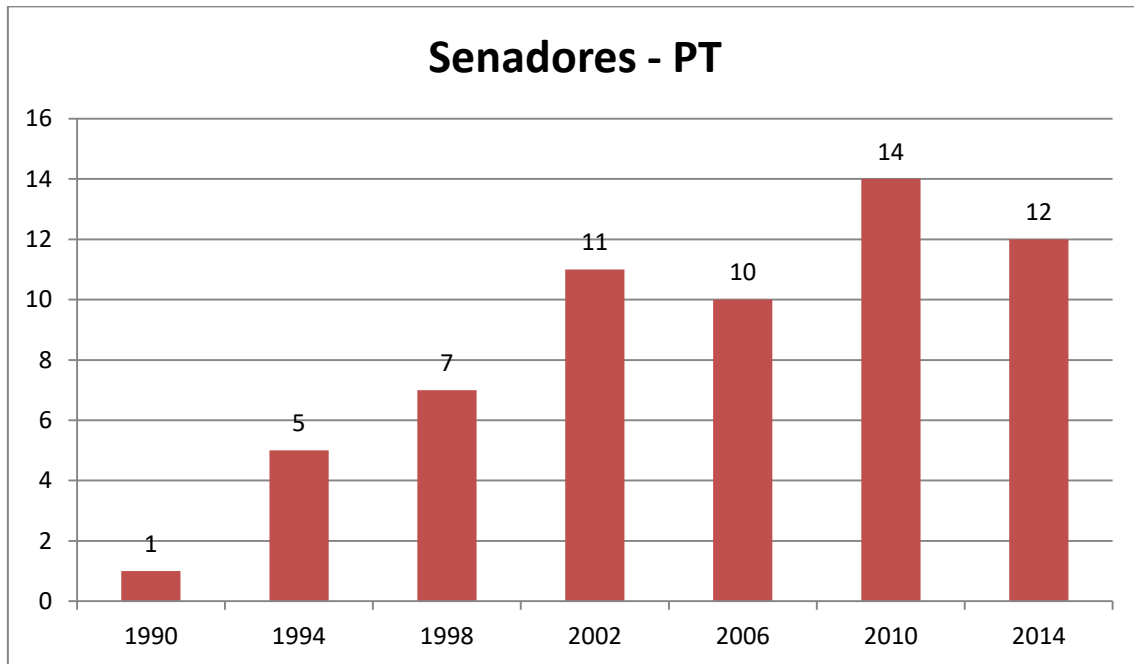
Após identificar esse momento de reformulação partidária e de posicionamento político, visto a possibilidade real de vitória nas urnas, a eleição de 2002 marcou a consolidação do partido, que aumentou significativamente o número de seus deputados federais e de senadores, conforme apresentados nos gráficos 1 e 2. Além disso, é claro, tal momento ficou marcado na história, pois Lula se tornou o primeiro presidente vindo da classe popular, além de ser o primeiro presidente eleito pelo PT.

Gráfico 1 - Deputados federais eleitos pelo PT



Fonte: Câmara dos Deputados Federais

Gráfico 2 - Bancada dos Senadores do PT



Fonte: Câmara dos Deputados Federais.

No ano de 2005, a sociedade brasileira e a classe política foram “surpreendidas” com denúncias de que integrantes do Partido dos Trabalhadores articulavam um esquema de compra de votos, que ficou conhecido como “mensalão”. No entanto, como afirma Reis (2010), tanto Lula como o próprio partido conseguiram superar as acusações e as incriminações em relação à compra de votos de parlamentares da base aliada.

Amaral (2010) apresenta mudanças importantes ocorridas no partido (mudanças no plano de governo, em sua organização interna e o surgimento de atrito com outras correntes), mas, mesmo o partido tendo aceitado as “diretrizes econômicas” (NOVELLI, 2010, p. 227), em seu plano de governo de 2006 constava a busca de fortalecer ainda mais o Estado com o intuito de induzir o crescimento econômico com distribuição de renda. Conforme o Programa de Governo do PT (2006), o Estado daria continuidade às políticas sociais ampliadas e implementadas durante o primeiro mandato de Lula e, como já afirmado, ampliaria ainda mais seu papel na busca de garantir o desenvolvimento do país. Como, por exemplo, por meio do Programa Luz para Todos e a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Depois de 2002 e mais claramente em 2006, o partido deixou de condenar alguns pontos da agenda neoliberal, por mais que fizesse críticas aos governos de FHC do PSDB e às medidas econômicas adotadas naquele governo. Identificadas às diferenças dos governos, evidencia-se essa nova postura do PT, uma “postura mais moderada ideologicamente e mais adaptada às imposições do sistema político brasileiro” (AMARAL, 2010, p.106)¹⁸. Com isso, fica evidenciada a caminhada do partido em direção ao centro do espectro político, pois o partido estaria abrindo mão de sua ideologia inicial em prol de uma nova visão política, a busca pela governabilidade a partir da democracia representativa institucional – além da profissionalização de suas campanhas que passaram a ser elaboradas por especialistas em marketing.

Por mais que possam ser identificadas tais mudanças no partido, não se pode afirmar que ocorreu uma ruptura total com seus preceitos iniciais. Cercado pelos constrangimentos estruturais (incluindo o da disputa eleitoral), o partido teve de abrir mão de determinadas posturas para poder governar. Dentro dessa governabilidade (uma das mudanças mais emblemáticas do partido depois do “abandono do socialismo radical”), o partido manteve importantes “bandeiras” de lutas que construíram uma identificação popular e de esquerda. O combate à fome, a luta contra as desigualdades, a distribuição de renda e a ação do Estado na economia como forma de desenvolvimento são exemplos de diretrizes que constavam em seu estatuto inicial e que seriam – e foram – implementadas nos governos de Lula e expandidas no governo de Dilma Rousseff (PT), a partir de 2010. Além disso, o ideal de incentivar a participação popular, que constava em seu Estatuto (1980; 1995; 2012) e que se manteve em seus programas de governo (1989; 1994; 1998; 2002; 2006), foi colocado em prática e ampliado durante o segundo governo Lula - como, por exemplo, as conferências (AVRITZER, 2010, p. 45-49).

Por mais que o partido estivesse envolvido em escândalos de corrupção, o PT e o governo Lula sempre fizeram questão de apresentar propostas de fortalecimento da Controladoria Geral da União (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT, 2006). Além disso, o partido dava ênfase à forma como a corrupção era encarada nos governos anteriores e como o governo Lula a tratou. Mesmo mantendo alianças políticas contraditórias e alterando significativamente seu plano de governo, o final do primeiro

¹⁸ Outros pontos, como os aspectos sindicais, são trabalhados nos textos de Ribeiro (2008) e Dal Molin (2011).

mandato e o segundo mandato de Lula marcaram o ápice de seu governo, pois foi nesse momento que os resultados de suas políticas começaram a aparecer. Nesse período político, o governo Lula conseguiu aplicar essas convicções tidas como incompatíveis pela oposição: desenvolvimento econômico com distribuição de renda¹⁹.

Uma vez compreendidos os principais aspectos da formação do PT e de sua trajetória política/eleitoral, tendo como horizonte as eleições para Presidente da República, a próxima seção tratará de apresentar os aspectos formadores do PSDB e seu papel no sistema político brasileiro.

2.3 Formação e trajetória: um mapa do PSDB

Com o fim do bipartidarismo e com o advento da Nova República e da formação de novos partidos ocupando posições distintas no espectro político/ideológico brasileiro (MAINWARING, 2001), as disputas em torno do novo modelo democrático se estenderam e propiciaram debates mais fortes dentro dos próprios partidos recém-formados. Assim, durante a Assembleia Constituinte (1985-1988) ocorreram muitas disputas ideológicas, inclusive dentro do PMDB, partido herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e que originaram os principais partidos de esquerda nesse novo momento (RODRIGUES, 1987).

A partir de disputas ideológicas em torno da definição da Constituinte, alguns integrantes do PMDB, que não concordavam com a posição adotada pelo partido na Constituinte, decidiram abandonar o partido e fundar um novo. Alguns integrantes não aceitavam o fato do partido ter realizado alianças com a direita. O Partido da Frente Liberal (PFL), partido dissidente da Aliança Renovadora Nacional (Arena)²⁰ e, além disso, a disputa entre presidencialismo e parlamentarismo, alimentou um racha interno do PMDB. Os descontentes queriam que a Assembleia Constituinte definisse o Parlamentarismo como forma de governo. Essa divergência interna no PMDB,

¹⁹ Outros estudos sobre o PT abordam perspectivas diferentes. Ver Singer (2009; 2010; 2012) e Rennó, Cabello (2010) para uma melhor compreensão sobre a relação do partido com suas bases eleitorais.

²⁰ Neste sentido, como apresenta Roma (2002), o PSDB e seus integrantes, em 1994, se renderiam à necessidade de formar governo, e se aliariam com o PFL, garantindo a vaga de vice-presidente para um partido tido de direita. Desde sua base organizacional até seu posicionamento político institucional, o PFL pode ser considerado um partido de direita; se levarmos em consideração as práticas políticas locais dos integrantes desse partido, seja no momento eleitoral ou até mesmo durante o mandato de seus políticos, tal afirmação fica mais evidente (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000).

evidenciada durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), teve um novo episódio. Membros do PMDB – os desgarrados – votaram a favor dos quatro anos de mandato para o Presidente da República, apesar da maioria da bancada do partido e de políticos conservadores agrupados no "Centrão", grupo suprapartidário formado em fins de 1987, terem decidido pelos cinco anos de mandato. Outro elemento relevante que levou a essa separação foi a centralidade decisória e a hierarquia estruturada do PMDB (ROMA, 2002, p. 73-74).

Graças à vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, em 1984, a Aliança Democrática – com apoio de dissidentes do Partido Democrático Social (PDS) – começou a aceitar a adesão de políticos que antes eram considerados inimigos. Além disso, o PMDB começou a realizar uma distribuição de cargos que não agradou parte de seus integrantes, o que causou insatisfação com relação à deturpação de sua história; um partido opositor que acabava perdendo suas características ao se tornar governo.

Então, no dia 25 de junho de 1988, esse grupo ainda pertencente ao PMDB, capitaneado, basicamente, por pessoas de São Paulo e Minas Gerais, externalizou sua insatisfação com o governo Sarney e propôs a criação desse novo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)²¹. Entre os fundadores do novo partido estavam nomes de “peso” do estado de São Paulo, como Franco Montoro, Carlos Antônio Costa Brandão, Humberto Costa Brandão, José Serra, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin. Fora de São Paulo, o novo partido contou com o apoio de nomes importantes como Pimenta da Veiga, Eduardo Azeredo, José Richa, Teotônio Vilela Filho, Aécio Neves, Arthur Virgílio e Maria de Lourdes Abadia. Posteriormente, outros políticos com expressão local e nacional, como Tasso Jereissati e Ciro Gomes²², migrariam para o partido. Levando em consideração o posicionamento dos integrantes desse novo partido, o PSDB, em relação ao seu partido anterior, o PMDB, Kinzo (1989, p. 241-242) destaca que, analisando seu

²¹ Para uma leitura complementar, ver Marques, Fleischer (1999).

²² Por se tratar de um caso peculiar, é importante apresentar, de forma breve, a trajetória partidária de Ciro Gomes. Ele iniciou sua carreira política no PDS, antiga Arena, que dava sustentação à Ditadura Militar. Em 1983, trocou de partido, passando para o PMDB, e em 1988 migrou para o PSDB. Na eleição presidencial de 1989, apoiou no primeiro turno Mário Covas (PSDB), e no segundo Lula (PT), conforme seu partido. Em 1990 foi eleito governador do Ceará, o primeiro governador do PSDB. Em 1996 decidiu sair do PSDB e filiou-se ao PPS, partido criado por Roberto Freire. No ano de 2005, por não concordar com a oposição feita por Freire e o PPS ao governo Lula (PT), Gomes migrou para o PSB. No ano de 2013, Ciro Gomes decidiu sair do PSB e integrar o Pros (Partido Republicano da Ordem Social), onde ficou por pouco tempo até se filiar ao PDT, onde está até hoje (2018).

programa – ainda muito incipiente – e a composição social de sua bancada, o PSDB ocuparia o centro-esquerda do espectro político brasileiro²³.

Conforme Roma (2002, p. 72), o PSDB, por mais que se intitulasse como um partido da social-democracia, se constituiu de forma diferente dos partidos da social-democracia clássica europeia. Os partidos clássicos da social-democracia se originaram articulados às massas trabalhadoras e aos sindicatos. Já o PSDB teve sua origem exclusivamente parlamentar e, deste modo, sua composição inicial era de políticos influentes no cenário político nacional.

A formação do PSDB, na ótica da grande produção bibliográfica brasileira sobre a formação dos partidos políticos nacionais, como afirma Roma (2002, p. 71), sempre esteve vinculada a essas questões ideológicas – sobre o posicionamento de um partido de esquerda – que levou à cisão do PMDB. Contudo, para Roma (2002, p. 86-87), a formação do PSDB a partir da desvinculação de políticos do PMDB não teria nada de ideológico. Pelo contrário, a ruptura apresentou características pragmáticas e eleitorais. Neste sentido, a formação do PSDB foi decorrente da busca de espaços de poder por determinados parlamentares insatisfeitos com o comando exercido pelos “caciques” do PMDB.

É importante salientar que não há como separar uma atitude ideológica de uma atitude não ideológica; não há nada no social que não se constitua ideologicamente, toda ação é balizada por uma ideologia. Neste sentido, a ideologia é, necessariamente, constitutiva do social; não existe nada extraideológico (LACLAU, 2000). A separação realizada por Roma (2002) entre pragmático e ideológico servirá apenas para destacar um momento político específico que se sobressai a outros elementos constitutivos dessa atitude, ou seja, o momento do pragmatismo político, sem deixar de ser ideológico, caracteriza uma atitude com busca específica num fim determinado e claro – no caso do PSDB, de buscar cargos políticos eletivos. Quando o momento ideológico se sobressai ao mero pragmatismo político, o fim esperado pelas políticas adotadas não é tão claro assim, pois este necessita passar por determinados constrangimentos institucionais – democracia de coalizão. Após eleito, é esse o momento de colocar em prática as políticas defendidas – sua constituição ideológica.

²³ Existem outras classificações diferentes em relação à posição ocupada pelos partidos nesse momento. Ver Novaes (1994) e Lima Jr. (1997).

Roma (2002, p. 83-84) destaca ainda que, passados seis anos desde a formação do PSDB, quando o partido vence as eleições de 1994, o partido acabou fazendo coligações justamente com o PFL, partido que era criticado pelos seus formadores e que levou, em grande medida, à separação do PMDB. Além disso, seus integrantes, principalmente FHC, buscaram apoio político na sua antiga sigla, o PMDB. Tal articulação política teve tanto êxito que se repetiu nas eleições de 1998 e garantiu, além de outros aspectos, como o Plano Real, a reeleição²⁴ de FHC. Sendo assim, passados seis anos desde a sua criação, o PSDB já fazia alianças de centro-direita, o que define, além das políticas implementadas pelos integrantes desse partido, sua posição ideológica e não pragmática nesse momento político (ROMA; 2002).

Se levarmos em consideração o momento político da formação do PSDB, é possível identificar uma “articulação ideológica” com o que era defendido pelo PT – principalmente referente ao sentido atribuído à social-democracia. No ano de 1993, essa “articulação ideológica” – considerada, principalmente, a partir das posições de seus integrantes na ANC – começou a perder força, pois o PSDB e FHC aceitaram o convite de Itamar Franco (PMDB) para participar de seu governo. O mesmo convite foi feito ao PT e ao Lula, que preferiram ficar de fora do governo, seguindo a mesma estratégia adotada em 1989 quando Lula e o PT não aceitaram o apoio de Ulysses Guimarães do PMDB (AMARAL, 2003, p. 106). Deste modo, PT e PSDB tomaram rumos diferentes, que os colocaram como inimigos em relação à disputa à Presidência da República nas eleições de 1994. De certa forma, essa separação e a posição adotada pelo PT acabou jogando o PSDB para a centro/direita do espectro político nacional, o que se evidencia, em grande medida, pela aliança feita com o PFL.

Após sua formação, o PSDB (uma agremiação que propiciou uma estrutura organizacional fraca e descentralizada, com baixa participação e adesão de filiados (ROMA; 2002, p. 74)), por mais que seja apontada como uma ruptura ideológica com o PMDB, apresentou, na verdade, segundo Roma (2002, p. 87), um alinhamento ideológico com o liberalismo/neoliberalismo mais do que com a própria social-democracia ou com políticas tidas de esquerda. Assim, o autor afirma que o PSDB, ao fazer aliança com o PFL (causada, em grande medida, pela falta de capacidade,

²⁴ O debate em torno da reeleição de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por um embate entre seu partido, o PSDB, e o PT. Este momento político também marcou muitas acusações de corrupção, como compra de votos.

pois o partido concentrava as suas forças basicamente em São Paulo), não estaria buscando construir uma relação pragmática/eleitoral, como afirma a grande bibliografia brasileira sobre esse assunto, mas sim construindo um alinhamento ideológico em busca de uma candidatura bem definida; dois partidos com políticos comprometidos com a busca eleitoral e articulados não meramente por isso, mas sim por afinidades ideológicas ligadas, em muitos aspectos, às diretrizes neoliberais²⁵.

Segundo Guiot (2006, p. 130), o ideário neoliberal do PSDB só pôde ser percebido, de forma mais clara, quando seu integrante Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a Presidência da República em 1994. Entretanto, na visão do autor, a perspectiva neoliberal sempre foi a corrente dominante no partido, e a que deu sustentação em suas políticas e seus programas. Por mais que Guiot dê ênfase a essa perspectiva de posicionamento, a construção do próprio partido buscou lutar contra estruturas que foram construídas durante a ditadura, incluindo características econômicas. Quando o Programa do PSDB trata de mudanças, essas mudanças são pensadas em todas as áreas – econômica, social, política, partidária, etc. Esses elementos são definidos como reformas (PROGRAMA PSDB, 1988). Porém, e Guiot deixa claro isso, a visão liberal era dominante, e as reformas pretendidas não viriam de um Estado forte, mas sim a partir dos conflitos da sociedade, ou seja, com pouca ou quase nenhuma intervenção do Estado em áreas consideradas estratégicas pela esquerda.

Ao definir o sentido de democracia adotada pelo partido, seu Programa de 1988 enfatiza a participação popular como fundamental para a formulação de políticas públicas. Mas, quando FHC se tornou Presidente da República, seu governo não se preocupou com essas afirmações. Decerto, tal crítica tem fundamento, mas no decorrer do Programa de 1988 – e enfatizado no de 2007 –, ao tratar sobre “desprivatização” do Estado, a participação da sociedade estaria ligada à organização das relações econômicas, o que Guiot (2006, p. 119-121) chamou de política de privatizações e que significava livrar o Estado das amarras burocráticas de políticas clientelistas.

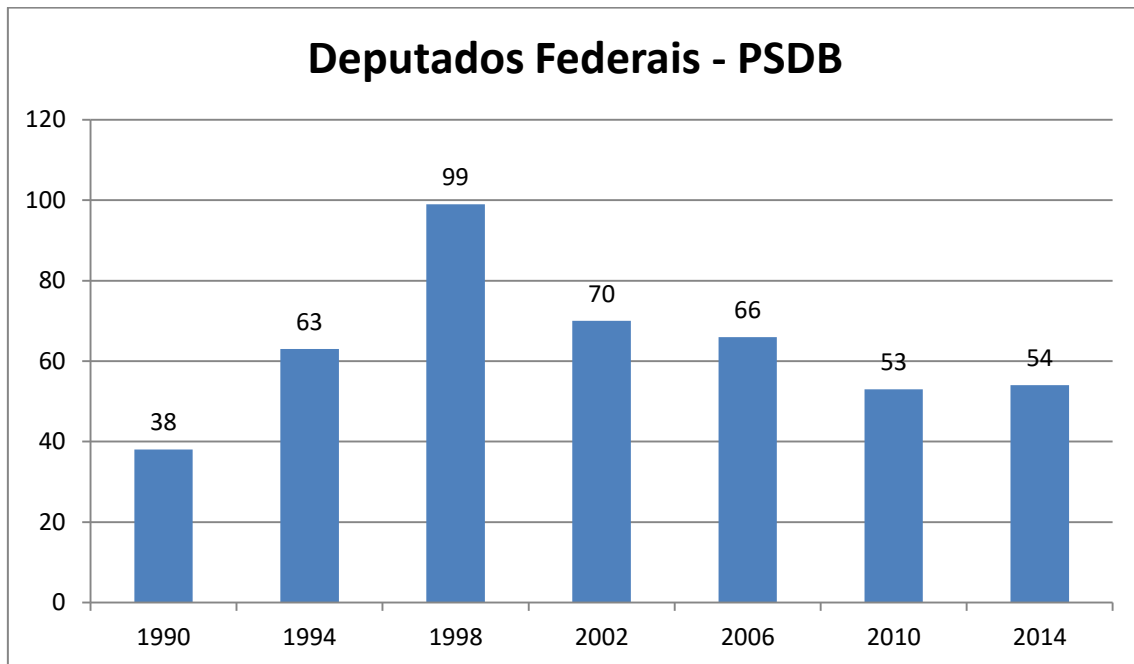
²⁵ O PFL sempre foi visto como um partido de direita, pois sempre defendeu uma política voltada para um modelo de economia liberal. Suas bases são oriundas do PDS (Partido Democrático Social), antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido que fez parte da ditadura militar. Após 1990, o que mais caracteriza um partido conservador são suas políticas voltadas para o mercado, abertura ao capital estrangeiro, redução dos gastos públicos e privatizações (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000).

Assim, as duas grandes questões discutidas, e que aparecem muitas vezes relacionadas, é a condução da economia e os aspectos sociais – o que envolve a ideia de bem-estar. Nesse sentido, os aspectos econômicos contidos no Programa de 1988 do PSDB, aplicados durante o governo de FHC, se mantiveram no Programa de 2007: diminuir a participação do Estado na área econômica e deixar sua organização a cargo da sociedade civil. No que tange à questão social, seu posicionamento também se mantém: garantir a atuação do Estado onde seja necessário, embora tenha restado, não fica especificado o que seria necessário. A articulação entre essas questões, conforme os programas, deixa claro que a prioridade é a estabilidade da inflação e o crescimento econômico em detrimento da distribuição de renda.

No ano de 1999, o governo FHC começou a apresentar problemas relacionados às políticas que garantiram a sua eleição e, posteriormente, sua reeleição. A estabilidade econômica começava a mostrar a sua fragilidade e as consequências da “maxidesvalorização” do Real já eram sentidas pelos brasileiros (FORTES; FRENCH, 2012, p. 203). Por mais que adotasse, em grande medida, a agenda reformista do governo Collor (VOGEL, 2013, p. 130), suas decisões políticas, principalmente voltadas para a área econômica, demonstravam que os problemas estruturais existentes não seriam superados dessa forma. A agenda requerida pelo governo tucano – estabilidade macroeconômica, abertura da economia brasileira e sua integração ao mercado mundial, nova relação Estado-mercado e constituição da infraestrutura econômica e social (VOGEL, 2013, p. 132) –, em muito sustentada pelo sucesso do Plano Real, não teve tanto êxito ao longo do tempo, como era esperado pela sua base governista. Logo após a reeleição, em 1998, os problemas econômicos e seus reflexos na sociedade começavam a aparecer. Contudo, conforme apresenta Oliveira (1998, p. 212), o Plano Real propiciou ganhos reais de salário e ampliou o consumo para as famílias de baixa renda, por mais que tais ganhos não tivessem se mantido ao longo do tempo. Isso impulsionou o debate político em torno das questões econômicas e ajudou – quase que definiu – a vitória de FHC do PSDB no pleito eleitoral de 1998.

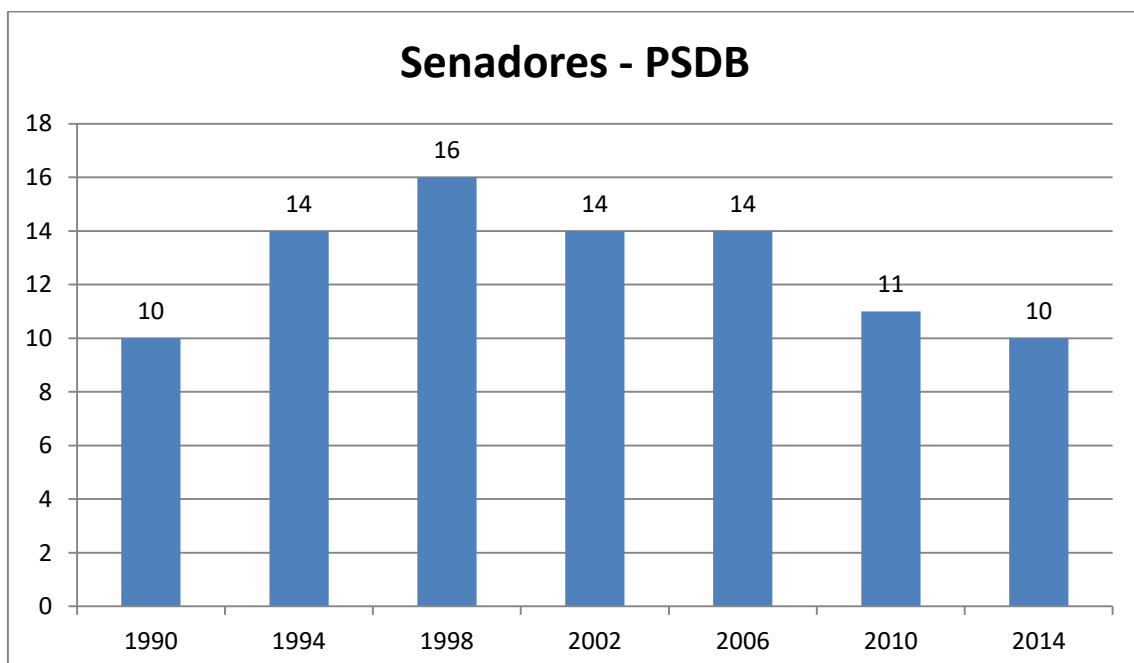
Deste modo, com a queda da economia e o retorno da inflação, a posição ocupada pelo PSDB e seus integrantes começou a demonstrar certo grau de saturação. De forma indireta, mas não menos importante, o reflexo disso pôde ser percebido nas eleições seguintes, quando o PSDB perde espaço significativo na Câmara Federal (GRÁFICO 3; GRÁFICO 4).

Gráfico 3 - Deputados Federais eleitos do PSDB.



Fonte: Câmara dos Deputados Federais.

Gráfico 4 - Bancada de Senadores do PSDB.



Fonte: Câmara dos Deputados Federais.

A aliança com o PFL, que ajudou na eleição e na reeleição de FHC, não se repetiu na eleição de 2002, pelo menos de forma oficial. A então governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, foi apresentada como candidata à Presidência

da República pelo PFL. Contudo, antes das eleições, por acusações de corrupção, decidiu retirar sua candidatura. Com a renúncia de Roseana Sarney, os principais políticos do PFL apoiaram o candidato José Serra do PSDB, já os apoiadores de Roseana preferiram, de forma não oficial, apoiar Lula²⁶. A articulação ideológica entre os partidos – o que evidencia ainda mais o que Roma (2002) apresentou em seu trabalho – seria retomada em 2006 e em 2010, com a indicação de José Jorge de Vasconcelos Lima (PFL) como vice de Geraldo Alckmin (PSDB) em 2006, e Índio da Costa (DEM) como vice de José Serra (PSDB) em 2010.

Nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006 o “discurso” produzido pelos candidatos do partido não dava tanta ênfase às conquistas de FHC enquanto Presidente do Brasil (MACHADO, 2009). Em 2002, havia o reflexo da crise econômica que afetou o segundo mandato de FHC; em 2006, o Brasil vivia uma estabilidade econômica e ampliava a redistribuição de renda e o acesso à educação universitária – além de manter políticas de combate à fome. Contudo, levando em consideração os estudos de Roma (2002) e Guiot (2006), além dos próprios documentos produzidos pelo partido, afirmar que houve mudanças em seus programas e em seus posicionamentos políticos é, no mínimo, equivocado. Como o próprio Programa de 1988 apresenta, as diretrizes do partido foram respeitadas e defendidas, e, em 2007, tais posições foram reiteradas (PROGRAMA PSDB, 2007).

Todos os partidos são constituídos de “correntes” internas, o que, em grande medida, pode causar alguns atritos na escolha dos “líderes”. No caso do PSDB, por mais que a questão democrática interna seja sua posição oficial, como consta em seu Estatuto de criação, ratificado no estatuto de 2013, muitos problemas foram ventilados pela grande mídia sobre a escolha de seus representantes para as eleições presidenciais de 2006. Em ano eleitoral essas disputas ficam mais acirradas e podem extrapolar o debate interno do partido. Assim a disputa entre Serra e Alckmin em 2006 ficou marcada por polêmicas que chegaram ao ponto de acusações da existência de dossiê feita pela base de apoio de cada candidato – dois políticos renomados do mesmo Estado, São Paulo²⁷.

²⁶ Na época, a grande mídia deu a entender que as acusações contra Roseana Sarney teriam a finalidade de enfraquecer sua candidatura e fortalecer a de José Serra (PSDB), e que o governo na época, de FHC, estaria envolvido (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2402200207.htm>).

²⁷ Em 2008, na eleição para a Prefeitura de São Paulo, o partido se dividiu. Uma parte apoiou o candidato oficial do partido, Geraldo Alckmin, e outra apoiou o candidato do DEM, Gilberto Kassab; Alckmin acabou essa eleição em terceiro lugar, atrás de Kassab e Marta Suplicy, na época candidata pelo PT.

Por mais que o PSDB fosse considerado mais à esquerda que o PMDB, por ser mais progressista e ter sido criado a partir de discórdias ocorridas no próprio PMDB, os estudos realizados por Roma (2002) e Guiot (2008) apontam para outro caminho. Desde sua criação a até as alianças realizadas para a eleição presidencial de 1994, coligação com o PFL, os documentos do partido e suas políticas mostram que o PSDB esteve sempre mais próximo do campo do centro/direita do que da esquerda. Assim, a aliança com o PMDB para a eleição de 2002 apresenta duas características: a reaproximação de duas correntes partidárias aliadas e a manutenção da articulação política do apoio dado pelo PMDB aos governos de FHC a partir dos requisitos de um governo de coalizão.

Realizada essa apresentação sobre a fundação e a história política eleitoral do PSDB em relação às campanhas presidenciais, fica evidente que as principais características do partido sempre estiveram ligadas ao ideário neoliberal.

Na próxima seção será realizada uma apresentação dos principais elementos estruturais do HGPE, dando destaque para sua formação e sua legislação.

2.4 Elementos Estruturais do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

O HGPE foi instituído no Brasil no ano de 1962, com o objetivo de criar um espaço democrático para que os candidatos pudessem divulgar suas propostas durante o momento das campanhas eleitorais. Após o golpe militar em 1964, o governo ditatorial passou a utilizar práticas que tinham como objetivo favorecer apenas a sua posição. A cada eleição, o regime militar buscava restringir a democracia e a propaganda política com o intuito de garantir a manutenção de seu governo e enfraquecer a oposição²⁸.

A Lei Falcão, um exemplo das “artimanhas” da engenharia eleitoral utilizada pelo regime militar para garantir a manutenção de sua posição de governo, criada em 1º de julho de 1976 pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, visava a implementar mudanças em relação às propagandas eleitorais transmitidas por televisão e rádio. Criada durante o governo Geisel, a Lei Falcão proibia que os candidatos, mesmo da Arena, utilizassem grandes artifícios para apresentar as suas

²⁸ Para uma leitura mais detalhada, ver Fleischer (1999).

candidaturas. Sendo assim, ficava limitada por essa lei a apresentação do partido, do número do candidato e uma breve enunciação de sua trajetória de vida e política. Portanto, anunciar em suas propagandas outras informações, tais como a utilização de músicas com letras ou imagens produzidas externamente, era algo proibido. Era permitida, ainda, a menção dos horário e local dos comícios.

A Lei Falcão tinha como objetivo, levando em consideração os argumentos apresentados pelos comandantes do Regime Militar, dar igualdade aos candidatos e partidos políticos no tempo de sua apresentação na rádio e televisão. Para isso, restringia o tempo de todos os partidos e candidatos a um padrão, de modo que nenhum fosse prejudicado, ou seja, como alguns candidatos não tinham condições iguais, a Lei buscava garantir essa distribuição igualitária. Os candidatos que tinham condições econômicas privilegiadas em relação aos outros, seriam apresentados aos eleitores da mesma forma. Por outro lado, tal formato restringia as possibilidades de exposição de ideias mais elaboradas pelos candidatos. Assim, ficava garantida a imparcialidade do discurso político na apresentação dos programas, pois, segundo essas perspectivas, os cargos públicos deveriam ser ocupados por tecnocratas.

Contrariando o que era apresentado como o fundamento da Lei Falcão, integrantes do MDB, partido opositor à ditadura, afirmavam ser mais uma manobra política do Regime para garantir a manutenção de seu poder. O MDB havia conquistado espaço expressivo no Congresso Federal a partir das eleições de 1974, o que fez com que integrantes da ditadura vigente buscassem realizar manobras políticas para conter esse crescimento. Pelo menos neste espaço político as críticas feitas ao regime de ditadura e seus integrantes foram controladas, mas não conseguiram parar o crescimento da oposição. Em resposta, com a intenção de criticar a Lei Falcão, o MDB saiu às ruas com a "TV-MDB", um programa itinerante que percorria as ruas expondo o "real" objetivo do Regime com a lei Falcão.

A partir de 1984, a propaganda eleitoral voltou a ser liberada na televisão e, em 1985, as disposições sobre propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão passaram a ser dadas pela legislação regulamentadora de cada eleição. No ano de 1985, com a transição para redemocratização no Brasil, a responsabilidade da organização do HGPE passou a ser do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), se tornando mais um elemento importante para o formato de propaganda pretendido para esse novo modelo democrático. Com o fim da ditadura, alguns aspectos puderam ser desenvolvidos pelos candidatos na busca de convencer o eleitorado. Com isso, os

candidatos passaram a contratar especialistas em marketing político para organizar as campanhas, fato evidente na campanha de Fernando Collor em 1989 (GOMES, 2004).

Para as eleições de 1994, novas alterações foram realizadas, e causaram algumas polêmicas. Passou a ser proibida a utilização de imagens produzidas fora dos estúdios de gravação, bem como a utilização de montagens com imagens que não identificasse o candidato e o partido em questão. Tais mudanças tendiam a tornar os programas do HGPE menos interessantes para os eleitores.

Art. 76. Os programas destinados à veiculação no horário gratuito pela televisão devem ser realizados em estúdio, seja para transmissão ao vivo ou pré-gravados, podendo utilizar música ou *jingle* do partido, criados para a campanha eleitoral.

1º Nos programas a que se refere este artigo, é vedada a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens.

OBS 1: Entende-se por trucagem todo e qualquer efeito realizado em áudio ou vídeo que degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação.

OBS 2: Entende-se por montagem toda e qualquer junção de registros de áudio ou vídeo que degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação (LEI Nº 8.713, DE 30 DE SETEMBRO DE 1993).

Para essa campanha, de 1994, as emissoras de rádio e de televisão deveriam reservar, em sua programação, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma hora para a eleição presidencial que deveria ser transmitida aos domingos, nas segundas, nas quartas e as sextas. Além disso, a campanha eleitoral no rádio e na televisão teria início sessenta dias antes à antevéspera das eleições. A propaganda eleitoral no rádio e televisão era restrita ao horário gratuito, vedada a veiculação de propaganda paga. A veiculação de propaganda com vistas à eleição presidencial foi feita em cadeia nacional, das 7:00h às 7:30h e das 20:30h às 21:00h na televisão, e das 7:00h às 7:30h e das 12:00h às 12:30h no rádio (Conforme a LEI No 8.713, de 30 de setembro de 1993).

A divisão do tempo para cada candidato/partido/coligação que concorria à Presidência da República na eleição de 1994 ficou definida da seguinte forma:

Art. 74. A Justiça Eleitoral distribuirá o tempo em cada um dos períodos diários do horário reservado à propaganda eleitoral gratuita

entre os partidos e coligações que tenham candidato a cada eleição de que trata esta lei, observados os seguintes critérios:

I - na eleição presidencial:

a) dez minutos divididos igualmente entre os partidos e coligações;

b) vinte minutos divididos proporcionalmente ao número de representantes de cada partido ou coligação na Câmara dos Deputados (LEI Nº 8.713, de 30 de setembro de 1993).

Já para as eleições presidenciais seguintes, a partir de 1998, houve um número pequeno de alterações, por mais que tais alterações causassem efeitos significativos em relação ao HGPE. Foram implementadas para a campanha presidencial de 1998 algumas importantes alterações tendo em vista a possibilidade de informar o cidadão: a propaganda eleitoral gratuita na televisão deveria utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais – Libras – ou o recurso de legenda, que deveria constar, obrigatoriamente, do material entregue às emissoras. Portanto, ficava a cargo dos partidos e dos candidatos respeitarem essas regras.

Outra importante alteração foi feita em relação ao tempo de veiculação do HGPE no rádio e na televisão, passando de 60 dias para 45 dias, e alterando os dias de transmissão da propaganda partidária concorrente à Presidência da República:

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

I - na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão (LEI Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Portanto, levando em consideração o objetivo deste trabalho de abordar o HGPE veiculado pelas emissoras de televisão, a legislação eleitoral definiu que a duração da campanha eleitoral na televisão para a Presidência da República passaria ser de 45 dias, e o tempo de exibição de 50 minutos diários, divididos em dois blocos de 25 minutos cada. O horário de exibição dos programas se manteve o mesmo, sendo exibido das treze horas e vinte e cinco minutos até às treze horas e cinquenta

minutos; e das vinte horas e trinta minutos até às vinte horas e cinquenta e cinco minutos. Além disso, os dias da semana de transmissão passaram a ser as terças, quintas e aos sábados.

Com relação ao tempo de cada partido no HGPE, as alterações foram substanciais:

Art. 47:

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

I - 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram;

II - do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)²⁹.

As alterações na legislação eleitoral não afetaram a relação antagônica constituída entre as candidaturas de PSDB e PT nestes períodos eleitorais. Como ainda será apresentado neste capítulo, as alterações tiveram impacto na distribuição do tempo entre os partidos, sem a necessidade de afetar seus conteúdos propriamente ditos. Nas eleições de 1994 e 1998, a coligação que obteve o maior tempo foi a que venceu as eleições em questão. No entanto, nas eleições seguintes, de 2002 e 2006, este quadro se alterou. Nessas duas eleições a candidatura vitoriosa foi a representada por Lula, que tinha o segundo maior tempo de televisão no HGPE. Deste modo, não há como evidenciar uma relação direta entre tempo de propaganda e vitória de determinada candidatura, pois isso envolve uma relação complexa que, como defendemos nesta tese, por se tratar de um espaço de luta política, em algum

²⁹ Para as eleições de 2014, foram feitas novas alterações em relação à forma como seria dividido esse tempo. O novo método retoma os principais elementos de como era definido antes de 1998, como podemos perceber:

Art. 36. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais distribuirão os horários reservados à propaganda de cada eleição entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 2º, I e II; Ac.-TSE nº 8.427, de 30.10.86):

I – um terço, igualmente;

II – dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integrem (LEI Nº 12.875, de 30 de outubro de 2013).

momento irá apresentar elementos discursivos constituídos antagonicamente, que também poderão influenciar no resultado de uma eleição.

Após apresentar os principais elementos estruturais do HGPE juntamente com a legislação e suas alterações, a próxima seção versará sobre a relação entre PT e PSDB ao longo de sua formação, bem como a disputa eleitoral entre os partidos a partir de elementos estruturais do HGPE.

2.5 HGPE e a relação entre PT e PSDB: os contextos eleitorais de 1994 a 2006

Os anos de 1993 e 1994, durante o governo de Itamar Franco (PMDB), foram marcados por algumas peculiaridades na articulação política que definiria o futuro Presidente da República. Lula do PT e FHC do PSDB, antes aliados políticos, como no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, se tornaram adversários.

Até o ano de 1992/1993, a aproximação ideológica (se é que se pode classificar desta forma³⁰) entre PT e PSDB, mesmo que apresentasse diferenças em seus programas formadores, ainda pôde ser percebida. Isso mudaria substancialmente nos anos seguintes, principalmente a partir da disputa eleitoral de 1994. É importante atentar para o fato de que os dois partidos só se aproximaram graças ao fato de que articulavam significações semelhantes em relação à conjuntura política daquele momento. Entre outros aspectos, mas acreditando ser o principal, não concordavam com o modo como a transição foi realizada e como os partidos governistas se portaram nos primeiros anos da redemocratização. Em contrapartida, a análise de seus programas iniciais (destacados nas seções que antecederam essa explanação) aponta diferenças substanciais entre as propostas de governo. Outro ponto relevante foi que os políticos que fundaram o PSDB, na sua grande maioria, quando ainda eram integrantes do PMDB, não aprovaram a maioria dos elementos defendidos e votados durante a ANC³¹.

Com o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, tanto Lula do PT como FHC do PSDB foram convidados a compor um novo governo comandado pelo

³⁰ Ideologia é aqui entendida como todo ato de decisão e, portanto, constituído por elementos políticos. Para uma maior compressão, ver Laclau (2000, 2011, 2013, 2015).

³¹ Analisando os aspectos da ANC, pode-se identificar a aproximação ideológica entre os integrantes do PT e os futuros fundadores do PSDB como possível e, por esse motivo em especial, o PSDB ser visto, em sua posição original, como de esquerda (KINZO, 1989).

então vice de Collor, Itamar Franco do PMDB. Neste contexto e com vistas à campanha eleitoral de 1994, Lula preferiu não fazer parte desse governo, até porque algumas pesquisas apontavam seu favoritismo para a próxima eleição (AMARAL, 2003, p. 106). Diferentemente de Lula, FHC aceitou o convite e assumiu o Ministério de Relações Internacionais, fato que daria início a uma nova estruturação da campanha eleitoral que viria. Menos de um ano depois, em 1993, FHC foi convidado para ser o Ministro da Fazenda, espaço que lhe daria maior projeção política. A partir daí, FHC deu início ao projeto de “reformular” a economia brasileira com o Plano Real. O Plano Real obteve o êxito esperado, marcando, de forma definitiva, o espaço conquistado por FHC e abrindo caminho para a sua candidatura à Presidência da República na eleição de 1994. A eleição de 1994 começava a colocar PT e PSDB como os principais inimigos políticos no cenário político nacional.

Com a distribuição do tempo de televisão e rádio para apresentação de sua campanha eleitoral veiculada durante o HGPE nas eleições de 1994, a candidatura do PSDB, com a coligação PSDB, PFL e PTB³² (o candidato a vice-presidente dessa chapa foi Marco Maciel, indicação do PFL) ficou com 7 minutos e 49 segundos – o maior tempo de exposição no HGPE. Ao conquistar um espaço significativo na grande mídia com o sucesso do Plano Real, FHC buscou fazer novas alianças políticas para a eleição. Isso teve impacto em seu tempo de exposição no HGPE. Como já mencionado, nessa eleição o partido demonstra uma nova abertura em relação a suas alianças políticas. Antes considerado de esquerda, pelo menos na sua origem (ROMA, 2002; MOTA, 2008), e que construía sua base nesse mesmo espectro político, nas eleições de 1994 essa configuração ideológica apresentou alterações significativas. Neste sentido, a aliança feita com o PFL e com o PTB, partidos classificados como de direita (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000), indicam essa mudança articulatória do partido (ROMA, 2002).

Lula, principal adversário de FHC nessa disputa, tinha como vice Aloizio Mercadante, também do PT. A coligação composta por PT, PPS, PSB, PCdoB³³, PV³⁴ e PSTU³⁵ ficou com 3 minutos e 31 segundos de programação, apenas o quarto maior tempo de exposição. Nessa eleição pôde-se perceber que as alianças realizadas pelo

³² Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

³³ Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

³⁴ Partido Verde (PV).

³⁵ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

PT se mantiveram no campo da esquerda. Mesmo formando uma aliança mais numerosa que seu adversário, composta por seis partidos, o seu tempo de exposição no HGPE ficou menor, pois tais partidos não constituíam representação expressiva no Congresso.

Esses tempos foram referentes aos primeiros nove programas de cada candidatura. Com a renúncia de Flávio Rocha do PL, o tempo desse candidato foi redistribuído entre todos os concorrentes. Deste modo, nos 23 programas restantes do primeiro turno, a candidatura do PSDB aumentou seu tempo para 8 minutos e 10 segundos, e a do PT para 3 minutos e 45 segundos.

Lula ficou atrás, no tempo de exposição no HGPE, de Orestes Quércia (PMDB), com 6 minutos e 15 segundos (depois com 6 minutos e 30 segundos) e de Esperidião Amin do Partido Progressista Reformador (PPR), com 4 minutos (depois com 4 minutos e 12 segundos). Quércia e Amin terminaram as eleições em quarto e sexto colocados, respectivamente.

Terceiro colocado nessas eleições, Enéas Carneiro, do PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), ficou com o menor tempo de exposição no HGPE, com 1 minuto e 8 segundos (depois com 1 minuto e 16 segundos). À frente de Enéas ainda ficou o candidato do PDT, Leonel Brizola, com 2 minutos e 34 segundos (depois com 2 minutos e 45 segundos)³⁶.

Essa eleição foi definida no primeiro turno, com a vitória do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com uma votação de 34.350.021 milhões de votos (54,28%). Lula, do PT, que terminou em segundo lugar, obteve 17.112.255 milhões de votos (27,04%). A surpresa dessa eleição ficou com a terceira posição alcançada por Enéas Carneiro do PRONA, que obteve 4.670.894 milhões de votos (7, 38%).

Um ano antes do pleito de 1998, o governo propôs e conseguiu aprovar no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permitia a reeleição aos ocupantes de cargos no Poder Executivo. Essa PEC viabilizou a candidatura de FHC à reeleição.

A eleição de 1998 não apresentou mudanças significativas em relação à campanha presidencial anterior, de 1994, pois a vitória de FHC já era esperada. Com

³⁶ Todas as informações referentes à divisão dos tempos dos candidatos e de suas coligações foram coletadas junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); <http://www.tse.jus.br>.

uma coligação forte, que contava com PSDB, PFL, PPB³⁷, PTB e PSD³⁸, além do apoio informal do PMDB, partido que fazia parte da coalizão do governo tucano, a candidatura peessedebista obteve, novamente, como em 1994, o maior tempo de exposição durante a veiculação do HGPE, com 11 minutos e 48 segundos. Mantendo as bases de seu apoio de 1994, a candidatura tucana ampliou esse apoio para as eleições de 1998, quando aceitou mais um partido identificado normalmente como de direita, o PPB.

Em 1998, a coligação do PT obteve o segundo maior tempo do HGPE: 5 minutos e 2 segundos. A coligação encabeçada pelo PT contava ainda com PDT, PCdoB, PSB e PCB. O candidato a vice-presidente dessa chapa era Leonel Brizola, do PDT, candidato à Presidência em 1994. Com o apoio do PDT e sem o apoio do PSB, Lula e o PT mantiveram alianças com partidos de esquerda. É importante lembrar que, nessa eleição, PT e Lula apresentam uma nova estratégia: posições radicais ficaram de lado. A campanha foi mais propositiva e menos “filosófica”, ou seja, tratou de problemas concretos sem se ater a debates mais complexos em relação a questões ideológicas de partidos e de candidatos. Segundo Amaral (2003, p. 158-159), a campanha do PT em 1998 buscava dialogar com outros públicos, além da classe trabalhadora e dos militantes do partido.

Outra aliança, formada pela coligação PPS, PL e PAN³⁹, se apresentou como terceira via nesta eleição. Representada pela candidatura de Ciro Gomes, então no PPS, e seu vice, Roberto Freire, do mesmo partido, terminaram a eleição em terceiro lugar. Com um tempo de exposição no HGPE de 1 minuto e 13 segundos, Ciro Gomes conseguiu superar, nesta eleição, o fenômeno da eleição passada, Enéas Carneiro (PRONA), que havia chegado em terceiro lugar. Enéas teve seu tempo de exposição diminuído para apenas 36 segundos.

Novamente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) chegou à frente no primeiro turno, reeleito Presidente da República com 56,03% dos votos válidos, o que correspondia a 35.936.540 milhões de votos. Foi o grande momento político seu e de seu partido. Lula ficou em segundo lugar com 31,71% dos votos válidos, 21.475.218 milhões de votos. Ciro Gomes obteve 10,97% dos votos válidos, ou 7.426.190 milhões de votos, uma votação expressiva. Enéas dessa vez chegou em 4º

³⁷ Partido Progressista Brasileiro (PPB).

³⁸ Partido Social Democrático (PSD). O partido foi extinto em 2003 e refundado em 2011.

³⁹ Partido dos Aposentados da Nação (PAN).

lugar, com menos votos que em 1994: 1.447.090 milhões de votos, ou 2,14% dos votos válidos.

Na eleição de 2002, um novo panorama político e social dava o tom das campanhas presidenciais. Por mais que o Plano Real tivesse se constituído como política de sucesso entre os anos de 1999 e 2002, já se percebiam alguns desgastes dessa política econômica. Portanto, o sucessor de FHC na corrida presidencial, José Serra (PSDB), teria de apresentar novidades em relação à forma como iria gerir a Presidência da República caso fosse eleito. Lula (PT), em sua quarta candidatura à Presidência da República, aparecia como favorito segundo as pesquisas de intenção de voto, novamente apresentando uma polarização antagônica entre PT e PSDB. Diferentemente de 1989 e 1994, quando Lula também era favorito, tanto o candidato como o próprio partido decidiram implementar uma reconfiguração em suas propostas e na forma de construção de sua campanha. Tratado como “Lulinha paz e amor”, o candidato adotou uma posição menos radical e mais moderada.

Iniciada na campanha de 1998, a mudança no PT e em sua forma de fazer campanha ficou mais evidenciada em 2002. Com a contratação de profissionais de *marketing*, o partido sucumbia às lógicas de campanhas adotadas pelos partidos rivais: a forma como os programas foram organizados, as imagens utilizadas e a posição adotada por Lula mudaram (GARCIA, 2012, p. 100). O partido e Lula se transformaram em um produto a ser vendido para o público/eleitor. Além disso, Garcia (2012, p. 102) destaca a alteração na forma como Lula se portava, a utilização de bandeiras do partido com fundo branco – substituindo o vermelho – e, a mais marcante de todas: o visual totalmente remodelado do candidato.

Para essa campanha, a distribuição do tempo de exposição no HGPE manteve a mesma regra da eleição de 1998, colocando, novamente, a coligação representada por José Serra do PSDB – e que contava com PMDB, indicando a vice dessa coligação, Rita Camata – com o maior tempo, 10 minutos e 23 segundos. A coligação formada pelo PT, PL, PCB, PC do B e PMN ficou com 5 minutos e 19 segundos. Em terceiro ficou a coligação PPS, PTB e PDT, liderada por Ciro Gomes (PPS), com um tempo de 4 minutos e 17 segundos. Em quarto ficou a coligação liderada pelo PSB, que contava ainda com PGT⁴⁰ e PTC⁴¹ e tinha como candidato Anthony Garotinho, com um tempo de 2 minutos e 13 segundos;

⁴⁰ Partido Geral dos Trabalhadores (PGT).

⁴¹ Partido Trabalhista Cristão (PTC).

Para essa eleição, novas alianças passaram a ser aceitas pelos integrantes do PT. Mesmo não sendo visto com bons olhos por alguns integrantes do partido, a aliança com o PL foi concretizada. O principal empecilho era a diferença ideológica entre os partidos, mesmo o PL sendo oposição do governo de FHC. Contudo, de forma oposta, para a cúpula do PT, essa aliança era fundamental para que o partido obtivesse credibilidade frente a grupos poderosos e, com isso, conquistasse a vitória nas eleições. Segundo Garcia (2012, p. 103), essa atitude começou a fazer com que o partido perdesse sua identificação de esquerda, ocasionando diversas rupturas internas. Além disso, sua militância também diminuiria com o decorrer do primeiro governo petista (AMARAL, 2011), pois as alianças para compor governo não foram aprovadas pelos integrantes de uma esquerda mais radical do partido.

No caso das alianças realizadas pelo PSDB, a perda do apoio antes dado pelo PFL – nesta eleição o PFL iria lançar Roseana Sarney como sua candidata – não significou perda de tempo de exposição no HGPE. Apesar de apresentar certo desgaste frente ao eleitorado (talvez por isso o PFL tenha saído da base para lançar candidatura própria), a estratégia do PSDB não se alterou em relação às campanhas passadas. E a questão econômica continuou sendo um dos elementos mais importantes da campanha.

Pela primeira vez a polarização entre PT e PSDB foi levada para o segundo turno, entre Lula e Serra. O petista conseguiu uma vantagem expressiva sobre Serra no primeiro turno, obtendo 39.455.233 milhões de votos (46,44%) contra 19.705.445 milhões de votos (23,19%) de Serra. Em terceiro lugar chegou Garotinho (PSB), com 15.180.097 milhões de votos (17,86%) e em quarto Ciro Gomes (PPS), com 10.170.882 milhões de votos (11,97%). Garotinho e Gomes obtiveram uma votação expressiva, juntos somaram mais de 25 milhões de votos.

Garotinho e Gomes, que não foram ao segundo turno, declararam apoio a Lula. Mesmo deixando Serra isolado, sem um novo apoio político “forte”, a diferença entre os candidatos que disputaram o segundo turno não se alterou de forma significativa – Lula ampliou sua votação do primeiro turno em cerca de 14 milhões de votos, chegando a 52.793.364 milhões de votos (61,27%), enquanto Serra ampliou sua votação em cerca de 13 milhões de votos, chegando a 33.370.739 milhões de votos (38,72%). O PT, no decorrer da campanha e do governo que viria a assumir, também obteve o apoio de grupos ligados a outros partidos conservadores, como o PP, o PTB e o PMDB, obtendo, entre outros, apoio do grupo ligado à família Sarney. Mesmo

realizando alianças antes condenadas por parte de integrantes do partido, o grupo ligado a Lula conseguiu concentrar em torno de sua candidatura os principais candidatos a Presidente por partidos de esquerda que participaram da eleição – PSB e PPS. Após fazer parte dos primeiros anos do governo petista, Roberto Freire, principal nome do PPS, decidiu passar para a oposição. Tal decisão fez com que Ciro Gomes deixasse o partido e ingressasse no PSB.

Antes do início da campanha eleitoral de 2002, havia temores, despertados sobretudo por órgãos de imprensa e por adversários, de que, caso eleito, Lula poderia governar de modo fiscalmente irresponsável, o que levaria a severas consequências para a economia do país. Em resposta a esses rumores, Lula e o partido produziram “Carta ao Povo Brasileiro” em que tentavam apaziguar tais ânimos e garantir publicamente que cumpririam as obrigações financeiras assumidas pelo Estado brasileiro e continuariam seguindo política econômica baseada no controle da inflação por meio da política de metas, a responsabilidade fiscal por meio da perseguição de superávits fiscais e a flutuação livre do câmbio. Mesmo com essas promessas, seu principal adversário, José Serra, do PSDB, continuou a afirmar que Lula não teria competência para gerir um país com tantas dificuldades e que suas posições políticas poderiam levar o Brasil à falência financeira.

Contudo, as afirmações de que Lula e o PT fariam com que o Brasil ficasse desacreditado junto ao mercado financeiro e investidores externos, tinham um fundo de verdade, pois, até as eleições de 1994, os programas do partido declaravam a intenção de contestar a validade da dívida externa brasileira. Na campanha eleitoral de 1998, o partido abandonara essa bandeira, mas tampouco apresentava garantias de que continuaria pagando a dívida. Foi apenas em 2002 que o partido passou a garantir que cumpriria todos os compromissos financeiros do Brasil.

Neste sentido, houve muitas acusações de que o PT havia “traído” suas bases. Quando da reforma da Previdência realizada em 2003, a direção do partido foi acusada de mudar de posição ideológica e os conflitos internos culminaram com a expulsão de parlamentares que não acompanharam a orientação partidária. Entre eles estavam Luciano Genro, Babá e Heloisa Helena, que votaram contra a proposta de reforma da Previdência promovida pelo seu partido.

Na eleição de 2006 PT e PSDB invertem os papéis. Desta vez, quem busca a reeleição, concorrendo pela quinta vez consecutiva à Presidência da República, é

Lula. Novamente o PSDB se apresenta como a principal força opositora ao PT e à candidatura de Lula, e indica Gerardo Alckmin como candidato.

A candidatura tucana, que não contou com o apoio do PMDB, ficou com o maior tempo de exposição durante o HGPE, com 10 minutos e 22 segundos. A coligação era formada pelo PSDB, PFL e PPS. O PFL, que não apoiou o PSDB na eleição de 2002, retoma a aliança que teve sucesso em 1994 e 1998. O apoio do PFL ao PSDB não pode ser considerado uma surpresa, pois, mesmo tendo interrompido a aliança na campanha eleitoral de 2002, os dois partidos continuaram aliados na oposição ao primeiro governo petista. Já a aliança com o PPS, partido aliado do PT em 1994 e que desde 2005 se tornou oposição ao governo Lula, poderia ser considerada contraditória por se tratar de um partido originalmente de esquerda e que ainda mantinha ligações ideológicas com esse campo. Contudo, vista por outro ângulo, a aliança entre esses partidos pode ser interpretada, mesmo que superficialmente, como resultado do momento oposicionista que faziam em relação ao atual governo petista.

A coligação petista, representada por Lula e composta por PT, PMDB, PRTB⁴², PL, PSB, PRB⁴³ e PC do B, obteve o segundo maior tempo de exposição durante o HGPE: 7 minutos e 21 segundos. As alianças políticas feitas para essa eleição mantiveram a mesma lógica da eleição anterior. A coligação conquistou o apoio de três partidos pequenos, o PRTB e PRB como novatos, e a continuidade da aliança com um partido tradicionalmente ligado ao campo de esquerda, o PC do B. Além disso, foi mantida a aliança entre o então Presidente da República, Lula, e o vice-presidente, José de Alencar, do PL, por mais que alguns integrantes do partido não concordassem, por se tratar de um partido de direita. O PSB, antigo aliado nas coligações em 1994 e 1998 e que apresentou Anthony Garotinho como candidato em 2002, retornou para a coligação liderada pelo PT. Após a eleição de 2002, o PSB declarou apoio a Lula e ajudou o partido a compor o governo, apoiando o candidato do governo à reeleição. O PMDB, que já fazia parte da coalizão do primeiro governo Lula, agora completa a lista dos partidos dessa coligação gerida pelo PT e pelo grupo ligado a Lula.

Terceiro colocado na distribuição do tempo de televisão, Cristovam Buarque (PDT) ficou com 2 minutos e 23 segundos. Heloisa Helena, candidata pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e amparada por partidos tidos mais à esquerda do

⁴² Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

⁴³ Partido Republicano Brasileiro (PRB).

espectro ideológico brasileiro – PCB e PSTU –, ficou com 1 minuto e 11 segundos. Tanto Buarque como Helena eram políticos que construíram suas carreiras políticas, em grande medida, vinculados ao PT. Heloisa Helena saiu do partido após a conturbada – pelo menos internamente – reforma da Previdência realizada em 2003, pois, entre outros fatores que não agradavam dentro do partido, ficou contra o ponto de instituir a contribuição de 11% aos inativos, a chamada “taxação”. Já Cristovam Buarque se retirou do partido em 2005, durante o processo do “mensalão”.

Buarque, após a saída do PT, conseguiu espaço político no PDT, partido que em muitos momentos tinha sido aliado do PT. O PDT e o PT, por manterem afinidades ideológicas, sempre mantiveram boas relações políticas, que se mostraram importantes para o campo de esquerda, pois, em 1989, Brizola declarou apoio a Lula no segundo turno das eleições e, em 1998, ajudou a compor a coligação com a vaga de vice. Mesmo em 2002, quando o PDT decide aliar-se com o PPS de Ciro Gomes, o partido declarou apoio a Lula no segundo turno daquela eleição. Então, com a vitória de Lula, o PDT se torna base governista e seria “natural” dar continuidade à coligação. No entanto, não foi o que ocorreu. Sendo assim, podemos inferir que o partido, com o intuito de se desvincular da imagem do PT que estava sendo manchada pelos escândalos de compra de votos no parlamento para a aprovação de reformas, aproveita para lançar um ex-petista para concorrer à Presidência da República. Sem conseguir chegar ao segundo turno das eleições, tanto Buarque como o PDT não declaram apoio a nenhum candidato no segundo turno.

O caso de Heloisa Helena é um pouco diferente. Candidata por um partido formado basicamente por ex-petistas e que, além de construir uma coligação genuinamente de esquerda (inclusive com o PSTU, outro partido que se originou de uma corrente interna expulsa do PT), concorria pela primeira vez à Presidência da República. Sua campanha se mostrou crítica a todas as opções políticas apresentadas nesse pleito, tendo se baseado numa comparação do PT com o PSDB, que afirmava que Lula estaria governando o país da mesma forma que Fernando Henrique Cardoso. No segundo turno da eleição, a candidata e o PSOL mantiveram sua posição crítica, abstendo-se de apoiar qualquer dos candidatos.

Heloísa Helena, mesmo com pouco tempo de exposição no HGPE, terminou o pleito com 6.575.393 milhões de votos (6,85%), à frente de Buarque (PDT), que obteve 2.538.844 milhões de votos (2,64%).

O primeiro governo petista ficou marcado por algumas contradições e algumas conquistas. Mas é evidente que, em sua primeira experiência como comandante do Executivo Nacional, o partido acabou se valendo de políticas antes criticadas. Os critérios de alianças e as mudanças nos programas, que desde 2002 se mostraram conformados com as imposições das estruturas políticas/eleitoras, são alterações que afetaram até mesmo as relações internas do partido, como por exemplo a intensa utilização de *marketing* político. A partir dessa nova forma de fazer suas campanhas, o PT aderiu inteiramente ao financiamento privado de campanha e ficou “refém” dessas relações construídas antes e durante as eleições, modelo que antes condenava. De outro modo, o partido não teria condições de concorrer de igual para igual com outros partidos que sempre se valeram desse modelo. Apesar disso, ao se tornar governo, o que se esperava era que o partido e seus integrantes lutassem para alterar essa lógica. A reforma política sempre esteve em pauta no partido que, no entanto, nunca teve fôlego e força para romper as imposições de suas coligações e coalizões.

Diferentemente da eleição de 2002, o pleito de 2006 colocou, ainda no primeiro turno, de forma ainda mais isolada, a disputa entre PT e PSDB. No primeiro turno, Lula conquistou 46.662.365 milhões de votos (48,61%), fazendo uma vantagem significativa sobre o tucano Geraldo Alckmin, que obteve 39.968.369 milhões de votos (41,63%). No segundo turno, diferente do que tinha ocorrido na eleição anterior, Lula aumentou ainda mais a diferença sobre seu adversário, ficando com 58.295.042 milhões de votos (60,83%), contra 37.543.178 milhões de votos (39,17%).

Por mais que não seja objeto de análise deste trabalho, é importante frisar que as eleições de 2010 e 2014 evidenciaram ainda mais a separação e o posicionamento antagônico entre PT e PSDB. A disputa entre Dilma e Serra e posteriormente entre Dilma e Aécio ampliaram e refletiram a disputa polarizada já existente entre os partidos PT e PSDB, o que já tinha sido salientado por Reis (2010, p. 61).

Partindo das diversas classificações dos partidos, Rodrigues (2002) afirma que tal variação pode ser percebida a partir da institucionalização dos próprios partidos, que ocorreu gradualmente, e, também, a partir da mudança de suas orientações políticas e programáticas, principalmente quando analisados na “realidade” do governo ou quando existe uma real possibilidade de se tornar governo. Tal afirmação encontra, em certa medida, sustentação a partir dos casos do PSDB e PT como oposição e governo.

Seria ingenuidade pensar que projetos fossem aprovados sem “grandes” alterações, se considerarmos a relação política institucional que envolve o poder Executivo e Legislativo, muitas vezes com interesses contrários, dependendo da capacidade de “bloqueio” da oposição. A reforma da Previdência ocorrida durante o governo Lula ocorreu sob tal realidade – inclusive com apoio da oposição que não hegemonizou um discurso contra a reforma (CORRAL DE FREITAS, 2015b, p. 153). O “mensalão” pode ser uma questão relevante para se pensar essa rápida e fácil aprovação. No entanto este não é o foco desta tese. O que é relevante perceber é que o desgaste do governo de FHC levou a um novo panorama que apontava uma possível vitória do PT. E a possibilidade dessa vitória fez com que as estratégias políticas eleitorais do partido fossem remodeladas a partir das exigências do mercado e das instituições políticas tradicionais. Tal fato já se configura como um caminho numa nova identificação política que, marcada pela disputa antagônica com o PSDB, reconfiguraria ambas as identidades.

É fato que existe uma grande diferença na identificação política do PT e PSDB em relação ao eleitorado. O Partido dos Trabalhadores conseguiu, em sua formação, articular bases diversas, mas sua identificação política consistia na ideia de lutar contra as desigualdades impostas pelo sistema econômico, que se refletiam no mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores de modo geral. Já o PSDB fez um caminho diferente em relação a sua formação. Construiu uma identificação político/partidária a partir de elementos já imersos no sistema político institucional, sem ter um diálogo mais inclusivo com grupos dispersos na sociedade.

Se levarmos em consideração apenas análises relacionadas ao voto, vamos perceber que o sistema partidário brasileiro não se configura como uma estrutura com alta identificação com os partidos. Pelo contrário, o sistema tem características altamente personalistas, o que é reforçado pelos incentivos dados pela legislação eleitoral. Este fato não é algo recente no Brasil. Ainda no período entre 1945 e 1964, os partidos políticos não se mostravam relevantes nem na definição do voto, apesar de haver certo fortalecimento ao final desse período⁴⁴. Com o fim do período ditatorial

⁴⁴ Em se tratando de identificações políticas, é importante enaltecer que não existem identidades prontas, mas identidades sempre em construção a partir de identificações. Assim, estudos podem comprovar a relação entre identificação político/partidária com o eleitor, seja a partir do voto, seja a partir da construção da “opinião do eleitorado”. No entanto, para entender o que constitui uma identificação política é preciso definir a formação discursiva que articulou essa identificação e como se apresenta sua relação antagônica. No nosso entendimento, uma análise quantitativa do voto ou uma relação qualitativa/quantitativa da “opinião do eleitorado”, sem levar em consideração a estrutura do

e, posteriormente, com o início das eleições diretas para presidente em 1989, podemos afirmar que a abertura possibilitou a emergência de novas disputas por identificações políticas que antes estavam restritas à luta por mais liberdade política. Neste sentido, a tendência é a de que diversas identidades partidárias buscassem espaço apresentando seus candidatos e suas perspectivas políticas. Mas, no decorrer de uma eleição em que esteja em jogo o comando do executivo, outra tendência é a de que a disputa eleitoral restrinja o número de partidos e candidatos que realmente conseguem fazer “decolar” suas campanhas.

No caso brasileiro, e em se tratando de campanhas à Presidência da República, tal aspecto ficou mais evidente após 1994, quando dois partidos, PT e PSDB, passaram a polarizar essa disputa. Portanto, a questão aqui é a de que a relação antagônica estabelecida entre PT e PSDB nas campanhas eleitorais para Presidente da República desde 1994 se mantiveram independentes do contexto político, mudando apenas as formas de identificação política dessa relação antagônica⁴⁵.

2.6 Considerações do capítulo

Neste capítulo foi realizada uma apresentação da formação político/partidária do PT e PSDB, que compreendeu os principais elementos contextuais, entre os quais se destacaram a relação com o sindicalismo e a abertura para o multipartidarismo no caso do PT e, no caso do PSDB, a insatisfação política de alguns integrantes do PMDB em relação à estrutura hierárquica do partido e o posicionamento da maioria dos integrantes do partido durante a Constituinte. Ainda, foram apresentadas as trajetórias de PT e PSDB, levando em consideração a sua fundação e o papel político exercido por ambos, enfatizando sua relação de aproximação e, posteriormente, a partir das eleições presidenciais de 1994, a construção de identificações antagônicas. Além disso, foram apresentadas as principais implicações históricas em relação ao

discurso antagonizado, apresenta um recorte da realidade restrito, pois não leva em consideração as “bases” para a formação dessa identificação e sua reconfiguração. Portanto, identificação é uma construção constante que está no campo da política propriamente dita, e não um simples filtro de decisão, mas a própria construção do “filtro”.

⁴⁵ Nos dias atuais, a relação de identificação política ainda coloca PT e PSDB como antagônicos em diversos aspectos políticos. No entanto, a emergência de um sentimento antipetista, fundado, em grande medida, nos casos de corrupção que envolveram o partido e exacerbados graças ao tratamento dado à questão pela grande mídia brasileira, abre novos espaços e possibilidades de surgimentos de novas identificações políticas, como as de extrema direita representada pelas ideias do deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Socialista Cristão (PSC).

HGPE, levando em consideração sua formação, sua legislação e seu papel em relação ao quadro partidário vigente. Por último, foram apontados os principais aspectos de cada eleição com o intuito de identificar suas implicações em torno do PT e do PSDB.

PARTE II

A ESTRUTURAÇÃO DO PRIMEIRO GRANDE ANTAGONISMO: A REORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA E O PLANO REAL NAS ELEIÇÕES DE 1994 E 1998

3 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PSDB DE 1994 E 1998: O PLANO REAL COMO CONQUISTA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA

3.1 Introdução

Antes de entrar na apresentação do objetivo deste capítulo e em sua organização, fazem-se necessários alguns esclarecimentos em relação à temática antagonista estabelecida entre os discursos da candidatura peessedebista com o discurso da candidatura petista. Temas variados foram significados durante os programas eleitorais do PSDB e do PT veiculados no HGPE durante as eleições de 1994 e 1998. Saúde pública, educação pública, transporte público, segurança pública e infraestrutura foram os temas recorrentes, mas que não apresentaram sentidos contrários entre as candidaturas estudadas. Ou seja, não houve disputas por esses

sentidos. Isso quer dizer que ambas as candidaturas, ao abordar essas temáticas especificamente, apresentaram propostas semelhantes ou quase idênticas, além de não desenvolver interlocução. Por exemplo, em 1994, enquanto uma candidatura (FHC) afirmava que iria investir mais em educação num determinado local do país, a outra (Lula) dizia que iria investir em saúde, pois, conforme um dos argumentos identificados nos programas da candidatura petista, sem condições mínimas de saúde a aprendizagem se tornaria mais difícil, sem desconstruir ou se referir aos pronunciamentos das candidaturas concorrentes. Ponderando suas diferenças, o fato é que ambas as candidaturas apresentaram propostas muito próximas em relação aos temas supracitados, indicando a necessidade de investimento e o “grau” de preocupação com essas áreas.

Assim, tais temas, por mais diferentes que sejam, não foram simbolizados de forma antagônica entre as candidaturas. Além disso, pontos sensíveis que poderiam servir de subsídios para se pensar e verificar as possíveis diferenças entre as candidaturas, como povo, igualdade, liberdade e o entendimento sobre a função do Estado, o que permearia as temáticas abordadas pelas candidaturas, também não se mostraram diferentes, pelo contrário, apresentaram aproximações em seus sentidos.

Deste modo, tanto nas eleições de 1994⁴⁶ como nas eleições de 1998 o “ponto privilegiado” na relação antagônica estabelecida entre as candidaturas foi concentrado em torno do “Plano Real”. Mesmo se tratando de eleições diferentes, a relação entre elas (1994 e 1998) se justifica, como veremos no decorrer dos próximos dois capítulos, a partir dos próprios sentidos das candidaturas aqui estudadas. A conjuntura política e econômica que envolveu cada eleição fez com que a relação antagônica instituída a partir do entendimento de cada candidatura em relação ao Plano Real se mantivesse inalterada. Ou seja, dentre os temas abordados por cada candidatura, o que constituiu a relação antagônica e perpassou as duas eleições aqui abordadas foi a disputa pelos sentidos em torno do Plano Real. Além do mais, em alguns momentos, outros temas apareceram ligados diretamente com o entendimento de cada candidatura em relação ao Plano Real. Isso quer dizer que saúde pública, educação pública, transporte público, segurança pública e infraestrutura, apenas para citar alguns, apareceram, em momentos distintos, imersos no discurso sobre o Plano Real.

⁴⁶ Sobre a construção discursiva de FHC e Lula em torno do Plano Real na eleição de 1994, ver Souza (2012).

Então, tal relação foi possível ser estabelecida por dois principais motivos. O primeiro se deu por duas características: i) a desestruturação da economia brasileira desde antes da redemocratização e agravada entre 1985 e 1994; em 1994 o Plano Real é elaborado e colocado em prática, e ii) a crise econômica internacional de 1997/1998, que colocou o projeto econômico brasileiro em xeque e o recolocou no debate político/eleitoral. O segundo motivo, tão importante quanto o primeiro, é atribuído à recorrência argumentativa no discurso de ambas as candidaturas nas duas eleições em relação ao Plano Real.

Isto posto, o objetivo deste capítulo consiste em apresentar a estruturação do discurso da candidatura à Presidência da República do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Então, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso do PSDB para significar seu entendimento em relação ao Plano Real – ponto antagônico entre os discursos das candidaturas de PSDB e PT.

Para a elaboração deste capítulo, foram transcritos ao todo 62 programas eleitorais do PSDB veiculados durante o HGPE. Deste total, 30 programas se referem à eleição de 1994, e 32 à eleição de 1998. Dos 30 programas de 1994, de forma direta ou relacionada a outros temas, 11 abordaram o tema “Plano Real”. Em 1998, dos 32 programas, 8 abordaram o tema “Plano Real”. A tabela 1 apresenta estes dados de forma sistematizada. Além do mais, é salutar destacar que o tema Plano Real, ponto antagônico entre as candidaturas, ocupou mais de 1/3 dos programas peessedebistas de 1994, o que corresponde a 36,66% dos programas do referido ano. Já em 1998 esta relação se mostrou sensivelmente inferior, quando o tema Plano Real ocupou 1/4 dos programas, o que corresponde a 25% dos programas desse ano, o que não elimina sua relevância, pois ainda corresponde a uma amostra significativa dos pronunciamentos.

Tabela 1 - Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “Plano Real” da Candidatura do PSDB em 1994 e 1998.

Programas Eleitorais da Candidatura do PSDB em 1994 e 1998			
	1994	1998	Total
Transcritos	30 (48,39%)	32 (51,61%)	62 (100%)

Tema “Plano Real”	11 (57,89%)	8 (42,11%)	19 (100%)
-------------------	-------------	------------	-----------

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Este capítulo está subdividido em quatro seções. Na primeira seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “combate à inflação”. Na segunda seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “mudanças positivas com o Real”. Na terceira seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “manutenção do Real”. Por fim, na quarta seção, será apresentada, a partir dos sentidos e dos momentos identificados nas seções anteriores, a construção do discurso antagônico da candidatura do PSDB, intitulado “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”.

3.2 Momento 1: Combate à inflação

Como enfatizado no capítulo 1 deste trabalho, toda formação discursiva é composta por momentos diferenciais que atribuem sentidos ao discurso. Além disso, tais momentos nada mais são que elementos articulados – por isso passam a ser chamados de momentos – que antes da articulação estavam dispersos no campo da discursividade (não faziam e não produziam sentidos para essa cadeia articulatória). Neste contexto, o campo da discursividade é composto pela luta política imersa nos programas eleitorais veiculados durante o HGPE, que como buscamos apresentar, por se tratar de um espaço de luta (conflito), em algum momento é constituído por elementos antagônicos, caso contrário não constituiria uma luta política.

Durante a campanha presidencial do PSDB em 1994 e 1998, o Plano Real assumiu um “protagonismo” no que se refere às disputas políticas pelos seus sentidos, ou seja, foi o tema, dentre todos os abordados, que possibilitou a emergência dos discursos antagônicos.

O sentido de “cuidar dos brasileiros” foi um dos primeiros relacionados ao Plano Real, como podemos perceber no trecho que segue:

FHC: A primeira solução para mudar o Brasil e cuidar dos brasileiros é o combate à inflação. Este passo está sendo dado. Quando eu fui para o Ministério da Fazenda, eu disse que a inflação iria ser controlada, e ela está sendo controlada. O custo de vida parou de subir, a população está pechinchando e os preços estão sendo

levados para baixo. O povo, como sempre, está fazendo sua parte. Eu espero que os empresários e os comerciantes também façam a parte deles. É hora de todos pensarmos no Brasil. Chegou a hora do povo ganhar. Aliás, o cidadão comum, a dona-de-casa, eles perceberam primeiro que muitos políticos que este Plano é de verdade, que esse Plano é coisa séria, e que ele vai funcionar. Nós podemos mudar este país, mas não com raiva, com radicalismo. Nós podemos mudar juntos. O primeiro passo foi dado, agora precisamos dar outros passos. E a você, que acreditou em mim, eu peço que continue acreditando, porque nós vamos enfrentar as mesmas pressões e incompreensões que a equipe econômica enfrentou para pôr em prática o Plano Real (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 05/08/1994).

O Plano Real é identificado no pronunciamento do candidato FHC do PSDB como o projeto capaz de combater a inflação, o que habilitaria o candidato a cuidar dos brasileiros. Além disso, segundo o excerto acima, o combate à inflação promovido pelo Plano Real atenta para o fato de que todos que estejam envolvidos com o seu resultado – a sociedade de modo geral – devem pensar no Brasil para que o Plano obtenha sucesso. Assim, nesta passagem ficam claros os primeiros sentidos atribuídos ao Plano e seu papel na luta contra a inflação: sem inflação o povo e os trabalhadores ganham e todos pensando no Brasil. Outro sentido está ligado ao fato de que com essa medida, o povo, como “prioridade” do governo, pode sonhar e planejar seu futuro, ter uma perspectiva de futuro.

FHC: Durante muitos anos nós sequer podíamos sonhar com um Brasil melhor, e qualquer sonho era destruído pela inflação que conhecemos bem. Agora que estamos conseguindo matar esse monstro, que vinha nos destruindo há 30 anos, agora nós podemos sonhar. Podemos sonhar com um país rico, justo, sério, feliz. Não foi feito num passe de mágica, foi feito com trabalho duro. Um país feito com milhões de pessoas, com tanta riqueza, com tanta terra para plantar e sem inflação, pode qualquer coisa. (...). Por isso agora podemos sonhar. Antes de inaugurar estradas e hidrelétricas, grandes obras, antes de tudo que precisa ser feito, e, antes de mais nada, criar cidadãos. Vamos colocar as pessoas em primeiro lugar. Vamos inaugurar um país de 150 milhões de cidadãos, 150 milhões de pessoas que possam sonhar (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 05/08/1994).

A inflação, conforme o pronunciamento da candidatura do PSDB, é o grande empecilho para formação de cidadãos, pois, como identificado, a falta de planejamento limitava a perspectiva de futuro das pessoas. Assim, o entendimento de combate à inflação agrega sentidos que indicam a construção de um país mais justo, sério, feliz, em que pessoas poderão planejar suas vidas e, deste modo, sonhar.

Assim, já se pode verificar uma regularidade de elementos em torno do tema Plano Real, elementos que darão sentido à estruturação do discurso da candidatura do PSDB a partir de seus momentos diferenciais.

Sobre a compra da casa própria, que não deixa de ser um sonho, FHC afirma o seguinte: “FHC: Casa é um direito básico de todos os cidadãos. E com a estabilização da economia, que o Plano Real está trazendo, vamos poder garantir este direito (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 02/09/1994)”. Deste modo, um novo elemento disperso gera sentido ao tema Plano Real, que é o direito à casa própria, ligado diretamente ao entendimento de estabilidade da economia e, conseqüentemente, à ideia de combate à inflação – o momento aglutinador de todos esses sentidos.

No tocante às vantagens que o povo teria com o Plano e o papel desse novo projeto econômico em relação à luta contra a inflação, a ponto geração de emprego aparece intimamente ligado a este aspecto do discurso de FHC do PSDB, como podemos perceber na passagem do discurso do próprio candidato:

FHC: Para poder criar novos empregos foi preciso arrumar a economia, acabar com a inflação, valorizar a moeda. Fazer do povo a prioridade número um e fazer a economia funcionar para gerar mais emprego e botar mais dinheiro no bolso dos trabalhadores. E como é que se faz isso? Nós já começamos a fazer. O Plano Real é um passo importantíssimo nesse sentido. Mas é preciso fazer muito mais. (...). Com o fim da inflação, não vale mais a pena para o empresário deixar o dinheiro parado no banco. Este dinheiro, agora, para render, tem que ser aplicado em setores produtivos ampliando a produção, abrindo novas fábricas e, com isso, gerando novos empregos (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 10/08/1994).

Deste modo, a geração de emprego, conforme o discurso de campanha de FHC, depende da estabilidade econômica e do controle da inflação. Como veremos na seção que tratará do discurso da candidatura do PT, tal afirmativa não é o que evidencia a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT, tendo em vista que ambos concordam que uma economia estável e uma inflação baixa são fundamentais para a geração de novos empregos, mas a relação antagônica está instituída na forma como a política de combate à inflação estava sendo implementada pelo governo de que FHC fazia parte – primeiramente como ministro da Fazenda, durante o governo Itamar Franco (PMDB), depois como Presidente do Brasil. Ainda conforme a passagem acima, com a estabilidade da economia e com o fim da inflação,

a tendência seria um maior investimento na produção por parte dos empresários. Portanto, uma série de elementos dispersos passa a gerar sentidos em relação ao Plano Real, como o aumento do poder aquisitivo. Além disso, pode-se verificar que entre esses elementos e sentidos apresentados existe algo em comum que vai ao encontro da importância de controlar a inflação.

Em relação ao poder aquisitivo/poder de compra e aos baixos salários, ambos são atribuídos à alta inflação.

FHC: Vamos falar a verdade, o salário do trabalhador brasileiro está baixo, muito baixo. Quem depende de salário não vive, sobrevive. E isso não é de hoje. Não dá para fazer quase nada com o salário que se ganha. Sustentar a família, dar roupas para os filhos, pagar transporte, comprar remédios, nada. E todo mundo vive me perguntando, por que o trabalhador ganha tão mal? A inflação é a grande culpada pelos salários baixos. A inflação sempre derrotou todas as greves em busca de melhores salários. O aumento que se conseguia num dia, no outro a inflação comia. Agora, com a nova moeda, o real, o salário parou de perder da inflação. Com os preços estabilizados, os salários estão ganhando poder de compra (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 12/08/1994).

Assim, a conquista da estabilidade econômica a partir do Plano Real poderia combater a inflação, o que elevaria os salários e aumentaria o poder de compra das pessoas. Outro sentido que emerge nesse campo da discursividade a partir do Plano Real e está ligado ao combate à inflação é a possibilidade de fortalecer a agricultura.

FHC: Na verdade, enquanto havia inflação, o governo podia ajudar pouco a agricultura, e já fazia muito quando não atrapalhava. Mudava toda hora a política de juros, o financiamento, as regras dos preços. Quem que pode trabalhar dessa maneira? Agora, com a estabilização da economia, vamos consertar tudo isso para ter um Brasil forte na agricultura (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 15/08/1994).

Segundo a passagem acima, com a economia estabilizada e com a inflação controlada, a agricultura teria todas as condições para se desenvolver.

Num pronunciamento amplo proferido por FHC em 1994, podemos verificar vários elementos que atribuem sentido em relação ao Plano Real e que condensam o entendimento de combate à inflação.

FHC: Durante muitos anos o Brasil criou um monte de bichos de sete cabeças. Uns como a reforma agrária, o aumento do salário mínimo, a distribuição de renda, a reforma da previdência, a educação de boa

qualidade, coisa que durante anos e anos as pessoas rotularam impossível, que não dava para fazer, que não tinha solução. Pois essas coisas são tão possíveis de serem feitas, como foi possível baixar a inflação, que nós fizemos. E sabe por quê? Porque nós fizemos conversando, e os outros quiseram fazer na marra. Tem gente no Brasil que gosta de dizer que as coisas são complicadas para que as soluções pareçam radicais. Não precisa nada disso. O que o Brasil precisava era estabilidade. Com os preços subindo todo dia, você não conseguia governar o seu salário. A dona de casa não conseguia governar a sua casa. E ninguém conseguia governar esse país. Agora é diferente, nós começamos a ter estabilidade, a ter sucesso. E agora podemos fazer um plano social para melhorar a vida das pessoas, para consertar a saúde, para melhorar a educação, para fazer a reforma agrária, para encontrar solução para os problemas da previdência, para gerar mais empregos para quem precisa. Se alguém lhe disser que tudo isso é impossível, você sabe que não é, não é verdade. Com o Plano Real nós fizemos a primeira coisa que os outros diziam ser impossível, nós acabamos com o primeiro bicho de sete cabeças (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 09/09/1994).

Segundo o excerto acima, com a estabilidade econômica e o controle da inflação possibilitados pelo Plano Real, o plano social, a saúde, a educação, a reforma agrária, a reforma da previdência e a geração de emprego se tornariam possíveis. Contrariando os pessimistas – uma crítica aos seus adversários – que não acreditavam que o Real controlaria a inflação, traria a estabilidade econômica e possibilitaria as reformas necessárias, FHC expõe que o primeiro “grande bicho de sete cabeças” tinha sido combatido, e que os eleitores podem acreditar que, combatida a inflação, as reformas seriam feitas. Além disso, como afirmamos na introdução deste trabalho e nas linhas iniciais desta seção, e respaldados pela passagem acima, outros temas apareceram atrelados ao Plano Real. Portanto, novos elementos dispersos neste campo da discursividade produzem sentidos a partir do Plano Real e no entendimento da importância de combater a inflação e seu reflexo para a estrutura social.

Num outro contexto temporal, político e eleitoral, os programas eleitorais e pronunciamentos contidos na candidatura do PSDB em 1998, também representadas pela candidatura de FHC, não se diferenciaram. Além da recorrência de temas como saúde pública, educação pública, geração de emprego e infraestrutura, a centralidade do Plano Real retornou como tema na produção de sentidos na constituição de um discurso antagônico.

O entendimento sobre o combate à inflação reapareceu a partir de novas regularidades que indicaram novos sentidos, muitas vezes se referindo à política adotada nos quatro anos de governo de FHC do PSDB.

FHC: Foram 4 anos de muitas vitórias, mas também de muitas dificuldades, porque derrubar uma inflação anual de mais de 4 mil por cento para apenas 4 por cento não foi nada fácil. Este último ano foi mais difícil para todos nós, que tivemos que enfrentar a crise asiática e proteger o Real para que a inflação não voltasse e destruísse tudo que conquistamos. Superamos a crise da Ásia, não perdemos nosso rumo e estamos saindo mais fortes dela. Reconheço que não conseguimos fazer tudo, mas nunca faltou empenho, nunca faltou a vontade de acertar e muitas coisas, o que faltou foi tempo. Afinal, você sabe que não se muda um país desse tamanho em apenas 4 anos. Por isso eu preciso do seu voto, por isso eu preciso de mais 4 anos para defender a estabilidade, para fazer o país crescer e gerar mais empregos. E a cima de tudo, para continuarmos construindo um país justo, sem lugar para a fome e para a miséria (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

Conforme o trecho acima, os quatro primeiros anos do governo de FHC serviram para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica frente às crises econômicas mundiais. Os próximos quatro anos de governo, no caso de FHC ganhar (que acabou se confirmando nas urnas), seriam para defender a estabilidade econômica, conquistada com o controle da inflação, fazer o país crescer, gerar empregos e acabar com a fome e com a miséria.

Neste mesmo sentido, o trecho a seguir indica o seguinte:

FHC: Fui eleito presidente com o compromisso de derrubar a inflação e fazer o país avançar em cinco metas. Hoje o Brasil avançou muito, e o nosso mais antigo inimigo, a inflação, está controlada. Agora é hora de continuar avançando e vencer um outro inimigo, o desemprego. Exatamente por isso eu peço a vocês mais 4 anos, porque juntos derrubamos a inflação, e juntos vamos vencer o desemprego (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 20/08/1998).

Reforçando a conquista do controle da inflação nos anos de governo de FHC, sua candidatura à reeleição em 1998 atribui a essa conquista a possibilidade de o país almejar novas melhorias, como a geração de emprego. A regularidade de elementos em relação ao controle da inflação aparece ligada direta ou indiretamente ao Plano Real e, com isso, indicando, a partir do Plano e do próprio controle da inflação, novos

sentidos que indicam a possibilidade de melhorias em outras áreas, como a ideia de geração de emprego, a partir da política adotada pelo governo de FHC.

Outros elementos dispersos indicam a relação entre o controle da inflação e a política para o Brasil crescer economicamente e gerar empregos. Vejamos:

LOCUTOR: Para o Brasil crescer e gerar empregos é preciso: 1- manter a estabilidade econômica e política; 2- investir em educação; 3- treinar e qualificar mão-de-obra; 4- atrair investimentos; 5- ter credibilidade internacional. (...). Quem derrubou a inflação, vai vencer o desemprego. Avança Brasil. Fernando Henrique Presidente (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

O primeiro ponto enaltecido no pronunciamento do locutor no programa acima citado aponta para a manutenção da estabilidade econômica e política como elemento fundamental para que o país tenha condições de crescer e gerar empregos. Aliado a isso, a conclusão da passagem demonstra que o controle da inflação feito por FHC o credencia como candidato preparado para gerar empregos. Deste modo, a política de emprego estaria ligada diretamente ao Plano Real e ao controle da inflação. Portanto, tais elementos dispersos neste contexto específico – como a geração de emprego – podem ser compreendidos a partir do próprio Plano, bem como aglutinados à ideia de controle da inflação.

Concluindo a apresentação dos elementos dispersos nesta regularidade discursiva, a campanha eleitoral de FHC afirma o seguinte:

LOCUTOR: Apesar de tudo isso, durante a campanha, os adversários de Fernando Henrique vão tentar convencer vocês de que ele não cumpriu suas metas de 94. Primeiro você sabe que o presidente cumpriu seu principal objetivo de campanha, controlar a inflação e estabilizar a economia. Segundo, a gente sabe que o Brasil já avançou em muita coisa (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

Portanto, a principal meta do primeiro governo FHC foi combater a inflação e estabilizar a economia e, como vimos, essas medidas trariam novas possibilidades de melhorias.

Todos esses elementos dispersos no campo da discursividade neste contexto estudado produzem sentidos que indicam a constituição de um momento que aborda o entendimento de “combate à inflação”. Deste modo, o quadro 1 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

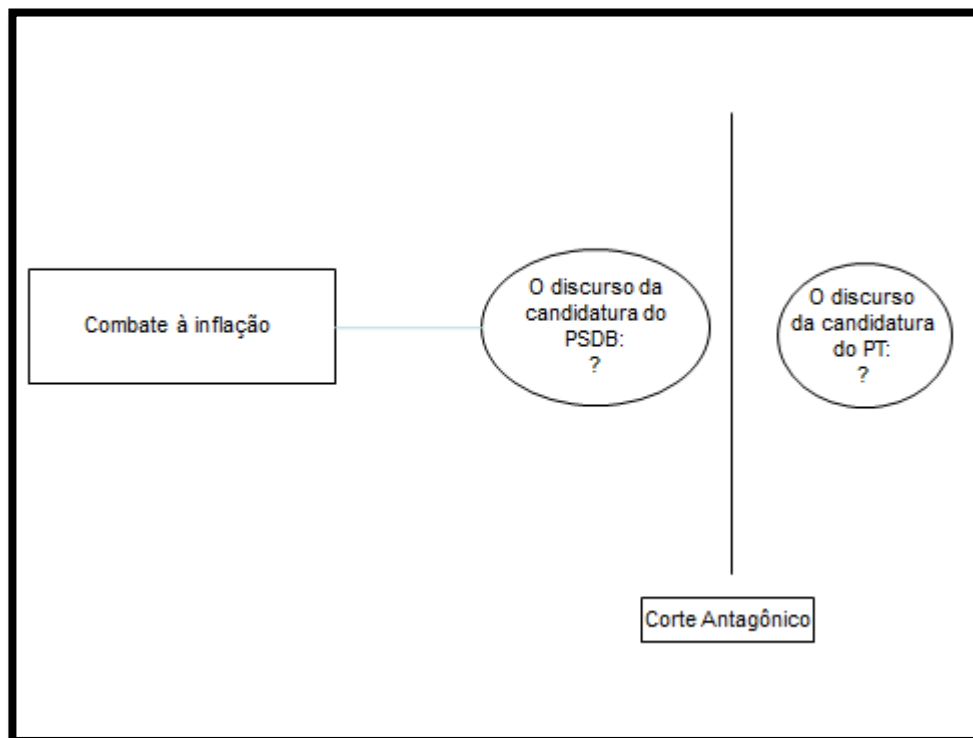
Quadro 1 - O momento discursivo “combate à inflação” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.

<p>MOMENTO 1 Combate à Inflação</p>
<p>Sentidos</p>
<p>O povo e o trabalhador ganham; todos pensando no Brasil (povo e empresários); geração de emprego; aumentar o poder aquisitivo; ampliar a produção; culpada pelos salários baixos; fortalecimento da agricultura; direito à casa própria; implementação do plano social; melhorar a saúde; melhorar a educação; fazer a reforma agrária; solução para Previdência; combate à fome e à miséria.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Assim, podemos nomear de “combate à inflação” o primeiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998. Deste modo, a Figura 1 apresenta de forma estruturada o início da organização do discurso da candidatura do PSDB nessas eleições.

Figura 1 – Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 – momento “combate à inflação”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Explicada a estruturação do primeiro momento discursivo da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o segundo momento identificado neste discurso constituído antagonicamente ao discurso da candidatura do PT.

3.3 Momento 2: Mudanças Positivas com o Real

Outros elementos dispersos no campo da discursividade produziram, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, sentidos que indicavam as mudanças positivas possibilitadas pelo Plano Real. Como será demonstrado a partir dos próprios pronunciamentos de campanha, o Real já surtiu efeito de imediato no sentido de gerar melhorias na vida das pessoas a partir da estabilização da economia e controle da inflação.

Todos os sentidos atribuídos ao momento “combate à inflação” estão interligados não só pelo momento discursivo, mas pelo próprio discurso que vem sendo constituído em relação ao Plano Real a partir da candidatura do PSDB nessas eleições. Assim, o aumento do poder aquisitivo com o controle da inflação reaparece no campo da discursividade, gerando outros sentidos; neste instante, tal sentido se refere às mudanças positivas proporcionadas pelo Plano Real. Nesta perspectiva, o “aumento do salário mínimo” e “criar melhores condições de trabalho” aparecem como pontos positivos que o Real já pôde proporcionar de imediato.

FHC: Durante meu governo eu pretendo dobrar o valor do salário mínimo. Hoje ele é de 70 reais, e eu garanto que ele chegará a 140. Eu pretendo assegurar a livre negociação e contrato coletivo para que o trabalhador defenda não só os seus salários, mas também melhores condições de trabalho. E pretendo sancionar a lei que regulamenta a participação dos funcionários nos lucros das empresas. A mudança começou com o Plano Real, mas ela vai continuar para colocar cada vez mais as pessoas em primeiro lugar (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 12/08/1994).

Tais mudanças, segundo os sentidos produzidos no discurso do candidato do PSDB, FHC, já podiam ser percebidas a partir da implantação do Plano Real. Com o

Plano Real e com as primeiras mudanças, o Brasil encontra um caminho para continuar a realizar as mudanças que o Real propicia.

FHC: Qualquer pessoa que vive de salário e que esteja observando o Brasil, vê que tendo apenas 60 dias de tranquilidade, de sucesso, vê que muita coisa boa começa a acontecer. Eu não estou dizendo que tudo ficou uma maravilha de uma hora para outra, num passe de mágica. Só que agora, além dos problemas, o Brasil tem um caminho, tem um rumo. E nesses 60 dias, nós já caminhamos bastante. O preço da cesta básica começou a diminuir, a taxa de desemprego também, a venda dos produtos populares aumentou, as vendas pelo crediário aumentaram, porque agora todo mundo já sabe como vai ser o mês seguinte. As pessoas lembram-se dos preços das coisas. A dona de casa não precisa correr ao supermercado para fazer estoques. Os pais de família podem planejar o mês. É disso que o Brasil precisa! Estabilidade (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 24/08/1994).

Tais elementos geram sentido de que o Plano Real conseguiu produzir melhorias de imediato na vida das pessoas a partir da política econômica adotada, bem como na estruturação da nova moeda, o Real.

Numa outra passagem, o candidato faz menção à preocupação que as pessoas têm com o Real, indicando as conquistas possibilitadas com o Plano e com a moeda. Assim, elementos dispersos como queda dos preços nos supermercados, maior poder de compra e aumento do valor real da moeda geram sentidos que estão ligados diretamente ao entendimento de que o Plano Real possibilitou melhorias consideráveis à vida das pessoas.

FHC: Frequentemente as pessoas me perguntam: como vai o real? Eu respondo: vai bem. Você vê que os preços nos supermercados estão parados ou caindo desde o começo do plano, desde o começo de julho. E isso significa maior poder de compra no seu bolso, porque o seu dinheiro vale mais. As pessoas perguntam: e a inflação? A inflação está caindo, a carestia está sendo derrotada. Até 15 de junho, antes do Real, a inflação foi de 48%. Hoje, ela caiu para cerca de 5%. E as projeções, até o final de agosto, apontam índices ainda mais baixos, segundo os especuladores. Daqui para frente, os próximos índices de inflação deverão cair ainda mais, porque cada vez mais diminuirão os efeitos dos aumentos irresponsáveis feitos na véspera do real. (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 02/09/1994).

Assim, a relação entre esses elementos indica a formação de um entendimento de que o Plano Real vem possibilitando mudanças positivas na sociedade como um todo. Neste mesmo sentido, FHC afirma o seguinte:

FHC: E eu vou criar condições para que a iniciativa privada invista mais de 40 bilhões de reais nos próximos 4 anos. E isso vai gerar, no mínimo, 4 milhões de novos empregos. O Plano Real é só o começo das mudanças. Esse país vai mudar pra valer (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 10/08/1994).

É criado, a partir da fala do próprio candidato, um panorama futuro de mudanças ainda melhores. Então, segundo a candidatura tucana, as mudanças positivas possibilitadas pelo Plano Real seriam apenas o início. Deste modo, novos elementos vão gerando sentidos que são compreendidos a partir das mudanças positivas com o Real. Então, tais elementos, antes dispersos no campo da discursividade e produzidos nos pronunciamentos da candidatura do PSDB, começam a ser fundidos em torno do entendimento das conquistas positivas propiciadas pelo Plano Real.

Ratificando os sentidos constituídos a partir do campo da discursividade instituído pelo HGPE, FHC faz as seguintes afirmações em seu programa eleitoral:

FHC: Olha, o plano real vai indo bem. Tudo que foi previsto está acontecendo. E o povo sente isso, porque os preços estão baixando, porque há mais tranquilidade no Brasil e o governo tem controle de todas as variáveis, de tudo aquilo que pode interferir no Plano Real está sob controle. Olha, a inflação vai ser muito baixa. Este mês, no fim de agosto, na hora de você comprar, não houve remarcação. Isso é fundamental. Nós vamos ter, no máximo, 2% de inflação no consumo (...) (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 02/09/1994).

Então, enfatizando as mudanças positivas ocasionadas a partir do Plano Real, como a queda dos preços e a queda da inflação, a regularidade em torno das conquistas positivas com o Real apresenta sentidos variados.

Como já destacado na seção anterior, as mudanças nos contextos político e eleitoral de 1994 para 1998 não geraram diferenças nos discursos antagônicos a partir das candidaturas aqui estudadas. Por mais que existisse um contexto temporal diferente, os temas de campanha se mantiveram. Na eleição de 1998, surgiram novos elementos dispersos em relação ao tema “Plano Real”, e que se referiam às mudanças positivas estimuladas pelo Real.

Permitida a participação de convidados pela legislação eleitoral vigente em 1998, como apresentado no segundo capítulo, a participação de Pelé nos programas da candidatura do PSDB foi umas das estratégias eleitorais feitas, tendo em vista a aceitação de Pelé pelo público brasileiro, o que poderia fazer que com os eleitores

dirigissem seu voto a FHC do PSDB. Além da aceitação popular de Pelé, que por si só já ajudaria muito na campanha de reeleição, a fala do ex-jogador enfatizou ainda mais determinados elementos que constituíram sentidos em relação aos avanços conquistados com o Plano Real, como podemos perceber neste excerto:

PELÉ: O Brasil hoje, sem dúvida nenhuma, é um Brasil muito melhor do que o Brasil de 4 anos atrás. Está aí. Você vê que o povo, de uma maneira geral, o pobre hoje pode programar a vida dele, ele pode comprar as coisas, ele pode comer e isso, acredito, foi um passo muito grande (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/08/1998).

Retomando alguns sentidos, como o entendimento de planejamento orçamentário familiar ventilado no pronunciamento da candidatura tucana, e o de maior poder de compra, todos possibilitados com o Plano Real, o Plano, segundo a exposição contida nos programas do PSDB, instituiu mudanças significativas na vida das pessoas em seus primeiros meses de aplicação e no decorrer dos quatro anos de mandato de FHC como Presidente do Brasil, “colocando as pessoas em primeiro lugar”. Essa afirmação fica mais evidente na passagem a seguir:

LOCUTOR: É só conversar com as pessoas nas mais diversas regiões do país que cada uma vai contar uma história de como a vida delas melhorou nos últimos 4 anos, e de como este governo colocou as pessoas em primeiro lugar (...) LOCUTOR: Revista Veja – o Plano Real se tornou o maior investimento social que o governo poderia fazer. Revista Exame: o Brasil ficou menos injusto, houve uma migração de dinheiro que estava nos bolsos dos brasileiros mais abastados para o bolso dos mais pobres (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 18/08/1998).

A aplicação do Plano Real durante os quatro anos de governo FHC, segundo pronunciamento realizado em seu programa eleitoral, reorganizou a economia do país e pôde, depois dessa atitude vinculada à esfera econômica, colocar as pessoas em primeiro lugar. Tal ação, no sentido atribuído pelo locutor da candidatura tucana, se caracterizou por ser o maior investimento social e assumindo um grande caráter de justiça social; o Plano Real se torna, assim, segundo o discurso de campanha de FHC, um plano de distribuição de renda. Complementando, conforme o referido discurso, o Plano Real ampliou ainda mais os horizontes do país, possibilitando o melhoramento da infraestrutura do Brasil a partir de novos investimentos.

LOCUTOR: Ele derrubou a inflação e nos deu uma moeda forte. Com a estabilidade, atraiu investimentos e realizou grandes obras que estão espalhando indústria e desenvolvimento pelo país. E agora ele quer avançar. O homem que derrubou a inflação está preparado para vencer o desemprego (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 08/09/1998).

Então, o fato de o Plano Real ter conseguido derrubar a inflação e consolidar uma moeda forte no Brasil, propiciando a tão esperada estabilidade econômica, também conseguiu criar um ambiente favorável para que novos investimentos fossem feitos na infraestrutura do país, incentivando a realização de grandes obras e possibilitando o desenvolvimento industrial no Brasil. Tais elementos dispersos constituíram sentidos atribuídos às “mudanças positivas com o Real” criando, ainda, um horizonte futuro de mais melhorias, como o combate ao desemprego, uma nova meta do então presidente e candidato à reeleição. Neste mesmo sentido, de combate ao desemprego, FHC afirma o seguinte:

FHC: Meus amigos e minhas amigas, a estabilidade da economia e a geração de empregos são os dois grandes desafios desse final de século. A maioria das nações do mundo, das mais desenvolvidas a emergentes, luta contra esses problemas. E se fossem problemas fáceis de resolver, tantas nações, tantos chefes de Estado e tantas economias, não estariam às voltas com eles. Com o Brasil não é diferente. Damos um grande passo, vencemos a inflação, o que foi fundamental, pois não há no mundo quem não tenha resolvido seus problemas sem resolver antes o problema da inflação, e a estabilidade é essencial para resolver o problema do desemprego. Quando lutávamos contra a inflação, já lutávamos contra o desemprego. O número de empregos criados no Brasil, a partir do Real, resolveria completamente o problema do desemprego em países como a Espanha ou a França. Só que o nosso país tem 160 milhões de habitantes, e qualquer problema no Brasil ganha o tamanho do Brasil. É muita gente trabalhando, muita gente nascendo, muita gente procurando emprego. Quem diz que pode resolver esse problema da noite para o dia num passe de mágica, não sabe o que diz ou não está dizendo a verdade. E quem disser que a estabilidade é a culpada pelo desemprego está sendo irresponsável. Só num país com estabilidade, com regras claras da economia, onde as empresas e as pessoas possam planejar suas vidas é que é possível criar as condições para se gerar empregos. Tudo que coloca em risco a estabilidade, que a afugenta ou desestimule os investimentos, não resolve o problema do desemprego. Emprego se cria com estabilidade econômica e política. Emprego se gera atraindo investimentos. Emprego se gera com obra e infraestrutura, para espalhar o investimento por todo país. E é mantendo esse rumo, fazendo o Brasil avançar que vamos gerar 7 milhões e 800 mil novos empregos para os brasileiros nos próximos 4 anos (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 08/09/1998).

Tais elementos dispersos no campo da discursividade instituído pela disputa política contida no HGPE produziram sentidos que apontam na direção de um momento que enfatiza as “mudanças positivas com o Real”. Desta forma, o Quadro 2 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

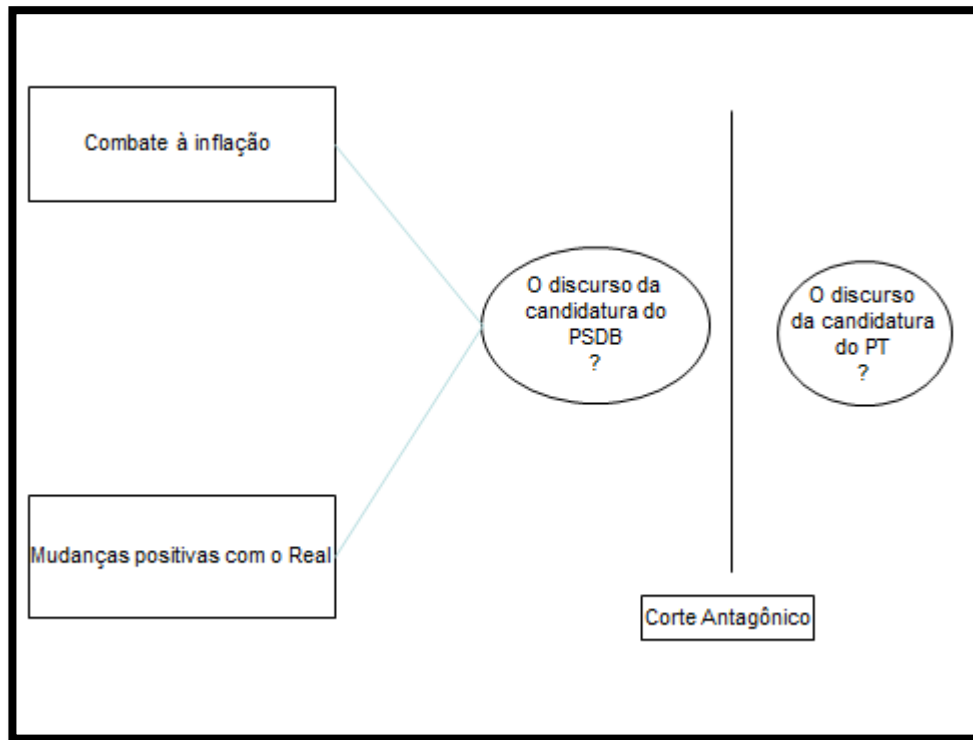
Quadro 2 - O momento discursivo “mudanças positivas com o Real” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.

MOMENTO 2
Mudanças Positivas com o Real
Sentidos
Diminuição dos preços da cesta básica; aumento do salário mínimo; melhores condições de trabalho; diminuição do desemprego; planejamento familiar; melhorou o poder de compra; pessoas em primeiro lugar; maior investimento social; justiça social; atraiu investimentos; realizou grandes obras; desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Assim, o segundo momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998 ficou simbolizado a partir da ideia de “mudanças positivas com o Real”. A Figura 2 apresenta de forma arquitetada a articulação dos momentos até aqui apresentados.

Figura 2 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “combate à inflação” e “mudanças positivas com o Real”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Reformulada a estruturação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 a partir dos momentos até aqui identificados, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o terceiro e último momento identificado neste discurso.

3.4 Momento 3: Manutenção do Real

A relação estabelecida entre elementos dispersos a partir dos sentidos gerados em relação à ideia de manutenção do Real, contidos nos pronunciamentos das candidaturas do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, direciona a relação destes na formação do terceiro momento do discurso das candidaturas tucanas. Como ocorreu na estruturação dos momentos anteriores, alguns elementos reaparecem indicando sentidos diferentes, porém não contrários.

Deste modo, os sentidos que constituem este momento também dialogam com os outros momentos já apresentados. Isso pode ser percebido a partir do seguinte trecho:

FHC: O Plano Real não vai resolver todos os nossos problemas em 2 ou 3 meses. O mal do Brasil, e dos outros planos, sempre foi o imediatismo. Por isso, será preciso vigiar o andamento do Plano Real e, se necessário, fazer os ajustes no futuro para que ele continue dando certo. (...). Sabemos que será preciso tomar medidas para garantir a continuidade do Real. (...). Você é o primeiro aliado que o Real precisa. Defenda o Real com seu voto. Vote nos candidatos a deputados, a senador e a governador que defendam o Real. Não apenas que estão defendendo agora, quando viram que o povo vota a favor do Real, que perderiam votos ficando contra. Vote nos que defenderam o Plano desde o começo. O Real é o início da mudança, é ele que vai tornar possível o plano social para colocar as pessoas em primeiro lugar. (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 02/09/1994).

A “manutenção do Real”, além ser caracterizada como um plano de longo prazo e de ter o eleitor como seu aliado forte, vai garantir que o projeto social proposto por FHC e pelos integrantes de seu programa e de seu partido seja posto em prática. Ainda, o trecho exibido no programa eleitoral pede para os eleitores que apoiam o Real que votem nos candidatos a outros cargos que também apoiam o Real, ou seja, defendendo o Real com o próprio voto. Tal solicitação se deu pelo fato de que seus opositores, mesmo que não tenham se colocado contra o Real, mas fazendo críticas severas à forma como o Plano estava sendo manipulado pelo governo com o objetivo de ajudar o candidato de sua preferência, mas se colocando contra os “reais” interesses desse projeto, no que se configurou, como veremos no capítulo seguinte, um plano eleitoreiro. Novos sentidos emergem quando FHC responde de forma direta as críticas feitas pelo seu principal oponente, Lula (PT).

FHC: Uma das grandes preocupações que eu sinto quando viajo pelo Brasil, é uma coisa que me pergunto: se o Plano Real não é uma coisa eleitoreira, que vai ser deixado de lado logo depois das eleições? Eu posso falar por mim. Se eu ganhar as eleições, não. Porque é justamente um dos motivos que me fazem concorrer para Presidente é garantir que o Plano Real continue. (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 05/08/1994).

Assim, as respostas às críticas feitas por Lula e seu programa indicam que o Plano Real não se caracteriza como eleitoreiro, evidenciado quando FHC afirma que sua eleição servirá exatamente para “garantir a continuidade do Real”, criando certo sentimento de incerteza quanto à manutenção do Plano nas mãos de seus opositores – uma referência ao seu principal concorrente, Lula (PT). Criando esse sentimento,

FHC apela para uma retórica de manutenção do Real, que, como já foi indicado nos outros momentos do discurso produzido pela sua campanha, é em benefício do povo.

FHC: Minhas ideias são as ideias do povo, que quer a casa em ordem. O nosso empenho é garantir o futuro do Plano Real, que não pertence a ninguém, que pertence ao Brasil. O Plano é bom, e o povo está do lado dele (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 09/09/1994).

Neste mesmo sentido, sobre as melhorias que o Real possibilitou, mas, sobremaneira, sobre a necessidade de sua manutenção para que o povo também melhore:

FHC: Olha quanta coisa boa está acontecendo só porque o povo está podendo consumir. E olha que são apenas 60 dias de melhora. (...). Um país como o nosso pode tudo se cuidar do seu povo. O povo é a grande saída. Por isso o Plano Real é tão importante. Por que colocando a economia em ordem, criando estabilidade com uma moeda forte, é possível dar os passos seguintes, que é a reforma tributária, a reforma da constituição e as reformas sociais. Feito isso, ninguém detém o Brasil. O Real é o primeiro passo para nossa independência da miséria, da fome e da ignorância (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 07/09/1994).

Os elementos descritos no excerto acima geram sentidos na direção da manutenção do Real. Retomando as críticas feitas ao seu principal adversário, Lula (PT), e se referindo às incertezas sobre a continuidade do Real caso Lula ganhasse as eleições, o programa de FHC apresenta a seguinte informação:

LOCUTOR: No seu último programa, nosso principal adversário gastou todo seu tempo atacando Fernando Henrique. Não fez uma única proposta, não atacou nenhum problema. Foram 3 minutos e 45 segundos desperdiçados. Imaginem se fossem 4 anos. (...)
 LOCUTOR: Nestas eleições, você vai decidir se o Plano Real vai continuar ou não. Se o Brasil vai passar os próximos 4 anos procurando soluções, ou procurando culpados. Nestas eleições, você vai decidir se vamos ter um governo a favor ou contra (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 02/09/1994).

Criando um sentimento de “medo” em relação às ações de Lula e de seu possível governo com a continuidade do Real, o locutor faz uma separação clara de quem dará continuidade ao programa e de quem acabará com ele, pois seus opositores teriam se colocado contra o Plano no momento de sua implementação. Tais atitudes são significadas como irresponsáveis por FHC, visto o risco de os

ataques a sua campanha e a sua pessoa colocarem em risco o próprio Real, que foi uma conquista importante para a sociedade de modo geral.

FHC: Meus adversários querem derrubar minha candidatura de qualquer jeito, nem que isto custe o Real, nem que isto custe o futuro. Continuam apostando no quanto pior melhor. Continuam apostando no fracasso. Apostaram no caos antes do Plano, e perderam. Estão apostando agora na desestabilização do Real, vão perder de novo. Quem ama o Brasil não comemora a inflação. A queda do Ministro Ricupero traz ao país inteiro a preocupação com o futuro do Real. A hora é de responsabilidade. O Real vai muito bem. (...) O Plano é bom, o povo está do lado dele, e o governo é sério, manterá a esperança do país (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 09/09/1994).

Sobre a queda do Ministro Rubens Ricupero⁴⁷, o pronunciamento da campanha de FHC apresenta certa apreensão com o fato, colocando-o como um evento que poderia causar problemas para o Real. Complementando, o candidato FHC acalma o eleitor indicando que o governo agirá com responsabilidade e garantirá a continuidade do Real. Diversos elementos apresentados no pronunciamento da candidatura tucana indicam a relação que FHC e seu partido têm com o Plano, fazendo uma separação entre seus verdadeiros defensores e os “inimigos do Real”. Deste modo, a relação entre tais elementos desenvolve sentidos que passam pela ideia de que a manutenção do Real depende da vitória de FHC.

Retomando o sentido de responsabilidade do governo, FHC sinaliza a atitude de Ricupero de renunciar ao cargo como uma atitude “sensata” para não prejudicar o Real.

FHC: No programa eleitoral de ontem, eu vi meus adversários tentando se aproveitar do Plano Real. A maior prova de que o Real está funcionando, está dando certo, é de que todos os candidatos agora dizem que apoiam o Real, querem ser os pais e os continuadores do Plano. (...). Os meus adversários também tentam se aproveitar da queda do ministro Ricupero. Ele teve um momento infeliz e, imediatamente, pediu demissão para não colocar em risco o Plano, dando mostra de compreensão para com o momento que o país vive. (...). Eles tentam desestabilizar minha candidatura de qualquer maneira, nem que isto custe o Real, nem que isto custe o futuro (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 12/09/1994).

⁴⁷ Ricupero renunciou ao cargo no dia 06 de setembro de 1994, durante o período eleitoral, quando um vazamento de um áudio em que o Ministro afirmava: "Eu não tenho escrúpulos. Eu acho que é isso mesmo: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde", tratando sobre o Plano Real e a estratégia de campanha de FHC em relação ao Plano. O fato ficou conhecido como o “escândalo da parábola”.

Como veremos nas seções que tratam do discurso da candidatura petista nas eleições de 1994 e 1998, este ponto antagônico entre os discursos dos candidatos do PSDB e do PT apresentaram sentidos diferentes sobre sua continuidade.

Mesmo tendo alterações no contexto temporal, político e econômico entre as eleições de 1994 e 1998, nas eleições de 1998 ocorreram recorrências de sentidos em relação à continuidade do Real a partir do discurso da candidatura do PSDB. Servindo de justificativa para sua reeleição, elementos discursivos – inicialmente identificados de forma dispersa – que tratavam sobre o controle da inflação apresentavam relação com a ideia de continuidade do Real. Além disso, tanto a continuidade do Real como o controle da inflação foram atribuídos, conforme o pronunciamento da candidatura tucana, a seu governo. Assim, tais elementos originam novos sentidos em relação à manutenção do Real.

FHC: Eu estou de olho no Real, eu estou de olho na estabilidade. Eu tenho certeza de que eu não vou ser julgado pela história se estiver de olho em 4 de outubro. Eu estou de olho em interesses permanentes do Brasil, eu estou disposto tomar as decisões, aceitar e assumir as decisões que vierem a ser necessárias para preservar o valor do Real que é o salário do trabalhador (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 12/09/1998).

Elementos como a preservação do salário do trabalhador, manutenção da estabilidade, interesses do Brasil e preservação do valor do Real são identificados, a partir do excerto acima, como sentidos que vão ao encontro da ideia de continuidade do Real. Além do mais, a percepção do esforço feito pelo Presidente da República naquele momento, que também era o candidato à reeleição, a partir de seu pronunciamento, indica a relação direta entre a própria candidatura com a manutenção do Real.

Na passagem a seguir, outros elementos apontam para a mesma direção, fazendo emergir novos sentidos.

FHC: Em 94 assumi um compromisso com você: derrubar a inflação e proteger o Real. E foi isso que fiz. Nesta eleição, renovo esse compromisso, fazer tudo para proteger o Real e o salário no seu bolso. Comigo as coisas são claras, e a inflação não volta. Sem sustos e sem surpresas vamos manter a estabilidade, manter nosso rumo e continuar lutando para fazer do Brasil uma nação melhor para todos os brasileiros (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/09/1998).

Esta passagem evidencia a relação construída entre FHC e a ideia de continuidade do Real na qual, como já afirmado, seus sentidos vão desde o controle da inflação até a importância de sua continuidade para garantir que a inflação não retorne. Neste panorama, os elementos recorrentes apresentam sentidos que indicam a manutenção do Real como atributo da candidatura tucana e, mais especificamente, de FHC. O ponto que remete à ideia de manutenção do Real e de continuidade está mais diretamente ligado à imagem do candidato FHC do que à própria ideia partidária num contexto de reeleição (MACHADO, 2009). Isso pode ser identificado na própria fala do candidato quando este se refere a si próprio, e não ao partido, e pode ser atribuída ao fato de ter sido FHC o idealizador do Plano Real antes mesmo de ser Presidente da República, o que em certa medida fez com que sua imagem como político e, neste contexto específico, como candidato, ultrapassasse a imagem do próprio partido.

Neste mesmo sentido, FHC afirma o seguinte em seu programa:

FHC: O Brasil está sofrendo com a crise mundial, é verdade. O mundo inteiro está. O governo teve que tomar medidas duras para proteger o Real, é verdade. Mas é melhor que aumentem temporariamente os juros do crediário, do que perder o Real. Aí sim, vai aumentar o aluguel, o arroz, o feijão e a gasolina. Comigo a inflação não volta, comigo não tem pacote, comigo as coisas são claras. Eu protejo o Real para proteger seu salário, seu poder de compra. (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 22/09/1998).

A crise econômica mundial fez com que o governo de FHC tivesse que tomar medidas duras, menos “populares”, como o aumento da taxa de juros, para garantir a continuidade do Real. Tal ação fez com que a inflação não voltasse, segurando o poder de compra dos salários. Aqui, podemos verificar que o aumento da taxa de juros serviu de suporte argumentativo para sustentar que para a manutenção do Real foram necessárias medidas duras. Ainda nesta perspectiva:

FHC: O povo brasileiro sabe que eu farei tudo, mas tudo mesmo, para proteger o Real, para defender o poder de compra dos assalariados, para baixar os juros e retomar o crescimento (PROGRAMA ELEITORAL FHC/PSDB, HGPE, 24/09/1998).

A defesa do Real e sua manutenção é, segundo o pronunciamento do candidato peessedebista, o caminho para manter o poder de compra dos assalariados e a possibilidade de uma futura baixa das taxas de juros, ou seja, será graças à

“manutenção do Real” que a diminuição dos juros será possível. Deste modo, outros elementos apontam sentidos que ligam a manutenção do Real à candidatura tucana, fazendo um pronunciamento de “mea culpa” e projetando melhorias com a continuidade do Real.

Deste modo, a partir dos sentidos apresentados nesta seção, “manutenção do Real” constitui um momento discursivo da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998. Diversos elementos serviram de sustentação na geração dos sentidos que corroboraram para a estruturação desse momento apresentado aqui, com podemos verificar no Quadro 3.

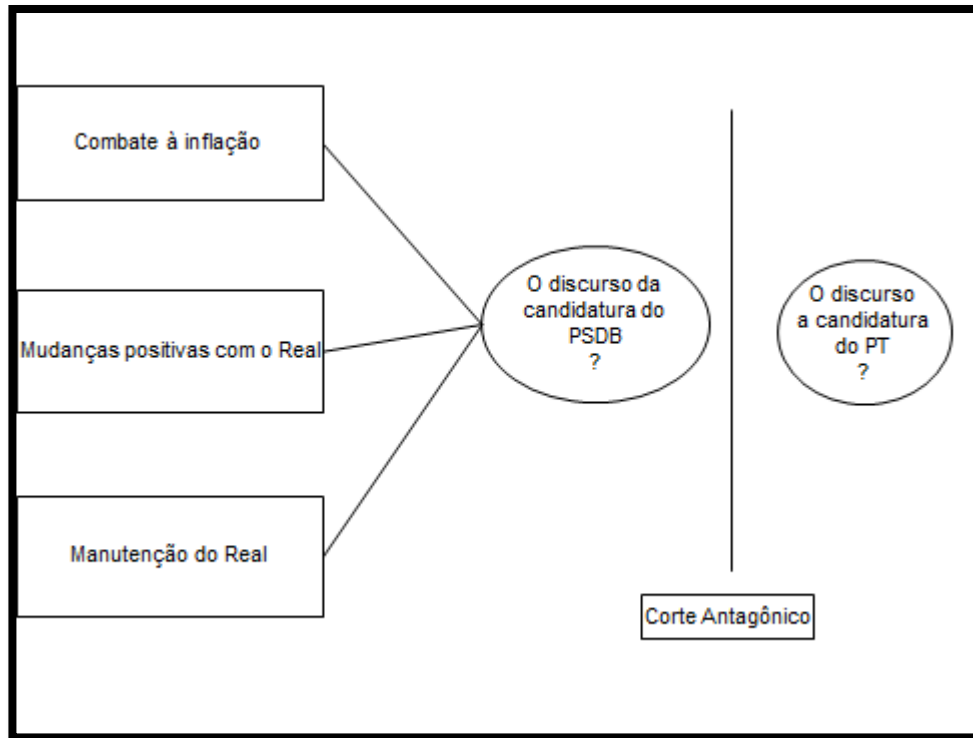
Quadro 3 - O momento discursivo “manutenção do Real” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 1994 e 1998.

MOMENTO 3
Manutenção do Real
Sentidos
Plano a longo prazo; eleitor aliado do Real; mudanças que vão garantir o projeto social; Plano não eleitoreiro; reeleição para proteger os salários, o Real e garantir sua continuidade; casa em ordem; manter o consumo do povo; reforma tributária; reforma da Constituição; reforma social; fim da fome e da miséria; oposição irresponsável; sensatez de Ricupero; votar nos amigos do Real; fim da inflação; manter o poder de compra; baixar os juros; investimento em infraestrutura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Isto feito, podemos perceber o terceiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, simbolizado a partir da ideia de “manutenção do Real” como estruturante do discurso da candidatura peessedebista. Assim, conforme a figura 3, podemos perceber não só a articulação deste momento, mas a própria estruturação deste discurso.

Figura 3 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “combate à inflação”, “mudanças positivas com o Real” e “manutenção do Real”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Finalizada a composição do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 a partir dos momentos já estruturalmente identificados e posicionados, na próxima seção apresentaremos a sistematização do discurso da candidatura peessedebista e sua configuração antagonicamente instituída, bem como a definição de seu ponto nodal.

3.5 Plano Real: a conquista da estabilidade econômica

As campanhas político-eleitorais de FHC em 1994 e 1998, veiculadas no HGPE, colocaram o Plano Real como o elemento fundamental para retirar o Brasil da instabilidade econômica causada pela hiperinflação e como o passo primário para que o país pudesse “cuidar” dos brasileiros. Neste sentido, primeiro era preciso estabilizar a economia e controlar a inflação para depois pensar em outras políticas.

A partir da dispersão de elementos que constituíram os pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e

1998, identificou-se a emergência de diversos sentidos que significavam de formas diferentes o Plano Real. A partir da regularidade desses elementos e dos sentidos gerados nesse processo de regularidade, ficou caracterizada a defesa do Plano por parte da candidatura aqui trabalhada. Deste modo, foi possível perceber que determinados sentidos apresentavam similaridades. Então, as relações entre essas similaridades geradas por regularidades na dispersão foram aglutinadas a partir da identificação de formações de momentos discursivos.

O primeiro momento identificado foi “combate à inflação”. Neste momento discursivo, o principal ponto defendido foi o de que o Plano Real seria a saída para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica, altamente ligada, conforme os pronunciamentos da candidatura tucana, ao próprio combate à inflação. Assim, numa primeira conjuntura, foi defendido o efeito rápido que o Plano exerceu nas vidas das pessoas a partir da estabilidade dos preços por ele propiciada. Numa segunda conjuntura, os elementos constituidores de sentidos e referentes ao “combate à inflação” abordaram indiretamente seus efeitos e diretamente a ideia da importância de manter a “vigília” para que a inflação não retornasse.

O segundo momento percebido foi “mudanças positivas com o Real”. O principal ponto defendido aqui foram as conquistas que o Plano Real possibilitou. Como já argumentado, mas importante retomar, elementos dispersos foram percebidos, a partir de seus sentidos, ligados a outro momento. Isso quer dizer que ocorreu a produção de sentidos diferentes a partir de sua similaridade, mesmo que não contraditórios e nem opostos. Numa primeira conjuntura foram identificadas as conquistas imediatas possibilitadas pelo Plano Real, como a estabilidade dos preços e a queda da inflação. Tal entendimento se deu, a partir dos pronunciamentos da candidatura peessedebista, a partir da reconfiguração e do efeito “positivo” que o Plano teve. Já numa segunda conjuntura foi possível verificar que as conquistas proporcionadas pelo Plano indicavam mudanças iniciais que seriam ampliadas com a continuidade do governo de FHC a partir de políticas que iriam contemplar outras áreas, como a social. Então, neste entendimento, as mudanças positivas já poderiam ser percebidas em outras áreas.

O terceiro momento detectado foi “manutenção do Real”. Neste momento, o principal ponto constituído nos pronunciamentos da candidatura do PSDB informava a importância de dar continuidade no Plano Real, e apresentava seu candidato FHC como o candidato ideal para tal projeto político, fazendo, em algumas passagens,

alusão ao despreparo de seu principal adversário, Lula do PT, que tinha uma carreira política curta em relação a cargos eletivos e não possuía um diploma de terceiro grau ou conhecimentos acadêmicos. Numa primeira conjuntura foi percebida, a partir dos pronunciamentos de FHC nos programas eleitorais, a importância da continuidade do Plano Real comandado por FHC para que se pudessem efetivar as conquistas imediatas que o Plano havia possibilitado. Posteriormente, numa segunda conjuntura, pôde-se verificar que os elementos constituidores de sentidos referentes à manutenção do Real iam ao encontro do entendimento de que era necessária a continuidade do Plano e do governo num outro contexto em que a inflação já tinha sido controlada – no entanto ainda era preciso tomar cuidado – e a manutenção do Real seria para garantir conquistas em outras áreas, pois ainda era preciso tomar conta para que não acabassem com ele – o sentido de que não iriam fazer nenhum novo plano econômico.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, apresentados de forma sistematizada no quadro 4, foi identificada nos pronunciamentos da candidatura tucana nas eleições de 1994 e 1998 a recorrência argumentativa em torno do Plano Real que, organizada a partir dos momentos “combate à inflação”, “mudanças positivas com o Real” e “manutenção do real”, constituiu o ponto nodal “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica” (Figura 4).

Quadro 4 - O discurso de FHC do PSDB nas eleições de 1994 e 1998.

O DISCURSO DA CANDIDATURA DO PSDB 1994/1998 Plano Real: a conquista da estabilidade econômica	
Momentos e sentidos	
1) Combate à inflação	O povo e o trabalhador ganham; todos pensando no Brasil (povo e empresários); geração de emprego; aumentar o poder aquisitivo; ampliar a produção; inflação culpada pelos salários baixos; fortalecimento da agricultura; direito à casa própria; implementação do plano social; melhorar a saúde; melhorar a educação; fazer a reforma agrária; solução para Previdência; combate à fome e à miséria.

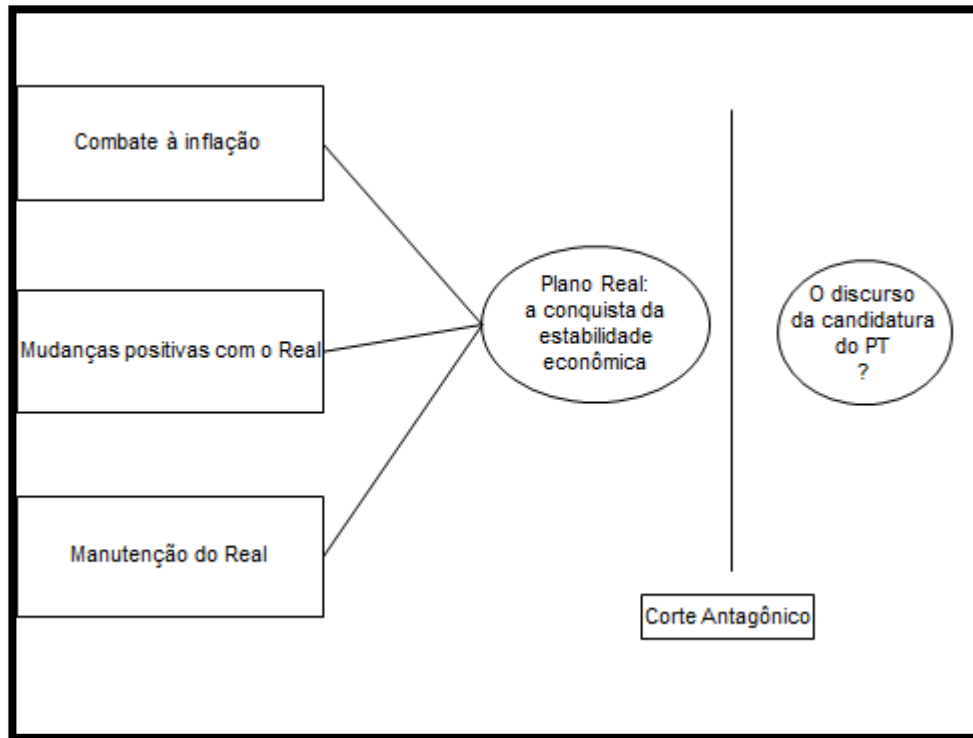
2) Mudanças positivas com o Real	Diminuição dos preços da cesta básica; aumento do salário mínimo; melhores condições de trabalho; diminuição do desemprego; planejamento do orçamento familiar; melhorou o poder de compra; pessoas em primeiro lugar; maior investimento social; justiça social; atraiu investimentos; realizou grandes obras; desenvolvimento.
3) Manutenção do Real	Plano a longo prazo; eleitor aliado do Real; mudanças que vão garantir o projeto social; Plano não eleitoral; reeleição para proteger os salários, o Real, e garantir sua continuidade; casa em ordem; manter o consumo do povo; reforma tributária; reforma da Constituição; reforma social; fim da fome e da miséria; oposição irresponsável; sensatez de Ricupero; votar nos amigos do Real; fim da inflação; manter o poder de compra; baixar os juros; investimento em infraestrutura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Desta maneira, foram apresentados os sentidos atribuídos aos três momentos – “combate à inflação”, “mudanças positivas com o Real” e “manutenção do Real” – que constituem o discurso “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica” formado pela candidatura do PSDB durante o HGPE das campanhas à Presidência da República de 1994 e 1998. A figura abaixo apresenta de forma sistematizada e organizada a formação do discurso da candidatura do PSDB, tendo em vista sua relação antagônica com o da candidatura do PT, que será apresentada no próximo capítulo.

Deste modo, os momentos constituidores do discurso de campanha de FHC do PSDB, formados por uma gama de sentidos, são atribuídos ao discurso sistematizador – “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”. Assim, o ponto nodal e os momentos representativos da relação antagônica também são identificados a partir desse discurso sistematizador, como mostra a figura 4. Portanto, o ponto nodal, a instauração do antagonismo, é o que caracteriza o discurso da candidatura supracitada.

Figura 4 - Discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Tendo em vista a relação antagônica entre PSDB e PT, e compreendendo a formação deste polo do discurso, compreendemos sua hegemonização a partir dos três momentos apresentados. Sendo assim, a candidatura do PSDB, representada neste momento pelo candidato FHC, hegemonizou um discurso – interno à sua própria articulação – que colocou o Plano Real como o elemento fundamental para que se conseguisse a estabilidade econômica. Neste tocante, a articulação dos momentos em torno do discurso “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica” apresentou sentidos variados que sustentaram o “combate à inflação”, as “mudanças positivas com o Real” e a necessidade de “manutenção do Real” com FHC no governo, como pôde ser percebida na figura 4.

Realizada a apresentação da formação do discurso de FHC do PSDB nas campanhas à Presidência da República nas eleições de 1994 e 1998, é possível perceber que os momentos discursivos apresentaram uma gama de sentidos que sustentaram o discurso de “defesa” do Plano Real. No próximo capítulo, organizado da mesma forma que este, será apresentada a formação do discurso de Lula do PT nas campanhas a Presidente da República nas eleições de 1994 e 1998. Então, serão apresentados os momentos do discurso do candidato petista juntamente com seus

sentidos em relação ao Plano Real. Como veremos, o discurso de campanha do candidato petista se constituiu quase que em resposta às afirmações feitas nos programas eleitorais de FHC do PSDB. No decorrer disso, o diálogo antagônico entre os programas dos candidatos se estendeu, levando FHC a responder determinadas críticas apresentadas no programa de seu principal oponente.

3.6 Considerações do Capítulo

A partir do entendimento de antagonismo como constituidor de toda relação que envolva alguma disputa política (conflito), foi possível identificar, com base nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, veiculados no HGPE, regularidades que geravam sentidos em relação ao Plano Real. Entre os diversos temas abordados na candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, como saúde pública e educação pública, apenas para citar alguns, foram os pronunciamentos que abordavam o tema “Plano Real” que desenvolveram sentidos antagônicos em relação ao discurso da candidatura petista nas mesmas eleições. Isso quer dizer que outros temas abordados nos pronunciamentos das candidaturas aqui estudadas não produziram sentidos antagônicos, pelo contrário, em muitos casos apontavam na mesma direção e com um entendimento muito próximo.

A partir da identificação da regularidade em torno do Plano Real como tema sistematizador da relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT nas eleições de 1994 e 1998, foi possível, a partir dos pronunciamentos de campanha da candidatura do PSDB nessas eleições, distinguir três fluxos argumentativos: “combate à inflação”, “mudanças positivas com o Real” e “manutenção do Real”. A relação entre elementos dispersos neste campo da discursividade estudado neste trabalho apresentaram sentidos que iam em direção de algum desses fluxos, o que, a partir de certas regularidades argumentativas, passaram a ser identificados como momentos discursivos; momentos carregados de sentidos em relação aos próprios momentos, bem como na estruturação do próprio discurso da candidatura peessedebista sobre o Plano Real.

A relação estabelecida entre tais momentos, respeitando suas diferenças, se sustentou a partir de uma articulação que colocava o Plano Real como o tema

sistematizador do discurso antagonicamente construído na candidatura tucana nas eleições aqui abordadas. Assim, o resultado dessa prática articulatória, formada por momentos diferenciais carregados de sentidos, mas que mantinham uma relação de equivalência em relação ao Plano Real a partir desses sentidos, estruturaram a formação do discurso dessa candidatura: “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”.

Elaborada essa rápida retomada do que foi realizado neste capítulo, o próximo capítulo versará sobre a formação do discurso antagonicamente estruturado da candidatura à Presidência da República do Partido dos Trabalhadores (PT) nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o HGPE.

4 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PT EM 1994 E 1998: O PLANO REAL COMO UM MODELO INCOMPLETO

4.1 Introdução

Como destacado na parte introdutória do capítulo anterior, diversos temas foram significados durante os programas eleitorais do PSDB e do PT veiculados no HGPE durante as eleições de 1994 e 1998, como, por exemplo, saúde pública e educação pública. Esses temas, no entanto, não apresentaram sentidos antagônicos entre as candidaturas estudadas. Pelo contrário, essas candidaturas ao se referirem às temáticas supracitadas (e a outras temáticas), apresentaram propostas semelhantes ou quase idênticas. Ainda que as diferenças sejam consideradas, elas não geraram sentidos antagônicos e não simbolizaram discursos concorrentes. Nessa perspectiva, ambas as candidaturas apresentaram propostas semelhantes em relação a temas que não abordaram de forma direta ou indireta às questões referentes ao Plano Real.

Outro ponto relevante, e também já destacado na parte introdutória do capítulo anterior: mesmo se tratando de duas eleições diferentes, tanto nas eleições de 1994 como nas eleições de 1998 o “ponto privilegiado” da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas foi a questão da “reorganização do Estado e da economia” e o papel que o “Plano Real” exerceu para isso, além de se referir, a partir do próprio Plano, a outros temas. Por tal motivo, tomou-se como estratégia metodológica e de compreensão discursiva investigar a relação antagônica entre as candidaturas de forma conjunta e relacionada nessas duas eleições.

Brevemente retomadas as motivações para a estruturação do estudo dos discursos tratados neste trabalho (apresentadas na introdução do capítulo 4), destacamos que o objetivo deste capítulo é apresentar a estruturação do discurso antagonicamente formulado da candidatura à Presidência da República do Partido dos Trabalhadores (PT) nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998, representadas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a partir dos programas veiculados durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Assim, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em

relação à reorganização da economia brasileira a partir do Plano Real – ponto antagônico entre os discursos das candidaturas aqui estudadas.

Para a elaboração deste capítulo, foram transcritos ao todo 52 programas eleitorais do PT veiculados durante o HGPE nas eleições de 1994 e 1998. Deste total, 24 programas se referem à eleição de 1994, e os outros 28 à eleição de 1998. Dos 24 programas de 1994, de forma direta ou relacionada a outros temas, 12 abordaram o tema “Plano Real”. Em 1998, dos 28 programas, 11 abordaram o tema “Plano Real”. A tabela 2 apresenta estes dados de forma sistematizada. É importante salientar que o tema Plano Real, ponto antagônico entre as candidaturas estudadas, ocupou metade dos programas da candidatura petista em 1994. No ano de 1998, como ocorreu com a candidatura tucana, esta relação se mostrou inferior, ocupando 39,28% dos programas petistas. Mesmo diminuindo sua abordagem em relação ao Plano Real em 1998, a candidatura do PT ainda assim tratou do Plano Real durante mais tempo do que a do PSDB.

Tabela 2 - Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “Plano Real” da Candidatura do PT em 1994 e 1998.

Pronunciamentos Candidatura PT em 1994 e 1998			
	1994 (%)	1998 (%)	Total (%)
Transcritos	24 (46,15%)	28 (53,85%)	52 (100%)
Tema “Plano Real”	12 (52,17%)	11 (47,83%)	23 (100%)

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “plano eleitoreiro”; na segunda seção, os sentidos que constituíram o momento “mudanças negativas e insuficientes”; os sentidos que constituíram o momento “aprimoramento do Real” estão discutidos na terceira seção e, finalmente, a quarta seção apresenta, a partir dos sentidos e dos momentos identificados nas seções anteriores, a construção do discurso antagônico da candidatura do PT, intitulado “Plano Real: críticas a um modelo incompleto”.

4.2 Momento 1: Plano Eleitoreiro

Aqui se faz importante lembrar que todo discurso é formado por uma relação de sentidos que constituem os momentos diferenciais de uma dada relação articulatória. Então, a relação entre elementos dispersos no campo da discursividade

só passa a ter seus sentidos constituidores de um determinado discurso quando os elementos se tornam momentos dessa cadeia discursiva. Isso quer dizer que é a relação de prática articulatória entre os momentos diferenciais que, carregados de sentidos próprios (formados e disputados por meio de conflito político), aglutina-se na formação do próprio discurso. Sem essa relação, tanto palavras como ações não seriam simbolizadas e não passariam de “ruídos” ou, numa outra perspectiva, dependendo do contexto, não passariam de demandas particulares e isoladas no próprio campo da discursividade – neste caso estudado, restrita apenas aos seus sentidos enquanto momento isolado. Além do mais, toda formação discursiva requer, em algum momento de sua constituição, a relação antagônica com o outro, com seu antagonizado.

Como ocorrido com o discurso antagônico constituído pela candidatura do PSDB à Presidência da República em 1994 e 1998, o Plano Real também foi, no caso do PT, o que assumiu um “protagonismo” no que se refere às disputas políticas pelos seus sentidos, ou seja, foi o tema que possibilitou a emergência dos discursos antagônicos. Outros temas foram abordados durante a candidatura petista, mas como pôde-se perceber a partir da tabela 2 (acima), houve uma predominância do tema Plano Real. No entanto, não foi essa predominância que definiu sua relação antagônica, mas os sentidos produzidos e disputados a partir de tal tema. Os outros temas, como transporte público e segurança pública, apareceram nos pronunciamentos da candidatura do PT, mas em nenhum momento constituindo sentidos antagônicos ao produzidos pela candidatura tucana ao tratar dos mesmos temas.

Deste modo, e em grande medida em resposta às afirmações feitas nos programas do PSDB veiculados no HGPE em 1994 e 1998, o Plano Real se tornou o centro do debate antagonicamente estruturado. A partir disso, diversos sentidos foram ventilados durante os programas da candidatura petista, o que possibilitou a identificação de momentos discursivos que constituíram seu discurso.

Logo no início da campanha eleitoral de 1994, a candidatura petista buscou apresentar o entendimento de que seu principal adversário não seria a melhor opção para resolver os verdadeiros problemas da sociedade brasileira. Vejamos:

LOCUTOR: Está no ar Brasil Real, um programa onde você vê o Brasil de verdade. A pior saúde e educação do mundo, o povo esquecido, o candidato popular apresentando seu programa. Você também vê:

Reino animal. Será que você vai deixar outra vez a raposa tomar conta do galinheiro? (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 05/08/1994).

A partir de uma gama de elementos que são ventilados no pronunciamento acima, podemos verificar que, a partir da afirmação do “Brasil Real”, seus sentidos iriam fazer alusão à política adotada pelo então candidato à Presidência da República FHC, do PSDB. Deste modo, o programa eleitoral de Lula, transmitido no espaço do HGPE, afirma que seu oponente esconde a verdade da população sobre a realidade do país. Na tentativa de ser eleito, e com a utilização do Plano para isso, seu concorrente não mostra que o Brasil tem as piores saúde e educação do mundo, deixando o povo esquecido. Tais sentidos ganham uma nova caracterização quando o locutor do programa petista, fazendo uma analogia com o “reino animal”, afirma que a solução dos problemas não pode ser colocar a “raposa para tomar conta do galinheiro”, ou seja, dentre outras interpretações, isso significa que uma política mentirosa não poderá ser o fim dos problemas reais que o país enfrenta. Tal entendimento ganha respaldo a partir da afirmação de que o Brasil Real seria mostrado nos programas da candidatura petista a partir de um candidato popular.

Em outra passagem da candidatura petista, novos elementos passam a gerar sentidos mais direcionados.

LOCUTOR: Utilização da máquina pública por parte do governo Itamar, favorecendo a campanha de Fernando Henrique. Abuso de poder é crime eleitoral! (...) Fernando Henrique mostra plano de governo falso em programa de TV. Fernando Henrique esconde seus aliados (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 26/08/1994).

Referindo-se às “mentiras” proferidas na campanha eleitoral do PSDB, a candidatura petista afirma que a utilização da máquina pública por parte do governo para proteger seu candidato favorito acoberta a elaboração de um plano falso, além do candidato esconder seus aliados em seu programa eleitoral. Tais atitudes, conforme o excerto acima, se configuram em abuso de poder, pois, no entendimento da candidatura do PT, a estrutura política que envolve a candidatura tucana, valendo-se de sua posição institucional, mentiu para toda a sociedade.

A passagem a seguir, que trata da fala de Ricupero, apresenta, de forma resumida, os fatos que, segundo a candidatura do PT, comprovam a estratégia eleitoreira do candidato do PSDB.

LOCUTOR: Atenção eleitor, você vai ter a rara chance de ver como os poderosos se organizam para fraudar a esperança do povo. Quinta-feira, o Ministro Rubens Ricupero, sem saber que suas declarações estavam sendo transmitidas pela TV, confessou o apoio da máquina do governo à candidatura de Fernando Henrique. Ricupero quis negar que a inflação de agosto tenha sido de 5,8%, acusando os técnicos do IBGE de manipular o IPC-R, e confessou que está escondendo a inflação. FALA DE RICUPERO: No fundo é isso mesmo, eu não tenho escrúpulos, o que é bom a gente fatura, o que é ruim, a gente esconde. LOCUTOR: Ricupero vangloriou-se de estar apoiando Fernando Henrique. FALA DE RICUPERO: Você sabe, eu não digo isso, mas há inúmeras pessoas que me escrevem, que me procuram, que vão votar nele por causa minha. Aliás, ele sabe disso, que o grande eleitor dele sou eu. Eu ouço muita gente que não votaria nele por causa do PFL, e vai votar por causa minha. LOCUTOR: Ricupero revelou o envolvimento da Rede Globo no apoio a Fernando Henrique. FALA DE RICUPERO: Para a Rede Globo foi um achado, porque ao invés de dar apoio ostensivo a ele, botam a mim no ar, e ninguém pode dizer nada. Agora o PT tá começando, mas não pode, porque eu estou o tempo todo no ar e ninguém pode dizer nada, não é verdade? LOCUTOR: Ricupero se escalou para aparecer no Fantástico. FALA DE RICUPERO: Se quiser, nesse fim de semana, podia ver o negócio do Fantástico, eu posso gravar também se quiser. Porque eu acho bom, porque nessa fase, meu caro, por causa do IPC-R, eu estou querendo. É por isso que eu resolvi ficar no ar o tempo todo. LOCUTOR: A estabilidade da economia é o sonho de todos os brasileiros, a farsa revelada aumenta ainda mais a responsabilidade do voto nessas eleições. Você é quem vai decidir se quer um Brasil com base no único valor capaz de construir uma nação: a verdade (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 31/08/1994).

Neste trecho, novos elementos produzem sentido no que se refere ao Plano Real e à forma como a candidatura do peessedebista FHC foi construída em torno de uma mentira. Um dos principais sentidos em relação a este momento discursivo da campanha eleitoral do petista Lula se trata do fato de que o governo e o seu candidato estariam escondendo a inflação a partir da manipulação de informações sobre a economia, construindo inverdades que se sustentariam a partir da imagem do Ministro da Fazenda Rubens Ricupero.

Este episódio, sem dúvida, possibilitou a ampliação dos sentidos antagônicos ao plano defendido por FHC do PSDB. Valendo-se disso, Lula aproveita para tentar criar um diálogo direto com o eleitor, como podemos perceber:

LULA: Depois de assistir às declarações do Ministro Ricupero, eu quero conversar com meu povo citando uma passagem bíblica quando Jesus disse: e conferida a verdade, a verdade vos libertará. Porque o que o Ministro acaba de fazer é brincar com o sentimento de uma nação. E não é apenas a figura do ministro, é todo um aparelho do Estado, é a candidatura oficial, e, sobretudo, a Rede Globo de

televisão. Graças a Deus mentira tem perna curta. E desta vez, ao contrário de 89, nós conseguimos descobrir as maracutaias 30 dias antes das eleições, e não 3 anos depois. Eu quero construir um país onde meu povo nunca perca a esperança, onde meu povo tenha certeza da estabilidade econômica, do fim da inflação, do emprego e do salário. Mas, sobretudo, o Brasil que nós queremos construir, o Brasil dos nossos sonhos, tem que ser um Brasil com muita ética (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 11/09/1994).

Os elementos que constituem os sentidos em relação às mentiras sobre a estabilidade econômica e sobre o controle da inflação são indicados pela campanha de Lula como uma atitude que brinca com o sentimento da nação, pois mente sobre a criação de empregos e a melhoria de salários, acabando com a esperança do povo. Tal atitude do governo e de seu candidato, acobertada por um plano que envolve vários setores da sociedade, como a “grande mídia”, representada pelos interesses da Rede Globo de televisão, indicam a existência de um Plano econômico com interesse eleitoreiro e que configura um governo sem ética, sem escrúpulos e sem credibilidade. Tais sentidos são complementados no trecho que segue:

LULA: Ficou claro para o povo brasileiro, nesse episódio do Ministro Ricupero, a falta de ética, a falta de respeito e a falta de credibilidade dos nossos dirigentes. Não basta simplesmente trocar de ministro. É preciso, sobretudo, trocar de postura e respeitar a nação. O que está em jogo nessas eleições são dois projetos. Um que quer controlar a inflação e estabilizar a economia apenas por 30 dias. E no outro, que é o nosso, que quer estabilizar a economia e controlar a inflação de forma duradoura. E eu queria convidar vocês, para junto comigo construir esse Brasil baseado, sobretudo, na verdade (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 13/09/1994).

Portanto, conforme a candidatura petista, a postura adotada pelo governo em defesa de seu candidato favorito demonstra um desrespeito à nação, pois o Plano não visa a controlar a inflação e estabilizar a economia de forma duradoura, como o plano pretendido pelo candidato petista, mas sim por apenas trinta dias. Ainda tratando sobre o caráter eleitoreiro do Plano, o vice de Lula, Aloizio Mercadante (PT), afirma o seguinte:

MERCADANTE: As coisas graves que o Ministro Ricupero deixou escapar naquela entrevista é [sic] parte do plano de governo para importar tudo até as eleições, para garantir resultados políticos para seu candidato. Esse Plano é inaceitável, é irresponsável, eles vão queimar as reservas cambiais do país para trazer produtos lá de fora, impedindo as empresas brasileiras de vender sua produção, de produzirem, e, portanto, de gerar emprego e salário. Nós precisamos

de uma política que combata a inflação sim, mas que combata a inflação investindo, gerando produção, permitindo aos brasileiros terem emprego e salário para comprar (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 07/09/1994).

Neste instante podemos verificar a relação de equivalência entre elementos que indicam, a partir dos diversos sentidos gerados a partir dos pronunciamentos contidos na candidatura petista, a existência de um plano eleitoreiro por parte da candidatura do PSDB – denominamos essa relação entre esses sentidos de “Plano eleitoreiro”, o primeiro momento da estruturação do discurso antagônico da candidatura do PT. Mercadante, no excerto acima, amplia os sentidos atribuídos ao momento “Plano eleitoreiro”.

Até este ponto já se pode perceber que o embate discursivo entre as candidaturas do PSDB e do PT apresenta uma relação antagônica a partir da tentativa de desconstrução do discurso do candidato ligado ao governo por parte da oposição feita por Lula. Os dois polos abordam o tema “Plano Real” a partir de sentidos antagonicamente constituídos, o que indica uma disputa pelos próprios sentidos produzidos em torno do Plano.

Como afirmado já destacada por diversas vezes, e mesmo assim se mostra importante relembrar, a diferença contextual entre as campanhas eleitorais de 1994 e 1998 não afetou a relação antagônica entre as candidaturas aqui compreendidas. Não só não afetou como recolocou em evidência o debate em torno do Plano Real, o que possibilitou um estudo conjunto das eleições, tendo em vista a recorrência dos sentidos sobre o Plano em ambas as eleições aqui abordadas e a própria disputa por esses sentidos.

Se em 1994 a candidatura petista entendia que o Plano Real tinha caráter eleitoreiro, em 1998 a recorrência de elementos que indicam sentidos em relação ao Plano Real e a forma como a candidatura tucana se valia do Plano se manteve e apresentou novos sentidos em relação ao “plano eleitoreiro”.

LOCUTOR: Na maioria dos jornais, revistas e na TV, a miséria da seca acabou faz tempo. Mas no Brasil de verdade (...) 32 milhões de pessoas passam fome. Enquanto isso, no país das maravilhas, Fernando Henrique pede mais 4 anos para resolver os problemas sociais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

O excerto acima lista as “mentiras” contadas pela candidatura tucana, que busca a reeleição com a promessa de enfrentar os problemas sociais sem ter

cumprido as promessas anteriores (estabilizar a economia, controlar a inflação e, a partir dessas medidas, cuidar dos brasileiros). Deste modo, o sentido de mentira, a partir da ideia de “país das maravilhas” segundo FHC e sua candidatura à reeleição, estaria ligado, conforme o pronunciamento acima, às promessas não cumpridas na eleição de 1994 a partir da estabilidade da economia e do controle da inflação que refletiria em cuidar das pessoas - “pessoas em primeiro lugar”.

Numa outra passagem, a ideia de mentira reaparece no pronunciamento da candidatura petista a partir da fala do locutor, agora ligada de forma mais direta à questão da economia e à estratégia adotada durante o governo de FHC.

LOCUTOR: O governo Fernando Henrique arrastou o Brasil para a maior crise de todos os tempos, e ainda mente pra você. O governo aumenta os juros para 49,75% e baixou a cabeça, mais uma vez, para os especuladores (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/1998).

Como se tratava da candidatura à reeleição de FHC, muitas das críticas desenvolvidas pela candidatura petista aparecem se referindo ao seu governo entre os anos de 1995 e 1999. Os dois elementos citados pelo locutor do programa do PT (Brasil em crise e governo mentindo para o cidadão/eleitor) podem ser identificados como geradores de sentido em relação ao Plano Real, bem como em relação às “mentiras” contadas pelo governo FHC tal como pela posição do candidato à reeleição, a partir da identificação de regularidades que apontam relação com entendimento da política adotada pelo governo tucano e seu reflexo na sua candidatura: crise econômica construída pelo governo FHC e mentiras sobre tal crise. Tanto a mentira como a crise se referem às promessas de estabilidade econômica e controle da inflação, o que se completa com a afirmação do aumento dos juros e controle dos especuladores sobre a economia estruturada pelo governo peessedebista.

Um pouco diferente da eleição de 1994, em 1998 as críticas feitas em relação ao Plano Real de forma direta pela candidatura petista são mais amenas e menos radicais em relação ao próprio Plano. Mesmo que na eleição de 1994 a candidatura petista não tenha se colocado de forma contrária à ideia de um novo plano econômico, suas críticas ainda assim se remetiam à estruturação do Plano Real.

Em outra passagem, outros elementos que se referem à ideia de mentira apresentam novos sentidos que se ligam ao entendimento do plano eleitoreiro, agora indicando a possível desvalorização do Real.

LOCUTOR: Gente, nem o Ministro da Fazenda acredita nele (FHC), o Ministro dele. Só com mais impostos é possível Fernando Henrique ter dinheiro para o social, diz Pedro Malan. O Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, diz: não há recursos para a área social. Até o banco americano JP Morgan diz que se Fernando Henrique for reeleito vai haver um grande aumento de impostos e desvalorização do Real (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

Ainda se mantendo no centro do debate político/eleitoral nas eleições de 1998, a estabilidade da economia que seria propiciada pelo Plano Real nas eleições de 1994 não chegou, segundo o programa eleitoral do petista Lula apresentando no HGPE. Assim, a campanha de Lula apresenta novos sentidos em relação à estratégia eleitoreira que envolve o Plano neste novo momento político. Um dos principais fatos é a fala contraditória de FHC e de seu Ministro da Fazenda Pedro Malan. FHC, durante a campanha de 1998, acabaria sendo desmentido pelas afirmações de Malan que indicavam a necessidade de aumento de impostos e a falta de recursos para investimentos na área social. Ainda em meio a todas essas contradições, a desvalorização da moeda Real era um fato esperado, tendo em vista a política adotada pelo então governo que ainda não admitia tais medidas.

Se referindo à eleição de 1994, Leonel Brizola (PDT), vice de Lula em 1998, trata sobre as afirmações que eram feitas nos programas eleitorais de FHC naquela eleição quando afirmavam que Lula, se eleito, levaria o país para uma incógnita, podendo, inclusive, instaurar um caos na economia brasileira. Tais elementos se repetiram na eleição de 1998 e, como veremos no decorrer deste capítulo, constituirá parte de um momento do discurso do candidato petista que responde ao que denominamos “política do medo” – “aprimoramento do Real e resposta a política do medo”. Deste modo, Brizola busca reverter o panorama previsto se Lula tivesse sido eleito em 1994, indicando o quadro atual negativo imposto pelo “plano eleitoreiro” que acaba se repetindo na eleição de 1998.

BRIZOLA: Disseram que a eleição do Lula seria o caos, caos é isso que está aí. Caos, desespero e desorientação. O governo Fernando Henrique está chegando ao fim, no entanto está queimando tudo para chegar até as eleições com intenção de iludir o povo brasileiro para

conseguir mais um mandato. Vejam o comportamento dele no programa eleitoral, nem fala no assunto. Nós precisamos mudar essa situação, e a mudança é o nosso voto, e eleger o Lula presidente (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 03/09/1998).

Os sentidos atribuídos ao “plano eleitoreiro” vão desde o caos estabelecido pelo atual governo a partir de suas mentiras, passando pelo seu despreparo e desorientação com o atual quadro político econômico e concluindo com sua estratégia eleitoreira que ilude o povo gastando as reservas do Brasil para se reeleger. Tais elementos dispersos, a partir dos pronunciamentos contidos na candidatura do PT, produzem sentidos que indicam o entendimento de um “Plano eleitoreiro” caracterizado a partir da candidatura tucana. Deste modo, o quadro 5 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

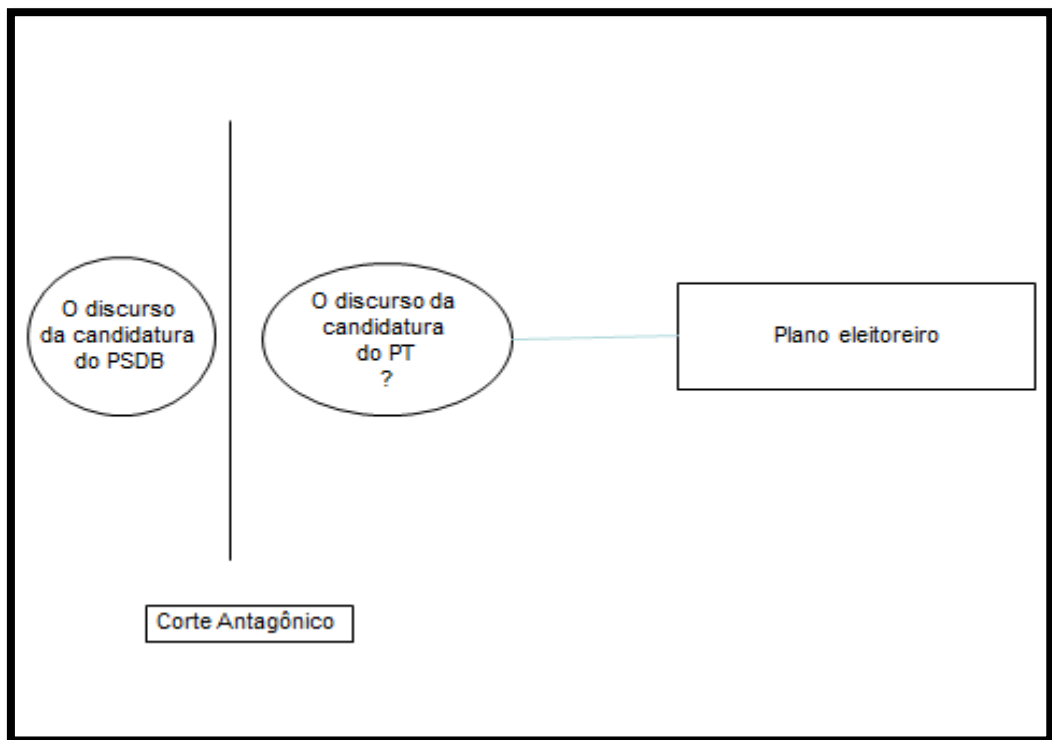
Quadro 5 - O momento discursivo “Plano eleitoreiro” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.

MOMENTO 1 Plano Eleitoreiro
Sentidos
Esconde a verdade; pior saúde do mundo; pior educação do mundo; a raposa tomando conta do galinheiro; povo esquecido; utilização da máquina pública; abuso de poder; plano falso e mentiroso; mentiras sobre a estabilidade e a inflação; acaba com a esperança do povo; mente sobre empregos e salários; governo sem ética, sem escrúpulos e sem credibilidade; não respeita a nação; esconde a inflação; manipulação de informação sobre a economia; mentiras sustentadas pela imagem de Ricupero; plano inaceitável e irresponsável; não gera empregos e aumento de salários; vai ter aumento de impostos; não tem recursos para a área social; desvalorização do Real; grupos ganham com a inflação; ilude gastando os recursos do Brasil para garantir a reeleição.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Deste modo, “Plano eleitoreiro” é o primeiro momento identificado na estruturação do discurso antagonicamente construído na candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998. A figura 5 apresenta de forma estruturada a relação estabelecida entre este momento e o início da formação do discurso da candidatura petista.

Figura 5 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 – momento “Plano eleitoreiro”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Explicada a estruturação do primeiro momento discursivo da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o segundo momento identificado neste discurso constituído antagonicamente ao discurso da candidatura do PSDB.

4.3 Momento 2: Mudanças Negativas e Insuficientes

Outros elementos dispersos no campo da discursividade produziram, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998, sentidos que indicavam as mudanças negativas e insuficientes com o Plano Real. Contrariando em grande medida as afirmações dos programas eleitorais da candidatura tucana, a campanha eleitoral da candidatura petista buscou desconstruir o entendimento de ganhos que o Plano Real possibilitou à população brasileira, informando, de modo geral, a limitação do Plano.

Assim, os primeiros elementos que atribuíram sentidos ao entendimento de que o Plano Real na verdade propiciou mudanças negativas em seus primeiros instantes de implementação, podem ser percebidos no trecho que segue:

LOCUTOR: Dois projetos disputam esta eleição. Se o projeto deles ganhar, algumas empresas vão competir no mercado mundial. Mas a grande maioria não vai. Algumas regiões do país vão produzir para vender lá fora. Mas a maioria não vai. Algumas pessoas vão viver ainda melhor. Mas a maioria do povo vai continuar de fora. Disso vai resultar uma nação com mais desigualdades e injustiças. O nosso projeto é outro. Nós queremos integrar e fortalecer o Brasil. Desenvolver o mercado interno. Dar poder de compra aos salários. Apoiar a pequena e média empresa. O pequeno e médio produtor rural. Defender a indústria brasileira. Valorizar os que vivem do trabalho, pois o futuro está com eles. Dê uma chance ao Brasil, a esperança é Lula (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 21/08/1994).

Fazendo uma relação dos dois projetos que disputam a eleição de 1994, o locutor do programa eleitoral de Lula do PT enfatiza suas diferenças caracterizando o projeto de FHC do PSDB como limitado, que propicia pouca competitividade no mercado mundial e permite a melhora da vida de poucas pessoas. Tal atitude, segundo o locutor, levaria ao aumento das desigualdades e injustiças, ao mostrar que o Plano não efetuará as mudanças necessárias para o Brasil crescer e se tornar menos desigual e injusto, concluindo com pedido de “chance para o Brasil” e que a esperança da mudança passa por Lula Presidente. Ainda sobre a forma elitista de governar:

LOCUTOR: Veja o que é governar para os ricos. O governa gasta 11 bilhões de dólares, metade da receita, com o pagamento de bancos e de especuladores. LULA: Eu tenho a convicção que um torneiro mecânico poderá fazer por este país o que a elite brasileira não fez (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 21/08/1994).

A receita do governo, representada pelo candidato tucano, FHC, engloba medidas negativas para grande parte da sociedade e favorece apenas uma pequena elite. No tocante à forma de governar e à implementação do Plano Real, novos elementos produzem sentido no que diz respeito às mudanças negativas com o Plano.

MERCADANTE: Temos que nos preocupar, 12% de inflação nos dois primeiros meses do Real é a maior inflação no início do Plano de todas as tentativas de combate à inflação dos últimos anos. O governo precisa assumir já as suas responsabilidades. Convocar os

trabalhadores e os empresários, para juntos com o governo controlar a inflação dos principais setores da economia. Em segundo lugar, baixar as taxas de juros e ter coragem para desmontar esta ciranda financeira e proteger a caderneta de poupança. Em terceiro, o governo tem que romper com o palanque do outro candidato, não permitir que o objetivo eleitoral arrebente com o orçamento e promova o déficit público. Se esse governo tiver a estatura, a dignidade, ele rompe com o outro candidato, mas ele protege os interesses gerais da nação brasileira (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 28/08/1994).

O aumento da inflação nos primeiros meses do Plano Real já sinaliza mudanças negativas, significadas como medidas irresponsáveis do governo para proteger o candidato do PSDB (FHC). O trecho a seguir recupera outro elemento referente à ideia de elite, agora num outro sentido.

LULA: Eu quero ser Presidente da República porque acho que tenho condições de fazer pelo Brasil o que as elites dirigentes não fizeram nesses quase 500 anos. Eu tenho consciência que eu posso estabelecer uma outra relação entre Estado e povo, entre patrão e empregado, entre a sociedade civil organizada e o Estado brasileiro. Nós temos que estabelecer coisas concretas, que o povo acredite, que seja possível de dar certo, até porque nós temos um povo extraordinário que não está precisando de migalhas de governo, não está precisando de favor. O nosso povo está precisando de uma oportunidade. A oportunidade de ter a terra para trabalhar. A oportunidade de ter um emprego. A oportunidade da reforma agrária. A oportunidade do crédito para o pequeno e médio produtor. A oportunidade da facilitação da política tributária, do recolhimento dos impostos para o surgimento de micro, pequenas e médias empresas. Essas oportunidades nós podemos dar porque temos compromisso com nossa pátria, com nosso país, porque temos compromisso com nosso povo. Agora, quem está junto com os latifundiários, quem está junto com os banqueiros, quem está junto com os grandes grupos econômicos, pode falar isso da boca pra fora, mas na hora que ganha, muita gente que ganhou as eleições falando em nome dos pobres, depois governa para os ricos (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/08/1994).

As críticas feitas nos programas eleitorais da candidatura petista ao governo e seu candidato preferido, aponta a manutenção das alianças com grupos que já ocupam o poder político no Brasil há certo tempo como um aspecto negativo. Segundo essas críticas, o então governo de Itamar Franco (PMDB) e seu Ministro e candidato à Presidência da República FHC (PSDB) mantiveram alianças com a mesma elite política que vinha comandando o país, não dando oportunidades para o povo, como emprego, reforma agrária, crédito e reforma tributária. Além disso, as alianças se estenderam, chegando aos latifundiários, banqueiros e grupos econômicos

poderosos. Deste modo, outros elementos geram sentidos que contrapõem a visão “positiva” apresentada pela candidatura do PSDB em seus programas eleitorais. Assim, as mudanças promovidas pelo governo Itamar e respaldadas pela política econômica do Ministro da Fazenda e candidato FHC são criticadas e combatidas pela candidatura do PT, indicando sua diferença e seu projeto de criar uma nova relação entre sociedade e Estado, patrão e empregado.

Outro aspecto negativo atribuído a FHC do PSDB e significado no programa eleitoral de Lula do PT diz respeito à política de importação implementada pelo seu adversário.

LOCUTOR: Graças à decisão de Ciro Gomes e Fernando Henrique de reduzir as tarifas para importação, está havendo aumento de empregos no Japão, na Alemanha, nos Estados Unidos, na Itália e na França. Enquanto isso no Brasil as máquinas estão paradas e uma nova onda de desemprego se anuncia. Os trabalhadores precisam de um governo que fale a língua do povo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/08/1994).

Tais elementos apontam para uma perspectiva crítica em relação às conquistas que, segundo os programas eleitorais da candidatura tucana, eram positivas. Então, os sentidos identificados até aqui indicam que, na verdade, conforme os programas da candidatura petista, o Plano se caracterizou por desenvolver medidas negativas em relação à economia, o que refletiu na sociedade de modo geral.

Com a vitória de FHC em 1994 e com a redução do mandato de 5 para 4 anos com direito à reeleição, a campanha eleitoral de 1998 fez com que novos sentidos pudessem ser enunciados em relação aos aspectos positivos do governo, por parte de FHC, como já apresentados no capítulo anterior, e os aspectos negativos, ventilados na campanha de Lula do PT. Mesmo com alterações em relação ao contexto temporal, político e eleitoral entre as eleições de 1994 e 1998, a recorrência do tema antagonizado, por mais que outros temas tenham sido abordados por ambas as candidaturas, deu o tom da campanha. Assim, o Plano Real permeou a disputa antagônica entre as candidaturas aqui estudadas, o que possibilitou a recorrência de sentidos em relação ao entendimento dos pontos negativos do Plano Real a partir dos programas eleitorais da candidatura petista.

Ao fazer uma relação entre geração de emprego e juros mais baixos, a passagem a seguir anuncia o seguinte:

LULA: Todo brasileiro vai ter uma chance de um emprego. Meu governo vai dar crédito com juros baixos para quem quiser produzir e gerar empregos. De onde eu vou tirar esse dinheiro? Do mesmo lugar que esse governo atual tirou muitos bilhões para financiar a compra de algumas de nossas estatais. Pense nisso (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/1998).

Lula faz uma crítica à política adotada pelo governo FHC, dizendo que o governo financiou a privatização de estatais brasileiras. Nesta mesma linha, novos sentidos são apresentados por Lula:

LULA: O emprego vai ser minha primeira meta de governo, vou apoiar a pequena e média empresa, assentar 1 milhão de famílias no campo, irrigar 1 milhão e meio de hectares no Nordeste brasileiro. Nós vamos fazer um plano nacional de emprego, e fazer esse Brasil crescer. Aí você fica pensando: de onde o Lula vai tirar dinheiro pra fazer tudo isso? E eu digo que o Brasil é muito mais rico que você imagina. É tão rico que já gastou 20 bilhões de reais só para ajudar bancos falidos. Por que não podem usar esse dinheiro para aplicar na sua gente? Vamos lá, levante a cabeça que é possível mudar esse país (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 25/08/1998).

O candidato do PT sinaliza que o dinheiro – público – gasto pelo governo FHC para socorrer os bancos privados em crise no Brasil já seria suficiente para gerar muitos empregos. Além do mais, ao investir esse dinheiro para geração de emprego, ele estaria investindo nas pessoas, o que FHC não fez – aplicar o dinheiro na sua gente.

Sobre a aposentadoria e se referindo aos aspectos negativos da política adotada pelo governo FHC, o programa eleitoral do PT apresenta o seguinte:

LOCUTOR: O Presidente (FHC), para pagar juros aos agiotas internacionais, tirou dinheiro até dos aposentados. Gente que trabalhou a vida inteira para fazer este país crescer, e hoje recebe um salário de fome. (...) O Presidente acabou com a aposentadoria por tempo de serviço. Daqui pra frente, para se aposentar, o trabalhador terá que comprovar 35 anos de contribuição (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/09/1998).

Nesta linha crítica, o governo de FHC, para pagar juros aos agiotas internacionais, retira dinheiro dos aposentados, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço. Corroborando com as “mudanças negativas e insuficientes”, o excerto a seguir amplia os sentidos desse momento ao fazer uma relação com o passado de FHC e sua política atual:

LOCUTOR: Houve um tempo em que Fernando Henrique esteve junto com Lula na luta pelas diretas. Houve um tempo em que ele apoiou Lula na defesa dos trabalhadores. Mas Lula e todo brasileiro sabe que para chegar ao poder Fernando Henrique mudou de lado, escolheu outro caminho. Aliou-se a gente como Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, homens fortes do regime militar. Gente como Renan Calheiros, ex-ministro de Collor, que hoje mandam em seu governo. Todo o Brasil sabe que Fernando Henrique esqueceu seus ideais, esqueceu seu povo! (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 26/09/1998).

Um passado de luta em favor dos menos favorecidos e dos trabalhadores, ao lado de Lula, e um presente de alianças políticas controversas com seu passado. Segundo o sentido apresentado no programa eleitoral de Lula do PT, Fernando Henrique Cardoso teria mudado de lado. A “mudança de lado” de FHC pode ser representada pelas políticas adotadas pelo seu governo, como é significado no pronunciamento de Lula:

LULA: Há tempos venho alertando que a nação não pode ficar dependente do capital externo. A crise é mundial, mas não atinge todos os países com a mesma intensidade. Há governos que se preocupam em proteger seu povo, e outros, como o governo brasileiro, que agiram de maneira irresponsável, abrindo mão da independência e da soberania do país. Esse governo expôs perigosamente o Brasil à ganância dos especuladores internacionais com a sobrevalorização do câmbio, os juros altos e as importações indiscriminadas. Adotou esse caminho em prejuízo da poupança interna, da produção industrial e agrícola e do crescimento das importações. A consequência mais dramática dessa política é a quebra da indústria, da agricultura e do desemprego em massa, o maior dos últimos anos. Tudo indica que a situação está chegando ao limite, e o que é mais grave é que o governo oculta a profundidade da crise em função de seus interesses eleitorais. (...) A situação em que o país foi colocado exige um novo governo corajoso, responsável, que recupere a soberania e a independência do Brasil. Um novo governo que defenda o que a Nação tem mais de importante, o seu povo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/1998).

Assim, novos elementos geram sentidos em relação às “mudanças negativas e insuficientes”, caracterizando o governo FHC como irresponsável – isso já estava presente no pronunciamento feito por Brizola – e que abriu mão da soberania do país, expondo o Brasil à especulação internacional e fazendo a sobrevalorização do câmbio. Além disso, o governo do peessedebista aumentou as taxas de juros prejudicando a poupança interna, a agricultura e a indústria, o que refletiu no aumento do desemprego. Neste mesmo tocante, o próximo excerto apresenta o seguinte:

LOCUTOR: Aumento da dívida externa do Brasil em 63%. O desemprego no Brasil quase dobrou, hoje são 13 milhões de desempregados. A importação de produtos agrícolas dobrou, até arroz e feijão estamos importando (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 03/09/1998).

Complementando, podemos perceber novos sentidos na fala de Lula:

LULA: A obrigação de um governo é defender seu povo, e em momento de crise essa obrigação é ainda maior. Foi assim em 33, quando Roosevelt tirou os Estados Unidos da maior crise, mobilizando o país em torno da recuperação da economia e de geração de empregos. Está sendo assim na França de [Lionel] Jospin, que defende com unhas e dentes o emprego de seu povo. Mas o governo brasileiro está mais preocupado em pagar juros para os banqueiros internacionais do que proteger nossas indústrias, nossa agricultura e o nosso povo. O país já tem 13 milhões de desempregados. Hoje o Brasil está sem rumo no meio da tempestade mundial, mas eu acredito que o povo brasileiro é forte, principalmente quando se une. O que falta é um governo que indique a direção com serenidade e firmeza. Um governo que caminhe junto com seu povo na recuperação de seu país. Que encare os problemas de frente e que não fique vivendo no mundo da fantasia. Um governo que diante do mundo defenda sempre nossa soberania, o nosso mercado interno, o interesse de cada brasileiro e brasileira. Dia 04 de outubro está nas suas mãos decidir que país você quer para você e para seus filhos. Um país inseguro, dependente, ou um Brasil que arregace as mangas e vá à luta (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 05/09/1998).

Portanto, o aumento da dívida externa do Brasil, o aumento da importação, o pagamento de altas taxas de juros, a falta de uma política para defender a indústria do país, a agricultura e o povo, além de criar um mundo de fantasia que leva à insegurança e mantém o país dependente do capital externo, são outros elementos que atribuem sentidos à visão negativa da política adotada pelo governo de FHC, segundo o programa eleitoral de Lula do PT. Retomando outro ponto criticado por Brizola, o locutor afirma o seguinte:

LOCUTOR: O Presidente Fernando Henrique, no seu pronunciamento de ontem, avisou que vai haver cortes na área social e um ajuste fiscal com provável aumento de impostos. Ele não diz que isso é um pacote, mas você sabe que é, e sabe que depois disso vem mais recessão e desemprego (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/09/1998).

Deste modo, as mudanças feitas pelo Plano Real são identificadas no discurso de campanha de Lula do PT como negativas, pois o governo faria cortes na área social

e aumentaria os impostos a partir do “pacote” que era previsto logo após as eleições. Finalizando os sentidos das “mudanças negativas e insuficientes”, a fala de Lula faz uma retomada sobre seus principais aspectos.

LULA: Ontem você assistiu o discurso do Presidente da República. Com a conivência de grande parte da imprensa, tudo não passou de um estelionato eleitoral. O Presidente, que vivia dizendo que a crise era mundial, finalmente assumiu que a crise também é brasileira, mas pôs a culpa nos governos estaduais, nos municípios, no Judiciário, no Legislativo e até no salário dos funcionários públicos. Em nenhum momento assumiu sua própria culpa. Ele, que já dobrou os juros, agora ameaça com aumento de impostos. Quer mais uma vez que o povo pague a conta. Ele não tem coragem de dizer a verdade, porque está de joelho diante dos banqueiros. Ele já tem compromisso com o FMI. O FMI, que já quebrou a Tailândia, a Coreia, a Indonésia e a Rússia. Essa receita pode, também, quebrar o Brasil. Só este ano o governo vai pagar 65 bilhões de reais de juros. Isso daria pra construir mais de 4 milhões de casas populares, daria para assentar todas as famílias de sem-terra do Brasil, é mais do que gastamos com a Previdência social, mais do que se pagou de salário neste país em um ano. Se o Presidente não tem coragem de dizer aonde leva esta política, eu vou dizer: quebradeira da indústria, e na agricultura mais desemprego. Tem que ser feito é baixar os juros, investir na produção e limitar as importações. O presidente não faz isso, porque o compromisso dele não é como o povo, o compromisso dele é com os agiotas internacionais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/09/1998).

Deste modo, outro momento identificado na formação do discurso do candidato petista foi “mudanças negativas e insuficientes”. Como contraponto antagônico ao que era apresentado nos programas eleitorais de FHC, esse momento busca desconstruir as informações e a realidade construída pelo seu oponente. Assim, tais elementos contidos nos pronunciamentos da candidatura petista proferidos no HGPE produziram sentidos que apontam na direção de um momento que contraria as afirmações positivas feitas nos programas eleitorais da candidatura tucana, indicando seus aspectos negativos e insuficientes. O quadro 6 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

Quadro 6 – O momento discursivo “mudanças negativas e insuficientes” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.

<p>MOMENTO 2</p> <p>Mudanças Negativas e Insuficientes</p>
--

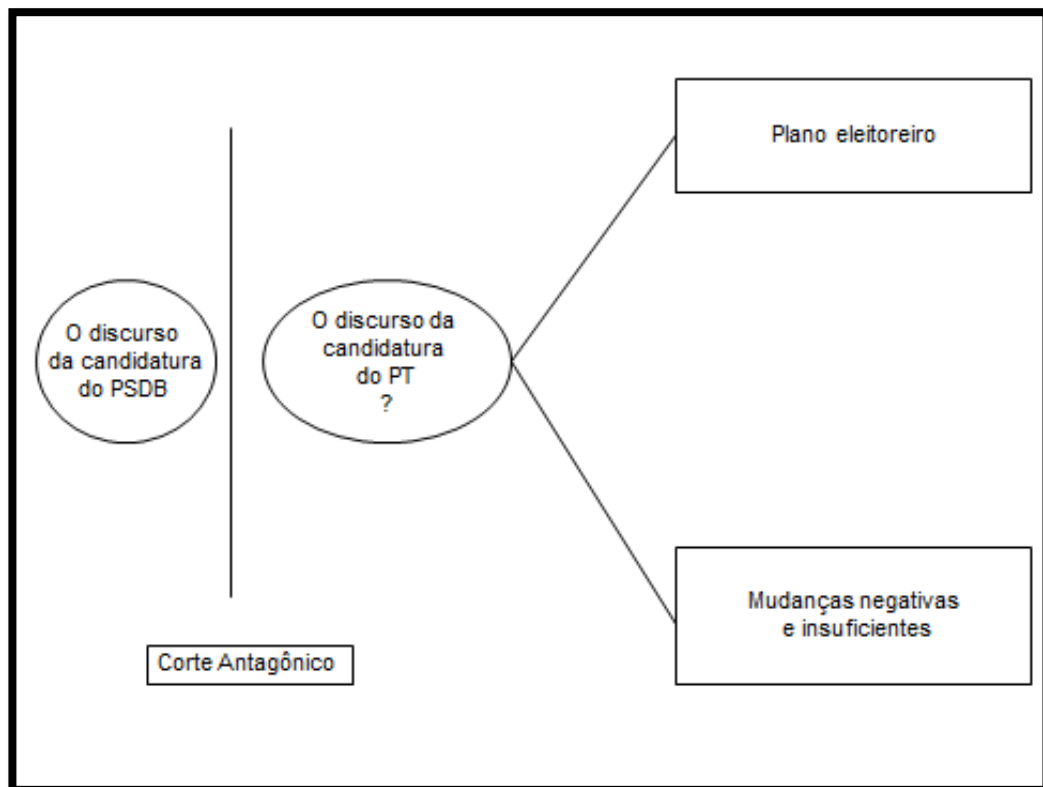
Sentidos

<p>Pouca competitividade no mercado mundial; melhoramento da vida de poucas pessoas; governa só para os ricos gastando bilhões; aumento da inflação nos primeiros meses do Real; medidas irresponsáveis do governo para proteger seu candidato; manteve a mesma elite; não dá oportunidade para o povo (empregos, reforma agrária, crédito e reforma tributária); mantém alianças com latifundiários, banqueiros e grupos econômicos; governa para os ricos; a redução das tarifas de importação prejudica a geração de emprego no Brasil; financiou a privatização de estatais; usou dinheiro público para socorrer bancos privados; não investe nas pessoas; o governo gera incertezas, insegurança e ameaças; pretende um pacote com medidas drásticas para o povo; traição a quem acreditava no Real; paga juros aos agiotas internacionais com dinheiro dos aposentados; abriu mão da soberania nacional expondo o país à especulação internacional; sobrevalorizou o câmbio prejudicando a poupança interna, a agricultura e a indústria; aumento do desemprego e da dívida externa; pretende cortes na área social e aumento de impostos com o “pacote”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Assim, o segundo momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998 ficou simbolizado a partir da ideia de “mudanças negativas e insuficientes”. A Figura 6 apresenta de forma estruturada a articulação dos momentos até aqui apresentados.

Figura 6 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 – momentos “Plano eleitoreiro” e “mudanças negativas e insuficientes”



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Após explicitar a estruturação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 a partir dos momentos até aqui identificados, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o terceiro e último momento identificado neste discurso.

4.4 Momento 3: Aprimoramento do Real e Resposta a Política do Medo

As respostas/ataques feitas pela candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998 – apresentadas no capítulo anterior – fizeram com que Lula do PT se posicionasse em relação às afirmações de que, se eleito, acabaria com o Real e levaria o país ao caos econômico e social. Deste modo, diversos elementos indicaram sentidos que buscavam desconstruir tais afirmações, apontando que, se eleito, o governo do petista Lula buscaria manter e melhorar o Real. Além disso, outros sentidos se constituíam em resposta à “política do medo” que era desenvolvida na candidatura do PSDB.

LULA: Tenho em mente as eleições de 1989, e tenho em mente as mentiras que foram contadas naquelas eleições. Vocês estão lembrados que os mesmos que falavam que eu ia acabar com a poupança, acabaram com a poupança, ou melhor, roubaram a poupança do nosso povo. Aqueles mesmos que diziam que eu ia acabar com a poupança estão dizendo agora que nós vamos acabar com o Real. E nós não queremos acabar com o Real, o que nós queremos é colocar mais reais no bolso do trabalhador, porque não basta moeda forte, é preciso salário forte também. Vocês estão lembrados que diziam que nós não tínhamos experiência, e os experientes que estiveram no poder sempre no Brasil não conseguiram resolver os problemas da educação, da saúde, da agricultura, da reforma agrária e da ciência e tecnologia. Hoje nós temos a pior saúde do mundo e a pior educação do mundo. Esses mesmos que são responsáveis pelo fato do Brasil ter a maior taxa de desemprego da década (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 05/08/1994).

No excerto acima, Lula busca desconstruir um discurso que afirma que sua vitória representaria o fim do Real e a instauração do caos no país. Nesse sentido, o candidato petista afirma que, diferentemente do que seu concorrente vem declarando, não irá acabar com o Real. Ainda, as acusações feitas contra ele, de que iria acabar com o Real, tem como objetivo criar um sentimento de medo e insegurança. Outro sentido atribuído à política do medo se refere à falta de experiência administrativa de Lula, que é contrariada, conforme o próprio discurso do petista, pela sua vivência prática das mazelas brasileiras. Neste sentido, Lula garante que irá manter o Real e, a partir de seu aperfeiçoamento, buscará melhorar os salários para atacar os problemas do Brasil. Ainda, constituindo um novo sentido, conforme o pronunciamento de Lula, o aprimoramento do Real passaria pelo aumento do salário do trabalhador.

Sobre a continuidade do Real, Aloizio Mercadante (PT), vice de Lula em 1994, afirma:

MERCADANTE: Quando vimos, finalmente nós temos uma moeda, mas se a gente falar a verdade, e você sabe disso, este Plano não foi feito para estabilizar a economia para valer, pra ter uma moeda forte e duradoura. Esse Plano foi feito pra tentar impedir o Lula de ganhar as eleições. É por isso que nós queremos ser muito diretos com vocês. O poder econômico aceitou isso só 3 meses antes das eleições, para não ter risco e não perder dinheiro. E nós temos de ter uma atitude inteligente. Vamos pegar essa moeda forte sim, mas vamos tirar eles do poder e por o Lula para fazer as reformas profundas que o país precisa (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/08/1994).

Segundo Mercadante, a moeda é forte e boa, mas está nas mãos erradas. Ainda, conforme o pronunciamento do vice de Lula em 1994, a moeda tem de ser

duradoura, e não apenas para essa eleição – a moeda não pode ser apenas uma estratégia para impedir Lula de ganhar as eleições. Tal afirmação pode ser justificada pelo fato de que Lula liderava as intenções de votos antes do Real e, com o Plano, a popularidade de FHC acabou aumentando⁴⁸. Portanto, em resposta à política do medo e para criar um panorama de futuro – aperfeiçoamento do Real –, Mercadante afirma que o governo Lula, se eleito, irá manter e aperfeiçoar o Real. Diversos elementos se relacionam desenvolvendo sentidos que buscam informar a importância da moeda forte e sua manutenção na tentativa de desconstruir as informações passadas pela candidatura tucana.

Ao se referir à “política do medo”, Lula diz:

LULA: O que nós queremos é uma economia forte, uma economia estabilizada com uma inflação controlada. Pra isso, no meu governo, a gente vai estabelecer acordos setoriais com empresários, com trabalhadores e com o governo. A partir daí a gente vai ter o controle de preços, a gente vai ter política salarial, a gente vai ter diminuição de juros e a gente vai ter diminuição dos impostos. Fazendo isso, pode estar certo, que o Brasil vai dar certo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 07/09/1994).

Em uma resposta clara à “política do medo”, Lula, se eleito, afirma que irá buscar “dialogar” com empresários e trabalhadores para construir acordos para fazer o “Brasil dar certo”. Deste modo, o pronunciamento deixa claro o objetivo de Lula – o que, neste sentido estrito (controle da inflação e estabilidade econômica), não é diferente do de FHC, mas seus sentidos em relação ao controle da inflação e a estabilidade da economia sim – que é construir uma economia forte e estabilizada, além de controlar a inflação, controlar os preços, criar uma política salarial, diminuir os juros e diminuir os impostos. Para isso, o candidato do PT não apresenta em momento algum a ideia de acabar com o Real, pelo contrário, tendo como base seus pronunciamentos anteriores o excerto acima exemplifica sua resposta à política do medo e seu caminho para aperfeiçoar o Real. Neste mesmo sentido:

LOCUTOR: Lula, sindicalista, deputado, um brasileiro que venceu a batalha da vida. Lula não mudou de lado, não desistiu de um país mais justo, onde todos sejam cidadãos de verdade. Lula presidente, sem

⁴⁸ Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml>. Acesso em 01 ago 2016.

mentira, sem medo de ser feliz (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 24/08/1994).

Conforme o excerto acima, representado pela fala do locutor da candidatura petista nas eleições de 1994, é possível verificar, novamente, uma resposta à “política do medo” ventilada pela candidatura do PSDB nessa eleição. Num entendimento de que Lula não mudou de lado e de que não desistiu de construir um país mais justo, aliado à afirmação “sem medo de ser feliz”, apresentam sentidos que buscam contrapor as incertezas de seu possível governo em relação à economia. Deste modo, os elementos apresentados até este momento desta seção indicam sentidos que constituem um momento que trata da continuidade e do aperfeiçoamento do Real, bem como uma resposta à “política do medo” ventilada na candidatura tucana que tinha a intenção de desestabilizar a candidatura petista a partir de afirmações referentes ao histórico político de Lula e do próprio PT.

Nesse mesmo fluxo de sentidos disputados e construídos, a relação antagônica entre PT e PSDB não se alterou de uma eleição para outra - 1994 e 1998. Mudanças contextuais, eleitorais e econômicas não afetaram a relação antagônica estabelecida entre as candidaturas aqui estudadas. Nas eleições de 1998 a política do medo retorna; mais arrefecida do que em 1994. No entanto, foi possível identificar o diálogo entre as campanhas dos candidatos aqui estudados e, mais uma vez, o discurso da campanha do candidato petista se mostra em resposta às afirmações proferidas no programa eleitoral de seu principal adversário, FHC do PSDB. Podemos identificar tal afirmativa na passagem que segue:

LULA: Em 94 diziam que eu ia acabar com o Real, e agora em 98 a volta da mesma ladainha: “o Lula vai acabar com o Real”. Em primeiro lugar, gente, é preciso compreender que o Real é uma moeda e todo país precisa de uma moeda forte. O que nós queremos fazer mudar, é fazer com que essa moeda chegue ao seu bolso, mudando o modelo econômico. Ao invés de um modelo econômico que só importa do exterior gerando desemprego aqui dentro, nós queremos aumentar nossa capacidade de produção para exportarmos mais para gerar emprego aqui dentro. Nós queremos reduzir os juros para facilitar com que os empresários tenham acesso ao dinheiro para gerar mais empregos para o pequeno e médio agricultor (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 26/09/1998).

O retorno da política do medo de que Lula iria acabar com o Real fez com que o candidato petista tivesse de se posicionar em relação à moeda e à política

econômica brasileira. Tratando sobre o papel da moeda brasileira, Lula destaca que o Real é uma moeda e que todo governo precisa de moeda. Neste sentido, Lula, mais uma vez, garante que irá manter a moeda, mas mudará o modelo econômico implementado pelo governo do tucano FHC. Com isso, Lula indica que, com a garantia da moeda forte, se eleito, governará no sentido de aumentar a produção e a exportação, buscando gerar empregos aqui no Brasil, e não em outros países. Com relação aos elementos já apresentados, na eleição de 1998 novos sentidos são atribuídos ao modelo que seria implementado pelo governo petista, apresentando seu compromisso com a própria estrutura econômica; tais sentidos servem de resposta à “política do medo” e como o governo petista, se eleito, iria agir em relação o Real.

Fazendo uma relação entre o governo de FHC - 1995 a 1998 - e a “política do medo” apresentada nos programas eleitorais da candidatura tucana, o locutor da candidatura petista faz as seguintes afirmações:

LOCUTOR: Qual a razão de um aposentado e pensionista, que foi chamado de vagabundo, votar em Fernando Henrique? O que leva um pequeno e médio empresário, ou um produtor rural, a votar em FHC, que elevou os juros para quase 50% e quebrou a agricultura? Porque um trabalhador ou um desempregado votaria num presidente que dobrou o desemprego em apenas 4 anos? Eles têm medo de quê? De fazer o Brasil voltar a crescer? De gerar empregos, de melhorar o atendimento à saúde e à educação? De fazer a reforma agrária e dar a terra para o povo? Medo do povo acordar e ter orgulho do Brasil? (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 26/09/1998).

Apresentando elementos negativos em relação ao governo tucano, e fazendo a pergunta “medo de quê?”, o locutor do programa eleitoral busca desconstruir o suposto medo de eleger Lula Presidente, tendo em vista os problemas que não foram enfrentados pela administração tucana. Existe assim um entendimento de que o medo na verdade era dar continuidade ao governo do PSDB que não conseguiu enfrentar os problemas no país, apresentando as melhorias possíveis com a vitória do candidato petista; crescimento econômico, geração de emprego, melhorias na saúde e na educação pública e reforma agrária.

Se referindo ao governo de FHC e à crise econômica que o Brasil atravessava, Lula afirma o seguinte em seu programa eleitoral:

LULA: Há tempos eu estou alertando o povo brasileiro da gravidade da crise que estamos enfrentando, e o governo está, mais uma vez, tentando esconder o tamanho da crise, tomando medidas paliativas

que só vão agravar a crise no futuro. A única medida concreta que o governo tomou foi aumentar a taxa de juros. Você que tem dívidas para pagar, que fez um crediário, que está tendo que usar o cheque especial, você que é funcionário público e que precisou tomar dinheiro emprestado de agiotas, porque está há 4 anos sem reajuste, responda com sinceridade: quem se beneficia com o aumento da taxa de juros? É você, que deve, ou é o seu credor? Com o Brasil é a mesma coisa. O aumento dos juros não beneficia o país que é devedor, beneficia somente os agiotas internacionais que nos emprestam dinheiro. Pois bem, vou repetir, com todas as letras, as soluções que precisam ser tomadas. Primeiro, defesa da moeda e das reservas nacionais. Segundo, redução da taxa de juros para a produção. Terceiro, adoção de uma política de emergência para a criação de novos empregos. Quarto, acabar com o tratamento desigual que o Brasil recebe da Organização Mundial do Comércio quando exporta seus produtos. No meu governo, vamos trocar o atual modelo de juros altos, câmbio valorizado e importações predatórias, por um modelo de investimento na produção industrial, na produção agrícola e nas exportações. Pra isso acontecer, dê uma chance ao Brasil (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/1998).

Em outra passagem, Brizola (PDT), vice de Lula (PT) em 1998, trata sobre os caminhos adotados pelo governo FHC. Além das políticas já adotadas pelo governo do peessedebista, suas ações, segundo o pronunciamento do candidato a vice da chapa comandada pelo PT, se reeleito, serão negativas para o povo.

BRIZOLA: Povo brasileiro, eu gostaria de me dirigir a vocês neste momento com toda força do meu coração e de meus sentimentos. Nós estamos diante de uma encruzilhada, estamos diante de 2 caminhos. Um é a continuidade de tudo isso que está aí com a reeleição. Podemos nós continuar com esse quadro de incertezas, de insegurança, de ameaças? Agora mesmo estão eles preparando um pacote, estão preparando um conjunto de medidas drásticas, cruéis, contra o nosso povo. Uma verdadeira punhalada pelas costas. Contam os votos, como fizeram com [a moeda] o Cruzado, e depois vêm com a traição. Do outro lado nós possuímos o caminho da esperança. É verdade que muita gente tem preconceito, mas não tenha meu irmão! Vamos confiar, vamos votar em alguém que pensa como nós, que é igual a nós, a ti, a mim, a todos nós! (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/09/1998).

Segundo Brizola, se FHC for reeleito o Brasil será governando por incertezas, inseguranças e ameaças. Tais sentimentos se materializam no pacote pretendido pelo governo FHC que, com a reeleição, tomaria medidas drásticas para o povo, se caracterizando, segundo Brizola, como uma traição com quem acreditou no Real e no projeto econômico proposto por FHC. Além disso, outros elementos produzem sentido no entendimento de que Lula representa o contrário de tudo que foi feito pelo governo

tucano. Assim, Brizola trata a questão da desconfiança que a maioria do eleitorado tem com Lula, chamando de preconceito, e pedindo que os eleitores não ajam assim, pois, conforme seu pronunciamento, Lula representaria suas demandas por ser igual a eles. Esses elementos apresentam sentidos que constituem um entendimento de que Lula e o PT iriam manter o Real e aperfeiçoá-lo, além de responder às críticas feitas pela campanha de seu opositor que, segundo o entendimento da campanha de eleitoral do PT, estaria ligada à “política do medo”.

Deste modo, a partir dos sentidos apresentados nesta seção, identificou-se a estruturação do momento “aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo” da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998. O quadro 7 apresenta os sentidos deste momento.

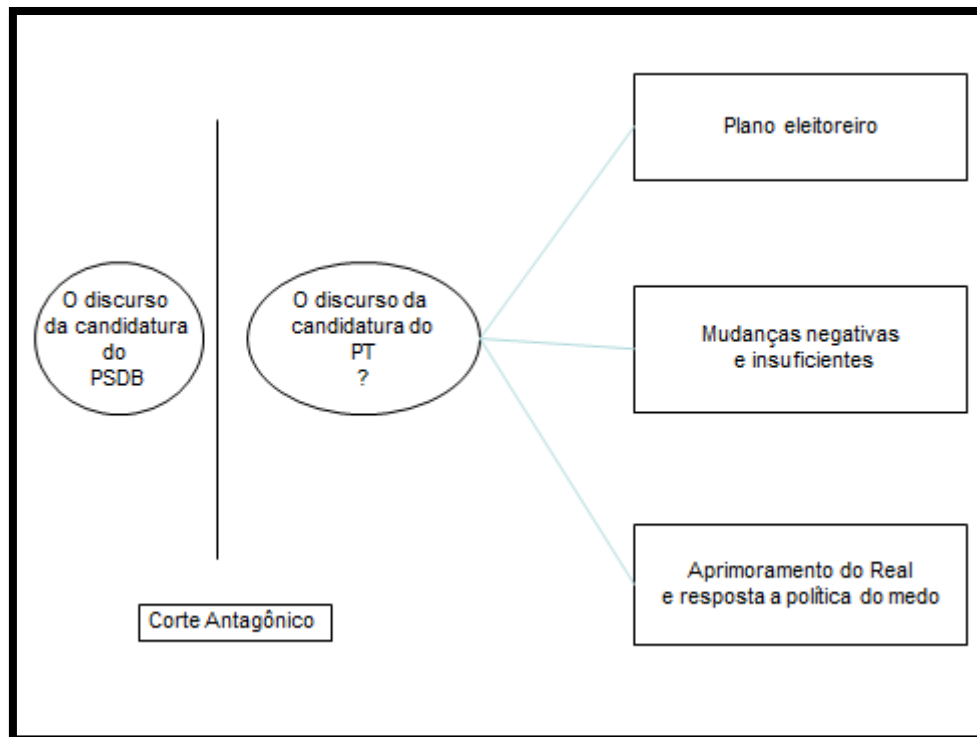
Quadro 7 – O momento discursivo “aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo” da candidatura do PT a partir das eleições de 1994 e 1998.

MOMENTO 3
Aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo
Sentidos
Não vão acabar com o Real; acusações para criar um sentimento de medo e de insegurança (acabar com o Real e falta de experiência); aumentar o salário do trabalhador; manter o Real e melhorar os salários para atacar os problemas do Brasil; a moeda é forte e boa, mas está nas mãos erradas, a serviço de um plano eleitoreiro; a moeda tem de ser duradoura, e não apenas para esta eleição; a moeda não pode ser apenas uma estratégia para impedir Lula de ganhar as eleições; vão manter e aperfeiçoar o Real; construir uma economia forte e estável; controlar a inflação e os preços; criar uma política salarial; diminuir os juros; diminuir os impostos; sem preconceito; sem medo de ser feliz.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Isto feito, podemos perceber o terceiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998. Assim, conforme a figura 7, podemos perceber não só a articulação deste momento, mas a própria estruturação deste discurso.

Figura 7 - Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 - momentos “plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real e resposta a política do medo”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Finalizada a composição do discurso da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 a partir dos momentos já estruturalmente identificados e posicionados, na próxima seção será apresentada a sistematização do discurso da candidatura petista e sua configuração antagonicamente instituída, bem como a definição de seu ponto nodal.

4.5 Plano Real: crítica a um modelo incompleto

A temática que pautou grande parte dos programas eleitorais da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998 foi o Plano Real. Outros temas apareceram nos pronunciamentos contidos nos programas veiculados no HGPE da candidatura petista, mas não apresentaram sentidos antagônicos em relação à candidatura tucana. Ainda assim, temas como geração de emprego e educação, apenas para citar alguns, muitas vezes serviram de suporte a sentidos que se referiam, de alguma forma, ao Plano Real.

Foi possível verificar, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PT nas eleições de 1994 e 1998, ambas representadas por Lula, uma relação entre elementos dispersos que geravam sentidos diferentes em relação ao Plano Real. Constituída uma relação entre esses elementos, foi possível identificar que a candidatura petista se mostrava contrária à forma como o Plano estava sendo estruturado e utilizado pela candidatura tucana, bem como pelo governo de FHC. A partir da relação entre esses elementos e dos sentidos gerados, foi identificada a construção de momentos que significavam o Plano Real e que estruturavam o discurso da candidatura do PT.

O primeiro momento identificado foi “plano eleitoreiro”. O principal ponto deste momento discursivo era a desconstrução da informação, fornecida pela candidatura tucana, de que o Plano Real seria a salvação da economia brasileira a partir da necessidade de controlar a inflação e estabilizar a economia do país. Deste modo, a candidatura petista defendeu que o Plano, na verdade, não passava de um “Plano eleitoreiro”, visto que, num primeiro instante, em 1994, era possível verificar, segundo a candidatura do PT, que o Plano não passava de paliativo e que não resolveria os problemas mais graves da economia brasileira, que eram a falta de produção e os altos juros cobrados. Além do mais, em 1994 foi disseminado pela candidatura petista que tanto o governo Itamar Franco (PMDB) como a candidatura peessedebista faltavam com a verdade sobre os efeitos do Plano, bem como contavam mentiras em relação a seu principal propósito; segundo os interlocutores do PT, nos programas eleitorais de 1994, o principal propósito do Real era a eleição de FHC. Em 1998, os sentidos não se diferenciaram muito. Informavam que o Plano continuava paliativo e que os altos juros maltratavam a economia interna, mas, dado o controle da inflação, o Plano servia de sustentação para a reeleição de FHC, que pedia mais 4 anos de governo para investir no social.

O segundo momento percebido foi “mudanças negativas e insuficientes”. Neste momento o principal ponto de crítica feita pela candidatura petista se referia às mudanças negativas que o Plano iria instituir, pois este beneficiaria apenas uma pequena parcela da sociedade. Este momento se constitui em contraposição às afirmações feitas pela candidatura tucana, que enalteciam as conquistas imediatas com o Plano e as melhorias futuras que seriam possíveis a partir de sua continuidade. Então, sentidos como “governa só para os ricos” e “aumento de impostos” indicam,

segundo os pronunciamentos dos programas eleitorais da candidatura petista, uma realidade que não é apresentada pela candidatura oposta.

O terceiro momento detectado foi “aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo”. Diferentemente dos momentos anteriores, em que o PT buscava atacar a candidatura peessedebista, este momento se constitui em resposta às afirmações feitas pela candidatura adversária, que expunha a falta de experiência de Lula e do próprio PT e sua radicalidade em relação à questão econômica. Em resposta, os pronunciamentos contidos nos programas da candidatura do PT informavam que não iriam acabar com o Real nem agiriam de forma irresponsável em relação à economia; iriam realizar reformas com o objetivo de aumentar a produção com a diminuição dos juros. Além disso, atacando a “política do medo” feita pela candidatura tucana, a candidatura petista apresentava a história de FHC comparada com a de Lula. Informava a mudança na postura do candidato tucano e buscava, a partir do primeiro governo de FHC, desconstruir o sentimento de medo ao estabelecer uma relação com a política econômica que FHC implementou. Assim, acusava o governo do peessedebista de ter deixado o social totalmente de lado em busca de uma suposta estabilidade econômica.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, apresentados de forma sistematizada no quadro 8, foi feito o mapeamento da recorrência argumentativa em torno do Plano Real nos pronunciamentos da candidatura petista nas eleições de 1994 e 1998, que, organizados a partir dos momentos “Plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real e resposta à política do medo”, constituiu o ponto nodal “Plano Real: críticas a um modelo incompleto”, conforme a figura 8.

Quadro 8 – O discurso de Lula do PT nas eleições de 1994 e 1998.

<p>O DISCURSO DE LULA DO PT</p> <p>1994/1998</p> <p>Plano Real: críticas a um modelo incompleto</p>
<p>Momentos e sentidos</p>

1) Plano eleitoreiro	<p>Esconde a verdade; pior saúde do mundo; pior educação do mundo; a raposa tomando conta do galinheiro; povo esquecido; utilização da máquina pública; abuso de poder; plano falso e mentiroso; mentiras sobre a estabilidade e a inflação; acaba com a esperança do povo; mente sobre empregos e salários; governo sem ética, sem escrúpulos e sem credibilidade; não respeita a nação; esconde a inflação; manipulação de informação sobre a economia; mentiras sustentadas pela imagem de Ricupero; plano inaceitável e irresponsável; não gera empregos e salários; vai ter aumento de impostos; não tem recursos para a área social; desvalorização do Real; grupos ganham com a inflação; ilude gastando os recursos do Brasil para garantir a reeleição.</p>
2) Mudanças negativas e insuficientes	<p>Pouca competitividade no mercado mundial; melhoramento da vida de poucas pessoas; governa só para os ricos gastando bilhões; aumento da inflação nos primeiros meses do Real; medidas irresponsáveis do governo para proteger seu candidato; manteve a mesma elite; não dá oportunidade para o povo (empregos, reforma agrária, crédito e reforma tributária); mantém alianças com latifundiários, banqueiros e grupos econômicos; governa para os ricos; a redução das tarifas de importação prejudica a geração de emprego no Brasil; financiou a privatização de estatais; usou dinheiro público para socorrer bancos privados; não investe nas pessoas; o governo gera incertezas, insegurança e ameaças; pretende um pacote com medidas drásticas para o povo; traição a quem acreditava no Real; paga juros aos agiotas internacionais com dinheiro dos aposentados; abriu mão da soberania nacional expondo o país à especulação internacional; sobrevalorizou o câmbio prejudicando a poupança interna, a agricultura e a indústria; aumento do desemprego e da dívida externa; pretende cortes na área social e aumento de impostos com o “pacote”.</p>

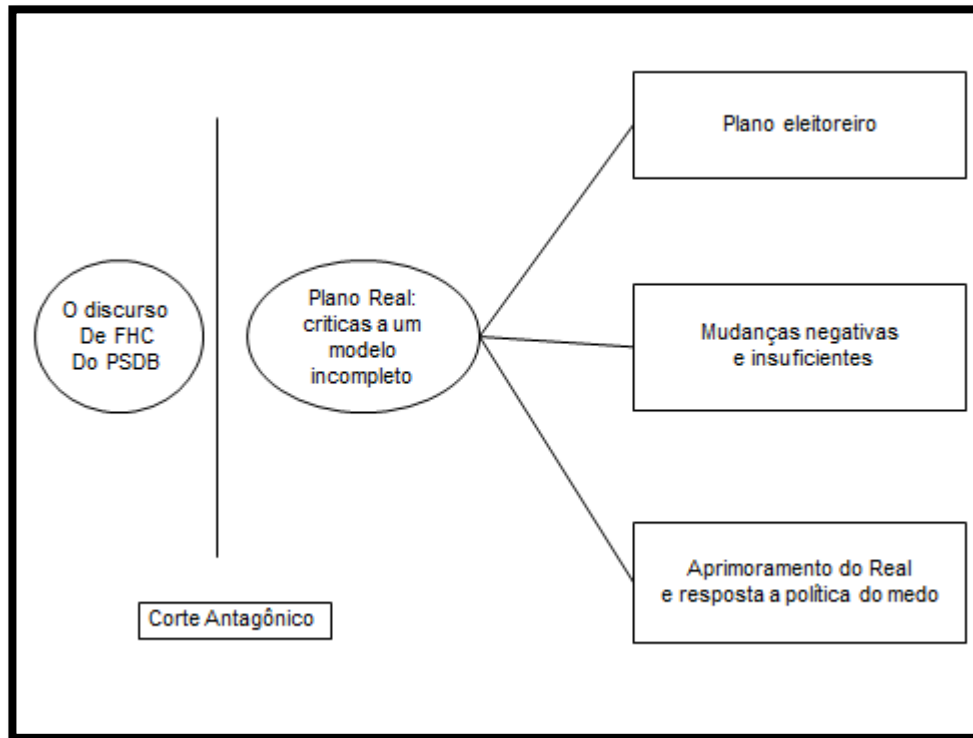
3) Aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo	Não vão acabar com o Real; acusações para criar um sentimento de medo e de insegurança (acabar com o Real e falta de experiência); aumentar o salário do trabalhador; manter o Real e melhorar os salários para atacar os problemas do Brasil; a moeda é forte e boa, mas está nas mãos erradas, a serviço de um plano eleitoreiro; a moeda tem de ser duradoura, e não apenas para esta eleição; a moeda não pode ser apenas uma estratégia para impedir Lula de ganhar as eleições; vão manter e aperfeiçoar o Real; construir uma economia forte e estável; controlar a inflação e os preços; criar uma política salarial; diminuir os juros; diminuir os impostos; sem preconceito; sem medo de ser feliz.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Deste modo, foram apresentados os sentidos do discurso de campanha à Presidência da República de Lula do PT nas eleições de 1994 e 1998. Ficou evidenciada sua relação antagônica com o discurso produzido pela campanha de FHC do PSDB. Além do mais, pôde-se identificar a hegemonização interna do discurso petista crítico ao modelo implementado pelo governo Itamar Franco e seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que se tornou candidato à Presidência da República em 1994 e buscou a reeleição em 1998 – FHC era tido como o “pai do Real” –, a partir dos momentos constituidores do discurso da candidatura petista.

Portanto, a campanha de Lula do PT hegemonizou um discurso – interno a sua própria articulação – criticando a forma como o Plano Real estava sendo implementado. Deste modo, a articulação dos momentos em torno do discurso “Plano Real: críticas a um modelo incompleto” apresentou sentidos variados indicando a estratégia adotada pela campanha de FHC na utilização do Real como um “Plano eleitoreiro”, contrariando os supostos benefícios do Plano quando apresentou “mudanças negativas e insuficientes” e respondendo às ofensivas sobre a atitude de Lula se fosse eleito Presidente do Brasil em “aperfeiçoamento do Real e resposta a política do medo”, como pode ser percebida na figura 8:

Figura 8 - Discurso das campanhas eleitorais de 1994 e 1998 de Lula do PT.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Realizada a apresentação da formação do discurso de Lula do PT nas campanhas à Presidência da República nas eleições de 1994 e 1998, pôde-se perceber que os momentos discursivos apresentaram sentidos opostos aos do discurso produzido pelo candidato do PSDB, FHC. As disputas pelos sentidos em relação ao Plano Real serão mais bem tratadas no capítulo 7 deste trabalho, onde serão realizadas as comparações entre as campanhas, bem como uma análise sobre as disputas por hegemonia e a produção de significantes vazios e significantes flutuantes.

4.6 Considerações do Capítulo

Como no capítulo anterior, mas agora tratando do discurso da candidatura do PT, e tendo a compreensão de que toda disputa política é constituída por alguma relação de conflito e, por isso, de antagonismo - disputa por sentidos na construção de discursos -, foi possível identificar, com base nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura petista nas eleições de 1994 e 1998, veiculados no HGPE, regularidades que geravam sentidos em relação ao Plano Real. Mesmo

abordando diversos temas durante os programas eleitorais veiculados no HGPE durante as eleições de 1994 e 1998, foram os pronunciamentos da candidatura do PT que abordavam o tema “Plano Real” que desenvolveram sentidos antagônicos em relação ao discurso da candidatura do PSDB. Outros temas, como a própria proposta de geração de emprego, não indicaram sentidos antagônicos, pelo contrário, muitas vezes podiam ser percebidos como similares. No entanto, quando este tema aparecia relacionado ao Plano Real, sentidos antagônicos emergiram, como apresentado neste capítulo. Deste modo, pôde-se identificar que a relação antagônica entre os discursos das candidaturas aqui estudadas abordava, de alguma forma, o tema Plano Real; o tema antagonizado era o ponto nodal da geração da disputa pelos sentidos.

A identificação das regularidades em torno do Plano Real e dos seus sentidos na formação dos momentos discursivos evidencia que o Plano assumiu na estruturação do discurso da candidatura petista o papel de sistematizador da relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT nas eleições de 1994 e 1998 – ou seja, foi o ponto nodal. Assim, de forma antagônica ao discurso da candidatura peessedebista, e formada pelos momentos “Plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real e resposta à política do medo”, a candidatura petista hegemoniza – numa relação interna ao seu próprio discurso – um discurso crítico à formatação argumentativa e estrutural do Plano – “Plano Real: críticas a um modelo incompleto”.

PARTE III

A RECONFIGURAÇÃO ANTAGÔNICA NO CONTEXTO DA ESTABILIDADE DO REAL: CONTINUIDADES E MUDANÇAS NO PLANO ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2002 E 2006

5 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PSDB EM 2002 E 2006: O REALINHAMENTO DO PLANO ECONÔMICO

5.1 Introdução

Como apresentado na introdução deste trabalho, a temática antagônica estabelecida entre o discurso da candidatura peessedebista com o discurso da candidatura petista se mostrou a mesma nas eleições de 2002 e 2006. Diversos temas foram significados durante os programas eleitorais do PSDB e do PT veiculados no HGPE nas eleições de 2002 e 2006; como já ocorrido com o estudo das eleições de 1994 e 1998, que mantiveram relação a partir do Plano Real. Temas como saúde pública, educação pública, transporte público, segurança pública e infraestrutura apareceram novamente nos pronunciamentos das candidaturas aqui estudadas, mas não produziram sentidos contrários. Essas temáticas, quando abordadas de forma direta nos pronunciamentos das candidaturas do PSDB e do PT, não apresentaram significações concorrentes, pelo contrário, suas propostas indicavam um grande grau de semelhança. Deste modo, como já havia ocorrido nas eleições anteriores, apresentadas nos capítulos anteriores deste trabalho, tais temas, por mais diferentes que sejam, não foram simbolizados de forma antagônica entre as candidaturas.

Então, tanto nas eleições de 2002 como nas eleições de 2006, o “ponto privilegiado” na relação antagônica estabelecida entre as candidaturas foi concentrado em torno da “política econômica” e do “plano econômico”, o que serviu de subsídio para se pensar a geração de emprego e uma política de desenvolvimento econômico. Como defendido nos capítulos anteriores, tratando das eleições de 1994 e 1998, por mais que as eleições de 2002 e 2006 sejam eleições diferentes, a relação entre elas se justifica, como veremos no decorrer dos próximos dois capítulos, a partir dos próprios sentidos produzidos pelas candidaturas aqui estudadas, no sentido de que a conjuntura política e econômica que envolveu cada eleição fez com que a relação antagônica instituída a partir do entendimento de cada candidatura em relação ao plano econômico se mantivesse inalterada - o que refletiu no entendimento de geração de emprego e desenvolvimento.

Mesmo com o cenário político diferente em cada eleição, em que Lula se manteve como candidato do PT e o PSDB apresentou em 2002 José Serra e em 2006 Geraldo Alckmin, a diferença a partir dos candidatos não afetou o proposto no estudo que é verificar a construção antagônica dos discursos das candidaturas do PSDB e

do PT no espaço do HGPE veiculado pela televisão. Sem dúvida que a alteração de candidatos e o fato da reeleição ser permitida por mais um mandato influencia na estruturação e nas estratégias das candidaturas (MACHADO, 2009). Por outro lado, tanto a estruturação e as estratégias das candidaturas, independente de quem for o candidato, será pautada, em algum momento, a partir de algum conflito e, por isso, indicando elementos antagônicos (em que consiste o objetivo do estudo), desde que institua entre elas o caráter de disputa política.

Deste modo, e a partir do entendimento de antagonismo desenvolvido neste trabalho, dentre os temas abordados por cada candidatura, o tema que constituiu a relação antagônica e perpassou as duas eleições aqui abordadas foi a disputa pelos sentidos em torno do modelo econômico que envolvia a política de geração de emprego e desenvolvimento. Isso não quer dizer que outros temas não apareceram ligados ao entendimento do modelo econômico que cada candidatura defendia; quando tais temas eram significados nos pronunciamentos das candidaturas aqui estudadas, seus sentidos remetiam à disputa pelo entendimento do plano econômico defendido e seu reflexo em relação à importância de gerar emprego e desenvolvimento.

Isto posto, o objetivo deste capítulo consiste em apresentar a estruturação do discurso antagônico da candidatura à Presidência da República do PSDB nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato José Serra em 2002 e pelo candidato Geraldo Alckmin em 2006. Então, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva das campanhas eleitorais dos candidatos do PSDB para significar seu entendimento da reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento – como supracitado, ponto antagônico entre os discursos das candidaturas de PSDB e PT.

Para a elaboração deste capítulo foram transcritos ao todo 98 programas eleitorais do PSDB veiculados durante o HGPE nas eleições de 2002 e 2006. Deste total, 50 programas se referem à eleição de 2002 – 32 do primeiro turno e 18 do segundo turno. Em 2002, dos 32 programas do primeiro turno transcritos, 8 se referiam ao realinhamento do plano econômico, visando à política de geração de emprego e desenvolvimento, o que representa 25% do total dos programas veiculados no primeiro turno. No segundo turno, dos 18 programas 5 abordaram o tema do

realinhamento do plano econômico, o que corresponde a 27,7% do total dos programas transcritos do segundo turno. Temos, então, que dos 50 programas de 2002, 13 abordaram o tema antagonicamente constituído (um total de 26%).

Na campanha de 2006 tivemos a transcrição de 48 programas – 34 do primeiro turno e 14 do segundo. Dos 34 programas do primeiro turno, 10 programas abordaram o tema referente à reestruturação do plano econômico a partir da necessidade de gerar emprego e promover o desenvolvimento econômico, o que representa 29,4% do total do primeiro turno. No segundo turno essa relação aumentou proporcionalmente, pois 5 dos 14 programas (35,7% do total transcrito) trataram da reestruturação do plano econômico. Com esses totais, temos em 2006 15 de 48 programas transcritos (ou 31,25% do total) mencionando o realinhamento do plano econômico.

Tabela 3 – Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “emprego e desenvolvimento” da Candidatura do PSDB em 2002 e 2006.

Pronunciamentos Candidatura PSDB em 2002 e 2006			
	2002 (%)	2006 (%)	Total (%)
Transcritos	50 (51%)	48 (49%)	98 (100%)
Tema “Plano Real”	13 (46,42%)	15 (53,58%)	28 (100%)

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “mudanças positivas e propostas de avanço”. Na segunda seção, serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. A terceira seção traz os sentidos que constituíram o momento “política do medo na mudança e na continuidade”. Por fim, a quarta seção apresentará, a partir dos sentidos e dos momentos identificados nas seções anteriores, a construção do discurso antagônico da candidatura do PSDB, intitulado “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”.

5.2 Momento 1: Mudanças Positivas e Propostas de Avanço

Dentre os temas abordados pela candidatura do PSDB à Presidência da República em 2002 e 2006 – Serra em 2002 e Alckmin em 2006 – veiculadas no HGPE, a questão do plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e na

política de desenvolvimento do país foi o assunto que assumiu um “protagonismo” no que se refere às disputas políticas pelos seus sentidos, ou seja, foi o tema que possibilitou a emergência dos discursos antagônicos. Assim, entende-se que todo discurso é formado por uma cadeia articulatória constituída por momentos que são carregados de sentidos. Os sentidos constituidores dos momentos, que por sua vez são constituidores dos discursos, são oriundos da diversidade de elementos dispersos na própria disputa política que emerge no campo da discursividade. Deste modo, a partir do campo da discursividade, composto pela luta política imersa nos programas eleitorais veiculados durante o HGPE, foi possível verificar a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT quando se referiam ao plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e na política de desenvolvimento.

O momento “mudanças positivas e proposta de avanço” é constituído inicialmente por sentidos que indicam a importância das medidas adotadas durante o governo FHC e indica a necessidade de determinadas mudanças e avanços, centralizando, em grande medida, a importância de gerar emprego e, de forma relacionada, a necessidade de criar uma política que possibilite novos empregos – desenvolvimento. Sobre a importância do governo FHC, o programa eleitoral de Serra afirma o seguinte:

LOCUTOR: Eu acho que o Fernando Henrique, com o Real, derrubou a inflação e deu uma arrumada na economia. E eu vejo, com José Serra, uma nova etapa. Com ele o Brasil vai dar um grande salto social. E se fizer pelo emprego o que ele fez como Ministro da Saúde, eu tenho certeza que a vida dos brasileiros vai melhorar muito. Porque é graças ao programa de combate à AIDS que o José Serra fez, que eu tô aqui, vivo, feliz pra ver tudo isso (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Tanto FHC como Serra representam o projeto político/econômico do PSDB, por isso a ideia de continuidade aparece; mesmo que, em alguns momentos, como será demonstrado neste capítulo, possa indicar algumas mudanças. Os fatos positivos dos governos FHC, enunciados pelo locutor a partir do excerto acima, representam uma primeira etapa no projeto de governo proposto pelo partido. A continuidade do governo, com Serra, seria a segunda etapa, caracterizada por cuidar do social (que já havia sido uma das propostas de FHC na eleição de 1998), aumentar o emprego e melhorar a vida dos brasileiros. A relação entre esses elementos indica sentidos positivos sobre o governo FHC e, ao mesmo tempo, projeta um futuro de avanço em

outra área. Mesmo identificado como continuidade de governo peessedebista, pode ser percebido que nos programas eleitorais de Serra foram proferidos sentidos que indicavam diferenças entre Serra e FHC. Isso pode ser interpretado tendo em vista a crise financeira em que o Brasil se encontrava naquele momento, como podemos perceber no excerto que segue:

SERRA: Muita gente tem me perguntado qual seria a diferença de um governo meu em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique. Para ser bem objetivo, a resposta é simples. Há duas áreas onde o meu governo vai ser totalmente diferente do atual governo. Essas áreas são: o papel do governo no combate ao desemprego, e o papel do Governo Federal no combate à violência. No governo Fernando Henrique, quem se ocupa com a questão do emprego é o Ministério do Trabalho. No meu governo, além do Ministério do Trabalho, todos os ministérios vão estar voltados pra essa questão, que para mim é a questão central de um governante neste momento da vida brasileira. (...). Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira não, é porque o país quer. E aí, o combate à violência, que hoje é obrigação dos governos estaduais, vai ser também de responsabilidade do governo federal. E por isso, nós teremos o Ministério da Segurança Pública, que eu vou criar. Esses dois grandes exemplos de diferenças entre o meu governo e do governo atual. Governo em que eu servi em duas ocasiões como ministro, governo o qual (sic) eu me orgulho muito pelas conquistas que teve, colocando 98% das crianças na escola, eliminando doenças importantes e, sobretudo, pela estabilidade da nossa moeda, o Real (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Ao tratar sobre as diferenças entre os governos FHC e o possível governo de Serra, o próprio candidato afirma que vai se preocupar com o emprego e com o combate à violência, enfatizando que todos os ministérios irão trabalhar para gerar empregos. Ainda assim o candidato não deixou de destacar o seu orgulho de ter participado do governo FHC, pois, conforme sua fala, foi naquele período em que quase todas as crianças passaram a frequentar escolas, que doenças foram erradicadas e, ainda mais relevante para o contexto da disputa política entre as candidaturas do PSDB e do PT, foi alcançada a estabilidade da moeda Real. Ainda neste sentido, sobre a importância do governo FHC na área econômica, Serra declara o seguinte em seu programa eleitoral:

SERRA: A economia tá com conceito melhor hoje, porque ela tem fundamentos bem razoáveis: responsabilidade fiscal, a inflação baixa; para alguns produtos pode ser alta, mas na média, se pegar tudo, continua sendo uma inflação baixa. Isso traz mais respeitabilidade lá

fora. Também o fato de que o Fernando Henrique apareceu como alguém muito preparado e muito competente, cumprindo regras, cumprindo contratos, porque se você quebrar uma regra aqui, outra acolá, no momento seguinte ninguém acredita em você. No mundo de hoje não dá pra fazer isso (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Conforme Serra, a responsabilidade fiscal e a inflação baixa melhoraram a economia, e tal melhora se deu por causa de FHC, pois o então Presidente da República cumpriu regras e contratos, o que garantiu a confiabilidade no Brasil (preparado, competente e responsável). Ainda sob esta perspectiva:

SERRA: Eu fiz parte do governo Fernando Henrique, e olhem, me orgulho de ter cumprido minha missão. O atual governo teve erros, como qualquer governo, mas quem não erra não faz, e este governo fez muitas coisas importantes por este país que não devem ser interrompidas, devem ser valorizadas. A estabilidade, o controle da inflação, a responsabilidade fiscal, os programas sociais que tem que ser ampliados, como o Bolsa Escola, o Programa Alvorada de Saneamento Básico, o Programa de Saúde da Família, o Bolsa Alimentação, a erradicação do trabalho infantil, o Vale Gás. São programas que beneficiam diretamente hoje a milhões de pessoas. Mas o meu governo, ao contrário do que o PT tenta fazer você acreditar, não será o terceiro mandato do Presidente Fernando Henrique, será o meu governo, com os meus desafios, os meus acertos e até os meus possíveis erros (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 14/10/2002/ST).

O excerto acima esclarece que Serra, se eleito, não será o terceiro mandato de FHC, fazendo uma crítica direta ao PT. Mesmo não sendo um terceiro mandato de FHC, Serra representa o mesmo partido e, por isso, seu programa eleitoral faz referência a determinadas continuidades, enaltecendo sua importância para dar continuidade ao que está dando certo.

Enfatizada a importância do governo FHC, a principal mudança na condução do governo, segundo os programas eleitorais de Serra, seria em relação à geração de emprego. Podemos perceber isso nesta passagem:

LOCUTOR: Para gerar os oito milhões de empregos que o Brasil precisa, o homem que fez os Programas dos Genéricos, fez o Programa Saúde da Família, o Programa Saúde da Mulher, vai realizar, se eleito presidente, o Projeto Segunda-Feira, que como você vai poder ver e poder comparar no decorrer dessa campanha, é a mais completa e a mais detalhada proposta para gerar empregos (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

O locutor do programa eleitoral faz menção às atitudes políticas tomadas por Serra durante o governo de FHC, indicando sua capacidade para gerar emprego a partir do Projeto Segunda-Feira⁴⁹. Ainda neste sentido:

LOCUTOR: Qual serão as primeiras medidas de seu governo?
 SERRA: Olha, serão duas. Primeiro eu vou determinar pra todos os ministérios que deem importância essencial para a geração de emprego, e não apenas o Ministério do Trabalho. E temos que puxar a ponta do barbante que vai fazer com que a economia acelere mais, mais produção, mais investimento, que leva a mais emprego. Isso chama-se exportação. Exportação gera emprego diretamente e também faz outra coisa, traz dólar. O Brasil hoje tem falta de dólar. A principal dor de cabeça que a gente tem na economia, é a falta de dólar. Você trazendo mais dólares você vai conseguir baixar juros, e isso vai animar toda a atividade econômica e a procura por trabalho. (...). Ou seja, saúde, educação, proteção social, como o Bolsa Escola, aposentadorias mais dignas, tudo isso complementa a ação de geração de empregos. (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

A relação entre os elementos identificados até este momento indica sentidos que destacam as mudanças positivas propiciadas pelo governo de FHC, construindo um entendimento de que “pequenos” ajustes na economia - o realinhamento - seriam suficientes para a geração de emprego e desenvolvimento.

Num outro contexto temporal, político e eleitoral, os programas eleitorais e pronunciamentos contidos na candidatura do PSDB em 2006, agora representados pela candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB), não se diferenciaram a ponto de instituir nessa relação antagônica um novo ponto nodal. Mesmo com a recorrência de temas que são sempre “batidos” pelas candidaturas concorrentes, como saúde pública, educação pública, transporte público e segurança pública, a centralidade do plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e na política de desenvolvimento retornou como tema na produção de sentidos na constituição do discurso antagônico em relação ao discurso da candidatura do PT.

Neste novo contexto político e eleitoral, tendo em vista os avanços obtidos durante o primeiro mandato de Lula (PT) como Presidente da República, refletidos no seu último ano de governo, já era possível verificar o aumento substantivo de

⁴⁹ O Projeto Segunda-Feira trata especificamente da geração de emprego. Nele é apresentada a proposta de gerar 8 milhões de empregos em 4 anos, indicando as áreas em que o governo Serra, se eleito, irá atuar. Conforme o Projeto, todos os Ministérios e Ministros de seu possível governo iriam trabalhar juntos para gerar os 8 milhões de empregos que seu Plano de Governo propunha. Disponível em <http://www.psd.org.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

empregos formais de forma direta e indireta. Tal fato fez com que os pronunciamentos da candidatura do PSDB, representadas nas eleições de 2006 por Alckmin, tomassem como ponto principal a ideia de desenvolvimento econômico. No entanto, a promessa de gerar mais de 10 milhões de empregos por parte da candidatura de Lula do PT em 2002 não ter sido cumprida pelo governo petista fez com que o ponto referente à geração de emprego retornasse ao debate, agora articulado com a ideia de desenvolvimento; em ambos os contextos, como defendemos neste trabalho, o tema que movia tal debate era a ideia de um realinhamento da política econômica, pelo lado do PSDB, e um novo modelo econômico, pelo lado do PT.

As atitudes de Alckmin enquanto governador de São Paulo tratando da área econômica serviram de exemplo do que seria realizado caso o candidato tucano fosse eleito, como podemos perceber na passagem que segue.

ALCKMIN: Como governador aprendi uma lição fundamental: o caminho do Brasil precisa ser outro, o Brasil precisa de um projeto nacional de desenvolvimento. Como governador baixei impostos de mais de 200 produtos. Agora, como presidente, vou baixar a carga de impostos que sobrecarrega o trabalhador, a classe média, atrapalha a vida das micro e pequenas empresas e amarra o crescimento. (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 15/08/2006).

Complementando esta ideia de um plano nacional de desenvolvimento, o trecho que segue produz novos sentidos:

ALCKMIN: Mas a minha principal tarefa como presidente vai ser implantar um projeto nacional de desenvolvimento. Menos juros e mais investimentos. Menos impostos e mais emprego para os brasileiros (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 17/08/2006).

Menos juros e mais investimento, menos impostos e mais emprego, assumem o tom da proposta política da campanha do candidato peessedebista para a área econômica, articulando elementos que geram sentidos sobre a política econômica a partir do entendimento de um modelo de desenvolvimento defendido pela candidatura peessedebista. Ainda sobre investimento:

ALCKMIN: O caminho é o investimento em estradas, portos, saneamento, pra fazer o Brasil crescer, gerar emprego, ir para frente. Mas não o desenvolvimento para ajudar banqueiro a ficar mais rico, com os juros mais altos do mundo, mas um desenvolvimento para ajudar o pobre a melhorar de vida. Pra mim governo bom é governo

que cuida de gente. (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 15/08/2006).

Investimento em estradas, portos e saneamento para fazer o Brasil crescer e gerar emprego, além da ideia de desenvolvimento com juros baixos para ajudar o “pobre” a melhorar de vida, são outros sentidos atribuídos ao novo rumo proposto pelo candidato para a economia brasileira; segundo sua campanha, um bom governo é o que cuida “da gente”.

Com relação às políticas sócias realizadas durante o governo FHC do PSDB e ampliadas durante o primeiro mandato de Lula do PT, os sentidos atribuídos a essas políticas se assemelham aos proferidos por Serra na eleição de 2002.

ALCKMIN: Dona lara, é para gente simples, como a senhora, para os brasileiros que mais precisam, que eu governei e que vou governar. Por isso, desde já, fica aqui o meu compromisso: eu vou manter o Bolsa Família, eu vou ampliar o Bolsa Família e eu vou melhorar o Bolsa Família. Mas nós temos que ir além. O que o nosso país precisa é de um grande projeto de desenvolvimento para crescer, pra gerar emprego, oportunidade para as pessoas. Essa sim é a tarefa mais urgente. (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 15/08/2006).

Assim, Alckmin se compromete a manter, ampliar e melhorar o Bolsa Família. Complementando, o candidato destaca que a principal medida a ser tomada será a criação de um grande projeto de desenvolvimento para o Brasil crescer e gerar emprego. Ainda sobre o Bolsa Família, o candidato constrói um entendimento mais amplo sobre o Programa, como poderemos perceber na passagem que segue:

ALCKMIN: (...) Eu vou manter e ampliar o Bolsa Família. Vou aumentar a fiscalização para evitar injustiças, mas no Bolsa Família só se mexe para melhorar, principalmente no Nordeste, onde estão as famílias que mais precisam. Por exemplo, muita gente que recebe o Bolsa Família hoje mora em lugares que não tem asfalto, água encanada, esgoto, luz elétrica. Por isso, além de garantir o benefício, nós temos de fazer um grande plano de saneamento básico em parceria com os prefeitos. Isso vai gerar emprego, movimentar a economia, é bom pra saúde e melhora a vida das pessoas (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 17/08/2006).

Alckmin enfatiza seu compromisso em manter o Bolsa Família e melhorar as condições de vida em lugares mais pobres (asfalto, água encanada, esgoto e luz elétrica). Além disso, aliado ao Bolsa Família, segundo o próprio candidato, é

necessário fazer um plano de saneamento básico para gerar emprego e movimentar a economia, melhorando a saúde e a vida das pessoas.

Os sentidos enunciados pela candidatura tucana em seus pronunciamentos no HGPE representada pelo candidato Geraldo Alckmin vão na direção de se pensar um realinhamento do plano econômico, enfatizando as conquistas possibilitadas pelo governo FHC e indicando avanços pontuais. Novos sentidos são proferidos neste sentido.

ALCKMIN: É isso aí, para mim, governar para o povo é dar oportunidade para os brasileiros. E o brasileiro é trabalhador, é criativo, tem força de vontade, quer melhorar de vida. É por isso que como presidente eu quero implantar em todo Brasil o Banco do Povo, eu fiz como governador e deu muito certo. O Banco do Povo financia um dinheiro para aquela pessoa que ganha a vida por conta própria, que quer montar seu negócio, que quer ampliar sua atividade, que quer melhorar de renda. E aquela história: o pobre hoje não passa nem na porta do banco, porque o juro que vão cobrar dele é um absurdo. No Banco do Povo não, o juro é de 1%, e já melhorou a vida de muita gente. E isso que melhora o Brasil. Crédito pra quem precisa trabalhar, gerar emprego, melhorar a renda. E o governo precisa dar o exemplo, com uma política de investimento e honestidade, porque quando tem corrupção na sala ao lado, e quem tinha que ver faz que não viu, é o seu dinheiro, o dinheiro que você paga em impostos que está sendo desviado. O dinheiro que deveria ir para saúde, pra educação, para as estradas. Então, o que o Brasil precisa não é de imposto alto e nem de corrupção, é um plano sério de crescimento para gerar emprego, melhorar a sua vida, e para o nosso país dar um salto para o futuro. Meu compromisso com você é o compromisso com a verdade e o de, juntos, construirmos um Brasil melhor com justiça, trabalho e seriedade (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 05/09/2006).

Fazendo menção ao “mensalão”, o candidato afirma que é necessário dar o exemplo em prol do desenvolvimento e da honestidade e contra a corrupção (crítica ao PT). Para isso, conforme o candidato é importante criar um plano sério para gerar emprego e melhor a vida das pessoas, diminuindo o imposto e combatendo a corrupção.

Todos esses elementos dispersos no campo da discursividade neste contexto estudado produzem sentidos que indicam a constituição de um momento que aborda o entendimento de “mudanças positivas e propostas de avanço”. Deste modo, o quadro 9 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

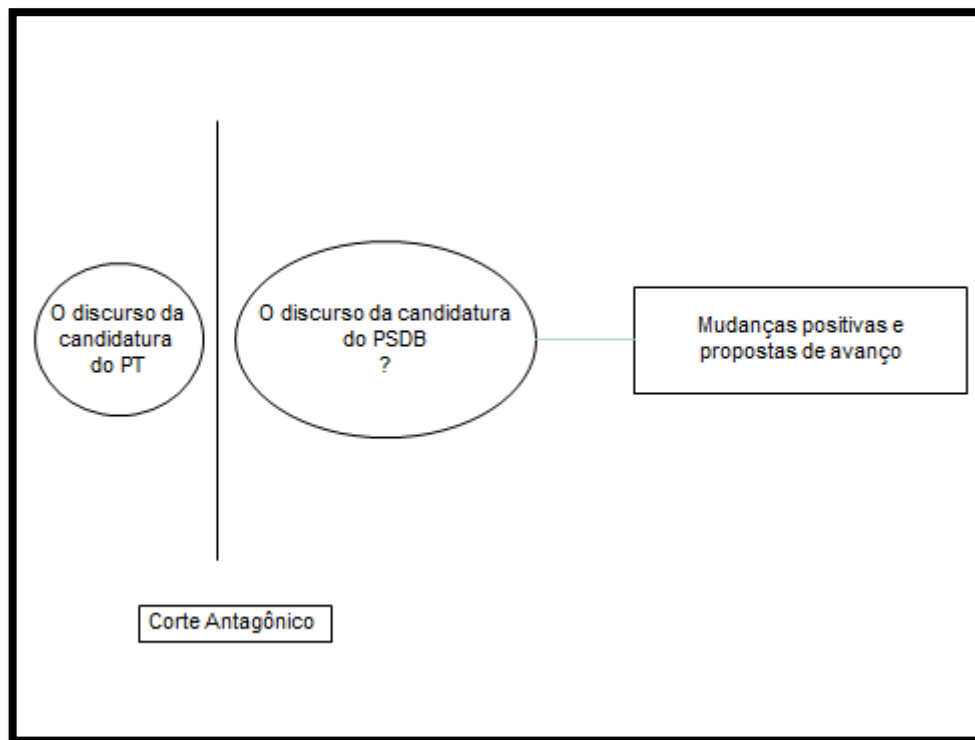
Quadro 9 – O momento discursivo “mudanças positivas e propostas de avanço” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.

MOMENTO 1
Mudanças positivas e propostas de avanço
Sentidos
FHC derrubou a inflação e arrumou a economia; Serra vai cuidar do social; Serra vai cuidar do emprego (Projeto Segunda-Feira); Ministérios voltados para geração de emprego; orgulho do governo FHC; responsabilidade fiscal e inflação baixa melhoraram a economia; a economia melhorou por causa de FHC (preparado, competente e responsável); Serra vai manter e aumentar os programas sociais criados no governo FHC; a mudança é emprego e desenvolvimento; incentivo para exportação; aumentar o investimento e acelerar a economia; exportação gera mais emprego e traz mais dólares; aposentadorias mais dignas são ações para gerar mais emprego; o emprego é a maior mudança e é a maior medida social e contra a crise; plano nacional de desenvolvimento; baixar a carga tributária para estimular o crescimento; investimento em estradas, portos e saneamento para fazer o Brasil crescer e gerar empregos; desenvolvimento com juros baixos para ajudar o pobre a melhorar de vida; manter, melhorar e ampliar o Bolsa Família (Nordeste); implementar o Banco do Povo; combater a corrupção.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Assim, podemos nomear de “mudanças positivas e propostas de avanço” o primeiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006. Deste modo, a figura 9 apresenta de forma estruturada o início da organização do discurso da candidatura do PSDB nessas eleições.

Figura 9 – Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momento “mudanças positivas e propostas de avanço”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Apresentada a estruturação do primeiro momento discursivo da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006, na próxima seção serão expostos os sentidos que constituem o segundo momento identificado neste discurso antagonicamente constituído ao discurso da candidatura do PT.

5.3 Momento 2: Mudanças Negativas no PT (Lula) e no Governo Petista

A partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006, foi possível identificar elementos que geravam sentidos em relação às mudanças ocorridas no PT enquanto oposição, bem como quando o partido se tornou governo. Como serão demonstrados a partir dos próprios pronunciamentos de campanha, todos os sentidos identificados indicam aspectos negativos em relação ao PT e a Lula.

Um dos primeiros elementos que deram sentido ao discurso antagonicamente construído pela candidatura tucana pode ser atrelado à comparação entre os candidatos peessedebista e petista, com o intuito de expor o despreparo político de

Lula e enaltecer a preparação do candidato Serra (PSDB). Podemos perceber isso no excerto que segue:

LOCUTORA: Quando foi secretário de planejamento de Montoro, José Serra saneou as finanças de São Paulo. Ele tem, portanto, um preparo acadêmico e uma experiência a nível estadual que Lula não tem. Serra conhece a vida parlamentar a fundo, sabe como conseguir recurso para tirar as ideias do papel. Foi deputado federal 2 vezes, tendo sido considerado pelo IBOPE o deputado mais atuante do Brasil. Já Lula desistiu de ser deputado. Enquanto Lula, de lá pra cá, concorreu várias vezes querendo ser presidente, Serra se preparou para ser presidente. Enquanto Lula, em 92, não exercia nenhum cargo público, após ter perdido a eleição para Collor, Serra, em seu segundo mandato como deputado teve um papel de extrema importância no impeachment de Collor. Em 94, enquanto Lula, mais uma vez, querendo ser presidente, disputava a eleição com Fernando Henrique, Serra era eleito o Senador mais votado do país. Enquanto Lula, na sua campanha era contra o Plano Real, Serra lutou para que o Real desse certo. Em 98, enquanto Lula, mais uma vez, querendo ser presidente, concorria com Fernando Henrique, Serra assumia o Ministério da Saúde. E graças ao seu preparo e à sua experiência fez um trabalho que mudou a vida de milhões de pessoas. Por isso, foi eleito em 2001, pelo Fórum Mundial, o melhor Ministro da Saúde do mundo (...). É essa a história que faz diferença entre os dois candidatos, diferença que acaba refletida em seus programas de governo (...). Vamos ver um exemplo claro disso no programa de governo de Lula. Lula sempre falou em criar 10 milhões de empregos, no site do PT está escrito, no Jornal da Tarde também. E no site do Jornal o Globo, Lula não só confirmou como corrigiu um internauta. Mas quando Serra apresentou sua proposta de 8 milhões de empregos, Lula recuou e começou a negar seu compromisso de 10 milhões de empregos. Jornal o Globo, Lula nega ter meta de 10 milhões de empregos(...). Agora fica a pergunta: porque Lula está voltando atrás? Diante disso, a população deve ou não acreditar em suas propostas? As propostas foram feitas por ele, ou por sua equipe? E mais, em 98 Lula prometia 15 milhões de empregos (...). Se Lula diz que o desemprego aumentou, por que a proposta diminuiu? Lula, ou ele esconde o que pensa, ou não sabe o que diz (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 14/09/2002).

Nesta passagem fica evidenciada a preparação de Serra como ponto importante para um candidato à Presidência da República e o despreparo de Lula como elemento impactante para uma “boa governabilidade”, ou seja, numa desconstrução da candidatura petista. Além disso, outro elemento retorna ao debate, o que se refere ao Plano Real, informado pelo programa da candidatura peessedebista que Lula era contra o Plano nas eleições passadas. Complementando esses sentidos críticos à candidatura de Lula do PT, o programa do candidato Serra afirma que Lula não apresenta uma proposta clara para a geração de emprego.

Ao se referir às mudanças de Lula e do PT, novos elementos geram sentidos a partir dos enunciados da candidatura peessedebista:

LOCUTORA: O PT nesta campanha tem se apresentado de uma maneira bem diferente do que ele sempre foi. Agora ele é paz e amor. Mas a imprensa brasileira tem mostrado seguidamente que o Lula que você vê na TV não é o Lula do PT, é um Lula para ganhar as eleições (...). O PT diz que Lula mudou, tudo bem, todo mundo tem direito de mudar. Eles dizem que Lula não é mais o radical de anos atrás. Mas nós não estamos falando de um Lula ou de um PT lá de trás, estamos falando de um PT de agora, de 2000, 2001. E olhando esse PT e esse Lula, eles não se parecem com o PT que vocês veem na TV. (...) Alguém pode dizer que nós estamos mostrando tudo isso só porque este é o programa do Serra que disputa a eleição com Lula. Mas veja o que diz o editorial da Folha de São Paulo de 18 de setembro de 2002. O editorial diz que Lula com sua tática eleitoral de lulinha paz e amor diz a cada auditório aquilo que ele quer ouvir. No caso do Lula 2002, diz a Folha: Sua trajetória de campanha contém promessas que se contradizem umas com as outras. Compromete-se, por exemplo, com o duro ajuste fiscal acertado pelo atual governo com o Fundo Monetário internacional, mas, ao mesmo tempo, acena com a revisão de cortes de gastos públicos e com a recuperação salarial do funcionalismo. É evidente que essa estratégia serve como uma luva aos interesses eleitorais imediatos do PT. Mas ela deliberadamente esconde da sociedade o que pretende fazer. (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 19/09/2002).

Neste mesmo sentido:

LOCUTOR: Tão estranho quanto ver o Serra cantando a música do Lula, é ver o Lula defender coisas que o PT é contra até hoje. Essa música não é do Serra. Essa conversa nova do Lula, não é do Lula. (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 18/10/2002/ST).

Conforme os sentidos atribuídos a Lula e ao PT pelo programa eleitoral de Serra, o candidato petista estaria escondendo sua posição da sociedade, defendendo propostas contraditórias, pois fala coisas diferentes conforme o público. Neste mesmo sentido:

SERRA: Eu tenho sido claro na minha apresentação, tenho dito o que vou fazer, como eu vou fazer para que você saiba exatamente o que eu penso. Mas eu não vejo essa clareza nas propostas do meu adversário. A campanha do PT tem sido de encantar e cantar, sem se aprofundar nas discussões sobre as mudanças que propõe, tentando se aproveitar das insatisfações de um país que tem 170 milhões de pessoas com suas necessidades, seus problemas. Mas agora vale a pena prestar atenção nas incoerências e nas dubiedades do discurso do candidato do PT. Olhe, para o povo, o Lula diz que vai mudar a

política econômica, sem dizer o que e como vai mudar. Já para os empresários ele tem garantido que não vai fazer nenhuma mudança importante na economia. Para o povo, promete mágicos aumentos do salário mínimo, grandes aumentos para o funcionalismo público, mas para o FMI diz que vai manter a responsabilidade fiscal. Para o povo, o Lula diz que vai manter a inflação baixa, mas ao longo da campanha assumiu tal número de compromissos que para serem cumpridos terão como consequência inevitável a volta da superinflação. Para o povo, o Lula diz que vem pra renovar a política brasileira, para mudar o Brasil, mas fez alianças com os políticos mais comprometidos com o atraso, aqueles que sempre impediram as mudanças neste país. Olhem, discursos diferentes, para públicos diferentes, parecem promover a união, mas na prática, só produzem frustração. Se o Lula fosse eleito, estaríamos diante de 2 possibilidades: ou cumpriria seus compromissos recentemente assumidos com os empresários, e estaríamos, assim, diante do maior estelionato eleitoral depois da eleição de Collor, ou, se tentasse cumprir suas promessas mágicas com a população, levaria o Brasil à ruína. Eu digo isso com toda responsabilidade, não apenas como candidato, mas também como cidadão (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 19/10/2002/ST).

Conforme o excerto acima, o PT e Lula constroem dois “discursos”, mentindo para o povo a partir de uma campanha eleitoral oportunista. Ainda, Lula e o PT, a partir dessa estratégia de falar o que cada público quer ouvir, ou estariam cometendo estelionato eleitoral ou levariam o Brasil para ruína.

Até aqui ficou evidenciado, a partir dos pronunciamentos exibidos nos programas eleitorais do candidato Serra do PSDB durante o HGPE, no momento “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”, os sentidos atribuídos às mudanças do PT e de Lula.

Novamente, as mudanças nos contextos político e eleitoral de 2002 e 2006 não geraram diferenças nos discursos antagônicos a partir das candidaturas aqui estudadas. Por mais que existisse um contexto temporal diferente, os temas de campanha se mantiveram. Não sendo diferentes, na eleição de 2006 ocorreu o surgimento de novos elementos dispersos em relação às mudanças ocorridas no PT e na fala de Lula, se referindo aos aspectos negativos de tais mudanças.

Outro sentido atribuído ao PT, agora como governo, se refere ao imposto. Podemos perceber isso nas palavras de Alckmin (PSDB), candidato peessedebista na eleição à Presidência da República em 2006:

ALCKMIN: Pode notar, nos últimos 4 anos o governo ficou mais preocupado em aumentar imposto do que investir em educação. É a tal história, o governo é rápido na hora de avançar no bolso do

trabalhador, mas na hora de devolver uma educação de qualidade, aí é na base do não vi nada, não sei de nada, não é comigo. Tá errado. O meu jeito é diferente (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 22/08/2006).

Conforme a passagem acima, o governo petista se preocupou em aumentar impostos sem reverter para a sociedade serviços essenciais. Além disso, o candidato, agora de oposição, faz uma alusão ao “mensalão”, informando que Lula “nunca sabe de nada do que acontece em seu governo”.

Ao se referir às práticas do governo petista, Alckmin destaca a forma errada de governar do PT. Podemos perceber isso no excerto que segue:

ALCKMIN: Boa noite. Moradia é um dos maiores problemas da nossa população, e não dá para entender como isso não anda direto, como é que não melhora. Quer dizer, até dá. É que o atual governo está trabalhando errado. Veja só uma notícia que saiu no jornal nessa semana [imagem do Jornal Valor Econômico: Baixa renda perde desconto no financiamento da casa própria]. A população de baixa renda perdeu o desconto da Caixa para financiar imóvel usado, quer dizer, de novo sobrou para o mais pobre. Eu não sei se nesse caso o atual presidente não viu nada, também não sabe de nada. Mas é gozado, como é que tem dinheiro para propaganda e para tanta bobagem e não tem dinheiro para financiar casa para quem precisa. Como é que tem dinheiro para criar milhares de cargos para o partido dele, e não tem dinheiro para casa do pobre. Isso é desperdício do seu dinheiro. E tá aí mais um diferença entre o atual presidente e eu (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 26/08/2006).

Conforme o próprio candidato do PSDB, o governo de Lula trabalha errado, retirando benefícios da população de baixa renda que agora não tem mais as vantagens para a compra da casa própria, cria cargos para seu partido e, com isso, desperdiça o dinheiro do povo. Ainda nesta mesma linha de argumentação, a questão do aumento do imposto por parte do governo de Lula do PT é um dos elementos mais destacados por Alckmin, como podemos perceber na passagem a seguir:

ALCKMIN: O principal problema do Brasil é o desemprego. É nisso que um presidente responsável precisa se concentrar, mas precisa ter firmeza e visão de conjunto e trabalhar com o pé no chão. Os jornais da semana passada mostraram [imagem do Jornal Correio Brasiliense: Nunca o brasileiro pagou tanto imposto]: os brasileiros nunca pagaram tanto imposto. [Imagem do Jornal Zero Hora: Carga de impostos é mais alta da história] A nossa carga de impostos é a mais alta da história, e desmente o discurso do governo [Jornal Valor Econômico: Carga tributária sobe e desmente discurso do governo]. Enquanto isso o desemprego sobe e a renda cai, quer dizer, o governo nunca pegou tanto dinheiro dos brasileiros, só que as coisas não

melhoram. Sabe por quê? Porque o governo gasta errado e gasta mal. Em vez de gastar mais de 1 bilhão em propaganda, tem que gastar com construção de escolas. Em vez de gastar rios de dinheiro com cargos de confiança, tem que gastar com obra de água encanada, esgoto, casa, que, além de tudo, dão emprego. E aqui tá mais uma diferença entre o atual presidente e eu. Ele é o presidente do imposto cada vez mais alto. Eu vou ser o presidente do imposto cada vez mais baixo. Ele arrecada muito e gasta errado. Eu vou baixar imposto e investir naquilo que interessa pra você (...) Não é aumentando imposto, como faz o atual presidente, que o Brasil vai resolver as coisas, nem gastando errado, é ao contrário. (...). Então o presidente não pode fazer que não sabe, que não viu. Tem que mexer nisso, não pode ficar viajando com proposta mirabolante. Tem que trabalhar com realismo, com planejamento e melhorando todos os dias. É por isso que eu vou colocar em prática o projeto nacional de desenvolvimento, que começa com plano de obras, para gerar emprego, melhorar a vida do brasileiro e para o nosso país dar um salto para o futuro. O caminho do Brasil não é imposto e mais imposto, sufocando as empresas e os trabalhadores. É um plano nacional de desenvolvimento. Menos imposto e mais emprego. É seriedade com seu dinheiro. E é assim que eu vou agir como presidente. (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 29/08/2006).

Conforme o candidato peessedebista, o governo do PT aumenta imposto, causa o aumento do desemprego, fez a renda da população baixar, mantém altos gastos com propaganda e cargos de confiança. Tais elementos apresentados culminam com a afirmação, por parte do candidato do PSDB, de que Lula é o presidente do imposto alto. Neste mesmo sentido:

LOCUTOR: O Brasil de Lula é campeão mundial de juros altos, mas não investe, não conserta as estradas, não estimula as empresas e não gera emprego. O brasileiro hoje trabalha 4 meses por ano só para pagar imposto, mas não tem escola decente, não tem saúde decente, não tem segurança. A economia mundial vive seu melhor momento nos últimos 20 anos, só que o Brasil de Lula não aproveita. Ano passado, a China cresceu quase 10% [9,7%], nossos vizinhos Uruguai [6%], Peru [6%] e Chile [6%] cresceram 6%, só ficamos à frente do Haiti [2,1%], um pequeno país devastado pela guerra [crescimento do Brasil foi 2,3%]. E da Argentina, o Brasil de Lula perde de goleada [9,1%]. Por tudo isso, é hora de eleger um governante experiente e que já mostrou que sabe fazer. Geraldo baixou o imposto do pão, da farinha, do sapato, do cimento, de mais de 200 produtos. Geraldo baixou o imposto de 620 mil micro e pequenas empresas, as que geram mais emprego no Brasil. E para voltar a crescer, nosso país precisa investir em grandes obras. Geraldo investiu em estradas, metrô, casas populares, saneamento. Geraldo Alckmin, um presidente com a grandeza do Brasil com a grandeza dos brasileiros. ALCKMIN: É neste Brasil que eu acredito. Um país com menos impostos e mais empregos. Com juros mais baixos e mais investimentos na saúde, na educação. Enfim, um Brasil do trabalho e da seriedade (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 17/08/2006).

Ainda se referindo ao alto custo do imposto para a sociedade, e que o governo do PT não reinveste esse imposto em obras que beneficiam a população, o programa do candidato peessedebista enaltece o bom momento que atravessa a economia mundial, informando que o Brasil não aproveita tal momento para crescer economicamente. Fazendo uma comparação com países da América Latina, o programa de Alckmin acena para a necessidade de investir em grandes obras para fazer o país voltar a crescer.

Alckmin: Pois é, o Brasil poderia estar muito melhor se tivesse o projeto nacional de desenvolvimento. Você pode perguntar: mas, ô Geraldo, o que isso vai me beneficiar? É que quando um governo tem um plano, ele investe em obra para fazer casa, estrada, água, esgoto, hospital, isso gera emprego, movimenta a economia. As empresas voltam a investir, o salário melhora, a sua vida melhora. Mas isso, se o governo gastar direito. Por exemplo, cadê o Fome Zero? [imagem do Jornal Valor Econômico: Ajuda do governo não chega a quem passa fome] Tá aí mais uma diferença entre o atual presidente e eu. Em vez de propaganda eu decidi trabalhar, para ajudar a combater a fome (...). (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 26/08/2006).

Por fim, o candidato do PSDB reitera a necessidade de se pensar num projeto nacional de desenvolvimento que invista em diversas áreas, estimulando a economia e gerando mais empregos; pontos criticados em seu programa eleitoral a partir da ausência de políticas voltadas para isso por parte do governo Lula. Nesse contexto o candidato aproveita para fazer críticas à forma como o Programa Fome Zero estava sendo conduzido pelo governo de Lula, pois este não estaria cumprindo com sua função, de levar comida às pessoas mais necessitadas.

Essa base de argumentação apresentada até este momento, juntamente com seus sentidos, estruturam o momento discursivo “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. Portanto, tais elementos originados pela disputa política contida no HGPE produziram sentidos que apontam na direção de um momento que enfatize as “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. Desta forma, o Quadro 10 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

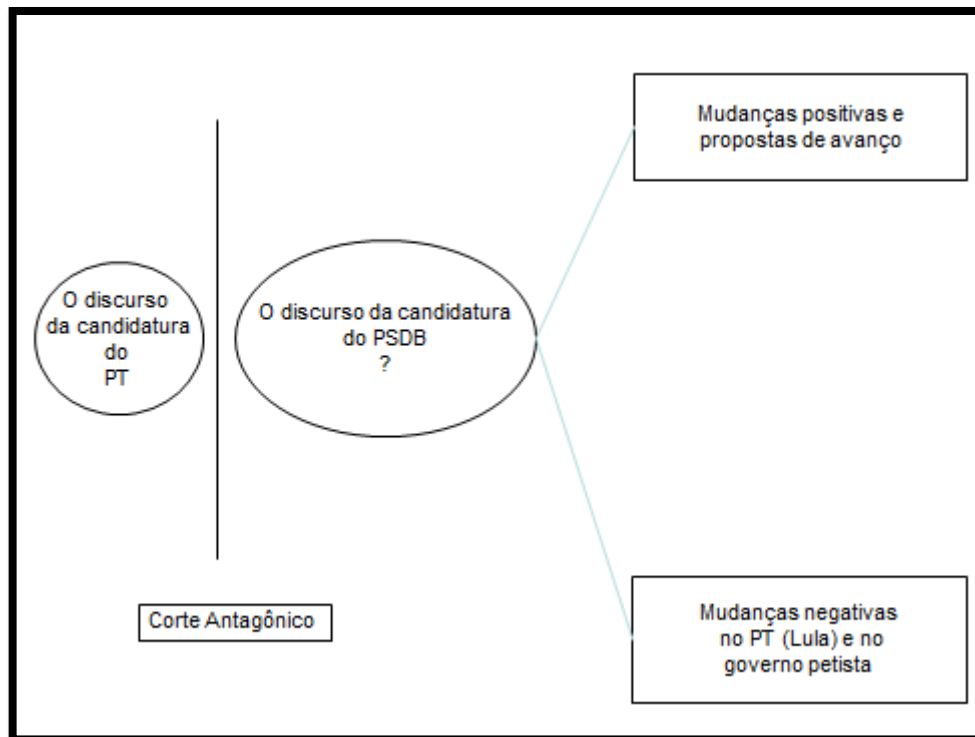
Quadro 10 – O momento discursivo “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.

MOMENTO 2
Mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista
Sentidos
Preparo de Serra e despreparo de Lula; Lula era contra o Plano Real; Lula não tem proposta clara para geração de emprego; Lula tinha paz e amor para ganhar as eleições; PT radical; retórica e campanha oportunista e eleitoreira; esconde sua posição da sociedade; dois discursos do PT e de Lula; o PT e o Lula mentem para o povo; estelionato eleitoral ou ruína; aumento de impostos; trabalho errado do governo petista; retirou benefícios da população de baixa renda; cria cargos para o partido; desperdiça o dinheiro do povo; aumento do desemprego; queda na renda; gastos com propaganda e cargos de confiança; Lula é o presidente do imposto alto; crescimento econômico baixo; falta de investimento; o Brasil não aproveita o bom momento da economia mundial, péssima administração do Fome Zero.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Assim, o segundo momento do discurso antagonicamente construído da candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006 ficou simbolizado a partir da ideia de “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. A Figura 10 apresenta de forma arquitetada a articulação dos momentos até aqui apresentados.

Figura 10 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “mudanças positivas e propostas de avanço” e “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Evidenciada a estruturação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 a partir dos momentos até aqui identificados, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o terceiro e último momento identificado neste discurso.

5.4 Momento 3: Política do Medo na Mudança e na Continuidade

O próximo momento desse discurso, “política do medo na mudança e na continuidade”, apresenta novos elementos que geram sentidos em relação à candidatura de Lula em 2002 e sua tentativa de reeleição em 2006. A ideia de política do medo se desenvolve, basicamente, tendo como base a posição adotada pelo PT e por Lula em suas trajetórias política e eleitoral, enfatizando, como podemos perceber no excerto que segue, a falta de qualificação de Lula e sua inexperiência:

LOCUTOR: Antes de votar no dia 6, pense nisso. O PT quer convencer o país que vai vencer no primeiro turno, e está fazendo de tudo para

evitar o debate, sobretudo este debate sobre emprego. Eles querem um cheque em branco, mas o povo brasileiro, cuja vida é decidida a cada eleição, quer saber quem é o mais preparado, e quem tem o plano mais viável e mais consistente para gerar empregos. E quando falamos em preparo e experiência, não é para desqualificar o Lula. Todo jovem deseja ter experiência para ter acesso a um bom emprego. Se Lula nunca desejou ter experiência administrativa, é um problema dele. Agora, alguém querer que sua primeira experiência seja logo a Presidência da República, isso é um problema nosso (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 14/09/2002).

Deste modo, tanto a falta de qualificação como a falta de experiência administrativa de Lula se mostram, conforme os sentidos enunciados nos programas eleitorais de Serra (PSDB) transmitidos durante o HGPE, como um problema sério para política brasileira. Como ocorreu na estruturação dos momentos anteriores, alguns elementos reaparecem, mas indicando sentidos diferentes, porém não contrários. Aqui, os elementos que indicam a falta de qualificação e experiência de Lula sinalizam o “medo” de ter Lula como Presidente da República.

Complementando esse entendimento sobre a candidatura de Lula do PT, o excerto a seguir apresenta um novo elemento:

LOCUTOR: Faltam 4 dias para a eleição, e o passo que o Brasil vai dar neste domingo deve ser um passo à frente, e não um passo em falso. O Brasil deve escolher o seu futuro, e não deixar pra ver aonde a sorte vai nos levar. 20 dias de campanha no segundo turno, com 2 ou 3 debates, podem evitar 4 anos de interrogações. Todos nós brasileiros queremos mudanças, e vamos mudar. Mas é bom ficar claro, pelos nossos filhos, pelas nossas famílias, para onde estamos mudando, para onde estamos indo (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 03/10/2002).

Conforme o programa eleitoral de Serra, Lula e o governo do PT são uma interrogação para o Brasil. Ainda segundo o programa do candidato peessedebista, a escolha por Lula poderia jogar o país à própria sorte, o que chama de “um passo em falso”. Em se tratando das mudanças necessárias, o que já foi apresentado no momento discursivo “mudanças positivas e proposta de avanço”, a candidatura de Serra chama a atenção para a interrogação que seria um governo comandado pelo PT e por Lula.

De forma mais aprofundada, a “política do medo”, construída a partir dos pronunciamentos proferidos durante a campanha eleitoral dos candidatos à Presidência da República do PSDB durante o HGPE, ganhou novos sentidos a partir

da fala da atriz Regina Duarte, convidada do programa eleitoral de Serra. Podemos perceber seus sentidos no excerto que segue:

REGINA DUARTE: Tô com medo, faz tempo que eu não tinha esse sentimento. Porque eu sinto que o Brasil nesta eleição corre o risco de perder toda estabilidade que já foi conquistada. Eu sei que muita coisa ainda precisa ser feita, mas também tem muita coisa boa que já foi realizada. Não dá pra ir tudo pra lata do lixo. Nós temos 2 candidatos à presidência um eu conheço, é o Serra. É o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro, eu achava que conhecia, mas hoje eu não reconheço mais. Tudo que ele dizia mudou muito, isso dá medo na gente. Outra coisa que dá medo é a volta da inflação desenfreada, lembra, 80% ao mês. O futuro presidente vai ter que enfrentar a pressão da política nacional e internacional, e vem muita pressão por aí. É por isso que eu vou votar no Serra, porque ele me dá segurança. Porque dele eu sei o que esperar. Por isso eu voto 45, voto Serra. E voto sem medo (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 14/10/2002;/ST).

A atriz começa sua fala enfatizando seu medo, para logo indicar que teme perder a estabilidade conquistada durante o governo FHC. Além disso, a atriz afirma ter medo de Lula, ter medo da volta da inflação com seu governo. Fazendo uma comparação rápida entre os candidatos, a atriz declara que conhece Serra e suas políticas, diferentemente de Lula, que mudou muito nesses últimos anos e, principalmente na eleição em questão - 2002. Outro ponto enaltecido pela atriz está relacionado à capacidade de governar, indicando sua confiança em Serra e seu medo da insegurança que Lula transmite.

Ainda tratando sobre este contexto, Rita Camata (PMDB), vice de Serra, afirma o seguinte:

RITA CAMATA: Um dia Regina Duarte disse que estava com medo dessas eleições, disse ainda que votava no Serra e não no Lula, porque o Serra ela conhece, e o Lula está muito diferente, é outra pessoa. Pois foi só ela dar a sua opinião, como qualquer um de nós pode fazer, para ser acusada pelo PT e pela CUT de estar fazendo terrorismo. Isso é que assusta. A gente não pode falar o que pensa? O que dá medo a muita gente, não apenas a Regina, é que voltem coisas antigas como a censura, patrulhamento, instabilidade, inflação desenfreada. Porque o Brasil, meus amigos, quer mudar sim, mas mudar pra melhor. Nós não podemos voltar para o passado, onde os artistas, os intelectuais, os políticos eram censurados pelo que pensavam e pelo que falavam. O Brasil tem que avançar, e não apenas andar pra trás (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 16/10/2002/ST).

Se referindo à fala de Regina Duarte e sua repercussão na campanha de Lula, Rita Camata afirma que seu medo está relacionado, também, à possível censura, ao patrulhamento feito pelo PT e seu candidato e pela possível volta da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso. Apresentado por Camata, o medo à censura aparece no pronunciamento de outra atriz, Beatriz Segall, também convidada a dar sua declaração no programa eleitoral de Serra.

BEATRIZ SEGALL: Eu tenho medo. Como Regina Duarte eu também estou com medo, medo de não poder dizer que estou com medo. De ser ameaçada de processo pelo simples fato de discordar, e de não poder falar o que eu bem entender. Tenho medo de alguém que recorre às ofensas pessoais e profissionais, porque estas são o último reduto da falta de argumento. Mas não tenho medo das atrizes mais jovens, ao contrário, procuro incentivá-las nas suas carreiras. E por fim, quero continuar vivendo numa democracia, sem pressões e falar o que eu bem entender e não ter medo disso. (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 18/10/2002/ST).

Referindo-se ao apoio dos empresários e investidores, o programa de Serra afirma o seguinte:

LOCUTORA: É por esta firmeza de José Serra que, como mostra a pesquisa do Jornal Folha de São Paulo, 82% dos empresários entrevistados consideram José Serra o homem mais preparado para enfrentar a crise econômica. Apenas 12% dos empresários acham que é Lula. (PROGRAMA ELEITORAL SERRA/PSDB, HGPE, 17/10/2002/ST).

Assim, Serra seria o preferido dos empresários, mostrando a falta de apoio de Lula. Mesmo tendo alterações no contexto temporal, político e econômico entre as eleições de 2002 e 2006, nas eleições de 2006 houve recorrências de sentidos em relação à “política do medo” construída a partir da candidatura tucana; representada em 2006 por Geraldo Alckmin Assim, este mesmo elemento retorna na eleição de 2006, apresentando novos sentidos. Agora vinculado aos escândalos de corrupção, a credibilidade do governo serve como elemento para atrair novos investimentos. Podemos perceber isso no programa eleitoral de Alckmin:

LOCUTOR: Você já parou pra pensar no mal que a corrupção faz ao Brasil? Waldomiro, mensalão, caixa 2, dinheiro na cueca, sanguessuga, corrupção nos Correios. Ninguém aguenta mais ouvir falar em tanta corrupção. E o pior é que nos últimos 2 nos foi assim, uma notícia atrás da outra. Vários ministros do atual presidente foram denunciados e tiveram que pedir demissão. Tiveram que depor na

polícia. Altos dirigentes do PT, como o tesoureiro Delúbio, estão sendo acusados por crime. O Procurador Geral denunciou 40 pessoas, a maioria por roubo de dinheiro público. E na lista, tinha gente com sala no Palácio do Planalto bem perto da sala do presidente Lula. O Brasil hoje está na lista dos países mais corruptos. A perda com a corrupção é maior do que o gasto com o Bolsa Família. E quando um país tem muita corrupção, as empresas deixam de investir, e isso calça desemprego. Instituições sérias, como o Banco Mundial, decidiram que não vão dar mais financiamento para países corruptos. Isso vai prejudicar obras importantes como metrô, redes de água e esgoto, estradas. Um presidente que não controla seus ministros e que alega que não viu nada, que não sabe de nada, faz mal para o Brasil e para os brasileiros. Pense nisso e mude de presidente (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 29/08/2006).

Conforme o programa da candidatura peessedebista, a corrupção envolvendo o PT e o então Presidente da República, Lula, além dos gastos com corrupção, afasta o investimento e gera desemprego. Portanto, a perda de credibilidade e a perda de financiamento causada pela corrupção prejudicam obras de infraestrutura que necessitam de investimento – um modelo danoso para o Brasil. Nesta mesma linha, Alckmin afirma o seguinte;

ALCKMIN: Eu quero deixar muito claro aqui para você algumas diferenças entre o atual presidente e eu, até para que você possa comparar melhor e escolher melhor. O atual governo aumento imposto em cima de imposto nas costas do trabalhador e da classe média. O resultado é esse aí [imagem do Jornal Correio Braziliense: Nunca o brasileiro pagou tanto imposto], o brasileiro nunca pagou tanto imposto como agora. [imagem do Jornal Zero Hora: Carga de impostos é a mais alta da história] A nossa carga de impostos é a mais alta da história. Então tá aqui a primeira diferença. O atual presidente é o do imposto cada vez mais alto. Eu quero ser o presidente do imposto cada vez mais baixo. Outra diferença. O atual presidente diz que a saúde no Brasil está quase perfeita. Não tá não. Eu sou médico, entendo do assunto, e acho que a gente precisa melhorar e muito a saúde. E mais uma. Ano passado, todo mundo se lembra da vergonha do mensalão, das denúncias, dos ministros afastados. O presidente adotou a política do não sabia de nada, não viu nada, e tudo aquilo que você já conhece. Por isso eu estou aqui, olho no olho com você, pra dizer que eu sou diferente dele, diferente (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 31/08/2006).

Ainda neste mesmo sentido:

LOCUTORA: Quarta-feira passada, o ex-presidente do PT, José Genoino, foi visitar o presidente Lula no Palácio do Planalto. Você lembra do Genoino, né? Ele foi um dos 40 acusados do escândalo do mensalão e foi denunciado como membro da quadrilha que desviou dinheiro público no governo Lula. Agora veja essa declaração do Lula,

também dessa semana: [imagem do Jornal O Estado de São Paulo: “Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro”]. Você lembra também do José Dirceu, do Delúbio, do Gushiken, do Silvinho, todos também foram denunciados na quadrilha. Antes mesmo da eleição, o Genoino já voltou ao Palácio do Planalto. Será que a turma do Lula quer voltar? Responda com seu voto, mude de presidente (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 02/09/2006).

Conforme Alckmin e seu programa de governo, o governo de Lula do PT é marcado pelo imposto alto, por ser um governo corrupto e sem posição. Não distante disso, outro sentido em relação à posição adotada pelo PT e pelo seu candidato pode ser atrelado a “política do medo”, o chamado “falso dossiê”. Com relação a este episódio que aconteceu durante a campanha eleitoral de 2006, o programa eleitoral de Alckmin afirma o seguinte:

LOCUTOR: Jornal O Globo de hoje [imagem do Jornal O Globo: PT usará facção do crime para abafar dossiê]. Folha [imagem do Jornal Folha de São Paulo: Campanha de Lula ataca a família de Alckmin e recua]. Veja [imagem da Revista Veja: O terrorismo do PT – a campanha de Lula adota a tática de usar boatos para prejudicar adversário], a campanha de Lula usa boatos para prejudicar Geraldo Alckmin. Tá certo isso? Preste atenção no que está acontecendo nesta eleição. Montaram até um falso dossiê contra o Geraldo. Gente muito próxima do presidente está envolvida no escândalo. Teve até gente do PT que foi presa com essa montanha de dinheiro [imagem de uma mesa com várias cédulas de dinheiro (reais – notas de R\$ 50 e R\$ 100)]. E hoje faz 31, 31 dias que o governo Lula não revela de onde veio o dinheiro. O Lula manda nos ministros, manda na Polícia Federal e manda no PT. Então porque ninguém, nem o Lula, revelam de onde veio o dinheiro para prejudicar Geraldo Alckmin? A gente vai engolir mais essa? Abra o olho, e vote por um Brasil decente (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 16/10/2006/ST).

Em outra passagem, o programa eleitoral do candidato do PSDB amplia os sentidos em relação ao “falso dossiê”:

LOCUTOR: Você já prestou atenção no que o Lula promete e no que acontece de verdade? Veja só o que o Lula disse no seu primeiro programa desse segundo turno – LULA: Quero, antes de tudo, fazer uma campanha de paz, sem baixarias. LOCUTOR: pois bem. Na mesma semana, o próprio Lula saiu espalhando boatos sobre Geraldo Alckmin; o PT atacou até a família do Geraldo Alckmin. Isso é fazer campanha limpa? Por que o Lula não chama os amigos dele e do PT e manda esclarecer de onde veio o dinheiro para prejudicar Geraldo Alckmin? Faz mais de um mês e Lula diz que não sabe de nada. Não é a primeira vez que Lula diz que não sabe de nada. Veja o que Lula dizia quando ele pediu seu voto em 2002 – LULA: Qual é a diferença do PT? É que nós temos uma exigência ética (...). A cada eleição o PT

cresce mais, porque sabe governar com planejamento, dedicação e, sobretudo, com seriedade e respeito pelo seu dinheiro. LOCUTOR: E você lembra o que aconteceu: dinheiro do mensalão, dinheiro do caixa 2 do PT, dinheiro na mala, dinheiro na cueca. E o Lula diz que não sabia de nada. Agora veja mais essa que o Lula dizia em 2002 pra pedir o seu voto – LULA: Seu ganhar as eleições, todo mês os ministros terão de prestar conta, porque nós vamos cobrar de cada ministro o que está acontecendo em cada área. LOCUTOR: E você lembra o que aconteceu. José Dirceu, denunciado como o chefe da quadrilha do mensalão, ministro de Lula. Palocci, acusado de crime no caso do caseiro, ministro de Lula. Humberto Costa, denunciado pela justiça no caso da máfia dos vampiros, ministro de Lula. Anderson Adauto, um dos 40 denunciados no esquema do mensalão, ministro de Lula. Luiz Gushiken, outro denunciado no esquema do mensalão e que continua ministro de Lula pago com o seu dinheiro. E Lula disse que não sabia de nada. Em 2002, para ganhar o seu voto, o Lula prometeu – LULA: Meu programa de governo está escrito que o Brasil precisa criar no mínimo 10 milhões de empregos. LOCUTOR: E, logo depois de assumir, Lula prometeu de novo – LULA: O espetáculo do crescimento vai começar a acontecer no nosso querido país. LOCUTOR: E não foi nada disso que aconteceu (PROGRAMA ELEITORAL ALCKMIN/PSDB, HGPE, 17/10/2006/ST).

Se referindo à posição agressiva da candidatura de Lula do PT, o locutor do programa eleitoral de Alckmin atribui essa posição à compra do falso dossiê. Além disso, o governo petista é caracterizado como antiético, adotando uma política agressiva e mentirosa. Sendo assim, além de ser qualificado como um governo corrupto e sem controle por parte de seu comandante – Lula –, pois afirma sempre que não sabe de nada do que se passa e se passava em relação ao escândalo do “mensalão”, o governo petista não gerou emprego e crescimento como prometeu.

Deste modo, a partir dos sentidos apresentados nesta seção, “política do medo na mudança e na continuidade” constitui outro momento discursivo da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006. Diversos elementos serviram de sustentação na geração dos sentidos que corroboram para a estruturação desse momento apresentado aqui, com podemos verificar no quadro 11.

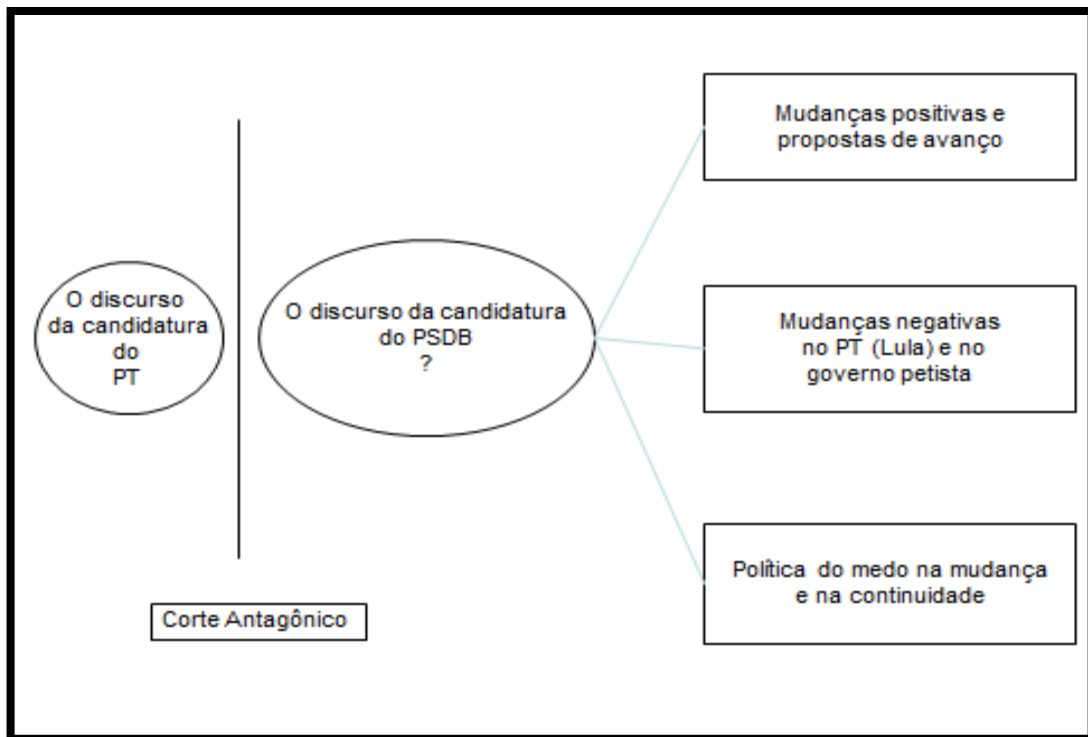
Quadro 11 – O momento discursivo “política do medo na mudança e na continuidade” da candidatura do PSDB a partir das eleições de 2002 e 2006.

<p>MOMENTO 3</p> <p>Política do medo na mudança e na continuidade</p>
<p>Sentidos</p>
<p>Falta de qualificação de Lula; Lula não tem experiência administrativa; Lula e o PT são uma interrogação; promessas contraditórias; incertezas de um governo petista; medo de perder a estabilidade; medo de Lula; medo da volta da inflação; medo da censura, do patrulhamento, da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso; instabilidade e desemprego; falta de apoio dos empresários; corrupção no PT; afastamento dos investidores com a corrupção; gastos com corrupção; a corrupção afasta os investidores e gera desemprego; perda de credibilidade e financiamento; a corrupção prejudica obras de infraestrutura; modelo danoso para o Brasil; governo do imposto; governo corrupto e sem posição; conspiração e falso dossiê; governo sem ética; política agressiva e mentirosa; governo sem controle por parte de seu líder; não gera emprego e crescimento.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Isto feito, podemos perceber o terceiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006, simbolizado a partir da ideia de “política do medo na mudança e na continuidade” como estruturante do discurso da candidatura peessedebista. Assim, conforme a figura 11, podemos perceber não só a articulação deste momento, mas a própria estruturação deste discurso.

Figura 11 - Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Finalizada a composição do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006 a partir dos momentos já estruturalmente identificados e posicionados, na próxima seção será apresentada a sistematização do discurso da candidatura peessedebista e sua configuração antagonicamente instituída, bem como a definição de seu ponto nodal.

5.5 Emprego e Desenvolvimento: O Realinhamento do Plano Econômico

As campanhas político-eleitorais do PSDB nas eleições para Presidente da República de 2002 e 2006, veiculadas no HGPE, desenvolveram elementos que geravam sentidos antagônicos no que diz respeito à política adotada em relação à condução da economia, bem como o reflexo dessas medidas na geração de emprego e desenvolvimento. A partir da dispersão de elementos que constituíram os pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 (Serra) e 2006 (Alckmin) e tendo em vista a relação antagônica com

a candidatura petista, foi identificada a emergência de diversos sentidos que significavam de formas diferentes a condução da economia e a necessidade de se pensar alguns ajustes - sem grandes mudanças, conforme a candidatura da Serra em 2002 -, bem como a retomada de determinadas diretrizes aplicadas durante o mandato de FHC do PSDB como Presidente do país - 1995 a 2002. Com base na regularidade desses elementos e dos sentidos gerados nesse processo de regularidade, ficou evidenciada a “defesa” do modelo econômico adotado durante o governo de FHC do PSDB, sendo necessário apenas “pequenos” ajustes para que fosse possível a geração de mais empregos e que o país fosse recolocado no “trilho do desenvolvimento”.

Deste modo, mesmo em se tratando de eleições diferentes, os sentidos produzidos nos programas eleitorais das candidaturas tucana nessas eleições indicavam a necessidade de um realinhamento do plano econômico desenvolvido no governo do tucano FHC, o que sistematizou a estruturação do discurso antagônico do PSDB. Em 2002, quando Serra era o candidato peessedebista, a candidatura tucana buscou defender e apresentar caminhos ligados à política econômica de seu antecessor e companheiro partidário, enfatizando a importância das conquistas alcançadas durante o governo de FHC no que se refere à estabilidade da economia e à construção de um cenário propício para investir mais na área social, dando importância para a necessidade de gerar emprego. Já em 2006, quando o candidato do PSDB era Alckmin, o caminho adotado foi o de buscar fazer uma relação com o que foi realizado no governo Lula a partir do que tinha sido estruturado no governo de FHC do PSDB, retomando o debate sobre geração de emprego e apresentando um “projeto de desenvolvimento econômico” como estratégia de retomada do crescimento e, com isso, propiciando a geração de emprego que, segundo os programas da candidatura tucana, não teria sido cumprida durante o governo de Lula do PT. Assim, foi possível perceber que determinados sentidos apresentavam similaridades geradas por regularidades na dispersão interligadas a partir da identificação de formações de momentos discursivos.

O primeiro momento identificado foi “mudanças positivas e propostas de avanço”. Neste momento discursivo dois pontos foram defendidos: o primeiro, que se refere às “mudanças positivas”, diz respeito às políticas adotadas pelo governo de FHC do PSDB concernentes à condução da economia, e o segundo, indicando “propostas de avanço”, que tratam de uma política de desenvolvimento com vistas à

geração de emprego. Deste modo, numa primeira conjuntura, nas eleições de 2002, foram destacadas as mudanças iniciadas pelo governo de FHC, e numa segunda conjuntura, nas eleições de 2006, além de destacar a importância das medidas adotadas pelo governo de FHC, foram apontadas outras medidas como forma de aprimorar a política econômica. A relação entre essas duas conjunturas, partindo do entendimento de antagonismo em relação ao discurso construído pela candidatura petista, se manteve a partir dos sentidos atribuídos à questão econômica e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento.

O segundo momento percebido foi “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. O principal ponto defendido, sempre contrário ao candidato petista e seu partido, foi o de que as mudanças ocorridas no PT e no Lula, enquanto candidaturas e, também, governantes, foram estrategicamente pensadas para ganhar as eleições de 2002 e danosas para a estrutura econômica do país, bem como para a sociedade de modo geral. Até este estágio, diversos elementos dispersos foram percebidos, a partir de seus sentidos, ligados a outros momentos; os elementos referentes à “política do medo” tanto como os elementos ligados a “mudanças negativas” se diferenciam a partir de seus sentidos constituidores. Numa primeira conjuntura, nas eleições de 2002, foram identificados sentidos que indicavam mudanças no PT e em Lula pensando apenas a vitória eleitoral, mas que, na verdade, segundo os pronunciamentos contidos nos programas eleitorais do PSDB, a condução de um possível governo petista seria prejudicial para a economia do país, pois, entre outros elementos, nem Lula nem o PT teriam apoio dos grupos de empresários brasileiros e estrangeiros - a mudança no “tom” da candidatura petista foi enfatizada pela candidatura tucana, informando que o PT e Lula deixaram de se apresentar como radicais para assumirem uma posição bem mais moderada. Numa segunda conjuntura, o foco crítico ao PT se deu a partir de seu governo, sendo acusado pela candidatura tucana em 2006 de não ter gerado os empregos que prometeu e não ter alavancado a economia do país como prometeu que faria na eleição anterior; de 2002. Além disso, outro aspecto relevante, conforme os pronunciamentos da candidatura do PSDB em 2006, foi o caso do mensalão, outro elemento enaltecido como “mudança negativa”.

O terceiro momento detectado foi “política do medo na mudança e na continuidade”. Como já esclarecido no parágrafo anterior, alguns elementos dispersos geraram sentidos diferentes. Isso quer dizer que a relação entre os momentos e os

elementos só são percebidas e compreendidas a partir de seus sentidos constituidores. Aqui, o principal ponto constituído nos pronunciamentos da candidatura do PSDB alertava para o fato de o PT e Lula não terem “capacidade” para gerir um país tão grande e tão complexo, haja vista a inexperiência de Lula, sua falta de qualificação e a posição radical adotada pelo partido e pelo candidato petista, bem como, reflexo disso, sua ineficiência como Presidente. Numa primeira conjuntura foi percebida, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB em 2002, sentidos que indicavam a construção de um sentimento de medo em relação a um possível governo de Lula e do PT, amparados pela sua falta de experiência, sua baixa escolaridade e sua posição radical frente às políticas econômicas vigentes no país e em grande parte do mundo. Posteriormente, numa segunda conjuntura, em 2006, os sentidos se concentraram nas promessas não cumpridas pelo PT e por Lula, bem como no caso do mensalão.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, apresentado de forma sistematizada no quadro 12, foi identificada nos pronunciamentos da candidatura tucana nas eleições de 2002 e 2006 a recorrência argumentativa em torno da política econômica e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento que, organizados a partir dos momentos “mudanças positivas e proposta de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”, constituiu o ponto nodal “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico” (Figura 12).

Deste modo, conforme a sistematização apresentada no quadro abaixo, foram apresentados os sentidos atribuídos aos momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”, que constituem o discurso “emprego e desenvolvimento: o realinhamento no plano econômico” formado pelas candidaturas de Serra (2002) e Alckmin (2006) do PSDB durante o HGPE das campanhas à Presidência da República de 2002 e 2006.

Quadro 12 – O discurso de Serra e de Alckmin do PSDB nas eleições de 2002 e 2006.

<p>O DISCURSO DE SERRA E ALCKMIN DO PSDB</p> <p>2002/2006</p> <p>Emprego e Desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico</p>
--

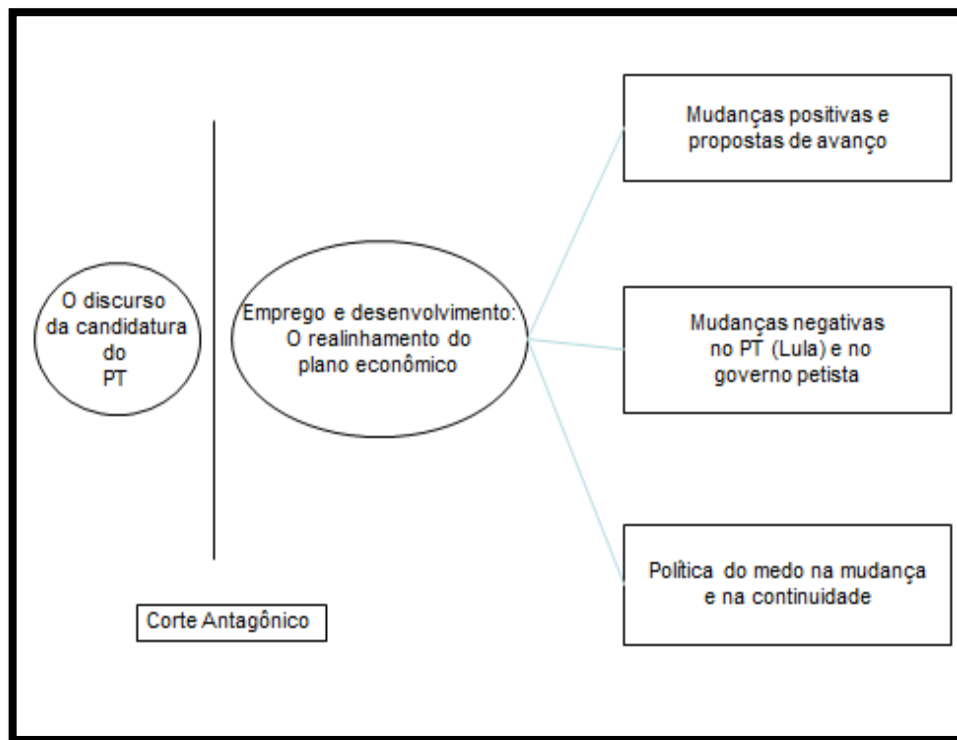
Momentos e sentidos	
<p>1) Mudanças positivas e proposta de avanço</p>	<p>FHC derrubou a inflação e arrumou a economia; Serra vai cuidar do social; Serra vai cuidar do emprego (Projeto Segunda-Feira); Ministérios voltados para geração de emprego; orgulho do governo FHC; responsabilidade fiscal e inflação baixa melhoraram a economia; a economia melhorou por causa de FHC (preparado, competente e responsável); Serra vai manter e aumentar os programas sociais criados no governo FHC; a mudança é emprego e desenvolvimento; incentivo para exportação; aumentar o investimento e acelerar a economia; exportação gera mais emprego e traz mais dólares; aposentadorias mais dignas são ações para gerar mais emprego; o emprego é a maior mudança e é a maior medida social e contra a crise; plano nacional de desenvolvimento; baixar a carga tributária para estimular o crescimento; investimento em estradas, portos e saneamento para fazer o Brasil crescer e gerar empregos; desenvolvimento com juros baixos para ajudar o pobre a melhorar de vida; manter, melhorar e ampliar o Bolsa Família (Nordeste); implementar o Banco do Povo; combater a corrupção.</p>
<p>2) Mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista</p>	<p>Preparo de Serra e despreparo de Lula; Lula era contra o Plano Real; Lula não tem proposta clara para geração de emprego; lulinha paz e amor para ganhar as eleições; PT radical; retórica e campanha oportunista e eleitoreira; esconde sua posição da sociedade; dois discursos do PT e de Lula; o PT e o Lula mentem para o povo; estelionato eleitoral ou ruína; aumento de impostos; trabalho errado do governo petista; retira benefícios da população de baixa renda; cria cargos para o partido; desperdiça o dinheiro do povo; aumento do desemprego; queda na renda; gastos com propaganda e cargos de confiança; Lula é o presidente do imposto alto; crescimento econômico baixo; falta de investimento; o Brasil não aproveita o bom momento da economia mundial, péssima administração do Fome Zero.</p>

3) Política do medo na mudança e na continuidade	Falta de qualificação de Lula; Lula não tem experiência administrativa; Lula e o PT são uma interrogação; promessas contraditórias; incertezas de um governo petista; medo de perder a estabilidade; medo de Lula; medo da volta da inflação; medo da censura, do patrulhamento, da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso; instabilidade e desemprego; falta de apoio dos empresários; corrupção no PT; afastamento dos investidores com a corrupção; gastos com corrupção; a corrupção afasta os investidores e gera desemprego; perda de credibilidade e financiamento; a corrupção prejudica obras de infraestrutura; modelo danoso para o Brasil; governo do imposto; governo corrupto e sem posição; conspiração e falso dossiê; governo sem ética; política agressiva e mentirosa; governo sem controle por parte de seu líder; não gera emprego e crescimento.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Deste modo, a posição hegemônica do discurso dos candidatos peessedebista, antagônica ao discurso do candidato petista, pôde ser compreendida a partir dos momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”, que constituem o discurso “emprego e desenvolvimento: o realinhamento no plano econômico” (quadro 12). Levando em consideração a relação interna do próprio discurso, a conjuntura política/partidária e a inversão dos papéis entre PSDB e PT – situação e oposição –, a campanha dos candidatos do PSDB em 2002 e 2006 hegemonizou um discurso que colocou o realinhamento econômico como forma de gerar mais empregos e criar um plano nacional de desenvolvimento, ou seja, ainda era evidenciada a ideia de continuidade a partir das políticas adotadas durante o governo FHC. Por mais que o governo de FHC tenha sido pouco mencionado durante a campanha eleitoral de Alckmin, muito por causa dos índices de aceitação do governo Lula, diretrizes econômicas do modelo adotado por FHC ainda eram mencionadas no discurso de campanha de Alckmin como forma de criticar a postura do governo de Lula nas áreas econômica e social.

Figura 12 – Discurso das campanhas eleitorais de 2002 (Serra) e 2006 (Alckmin) do PSDB



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

5.6 Considerações do capítulo

Partindo do entendimento de antagonismo como constituidor da relação política, e com base nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 e 2006, veiculados no HGPE, foram identificadas regularidades de elementos que indicavam alguma similaridade e que geravam sentidos em relação ao plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento. Entre os diversos temas abordados na candidatura do PSDB nessas eleições, foram os pronunciamentos que abordavam o tema referente à questão econômica e o plano a ser adotado que desenvolveram sentidos antagônicos em relação ao discurso da candidatura petista nas mesmas eleições.

Deste modo, identificada certa regularidade em torno do plano econômico e sua interferência na política de geração de emprego e desenvolvimento como tema sistematizador da relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 2002 e 2006, foi possível, a partir dos pronunciamentos de campanha da

candidatura do PSDB nessas eleições, distinguir três fluxos argumentativos que passaram a ser identificados como momentos discursivos: “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”. O resultado dessa prática articulatória, formada por momentos diferenciais carregados de sentidos e que mantinham uma relação de equivalência, estruturaram a formação do discurso dessa candidatura: “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”.

Estabelecida essa rápida retomada do que foi realizado neste capítulo, o próximo capítulo tratará sobre a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE.

6 A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO NO DISCURSO DA CANDIDATURA DO PT EM 2002 E 2006: UM NOVO PLANO ECONÔMICO

6.1 Introdução

É importante retomar algumas informações apresentadas na parte introdutória do capítulo anterior, bem como no desenvolvimento dos capítulos anteriores. Como já destacado no capítulo anterior, diversos temas foram significados durante os programas eleitorais do PSDB e do PT veiculados no HGPE durante as eleições de 2002 e 2006, tais como saúde pública e infraestrutura, apenas para citar alguns, mas que não apresentaram sentidos antagônicos; em muitas passagens apresentaram propostas semelhantes ou quase idênticas. Deste modo, os pronunciamentos que se referiam às temáticas supracitadas não geraram sentidos antagônicos e não simbolizaram discursos concorrentes.

Outra questão é a recorrência de sentidos em torno da política econômica e do plano econômico nas eleições de 2002 e 2006. Mesmo sendo eleições diferentes, o ponto privilegiado na relação antagônica estabelecida entre as candidaturas foi concentrado em torno da “reorganização da economia” e o reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento. Por se tratar de uma recorrência de temática antagonicamente significada pelas candidaturas peessedebista e petista, adotou-se como estratégia metodológica e de compreensão discursiva investigar a relação antagônica entre as candidaturas de forma conjunta e relacionada nessas eleições.

Realizada uma rápida retomada das motivações para a estruturação dos discursos estudados neste trabalho, o objetivo deste capítulo é apresentar a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Assim, neste capítulo serão apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em relação à reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento – como supracitado, ponto antagônico entre os discursos das candidaturas do PSDB e do PT.

Para a elaboração deste capítulo foram transcritos ao todo 106 programas eleitorais do PT veiculados durante o HGPE. Deste total, 54 programas se referem à eleição de 2002, dos quais 38 são do primeiro turno e 18 do segundo. Do total de

programas do primeiro turno, 11 (ou 28,4% dos programas transcritos) faziam referência a um novo plano econômico visando à política de geração emprego e desenvolvimento; do total de programas do segundo turno, 3 (ou 16,66% do total) abordaram esse tema. Assim, dos 54 programas de 2002, 14 abordaram o tema antagonicamente constituído, o que representa 25,9%.

Os outros 52 programas transcritos foram da campanha eleitoral de 2006, 38 do primeiro turno e 14 do segundo. Dos programas do primeiro turno, 12 (o que equivale a 31,57% dos programas transcritos) abordaram o tema referente à elaboração de um novo plano econômico a partir da necessidade de gerar emprego e promover o desenvolvimento econômico; no segundo turno, dos 14 programas transcritos, 3 (ou 21,42% do total transcrito) abordaram o tema. Então, dos 52 programas de 2006, 15 trataram sobre o novo plano econômico, o que representa 28,84% dos programas transcritos. A Tabela 4 sistematiza essa relação e indica suas proporções para cada eleição.

Tabela 4 – Programas eleitorais transcritos e programas eleitorais que abordavam o tema “emprego e desenvolvimento” da Candidatura do PT em 2002 e 2006.

Pronunciamentos Candidatura PT em 2002 e 2006			
	2002 (%)	2006 (%)	Total (%)
Transcritos	54 (50,9%)	52 (49,1%)	106 (100%)
Tema “Plano Real”	14 (48,27%)	15 (51,73%)	29 (100%)

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “crise econômica e abandono do social”. Na segunda seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “solidificação da economia e desenvolvimento social”. Na terceira seção serão apresentados os sentidos que constituíram o momento “política da esperança no novo modelo”. Por último, na quarta seção, será apresentada, a partir dos sentidos e dos momentos identificados nas seções anteriores, a construção do discurso antagônico da candidatura do PT, intitulado “emprego e desenvolvimento: um novo plano econômico”.

6.2 Momento 1: Crise Econômica e Abandono do Social

Partindo da perspectiva da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 2002 e 2006 pela disputa à Presidência da República, o ponto nodal da articulação que constitui a relação antagônica, agora no caso do PT, também estava ligado à ideia do plano econômico e seu impacto do que diz respeito à política de geração de emprego e desenvolvimento. Por mais que a candidatura petista nessas eleições tenha abordado outros temas, foi o entendimento sobre o plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento que apresentavam elementos que disputavam antagonicamente os sentidos em relação à aplicação dessa política. Como já colocado nos capítulos anteriores, outros temas, quando não relacionados à geração de emprego e desenvolvimento, não apresentaram sentidos antagônicos.

Logo no início da campanha eleitoral de 2002, Lula afirma que o modelo econômico aplicado ao longo dos governos de FHC do PSDB está esgotado, que o país está endividado e menos produtivo, levando à falta de emprego e à diminuição da renda e do consumo. Tais elementos geram sentidos, como serão reproduzidos a partir da fala do próprio Lula no excerto abaixo, e começam a formar um entendimento em relação à existência de uma crise econômica e um descaso com o social por parte do governo de FHC.

LULA: A crise que o nosso país atravessa não deixa dúvida, o atual modelo econômico está esgotado. Somos um país cada vez mais endividado, e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a nossa economia, ou continuaremos andando para trás. E porque isso acontece? Veja, se o povo não tem trabalho, sua renda cai e ele não compra. Se ele não compra, a loja não vende. Se a loja não vende, a indústria não produz. Se a indústria não produz, não emprega. E tudo isso paralisa a economia do país. E como se faz pra sair dessa situação? Veja as minhas principais propostas. LOCUTOR: (crescimento econômico e geração de emprego e renda) Estabelecer novo contrato social entre Governo, empresários e trabalhadores, visando à retomada do crescimento econômico, geração de empregos e melhor distribuição de renda. Aumento das exportações. Redução da taxa de juros. Reforma tributária justa que desonere a produção. Incentivo à construção de casas populares. Estímulo ao turismo, à agroindústria, à agricultura familiar e à reforma agrária. Garantir crédito para microempresas e para pessoas que trabalham por conta própria. Apoio aos projetos sociais e a todos os programas de geração de emprego (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/2002).

Além dos sentidos já apresentados, a fala de Lula informa que a falta de produção leva ao desemprego, o que mantém a economia paralisada. Em contraposição ao momento vivido pelo país, o candidato petista sinaliza com a necessidade de uma proposta de um novo modelo, um novo “contrato social” (governo, empresários e trabalhadores). Neste mesmo sentido:

LULA: Para sair da crise, o Brasil precisa equilibrar sua balança de pagamentos. Quantas vezes você ouviu isso nesses últimos tempos. Trocando em miúdos, isso significa que temos que exportar mais e importar menos, ou seja, trazer mais dólares pra cá e mandar menos dólares pra lá. Mas enquanto o Brasil precisa fazer esse grande esforço, a Petrobras parece ignorar que ela é uma empresa brasileira, faz concorrência para a construção de 3 plataformas marítimas no valor de 1 bilhão e meio de dólares. E apesar da gente ter estaleiros capazes de produzir estas plataformas aqui no Brasil, ela já contratou a construção da primeira delas em Cingapura, na Ásia. Está praticamente certo que o destino das outras duas será o mesmo. Mais uma coisa. Se estas plataformas fossem construídas no Brasil, geraria cerca de 25 mil novos empregos por um período de 3 anos, isto é, além de mandar 1 bilhão e meio de dólares pra fora, deixamos de criar milhares e milhares de empregos aqui dentro. Achei essa história tão absurda que vim em Angra dos Reis conferir [imagem de Lula na entrada do estaleiro de Angra dos Reis]. E é a mais pura verdade. O Presidente do estaleiro Fels Setal confirmou tudo. De fato, as plataformas podem ser feitas aqui. A Petrobrás é que, inexplicavelmente, resolveu fazer lá fora. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/2002).

Os problemas na economia (falta de dólares e crescimento baixo), a falta de emprego e a política adotada pelo governo FHC do PSDB, que investe fora do Brasil, causa um duplo prejuízo, pois levam dinheiro para fora e deixam de criar, conforme o pronunciamento da candidatura petista, 25 mil novos empregos no Brasil. Complementando essa informação, Lula afirma o seguinte:

LULA: Como toda empresa estatal, a Petrobras é subordinada ao Presidente da República. E num momento como este, o Presidente tinha que chamar a direção da Petrobras e dizer: é no Brasil que essas plataformas têm de ser feitas, não em Cingapura. Ponto final. Tenha certeza, se eu for eleito presidente tudo que puder ser feito no Brasil, será feito no Brasil, porque nós precisamos gerar riquezas, empregos e renda aqui, no nosso País. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/2002).

Apresentando um novo ponto em relação à política econômica adotada durante o governo FHC e se referindo a novos investimentos, agora tratando sobre a compra

de aeronaves de combate, outros elementos, conforme o excerto a seguir, indicam novos sentidos que se aliam com os dos enunciados na citação anterior.

LULA: Não dá para entender. É verdade que os 12 caças FX não podem ser totalmente feitos no Brasil, mas podem ser montados, integrados e testados aqui, pois existem empresas brasileiras que estão prontas pra isso. Além do mais, tratando-se de um avião militar, a questão fundamental é a independência de sua operação, que só pode ser alcançada com domínio tecnológico. E é exatamente o domínio dessa tecnologia que vai influenciar uma nova geração de aviões brasileiros, com um grande futuro no mercado internacional. Isso significa mais dólares e mais empregos gerados aqui. É isso que falta à gente, planejamento de longo prazo. Num momento como esse o Presidente tem que ter firmeza pra dizer: os interesses estratégicos do Brasil estão em primeiro lugar e ponto final. A nossa independência tem que ser conquistada sim, pois a concorrência é cada vez mais rápida e mais agressiva, o Brasil tem que ser mais ágil e mais forte. Enfim, um novo Brasil, um ritmo bem diferente (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 07/09/2002).

Conforme a crítica proferida por Lula, o governo brasileiro, com essa política e esse modelo econômico adotado pelo governo peessedebista, abre mão do domínio tecnológico e deixa de atrair dólares e gerar empregos, indicando uma falta de planejamento em longo prazo; não defende os interesses do Brasil. A relação entre os elementos apresentados até este instante, geram sentidos críticos sobre a política econômica adotada pelo governo de FHC do PSDB e seu impacto negativo na geração de emprego.

Apresentando uma ampliação de elementos referentes à questão econômica, os excertos que seguem demonstram sentidos no que diz respeito à ideia de crise econômica e abandono do social. Comentando a situação enfrentada pela fábrica da Volkswagen, que vem reduzindo as vendas, Lula, como veremos no próximo trecho, afirma que a crise econômica que se instaura no país afeta a produção e a geração de emprego, causando a queda do poder aquisitivo do cidadão e levando-o à insegurança.

LULA: Hoje é sexta-feira, são 10 horas da manhã. E é muito triste ver a fábrica da Volkswagen assim parada num dia normal. Já houve um tempo em que essa fábrica funcionava 7 dias por semana, dia e noite, e não dava conta de tudo que precisava produzir. Hoje ela é obrigada a dar férias coletivas a seus trabalhadores e a funcionar apenas 4 dias por semana. O que está acontecendo aqui dentro é um reflexo do que está acontecendo lá fora. São 15 mil carros prontos no pátio à espera de compradores. Isso é o retrato da crise econômica brasileira. A

queda do poder aquisitivo, a insegurança causada pelo desemprego são as principais responsáveis pela redução das vendas. Afinal, do jeito que as coisas andam, o empregado de hoje pode ser o desempregado de amanhã (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 10/09/2002).

Neste mesmo sentido.

LULA: Tem uma coisa que o povo brasileiro já entendeu, pra sair da crise o Brasil precisa mudar seu rumo. Continuar na mesma direção, seria enfraquecer ainda mais o país e aumentar o sofrimento do povo. Como tenho dito e repetido, é preciso crescer, desenvolver e exportar mais. Quanto mais rápido conseguirmos fazer isso, mais rápido sairemos dessa crise. Pra isso, temos de gerar desenvolvimento em todas as áreas: na agricultura, na indústria, no comércio, enfim, em todos os setores e para todas as camadas sociais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/09/2002).

Conforme o candidato petista, para sair da crise é preciso mudar de rumo, é preciso crescer, desenvolver e exportar, pois o atual modelo prejudica o país e aumenta o sofrimento do povo. Relacionado com o sofrimento do povo, um outro sentido é indicado na fala de Lula:

LULA: Não é possível que num país com a dimensão do Brasil, com tanta terra fértil e com um povo trabalhador, 43 milhões de pessoas passem fome. E veja, o Brasil produz alimento suficiente para toda sua população. O que falta não é comida, o que falta é emprego, é dinheiro para que as pessoas possam comprar sua comida. Que país é esse onde o poder público entra ano e sai ano e continua ignorando o povo mais pobre e mais necessitado. A miséria e a pobreza é uma realidade que um Presidente da República tem que enfrentar. (...) E se enganam aqueles que acham que o problema da fome no Brasil acontece apenas no sertão nordestino. Talvez a fome mais injusta e mais cruel acontece exatamente nas periferias das grandes cidades brasileiras, bem próximas do progresso e da riqueza. Não me conformo com a pobreza e não vou me conformar nunca com a miséria. Quero ser o presidente da esperança, da fartura, da justiça e da oportunidade para todo povo brasileiro (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 31/08/2002).

Tratando sobre o problema da fome, uma das bandeiras levantadas pelo candidato petista, Lula afirma que ainda existe fome no país, e culpa a falta de emprego por esse flagelo. Além disso, o candidato destaca que o país ignora o povo e os mais pobres, pois o Presidente (FHC do PSDB) não enfrenta a miséria.

A diferença contextual entre as campanhas eleitorais de 2002 e 2006 não afetou a relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT e a disputa pelos

sentidos em relação à política econômica, a geração de emprego e desenvolvimento, o que possibilitou um estudo conjunto das eleições, tendo em vista a recorrência dos sentidos em ambas as eleições. Deste modo, e a partir da relação entre os elementos identificados até este instante, os sentidos produzidos pela candidatura petista possibilitaram a observação de uma regularidade que instituiu o momento que denominamos de “crise econômica e abandono do social”. Assim, num outro contexto, desta vez na eleição de 2006, depois de quatro anos de governo de Lula do PT, o momento “crise econômica e abandono do social” se refere à estrutura política, econômica e social deixada pelo governo anterior, de FHC do PSDB, bem como apresenta as diferenças entre os governos e projeta melhorias com a continuidade de Lula como Presidente do país:

LOCUTOR: A crise que o governo anterior deixou era forte. Para enfrentá-la, foi preciso um grande esforço. Primeiro, controlar a inflação. Depois, fazer a economia crescer de novo. E por fim, reduzir impostos de alimentos e materiais de construção. Os preços começaram a cair, muita gente pode comprar mais e o Brasil venceu a crise (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/08/2006).

Segundo o programa eleitoral da candidatura do PT, o governo FHC do PSDB deixou uma forte crise, marcada pela falta de crescimento econômico e pelo alto imposto que incidia sobre os alimentos e os materiais de construção. Além disso, o controle da inflação, segundo a afirmação feita por Lula em seu programa eleitoral, só pôde ser feito durante o primeiro mandato do governo petista. Conforme o próprio Lula, como será mostrado no trecho a seguir, seu primeiro mandato acabou “perdendo tempo” buscando resolver os problemas deixados pelo governo de FHC.

LULA: Meus amigos e minhas amigas. Houve dois motivos fortes para eu decidir me candidatar à reeleição. Primeiro: a certeza que posso fazer um governo ainda melhor. Segundo: evitar que muitas obras e programas importantes sejam interrompidos. Por que posso fazer um governo melhor? Porque tenho mais experiência, conheço mais a máquina e posso montar uma excelente equipe de governo. Porque não vamos ter que perder tempo, como ocorreu no início do governo, resolvendo problemas deixados pelos outros. Graças a Deus, não só vencemos as dificuldades, como encontramos soluções definitivas, que vão nos garantir avançar de forma rápida e segura. Fizemos muito, isso me orgulha. Mas sei que é apenas o começo, que podemos fazer muito mais (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 05/09/2006).

Neste mesmo sentido:

LULA: Minhas amigas e meus amigos. Todos vocês sabem que encontramos um país quebrado. A inflação estava sem controle e o desemprego em alta. O risco país batia recorde, e os investimentos em programas sociais eram pequenos. Começamos, então, um trabalho duro para recuperar o Brasil que, em menos de 4 anos, já começa a dar resultados. Entre eles, a inflação em baixa. A geração de 7,5 milhões de novos empregos. A redução da pobreza em 19%. E o aumento recorde das exportações. O mais importante, porém, é que criamos as condições para crescer mais rápido, e vamos poder ampliar os investimentos em infraestrutura e nos programas sociais, ampliar o crédito pessoal, e dar continuidade à recuperação do salário mínimo. Outra meta realista é transformar o Brasil na maior potência energética do mundo. Isso vai significar mais recursos para o país, e mais emprego para os brasileiros. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/10/2006/ST).

Ainda se referindo à “herança” deixada pelo governo de FHC do PSDB para o governo de Lula do PT, o próprio Lula, em seu programa eleitoral, afirma que o país quebrou no governo de FHC, que a inflação não tinha controle, que existia uma alta taxa de desemprego, que o risco país era alto e que o governo peessedebista investia muito pouco em programas sociais. Tais elementos, carregados de sentidos, ampliam o momento discursivo “crise econômica e abandono do social”, e são complementados com a ideia de mudanças que ocorreram com o novo modelo econômico/social implementado no governo Lula. Tratando sobre as políticas sociais:

LOCUTOR: O crescimento do Bolsa Família é uma das principais provas de como o governo Lula soube se aperfeiçoar e superar os obstáculos. Em 2003, quando foi criado, o programa beneficiava 3,6 milhões de famílias. Ele cresceu e hoje beneficia 11,1 milhões de famílias. Pra você ver como as coisas mudaram no Brasil, vale lembrar: o governo passado aplicava pouco mais de 2 bilhões em programas de transferência de renda. Já o governo Lula investe 8 bilhões e meio, ou seja, 4 vezes mais. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 22/08/2006).

Ao se referir às políticas sociais, o programa eleitoral do candidato petista informa que o governo tucano gastava pouco em políticas sociais de transferência de renda. Neste mesmo trecho, o locutor faz uma comparação do investimento realizado durante o governo de FHC com o investimento realizado durante o governo Lula, buscando, com isso, demonstrar as mudanças ocorridas no país durante o primeiro mandato de Lula.

O programa eleitoral de Lula, veiculado durante o HGPE, não deixou de fazer uma relação com as políticas implementadas durante o governo FHC, como

Presidente da República, e do governo de Geraldo Alckmin, como Governador de São Paulo. Vejamos:

LOCUTOR: Vale do Rio Dose, vendida pelos tucanos no governo FHC. Embratel, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), mais 79 empresas vendidas pelos tucanos no governo FHC. Eletropaulo, vendida por Alckmin em São Paulo. Comgás, vendida por Alckmin em São Paulo. CPFL, vendida por Alckmin. Se eles privatizam tudo por onde passam, será que vão respeitar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal? Pense nisso! É Lula de novo, para eles não privatizarem mais nenhuma empresa do povo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/10/2006/ST).

Deste modo, são apresentados novos sentidos em relação à política adotada pelos governantes do PSDB, enfatizando sua predileção por privatizações. Assim, o sentido de privatização atribuído aos governos peessedebistas, incluindo o de seu adversário em 2006, Alckmin, é relacionado ao momento “crise econômica e abandono do social”.

Esses foram os sentidos que constituíram o momento discursivo “crise econômica e abandono do social” que, como será demonstrado neste capítulo, estrutura o discurso da candidatura petista formado a partir dos programas eleitorais veiculados no HGPE durante o período eleitoral das eleições de 2002 e 2006. Deste modo, o Quadro 13 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

Quadro 13 – O momento discursivo “crise econômica e abandono do social” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.

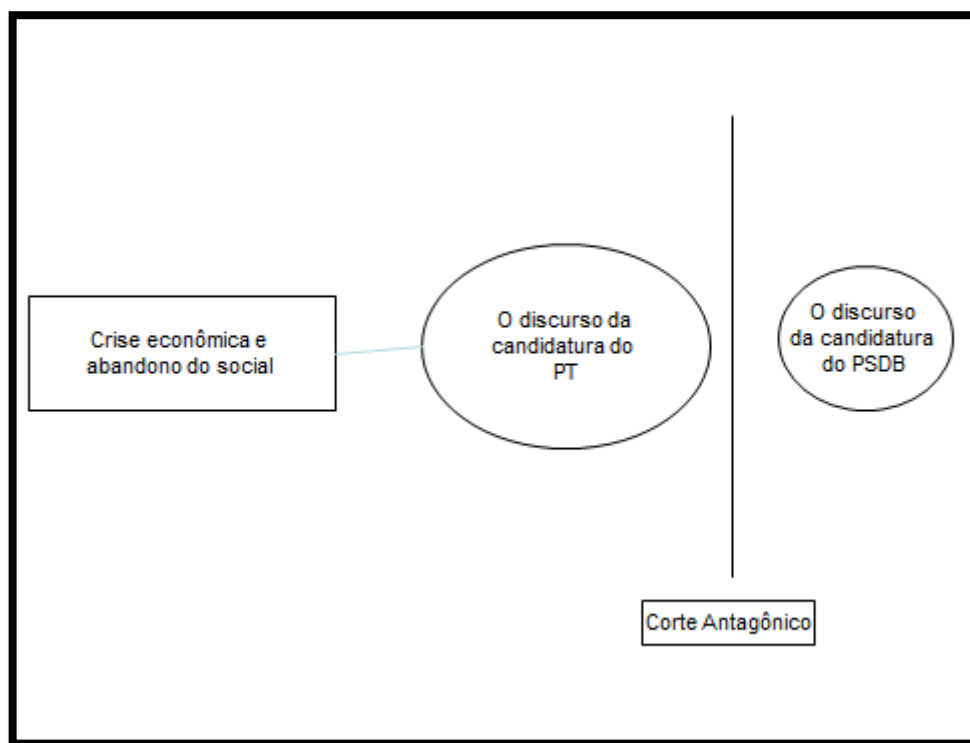
MOMENTO 1
Crise econômica e abandono do social
Sentidos

Atual modelo econômico esgotado; país endividado e menos produtivo; falta de trabalho fez cair a renda e o consumo; falta de produção leva ao desemprego; economia paralisada; proposta de um novo modelo; novo contrato social (governo, empresários e trabalhadores); problema na economia pela falta de dólares e baixo crescimento; governo e a Petrobras investem fora do país (duplo prejuízo: investe fora e deixa de gerar empregos no Brasil); a responsabilidade da Petrobras é do presidente; não incentiva o desenvolvimento tecnológico; queda do poder aquisitivo; insegurança causada pelo desemprego; é preciso mudar de rumo; é preciso crescer, desenvolver e exportar mais; existe fome no país por falta de emprego; o presidente não enfrenta a miséria; crise deixada pelo governo de FHC; privatizações no governo de FHC e no governo de Alckmin em São Paulo; o país quebrou no governo FHC; inflação sem controle no governo FHC; risco país alto; pouco investimento em programas sociais e em transferência de renda no governo FHC; a mudança vem com um novo modelo econômico/social; dívida alta com o FMI no governo FHC.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Assim, “crise econômica e abandono do social” é o primeiro momento identificado na estruturação antagônica do discurso construído pela candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006. A Figura 13 apresenta de forma estruturada a relação estabelecida entre este momento e o início da formação do discurso da candidatura petista.

Figura 13 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momento “crise econômica e abandono do social”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Apresentada a estruturação do primeiro momento discursivo da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o segundo momento identificado neste discurso constituído antagonicamente ao discurso da candidatura do PSDB.

6.3 Momento 2: Solidificação da Economia e Desenvolvimento Social

A partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006, foi possível verificar, com respaldo na necessidade de gerar emprego e desenvolvimento, regularidades de elementos que geravam sentidos indicando propostas de mudanças no que diz respeito à condução da economia e à “preocupação” com a questão social, o que dá o tom da formação de um novo momento do discurso da candidatura petista. Na eleição de 2002 as afirmações contidas nos programas da candidatura petista buscavam apresentar propostas que possibilitavam a relação entre o econômico e o social; buscar solidificar a economia com desenvolvimento social. Já na eleição de 2006, as declarações

apresentadas nos programas da candidatura do PT tinham como meta “informar” as mudanças propiciadas com as políticas adotadas durante o governo de Lula do PT, que possibilitou implementar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Lula, logo no início da campanha eleitoral de 2002, apresenta sua perspectiva sobre a geração de emprego. Vejamos:

LULA: Poucas coisas causam tanta aflição a um pai e a uma mãe como assistir o sofrimento de seu filho ou de sua filha em busca de seu primeiro emprego. Tenho 5 filhos e sei quanto eu e Marisa sofremos durante essa nossa etapa de vida. O primeiro problema é a falta de experiência. Agora, como ter experiência se ninguém dá o primeiro emprego? Essa é exatamente a grande contradição. Cheguei a uma conclusão: a única forma de motivar as empresas a contratar (sic) um jovem sem experiência é dar a elas algum incentivo pra isso. É exatamente o que vou fazer. Entretanto, é importante ressaltar que o problema do desemprego no Brasil só será resolvido com a retomada do crescimento econômico. Engana você, quem lhe disser o contrário. Dentro desse contexto, o meu projeto para o primeiro emprego deve ser visto não como uma solução definitiva, mas como uma boa alternativa para evitar o agravamento da crise entre os jovens que buscam a sua primeira oportunidade. Com isso, ganham as empresas. Ganham os jovens que adquirem sua primeira experiência profissional. Ganha o Brasil, que abre um grande mercado de trabalho para milhões de jovens. E ainda, ganham os pais dos jovens, que poderão dormir em paz, livres desse grande sofrimento. Quero deixar claro que esse projeto precisará ser muito discutido com os sindicatos e com os empresários, e que somente com um grande pacto, um grande acordo, ele poderá ser feito. Mas acredito que todos estão maduros para essa discussão, sobretudo diante do alto índice de desemprego que tomou conta do nosso país (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/2002).

Lula indica que a retomada do crescimento econômico é um fator essencial para gerar emprego, e que uma política que aborde o “primeiro emprego” (experiência), gerando incentivos para as empresas contratarem, seria uma boa alternativa para não agravar a crise. Sendo assim, conforme Lula, todos ganham com esse projeto (empresa e jovem trabalhador), um projeto que, segundo a candidatura petista, envolve um grande pacto. A dispersão sobre o entendimento da necessidade de se fazer um “novo e grande pacto social” agora indica novos sentidos que, neste cenário específico, se relacionam com a proposta de um novo modelo econômico que leva em consideração a questão social. Assim, tratando sobre a ideia de um novo pacto, o excerto a seguir apresenta o “diálogo” da construção dessa nova relação –

de certa forma, a aproximação entre o PT e os empresários era um dos pontos criticados no discurso dos candidatos peessedebistas.

IVO ROSSET (Presidente da Valisère): Para ser sincero, até hoje nunca votei no Lula. Mas sem dúvida, seu projeto para o primeiro emprego sinaliza o começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores, onde todos vão ganhar. É assim que se combate o desemprego, com criatividade e eficiência. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 12/09/2002).

Numa observação mais “crua” sobre a história do PT e seus pronunciamentos em campanhas eleitorais, a relação com os empresários a partir de 2002 indica uma mudança substantiva em seu entendimento sobre as estruturas políticas que constroem as relações sociais. Por outro lado, tal relação é significada pela candidatura do PT, representada pela fala de Ivo Rosset, como o começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores. Deste modo, as bases de negociação entre esses grupos se daria de forma diferente da que era elaborada até o ano de 2002; todos ganham com essa nova proposta, atuando no combate ao desemprego com criatividade e eficiência.

Ainda sobre o combate ao desemprego:

LOCUTOR: Combate ao desemprego. LULA: Essa será a maior prioridade. O desemprego está intimamente ligado ao desaquecimento da nossa economia. E vamos provar que temos como resolver esse problema. Pra isso, a primeira coisa a fazer é estimular a produção, aumentar as exportações e retomar o crescimento econômico, que é o que o atual governo já deveria ter feito há muito tempo. Sem produção, não há emprego. Temos que fazer também um grande pacto social, colocando em volta da mesa trabalhadores, empresários, sindicato e governo, em busca de alternativas. Temos que ter novas leis trabalhistas, novos estímulos à produção, incentivos fiscais, linhas de crédito, financiamentos e redução de impostos. Os grandes problemas brasileiros estão todos interligados. Não é à toa que o aumento do desemprego trouxe como consequência, também, o aumento da violência em todo país. Nos lugares onde o desemprego é menor, a violência também é menor. Temos que ter uma polícia firme, bem equipada, bem remunerada. Temos que combater a corrupção policial. Temos que investir muito numa polícia mais investigativa, como existem em outros lugares do mundo com excelentes resultados. Mas temos também que estar presentes nas favelas e nos bairros periféricos, onde a violência é maior, levando cultura, esporte, emprego para os jovens. Enfim, criando novas oportunidades e melhores condições de vida para as pessoas. Essa é a melhor maneira de afastar os jovens das drogas e do crime (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 22/10/2002/ST).

O começo da solidificação da economia e de sua retomada de crescimento passa pelo estímulo à produção, pois, conforme o programa eleitoral de Lula do PT, sem produção não há emprego. Neste sentido, um novo pacto social e uma legislação com novas leis trabalhistas, além de criar incentivos fiscais, reduzir impostos, ampliar as linhas de crédito e financiamento, são atitudes que configuram um novo modelo político e social. Com relação a esses pontos, o locutor da campanha eleitoral do PT estabelece uma conexão entre o aumento do desemprego e o aumento da violência, indicando a necessidade de implementação de novas ações - um novo modelo. Portanto, o novo plano passa pela reestruturação da economia (sua solidificação) e pelo desenvolvimento social.

Tratando sobre desenvolvimento social, mais diretamente sobre o combate à fome, o locutor da campanha eleitoral do PT afirma o seguinte:

LOCUTOR: Ao fazer um programa específico de combate à fome, Lula define claramente a cara de seu governo. Um governo que olha para cima, para o futuro, para o desenvolvimento da nação. Mas que não esquece também de olhar para baixo, para os fracos, para os pequenos, para os famintos que significam mais de 40 milhões de brasileiros. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 31/08/2002).

A política de combate à fome, segundo o discurso da candidatura petista, apresenta “a cara do governo”, um governo que pensa em quem passa fome e, ao mesmo tempo, se preocupa com o desenvolvimento da nação. Assim, são atribuídos sentidos que indicam a busca pela solidificação da economia com a necessidade de propiciar desenvolvimento social. Deste modo, as regularidades desses elementos apresentam sentidos que relacionam aspectos econômicos e sociais, apresentando um “novo projeto”, contrapondo o entendimento de “mudanças negativas” desenvolvidas pelo discurso da candidatura tucana.

Num outro contexto político e eleitoral, mas que manteve a centralidade da relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT a partir do entendimento referente à política econômica e à necessidade de gerar emprego e promover desenvolvimento, novos sentidos emergem nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura de Lula do PT nas eleições de 2006. Antes apresentado como projeto, agora o discurso ganha o tom de resultado, como podemos perceber na passagem que segue:

LOCUTORA: Um presidente pode ficar conhecido por grandes obras. Modernização e ampliação de aeroportos e portos. Construção e ampliação de hidrelétricas. Projetos de ampliação e implantação de refinarias e polos petroquímicos. Reativação da indústria naval. Construção de plataformas gigantes. Construção e melhorias de estradas. Ampliação de redes de transmissão. Obras de construção de metrô. Um presidente também pode ficar conhecido por seu trabalho social. Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda do mundo, 11 milhões de famílias beneficiadas. Expansão recorde da agricultura familiar. Energia para 3 milhões de famílias pobres. 204 mil bolsas universitárias para estudantes de baixa renda. Recorde mundial de distribuição gratuita de livros didáticos. Emergência médica para 83 milhões de pessoas. Um presidente pode ainda ficar conhecido pelo desempenho de seu governo na área econômica. Recorde nas exportações. Inflação mais baixa dos últimos 10 anos. Comida mais barata. Risco-país mais baixo da história. Criação de 6 milhões de novos empregos. Fim da dívida com o FMI. Autossuficiência em petróleo. Um presidente pode ficar conhecido pelas metas que superou. Fim dos apagões. Um dos maiores salários mínimos dos últimos 40 anos. A menor desigualdade social dos últimos 29 anos. Aumento de 36% dos volumes de recursos destinados a famílias carentes. Criação de 10 universidades federais. Ascensão social de 7 milhões de brasileiros que passaram da pobreza para a classe média. Lula fez o Brasil avançar em todas as direções, em todas as áreas. Mas ele é especialmente conhecido como presidente do povo brasileiro, porque Lula tem a cara do Brasil, e o Brasil tem a cara do Lula (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 15/08/2006).

Segundo o locutor, Lula fez o Brasil avançar em todas as direções, sendo reconhecido como o presidente do povo brasileiro; Lula tem a cara do Brasil. Neste sentido, o governo Lula realizou grandes obras, atuando tanto na área social, como conseguindo um grande desempenho na economia; superou metas. Os sentidos relacionados a solidificação da economia e desenvolvimento social interligam as campanhas eleitorais de 2002 e 2006, o que serviu de momento na estruturação do discurso da candidatura petista neste contexto - 2002/2006. Novamente relacionando a questão econômica com a social, Lula afirma o seguinte:

LULA: Minhas amigas e meus amigos, fico muito feliz quando vejo que muita coisa tem mudado pra melhor na vida dos trabalhadores. Hoje, eles têm mais emprego, mais renda, mais comida na mesa e mais facilidade para comprar ou reformar sua casa. Não é por acaso. O salário mínimo é o mais alto dos últimos 40 anos, e a inflação uma das mais baixas da história. Além disso, diminuímos impostos do feijão, do arroz e da farinha. Reduzimos impostos do cimento e de toda cesta básica da construção. Ou seja, o poder de compra do brasileiro aumentou. Isso significa mais qualidade de vida. Quando assumi o governo, um saco de cimento custava R\$ 22,50. Hoje, tem gente comprando a R\$ 10,00. Um pacote de arroz de 5 quilos custava R\$

13,00. Hoje custa R\$ 5,90. Outro dia, fiquei emocionado quando vi na televisão um trabalhador mostrar um filé mignon e dizer: é a primeira vez na vida que estou comendo um filé mignon. E o que eu quero é que o povo possa comer o que quiser, porque não é justo que aqueles que trabalham não tenham o direito de comer as coisas boas que o nosso país produz. Mas eu quero mais. Quero que o brasileiro possa ter a sua casa, seu carrinho, sua viagem de férias. Possa ter especialmente uma educação de qualidade que lhe abra as portas para o futuro (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/08/2006).

Conforme o próprio candidato petista à reeleição para Presidente da República em 2006, nos anos de seu governo a vida dos trabalhadores melhorou, aumentou o número de empregos, a renda também aumentou, as pessoas puderam colocar mais comida na mesa e tiveram mais facilidade de comprar. Além disso, e relacionado com o novo modelo adotado pelo governo petista, segundo seus programas eleitorais, foi possível verificar sentidos referentes ao aumento do salário mínimo, informando que o governo de Lula do PT concedeu o maior aumento dos últimos 40 anos. Ainda tratando sobre a questão econômica, agora de forma mais direta, Lula afirma que seu governo reduziu impostos, baixou os preços dos produtos e que tem por objetivo melhorar ainda mais a vida dos brasileiros, facilitando a compra da casa própria, do carro e possibilitando ao trabalhador planejar suas férias.

Identificadas as regularidades de elementos que geraram sentidos em relação ao desenvolvimento econômico articulado com o entendimento de desenvolvimento social, classificamos tal regularidade como o momento “solidificação da economia e desenvolvimento social”. Vejamos uma passagem do programa eleitoral da candidatura petista que evidencia de forma mais clara e direta tal definição:

LOCUTOR: O governo que bateu o recorde na balança comercial é o mesmo governo que aumentou a renda dos brasileiros. Lula, o presidente que casou desenvolvimento social com desenvolvimento econômico. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/08/2006).

Ainda neste sentido:

LULA: Meus amigos e minhas amigas, desde o primeiro dia de governo temos lutado para melhorar a vida dos brasileiros. E, graças a Deus, temos conseguido. Isso só ocorreu porque mudamos a economia, mudamos a política social e implantamos um novo modelo de desenvolvimento. Transformamos a economia tirando o país da crise e garantindo a estabilidade. Nossos programas sociais retiraram milhões da miséria. Em paralelo, lançamos grandes projetos que

estão gerando emprego e diminuindo as desigualdades regionais. Por causa disso, pela primeira vez, o Brasil cresceu e, ao mesmo tempo, distribuiu renda. É um novo ciclo que se abre e que queremos ampliar ainda mais. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/08/2006).

Conforme o pronunciamento da candidatura petista proferido durante o HGPE, a partir da fala do próprio candidato, Lula, seu governo desenvolveu um novo projeto de desenvolvimento que mudou a economia e a política social, retirou o Brasil da crise, garantiu a estabilidade e retirou milhões da miséria. Além disso, seu governo conseguiu gerar emprego e diminuir as desigualdades, articulando crescimento econômico com distribuição de renda.

Apresentando outros pontos de seu novo projeto, o programa petista afirma o seguinte:

LOCUTORA: O novo ciclo de desenvolvimento que o Brasil começa a viver tem vários motivos, mas especialmente uma série de decisões estratégicas. Lula decidiu, desde o primeiro dia, valorizar setores fundamentais para a indústria e para a economia do país, e isso fez toda diferença do mundo. LOCUTOR: Indústria naval. A indústria naval brasileira está recuperando sua força. Ela que quase parou na década de 90 quando plataformas de petróleo eram fabricadas em países como Cingapura. Com Lula, a Petrobras começou a encomendar dentro do próprio Brasil a fabricação de embarcações e plataformas como a P-50. Uma decisão que já gerou 130 milhões de empregos diretos e indiretos. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/08/2006).

Assim, conforme a fala do locutor da candidatura petista, o governo implementou um novo ciclo de desenvolvimento, tomando decisões estratégicas com o intuito de valorizar a indústria brasileira; recuperação da indústria naval (crítica ao governo FHC), valorização da Petrobras e, com isso, gerando mais emprego. Ainda neste sentido:

LOCUTOR: Mais uma vez confirmado. Com Lula o Brasil gera mais emprego, mais renda e mais justiça social. A PNAD, a mais completa pesquisa do IBGE, divulgada ontem, revelou: pela primeira vez em 10 anos a renda do trabalhador aumentou, e só em 2005 foram gerados mais de 2,5 milhões de empregos com carteira assinada. A desigualdade social continua em queda e diminui o número de crianças fora da escola. É o Brasil no rumo certo (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 16/09/2006).

Segundo o locutor, Lula gera mais emprego, mais renda e mais justiça social; diminuição da desigualdade social. Retomando a questão sobre desenvolvimento

econômico com desenvolvimento social, Lula apresenta novos sentidos em relação à “solidificação da economia e desenvolvimento social”, como podemos perceber no próprio excerto:

LULA: Eu costumo dizer que nesses 4 anos o Brasil percebeu que é possível integrar desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Mas chegar aí não foi fácil. Nós tivemos que mudar toda uma concepção de governo, porque durante décadas o progresso só chegava para as camadas mais ricas da população. Agora, está começando a chegar para todos. Hoje a classe média está protegida da inflação e da recessão, ela viaja mais, consome mais e tem mais segurança no emprego. As classes mais carentes estão subindo na vida. O mercado de trabalho cresce, e os materiais de construção, os alimentos da cesta básica e os eletroeletrônicos estão mais baratos. Já os mais pobres estão se alimentando melhor, estão tendo acesso à saúde e à educação. Este é o início do Brasil que todos nós sonhamos, e certamente se tornará realidade nos próximos anos. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 16/10/2006/ST).

Os sentidos sobre a integração do desenvolvimento econômico com desenvolvimento social agora vêm acompanhados de outros elementos que indicam novos sentidos, como mudança de concepção de governo (crítica ao modelo adotado pelo governo FHC), o progresso para ricos e pobres, a proteção dada à classe média em relação à inflação e à recessão que, segundo o discurso de campanha de Lula, foi realmente controlada apenas em seu governo. Além disso, é enfatizada, conforme a fala de Lula, a melhoria da vida das pessoas das classes mais carentes, o aumento do mercado de trabalho, a diminuição dos preços e, conseqüentemente, o melhoramento da vida dos mais pobres.

Outro ponto que evidenciou a posição antagônica entre os candidatos do PSDB e do PT foram os sentidos atribuídos ao Bolsa Família. É importante destacar que os candidatos de ambos os partidos não enunciaram sentidos contra o Programa, mas sim contra a posição de seus adversários em relação ao Programa ou enaltecendo suas medidas em relação a este, seja apresentando informações seja fazendo uma comparação direta com os adversários. Vejamos a fala de Lula:

LULA: Meus amigos e minhas amigas, em todos os países que eu ando escuto elogios ao Bolsa Família. Muitos países pensam em copiá-lo. Por que este sucesso? Porque o Bolsa Família é o maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Ele serve tanto para diminuir a miséria, como para ativar a economia e o consumo popular. É um instrumento contra a fome e, ao mesmo tempo, a favor da educação e da saúde. Não é um gasto, mas um

investimento na qualidade de vida do nosso povo. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 22/08/2006).

Neste mesmo sentido:

LOCUTOR: Um programa que une transferência de renda, educação, emprego e saúde, ao mesmo tempo. Visto de um ângulo, o Bolsa Família significa comida na mesa de 11 milhões de famílias pobres. Visto de outro ângulo, o Bolsa Família significa entrada de bilhões de reais na economia de milhares de pequenos municípios, gerando emprego e renda. Em muitos deles, essa verba corresponde a até 40% da renda municipal. O efeito na economia popular cresceu ainda mais com a decisão do governo de integrar o Bolsa Família e o Pronaf, programa que financia a agricultura familiar. Isso ajuda duplamente a vida das famílias carentes e ajuda a produção (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 16/10/2006).

Conforme o próprio candidato petista e o locutor de seu programa eleitoral, foi no governo Lula do PT que o Bolsa Família teve sucesso, se concretizando como o maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Tal programa possibilitou a diminuição da miséria, além de incentivar a educação e a saúde, pois as crianças assistidas pelo Programa têm de frequentar a escola e comparecer, regularmente, ao posto de saúde, o que resulta num investimento na qualidade de vida do povo. Nestas passagens ainda são enunciados os sentidos articulados com o Bolsa Família sobre a geração de emprego e a integração com o Pronaf.

Esses foram os sentidos do momento “solidificação da economia e desenvolvimento social”, outro momento que estrutura o discurso da candidatura petista a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais veiculados no HGPE nas eleições de 2002 e 2006. Desta forma, o Quadro 14 apresenta de forma sistematizada os sentidos identificados neste momento discursivo.

Quadro 14 - O momento discursivo “solidificação da economia e desenvolvimento social” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.

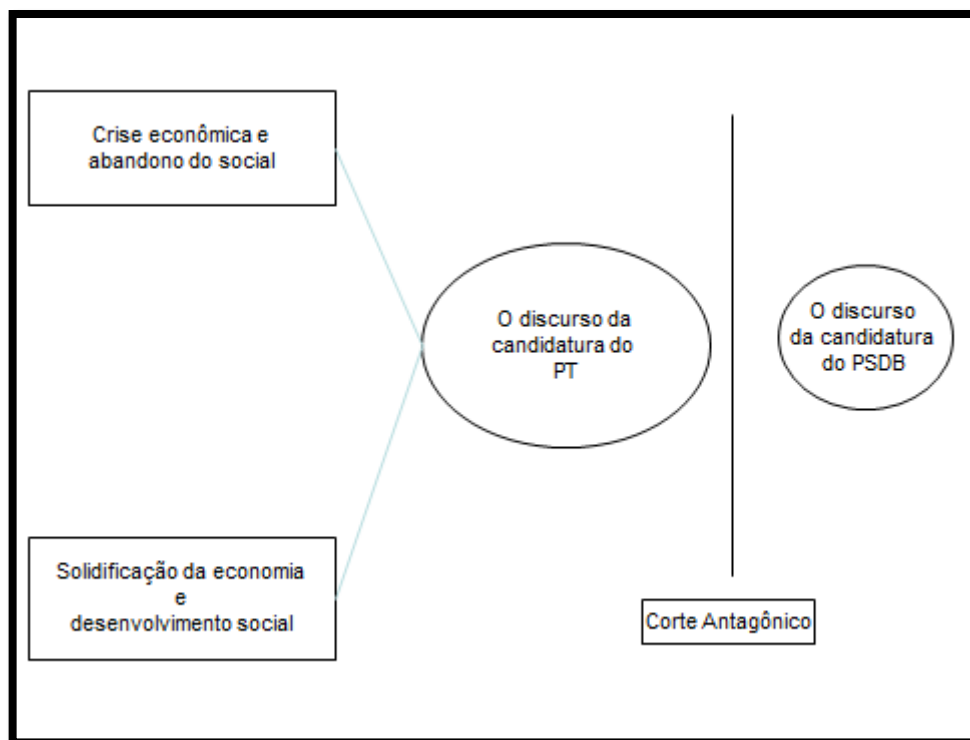
MOMENTO 2
Solidificação da Economia e Desenvolvimento Social
Sentidos

Retomada do crescimento econômico; primeiro emprego (experiência); incentivo para as empresas contratarem; todos ganham com o projeto primeiro emprego (empresas e jovens); grande pacto social (começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores); estimula e aumenta a produção; novas leis trabalhistas; incentivos fiscais; linha de crédito e financiamento; redução de impostos; estruturar a polícia; combater a corrupção policial; mais investigação; ampliar o acesso à cultura e ao esporte; política de combate à fome; Lula fez o Brasil avançar em todas as direções; Lula tem a cara do Brasil (o presidente do povo); realizou grandes obras, atuou na área social e teve um grande desempenho na área econômica; superação de metas; mais emprego, mais renda, mais comida na mesa e mais facilidade de comprar; aumento do salário mínimo; redução de impostos; diminuição dos preços dos produtos; crédito mais acessível; desenvolvimento social com desenvolvimento econômico; combateu a fome; aquisição da casa própria; presidente que governa para todos; novo projeto que retirou o Brasil da crise; garantia da estabilidade; retirou milhões da miséria; geração de emprego e diminuição das desigualdades; crescimento com distribuição de renda; valorização da indústria brasileira; Lula gera mais emprego, mais renda e mais justiça social; mudança de concepção de governo; progresso para ricos e pobres; sucesso do Bolsa Família (maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo); nova política industrial; Brasil, um país do presente; dar continuidade nos projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Assim, o segundo momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006 ficou simbolizado a partir da ideia de “Solidificação da Economia e Desenvolvimento Social”. A Figura 14 apresenta de forma arquitetada a articulação dos momentos até aqui apresentados.

Figura 14 – Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “crise econômica e abandono do social” e “solidificação da economia e desenvolvimento social”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Redefinida a estruturação do discurso da candidatura do PT nas eleições aqui estudadas e a partir dos momentos até aqui identificados, na próxima seção serão apresentados os sentidos que constituem o terceiro e último momento identificado neste discurso.

6.4 Momento 3: Política da Esperança no Novo Modelo

O momento “política da esperança no novo modelo” se configura em resposta aos “ataques” feitos pelos candidatos do PSDB nas eleições de 2002 e 2006. No decorrer da campanha eleitoral de 2002, uma das estratégias da candidatura do PT e de Lula foi a de trabalhar a ideia de pacto social, buscando, com isso, desconstruir sua imagem de radical. A regularidade em torno do “pacto social”, como apresentada na seção anterior, produziu sentidos referentes à solidificação da economia e desenvolvimento social, agora, neste momento, apresenta novos sentidos que buscam apresentar a candidatura petista como responsável e que manterá diálogo

com todos os setores da sociedade, inclusive com empresários - isso pode ser verificado pela indicação de José Alencar como vice. Assim, a regularidade de elementos referentes ao pacto social ganha novos sentidos, o que caracteriza um novo momento constituidor do discurso da candidatura do PT. Podemos perceber isso nas palavras de seu candidato a vice:

JOSÉ ALENCAR: Meus amigos, meu nome é José Alencar. Sou empresário do setor têxtil e senador da república por Minas Gerais. Com muita honra sou candidato à vice-presidência da república na chapa do Lula. Tenho viajado por todo o Brasil e fico impressionado em ver o carinho e entusiasmo com que o nome de Lula é recebido em todos os estados. Todos querem que o Brasil volte a crescer, recupere o sentimento nacional e tenha na Presidência da República um brasileiro que possua sensibilidade social. Há grande afinidade entre mim e o Lula. Nossa aliança representa pacto social importantíssimo. É a valorização do trabalho e da produção, visando o crescimento da economia com geração de empregos e mais justa distribuição da renda nacional (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 28/09/2002).

Neste mesmo sentido:

LULA: Quero aproveitar para dizer também aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. Mas quero dizer também claramente que esse será o país da produção, e não o país da especulação. O país do trabalho sério, do lucro justo, e não o país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia. Talvez por isso eu tenha tanta admiração pelo Senador mineiro José Alencar, meu vice. Um dos maiores e mais sérios empresários do Brasil, que lutou e venceu de forma independente e que hoje exporta 50% de sua produção, trazendo divisas e gerando nas suas fábricas mais de 16 mil empregos diretos. É importante que você pense bem nisso, pois o futuro que você quer para o nosso país passa nesse momento pela coragem de mudar. Quero que todo homem e toda mulher, ao me dar oportunidade para a qual tanto me preparei, tenham clareza de que estarão dando a si próprios a chance de fazer valer, finalmente neste país, as palavras justiça e oportunidade (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 20/08/2002).

Conforme a fala de Lula do PT, a conduta de seu governo, que se preocupará em diminuir a especulação, será de buscar fazer alianças com os empresários dando incentivos a eles para que possam aumentar a produção e gerar empregos, usando como exemplo seu vice, José Alencar. Além disso, Lula enaltece a necessidade de se

ter coragem para mudar o Brasil, fazendo uma relação com a coragem de votar nele, afirmando estar preparado para esse momento.

No trecho a seguir, Lula apresenta sua posição em relação à estrutura política e às decisões tomadas pelo governo anterior, indicando uma posição mais amena em relação às suas campanhas eleitorais anteriores. Nesta passagem, mais uma vez fica evidenciada a posição de resposta às afirmações críticas feitas no programa eleitoral do candidato peessedebista. Vejamos:

LULA: Em primeiro lugar, quero garantir a todo povo brasileiro, se eleito presidente, o meu governo será um governo de paz, responsabilidade e diálogo, como nunca se viu antes nesse país. Sempre acreditei que tudo fica mais fácil de ser resolvido quando as pessoas sentam em volta de uma mesa dispostas a encontrar soluções de maneira franca e, sobretudo, sincera e leal. Sei fazer isso como poucos, porque fiz isso a vida inteira. Quero fazer um governo de união nacional, sem mágoas e sem rancores. Tenho muito orgulho do PT, partido que criei com inesquecíveis companheiros, há 22 anos. Mas tenho clareza de que se eleito, serei o presidente de todos os brasileiros. E quero governar com todas as forças políticas da sociedade que querem ajudar a construir um Brasil decente e mais feliz. Quero ser o presidente que vai ser duro e firme nos momentos necessários. Mas quero ser, sobretudo, um presidente compreensivo, generoso e justo. Como tenho afirmado durante toda essa campanha, vamos honrar todos os compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Vamos manter a inflação sob controle, e as metas do superávit primário que forem necessárias. Mas temos que mudar essa política econômica perversa que paralisou nossa economia, aumentou nossa dependência externa, fragilizou as nossas empresas causando o maior desemprego da nossa história, e a menor taxa de crescimento dos últimos 50 anos. Precisamos fazer uma reforma tributária justa, cobrando menos impostos de quem trabalha e produz. Temos que retomar o crescimento econômico. Reduzir as taxas de juros. E nesse momento de crise, concentrar o máximo de esforços para aumentar as exportações. Vamos ter que lutar muito, mas vamos tirar o país dessa crise, tenha certeza disso (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 22/10/2002/ST).

No excerto transcrito, Lula apresenta diversos sentidos em relação ao momento “política da esperança no novo modelo”, passando pela ideia de governo da paz, responsável e de união nacional, chegando à afirmação de que se eleito será um presidente de todos os brasileiros. Isso colocado, o candidato petista afirma categoricamente que se eleito irá cumprir os compromissos assumidos pelo governo brasileiro (durante o governo de FHC), irá controlar a inflação e manter as metas de superávit. No entanto, mesmo que isso seja uma resposta ao “mercado investidor”, indicando sua posição, Lula volta a apresentar a necessidade de mudar a política

econômica, caracterizada em sua fala como um modelo que “paralisou nossa economia”. Além disso, referindo-se às estruturas econômicas, o candidato do PT afirma que irá realizar uma reforma tributária e irá aumentar a exportação.

Retomando a ideia de grande pacto social, o próprio Lula afirma o seguinte:

LULA: Tenho conversado com muitos empresários e com os sindicatos de trabalhadores, e todos estão convencidos de que a única solução é o Brasil voltar a crescer. A verdade é que estamos no mesmo barco e temos que dar as mãos e remar na mesma direção. Um bom exemplo disso foi quando em novembro do ano passado, as quedas nas vendas obrigaram a Volkswagen a demitir 3 mil funcionários, e o líder sindical, Luiz Marinho, foi à Alemanha conversar com a direção mundial da empresa. Numa reunião histórica, foi feito um acordo, que das 3 mil demissões, 2 mil e 400 não precisaram acontecer. E mais, por esse acordo, a empresa se obrigou a modernizar a fábrica de São Bernardo, produzir novos produtos e a não demitir ninguém por 5 anos. Esse é um bom exemplo de que quando empresários e trabalhadores se entendem, o resultado é melhor pra todos. É por isso que a minha proposta de fazer um grande pacto social entre governo, empresários e trabalhadores, é cada vez mais aceita, cada vez mais compreendida por todos. É assim que pretendo governar o Brasil. Temos que encontrar novas soluções para os nossos velhos problemas. Temos que mudar o atual modelo econômico. Temos que investir na produção. Reduzir impostos. Aumentar as exportações. E reduzir os juros. Só assim a nossa economia vai voltar a crescer e a gerar os empregos que o povo brasileiro tanto precisa (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 10/09/2002).

Relacionado a isso está a resposta à “política do medo”, um sentido construído pela candidatura do PSDB em torno de Lula. Vejamos o excerto a seguir:

LOCUTOR: Pois é, os ataques do Serra ao Lula desagradaram a tanta gente, que até um dos maiores empresários desse país resolveu mudar o seu voto. Estamos falando de Eugênio Staub, o dono da Gradiente. EUGÊNIO STAUB: Até recentemente eu acreditava que era um candidato mais técnico o que nós precisávamos, hoje eu tenho certeza que nós precisamos de um político. De alguém capaz de unir o país, capaz de estabelecer planejamento, propostas, juntar todo mundo em torno da realização delas. Esse candidato é o Lula (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 21/09/2002).

A passagem apresentando a fala do empresário Eugênio Staub indica duas coisas. Primeiramente, pois se trata de um empresário, a representação do apoio desse grupo à candidatura petista. Um segundo ponto é a afirmação de que Lula se apresenta como mais capacitado para governar o país. Esses pontos, sentidos do momento “política da esperança no novo modelo”, indicam a confiança na proposta

de governo de Lula (desconstruindo a ideia de “política do medo” e o apoio do setor econômico) também representado pelo seu vice, José Alencar. Ainda sobre o apoio dos empresários e a resposta à “política do medo”:

ANTÔNIO RUSSO NETO (Vice-Presidente da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne): No princípio Lula, Lula, Lula. Eu nunca votei no Lula, então, mas agora, eu achei que não dá medo não, não dá não. Eu estou confiante que será uma nova descoberta para o país. O país vai se surpreender. A agropecuária vai se surpreender com o Lula. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 21/09/2002).

Sem medo de votar em Lula é a mensagem deixada pelo empresário Antônio Russo Neto. Respondendo à “política do medo”, a atriz Paloma Duarte afirma o seguinte:

PALOMA DUARTE: Eu estava ontem à noite em casa, com meu Marido Marcos, e a gente estava assistindo o programa eleitoral do José Serra. Há muito tempo eu não me sentia tão revoltada. Eu me senti desrespeitada. Eu me senti violentada como cidadã brasileira, como eleitora. Veja bem, eu não estou aqui pra falar mal de ninguém. Eu vim aqui registrar o meu protesto. Eu procurei o pessoal do Lula e pedi pra vir aqui fazer este depoimento. Pra dizer o quanto eu estou chocada com o uso do terrorismo, com o uso do medo numa campanha para presidente da república do meu país. Será que já não basta o medo que o Brasil vive no seu dia-dia. O medo de você sair na rua e ser assaltado. O medo de milhões de brasileiros desempregados que não sabem como sustentar suas famílias. O medo de você morrer doente na fila de um hospital público. A eleição vai passar, o Brasil continua. E eu quero dizer que um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira ao invés de se calcar nas suas próprias virtudes pra tentar se eleger, não merece o meu respeito, não merece a minha confiança. E, no meu entender, não mereceria jamais ser presidente da república (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 18/10/2002/ST).

O sentido “contra o terrorismo eleitoral” apresentado na fala de Paloma Duarte, aliado ao sentido de não ter medo de votar em Lula, identificado na fala de Antônio Russo Neto, sistematizam parte do momento “política da esperança no novo modelo”, sem deixar de lavar em conta a ideia de um novo projeto. Na eleição de 2006 outra parte deste momento na estruturação do discurso da candidatura petista, que também não exclui as respostas à “política do medo” sendo apresentadas no discurso petista como uma política de esperança, trata de forma mais direta a aplicação do novo modelo. A relação antagônica entre PT e PSDB não se alterou de uma eleição para outra - 2002 e 2006 -, pelo contrário, foi possível verificar continuidades em relação

aos momentos discursivos identificados. Deste modo, mudanças contextuais, eleitorais e econômicas não afetaram a relação antagônica estabelecida entre as candidaturas aqui estudadas. Na eleição de 2006 a política do medo construída pela candidatura tucana remete ao modelo adotado pelo governo petista; corrupção e não cumprimento das promessas. A desconstrução dessa afirmação, feita pela candidatura petista, passa pela política da esperança no novo modelo com base nos resultados obtidos pelo governo de Lula do PT:

LULA: Minhas amigas e meus amigos, hoje é um dia especial pra mim. Depois de 44 meses na presidência, posso olhar nos olhos de cada um de vocês e pedir outro voto de confiança. Peço seu voto com a consciência tranquila. Com a certeza de que o Brasil está bem melhor do que encontramos e que temos todas as condições de avançar muito mais. Vivemos hoje a melhor combinação das últimas décadas de resultados na economia e no social. Provamos que é possível crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda. É fundamental, portanto, que isso não pare. A inflação está controlada. A estabilidade, garantida. Os juros caem, e a taxa de crescimento aumenta. A comida está mais barata, o crédito mais fácil e os salários estão melhorando. Nos últimos 3 anos, mais de 3 milhões de pessoas saíram da linha da miséria e outras 7 milhões subiram da pobreza para a classe média. Em termos quantitativos alguns países cresceram mais que a gente. Porém, nenhum cresceu com esta qualidade. Agora, poderemos ampliar as reformas e crescer com mais intensidade, sem risco de inflação. Cuidar ainda mais dos pobres, aumentar o apoio a classe média e dobrar o esforço na educação, na saúde e na segurança. Sem educação de qualidade, nunca venceremos a desigualdade social. Por isso, a educação, que já recebe nossa atenção especial, será prioridade máxima caso eu seja reeleito. Outra prioridade será promover uma ampla reforma política. Não se enganem: a crise ética que se abateu sobre o país é a crise de todo o sistema político e não apenas de alguns partidos ou de determinadas pessoas. Os que cometeram erros precisam ser punidos. Mas só uma reforma política poderá evitar que certos problemas se repitam. Na campanha, vamos poder aprofundar estes e outros temas. Por hoje, quero apenas que vocês reflitam se o melhor para o Brasil é avançar rapidamente, ou recomeçar do zero, como querem alguns candidatos. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 15/08/2006).

Articulando novos sentidos ao momento “política da esperança no novo modelo”, a fala de Lula enaltece o resultado e as melhorias de seu governo para o Brasil; melhor momento econômico e social. Assim, é enfatizado, como já apresentado em outro momento do discurso petista e que aqui assume outro sentido, que o crescimento econômico com distribuição de renda, o controle da inflação e a estabilidade econômica, além da queda dos juros e a retomada do crescimento, são indicadores que mostram que o novo modelo econômico com desenvolvimento social

vem dando certo. Outros sentidos também são enunciados para classificar a política adotada no governo petista, como melhorar a vida das pessoas, a possibilidade da diminuição das desigualdades com investimento em educação, a ideia de realização de uma reforma política, uma reflexão sobre os casos de corrupção que envolveu integrantes do PT, sendo classificado pelo candidato Lula como uma “crise ética do sistema político”, e, concluindo, informando a importância da continuidade do projeto implementado durante o governo do PT.

LULA: Nos tempos de sindicato, eu e meus companheiros travamos lutas memoráveis por um salário melhor. Isso durou praticamente 20 anos. Fui eleito presidente. E nesses 44 meses de governo, o salário mínimo teve um dos maiores aumentos dos últimos 40 anos. Hoje eu posso olhar nos olhos dos dirigentes sindicais, nos olhos dos trabalhadores, nos olhos da classe média brasileira e dizer: desde que assumi o governo o emprego e a renda vem crescendo mês a mês nesse país. Mas isso é só o começo. O Brasil pode avançar ainda mais, desde que a gente não saia do caminho certo. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 17/08/2006).

Neste mesmo sentido, a passagem acima enfatiza o aumento do salário mínimo e da renda conquistada durante o governo de Lula do PT, e que o projeto implementado, que fez com que o país avançasse, é o caminho certo para a continuidade das melhorias. Ainda sobre os avanços, o excerto a seguir informa outra área de avanço:

LOCUTOR: Ninguém tem dúvida que o governo Lula foi que mais avançou nos últimos anos na área social. E que teve desempenhos recordes também na área econômica. Mas só agora as pessoas estão conhecendo melhor os grandes avanços promovidos por Lula na área tecnológica. Avanço social, avanço econômico e avanço tecnológico. O Brasil, mais do que nunca, está pronto para decolar rumo a um grande futuro (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/2006).

Além do governo Lula ter se preocupado com o avanço na área social e econômica, a área tecnológica foi outro setor que avançou durante o mandato do petista. Complementando esses sentidos, a fala de Lula enaltece a questão do crescimento:

LULA: Meus amigos e minhas amigas, sempre soube que para o Brasil crescer de maneira certa, era preciso integrar avanço social, avanço econômico e avanço tecnológico. Baseamos nosso governo nesse tripé, e os resultados já começam a aparecer. Nossa produção

científica avança, vivemos dias de diminuição da pobreza e de retomada do crescimento. Para que isso se amplie, é preciso que o setor público e setor privado invistam mais em infraestrutura, educação e pesquisa. Vamos ampliar a capacidade de investimento do setor público melhorando a qualidade do nosso gasto, e vamos estimular fortemente parcerias com o privado. O Brasil tem tudo para olhar o futuro com mais esperança. (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 29/08/2006).

Conforme o candidato do PT, seu governo conseguiu articular crescimento social, crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Tais atitudes, segundo o próprio candidato, contribuíram para a diminuição da pobreza, para a retomada do crescimento e cria uma realidade de esperança no futuro.

LULA: Temos grandes obras em andamento. Temos grandes programas de transferência de renda em curso. Se isso fosse interrompido, seria não apenas um grande prejuízo financeiro, mas um imenso sacrifício humano para o país. Seria jogar fora todo um esforço de mudança que já vem dando excelentes resultados. Tenho certeza que posso fazer um segundo governo melhor que este primeiro. Tenho plena convicção disso. Tenho projeto, determinação e apoio político. Vou continuar o que está certo, corrigir o que está errado e fazer o que não foi feito. Quero continuar diminuindo a desigualdade entre as pessoas e entre as regiões. Continuar o combate à corrupção e ao desperdício. Quero continuar fazendo um governo para todos, mas em especial para os que precisam (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 05/09/2006).

No andamento da campanha eleitoral de 2006 foram veiculadas notícias da existência de um dossiê contra a candidatura de Alckmin e, segundo a campanha do candidato peessedebista, tal dossiê teria sido encomendado pela candidatura de Lula do PT; este ponto, como apresentado no capítulo anterior, apareceu seguidamente no discurso de campanha de Alckmin. Classificado como “falso dossiê”⁵⁰ por ambas as candidaturas, o que revela novamente a ideia de “política do medo” e o “jeito petista de governar”, acusado de corrupto pelo seu principal adversário, Lula apresenta a seguinte resposta:

⁵⁰ MENSAGEM DE LULA: LOCUTOR: Minhas amigas e meus amigos. Acabo de chegar a Nova Iorque para representar o Brasil na abertura dos trabalhos da ONU. Li os jornais brasileiros e reafirmo minha profunda indignação com os acontecimentos envolvendo a disputa eleitoral em São Paulo. Mais uma vez, peço a apuração rigorosa dos fatos e a punição dos culpados. Seja quem for. Em toda minha vida, nunca concordei com o jogo sujo nas campanhas. Não seria agora, quando concorro à reeleição e todas as pesquisas apontam minha vitória, que iria concordar com este tipo de prática. Cabe uma pergunta ao povo brasileiro: a quem interessa perturbar as eleições? Reflitam sobre isso, mantenham a calma, não aceitem provocações, nem se deixem perturbar pelo desespero dos perdedores (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 19/09/2006).

LULA: Minhas amigas e meus amigos, nunca em minha vida fugi das minhas responsabilidades ou retardei tomadas de decisões importantes. Como líder sindical, dirigente partidário e, muito especialmente, como Presidente da República, nunca tentei varrer o lixo para baixo do tapete. Sempre que soube de malfeitos, mandei apurar com rigor. E vou continuar assim para o resto da minha vida. Doa a quem doer. Por isso quero falar a vocês hoje sobre algumas decisões que acabo de tomar. Como vocês sabem, estamos a pouco mais de uma semana das eleições, com todas as pesquisas indicando a consolidação de minha candidatura. Quem assiste regularmente o horário eleitoral, vê que eu faço uma campanha limpa e sem agressões. Não revido ataques. Prefiro apresentar propostas e soluções para os problemas do país. Portanto, eu não poderia admitir que alguns membros da minha equipe de campanha, aparentemente para atingir o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, participassem de uma operação obscura, envolvendo compras de dossiês. Já participei de várias campanhas, e mesmo quando estava perdendo, nunca utilizei dossiês contra meus adversários. Este nunca foi e nunca será o meu estilo. Tão logo a denúncia foi comprovada, exigi que a Polícia Federal agisse com o máximo rigor e determinei o afastamento de todos envolvidos. Decidi, inclusive, trocar o coordenador de minha campanha, mesmo sabendo que o deputado Ricardo Berzoini não esteve diretamente envolvido nestes atos lamentáveis. Quero, agora, que os fatos sejam rapidamente esclarecidos, e que os culpados recebam a mais dura punição. Este comportamento que tomo como candidato é o mesmo que tenho tomado como presidente. Ao assumir o governo, uma das minhas primeiras providências foi reforçar o combate ao crime e a corrupção. Transformamos a Controladoria Geral da União em ministério, modernizamos a Polícia Federal e demos todas as condições para que estes órgãos agissem de forma livre e independente, como nenhum presidente havia feito antes. O resultado é que nunca se apurou e se puniu tanto o crime como agora. E não me incomoda que isso possa dar a impressão de que a corrupção tenha aumentado no país, quando, na verdade, o que aumentou foi o seu combate. Só pra vocês terem uma ideia, nos últimos 4 anos do governo passado, a Polícia Federal fez apenas 29 operações especiais. Em menos de 4 anos, meu governo já fez 276 operações especiais, que resultaram na prisão de 3.260 pessoas – 1.300 por corrupção. Isso vai continuar. E todos os culpados, seja quem for, serão exemplarmente punidos. Como qualquer ser humano, eu sofro e me decepciono quando constato que pessoas que conheço se envolvem em irregularidades. Mas não posso inocentá-los, e nem impedir que sejam punidos. Já disse que só decidi concorrer à reeleição porque tenho a certeza de que posso ser um presidente ainda melhor do que estou sendo. E isso envolve a capacidade de decidir bem, evitar que erros se repitam e ajudar, cada vez mais, a Polícia e a Justiça a não deixarem nenhum crime sem punição. Como homem, o maior patrimônio que herdei de minha mãe foi a capacidade de poder viver de cabeça erguida. Como político, meu maior patrimônio é a confiança de vocês. Garanto, por tudo na vida, que jamais vou trair esta confiança (PROGRAMA ELEITORAL LULA/PT, HGPE, 21/09/2006).

Apresentando uma posição serena em relação às acusações de compra de um dossiê, destacando sua política de “não agressão”, o candidato petista procurou reafirmar suas posições em relação às atitudes tomadas em seu governo, dando maior destaque para o caso do “falso dossiê”.

Deste modo, a partir dos sentidos apresentados nesta seção, pôde-se identificar a estruturação do momento “política da esperança no novo modelo” da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006. O Quadro 15 apresenta os sentidos deste momento.

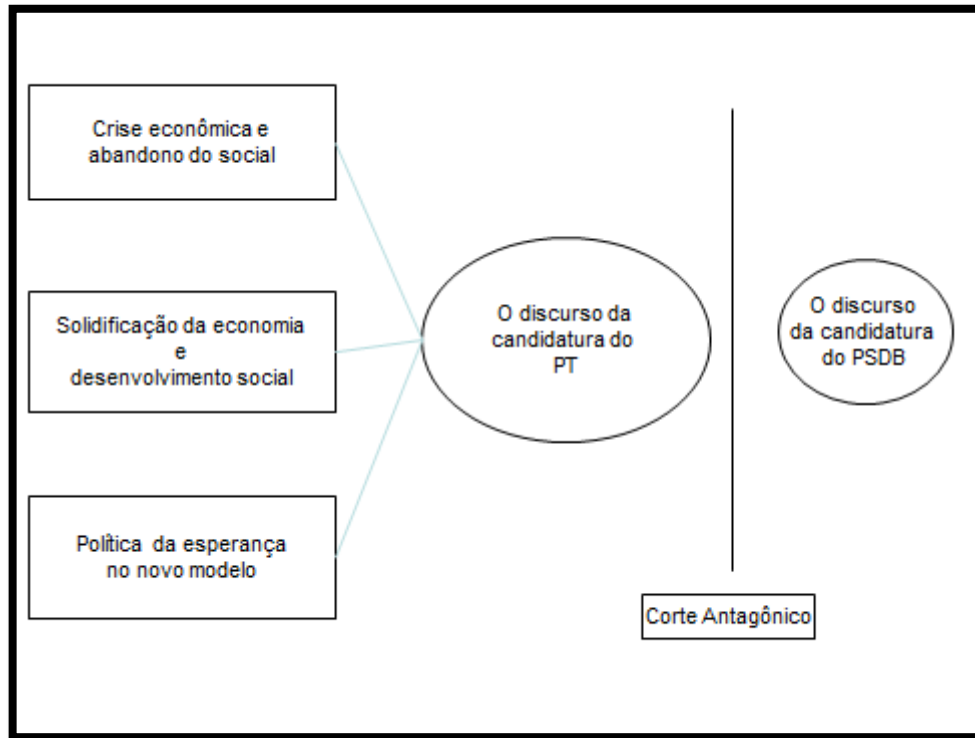
Quadro 15 – O momento discursivo “política da esperança no novo modelo” da candidatura do PT a partir das eleições de 2002 e 2006.

MOMENTO 3
Política da Esperança no Novo Modelo
Sentidos
Grande pacto social (governo, empresários e trabalhadores); governo da paz, responsável e de união nacional; cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior; controlar a inflação; manter as metas de superávit; mudar a política econômica que paralisou a economia; fazer uma reforma tributária; aumentar a exportação; incentivo e aliança com os empresários; aumentar a produção e diminuir a especulação; conversas com empresários e sindicalistas; aproximar empresários e trabalhadores; mudar o atual modelo econômico; crítica à criação de ambiente de terror em relação à eleição; apoio de empresários; sem medo de votar em Lula; contra o terrorismo eleitoral; o governo Lula melhorou o Brasil; melhor momento econômico e social; crescimento econômico com distribuição de renda; controle da inflação e estabilidade econômica; queda de juros e crescimento; melhorou a vida das pessoas; diminuição das desigualdades com investimento em educação; reforma política; crise ética do sistema político; continuidade do projeto; crescimento da renda; continuar no caminho certo; avanços na área social e econômica; avanço na área tecnológica; crescimento integrando o social, o econômico e o tecnológico; aumento da produção científica; diminuição da pobreza; retomada do crescimento; esperança no futuro.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Isto feito, podemos perceber o terceiro momento do discurso antagonicamente construído na candidatura do PT nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006. Assim, conforme a Figura 15, podemos perceber não só a articulação deste momento, mas a própria estruturação deste discurso.

Figura 15 - Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 - momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Finalizada a composição do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006 a partir dos momentos já estruturalmente identificados e posicionados, na próxima seção será apresentada a sistematização do discurso da candidatura petista e sua configuração antagonicamente instituída, bem como a definição de seu ponto nodal.

6.5 Emprego e Desenvolvimento: Um Novo Plano Econômico

Os sentidos sobre emprego e desenvolvimento relacionados com um novo plano econômico permearam grande parte dos programas eleitorais da candidatura do PT nas eleições de 2002 e 2006, e formaram o ponto nodal do discurso antagônico ao da candidatura do PSDB. Como ocorrido nas eleições anteriores, outros temas foram abordados nos programas veiculados no HGPE pela candidatura petista, no entanto não apresentaram sentidos antagônicos em relação à candidatura tucana. Assim, com base nesses pronunciamentos, foi possível verificar uma relação entre

elementos dispersos que geravam sentidos em relação à necessidade de geração de emprego e desenvolvimento a partir do entendimento do plano econômico que estruturou o discurso da candidatura petista.

O primeiro momento identificado no discurso petista, nomeado como “crise econômica e abandono do social”, buscava desconstruir as informações apresentadas pela candidatura do PSDB, indicando que, a partir dos pronunciamentos de 2002, o governo de FHC agravou a crise econômica e não investiu em políticas sociais voltadas para o combate às desigualdades. De forma relacionada, em 2006, a candidatura do PT, ainda se valendo da “herança” negativa deixada pelo governo tucano, informava que o primeiro mandato de Lula do PT foi para organizar a economia e desenvolver algumas políticas voltadas para a área social, e que seu segundo mandato seria de ampliação e efetivação dessas conquistas.

O segundo momento percebido foi “solidificação da economia e desenvolvimento social”. Aqui o principal ponto foi o de construir um entendimento de que era possível articular desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, relacionando a ideia de um novo plano econômico com geração de emprego e desenvolvimento. O principal ponto de crítica em relação ao PSDB era o de que o modelo econômico implementado pelos tucanos era “ultrapassado” e “ineficiente”, sendo necessário, então, um novo modelo. Aqui aparece a ideia de “pacto” no sentido de um novo modelo que envolva os empresários, os trabalhadores e o governo, em que todos sejam beneficiados.

O terceiro momento detectado tinha por objetivo desconstruir as informações de que se eleito Lula e o PT tomariam medidas que poderiam levar o país ao “caos” econômico. Deste modo, este momento foi nomeado de “política da esperança no novo modelo”. Além disso, na eleição de 2006 a candidatura petista apresentou informações que buscavam sustentar sua preocupação com a manutenção da economia e informava suas políticas aplicadas durante o primeiro mandato de Lula como Presidente da República como práticas efetivas que sustentam isso. Esses sentidos também foram percebidos nas eleições de 1994 e 1998, só que oriundos de elementos diferentes, pois tratavam do Plano Real.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, apresentados de forma sistematizada no quadro 16, foi identificada nos pronunciamentos da candidatura petista nas eleições de 2002 e 2006 a recorrência argumentativa em torno da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento, a partir da ideia de um novo

plano econômico. Sendo assim, organizados a partir dos momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”, constituiu o ponto nodal “emprego e desenvolvimento: um novo plano econômico” (figura 16).

Quadro 16 - O discurso de Lula do PT nas eleições de 2002 e 2006.

O DISCURSO DE LULA DO PT 2002/2006 Emprego e Desenvolvimento: um novo plano econômico	
Momentos e sentidos	
1) Crise econômica e o abandono do social	Atual modelo econômico esgotado; país endividado e menos produtivo; falta de trabalho fez cair a renda e o consumo; falta de produção leva ao desemprego; economia paralisada; proposta de um novo modelo; novo contrato social (governo, empresários e trabalhadores); problema na economia pela falta de dólares e baixo crescimento; governo e a Petrobras investem fora do país (duplo prejuízo: investe fora e deixa de gerar empregos no Brasil); a responsabilidade da Petrobras é do presidente; não incentiva o desenvolvimento tecnológico; queda do poder aquisitivo; insegurança causada pelo desemprego; é preciso mudar de rumo; é preciso crescer, desenvolver e exportar mais; existe fome no país por falta de emprego; o presidente não enfrenta a miséria; crise deixada pelo governo de FHC; privatizações no governo de FHC e no governo de Alckmin em São Paulo; o país quebrou no governo FHC; inflação sem controle no governo FHC; risco país alto; pouco investimento em programas sociais e em transferência de renda no governo FHC; a mudança vem com um novo modelo econômico/social; dívida alta com o FMI no governo FHC.

<p>2) Solidificação da economia e desenvolvimento social</p>	<p>Retomada do crescimento econômico; primeiro emprego (experiência); incentivo para as empresas contratarem; todos ganham com o projeto primeiro emprego (empresas e jovens); grande pacto social (começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores); estimular e aumentar a produção; novas leis trabalhistas; incentivos fiscais; linha de crédito e financiamento; redução de impostos; estruturar a polícia; combater a corrupção policial; mais investigação; ampliar o acesso à cultura e ao esporte; política de combate à fome; Lula fez o Brasil avançar em todas as direções; Lula tem a cara do Brasil (o presidente do povo); realizou grandes obras, atuou na área social e teve um grande desempenho na área econômica; superação de metas; mais emprego, mais renda, mais comida na mesa e mais facilidade de comprar; aumento do salário mínimo; redução de impostos; diminuição dos preços dos produtos; crédito mais acessível; desenvolvimento social com desenvolvimento econômico; combateu a fome; aquisição da casa própria; presidente que governa para todos; novo projeto que retirou o Brasil da crise; garantia da estabilidade; retirou milhões da miséria; geração de emprego e diminuição das desigualdades; crescimento com distribuição de renda; valorização da indústria brasileira; Lula gera mais emprego, mais renda e mais justiça social; mudança de concepção de governo; progresso para ricos e pobres; sucesso do Bolsa Família (maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo); nova política industrial; Brasil, um país do presente; dar continuidade nos projetos.</p>
--	--

3) Política da esperança do novo modelo	Grande pacto social (governo, empresários e trabalhadores); governo da paz, responsável e de união nacional; cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior; controlar a inflação; manter as metas de superávit; mudar a política econômica que paralisou a economia; fazer uma reforma tributária; aumentar a exportação; incentivo e aliança com os empresários; aumentar a produção e diminuir a especulação; conversas com empresários e sindicalistas; aproximar empresários e trabalhadores; mudar o atual modelo econômico; crítica à criação de ambiente de terror em relação à eleição; apoio de empresários; sem medo de votar em Lula; contra o terrorismo eleitoral; o governo Lula melhorou o Brasil; melhor momento econômico e social; crescimento econômico com distribuição de renda; controle da inflação e estabilidade econômica; queda de juros e crescimento; melhorou a vida das pessoas; diminuição das desigualdades com investimento em educação; reforma política; crise ética do sistema político; continuidade do projeto; crescimento da renda; continuar no caminho certo; avanços na área social e econômica; avanço na área tecnológica; crescimento integrando o social, o econômico e o tecnológico; aumento da produção científica; diminuição da pobreza; retomada do crescimento; esperança no futuro.
---	---

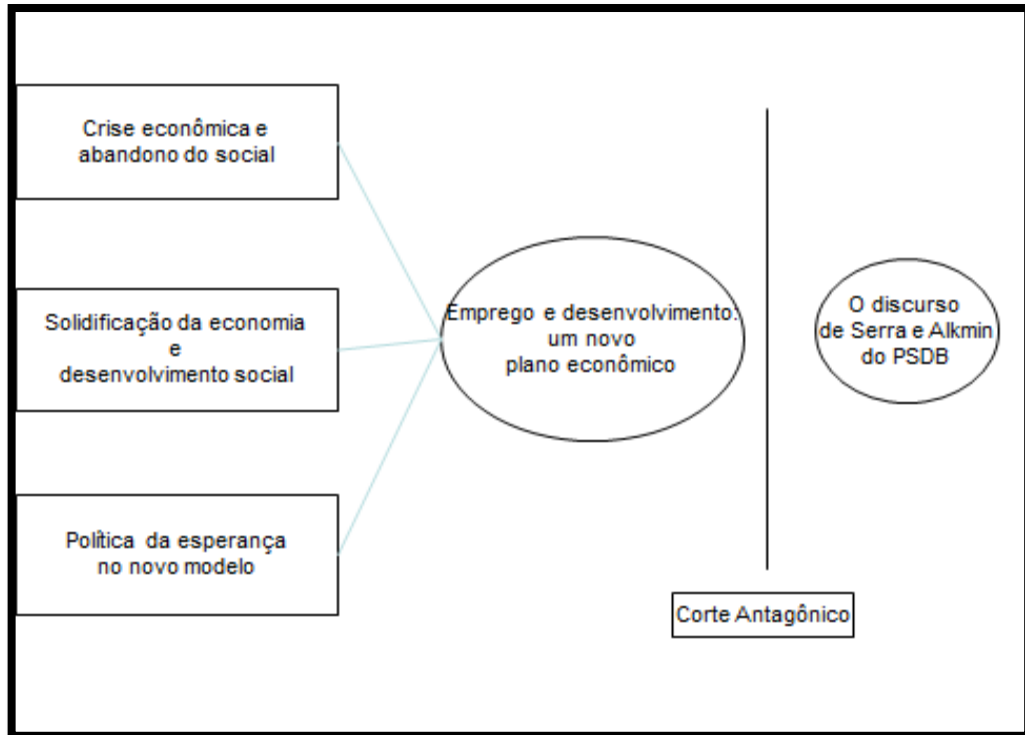
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

A partir do quadro 16, de forma sistematizada, foram apresentados os sentidos do discurso de campanha à Presidência da República de Lula do PT nas eleições de 2002 e 2006. Como já destacado no capítulo anterior, em que ficou evidenciada sua relação antagônica com o discurso produzido pela candidatura do PSDB, a relação antagônica se manteve nas eleições de 2002, em que Serra era o candidato peessedebista, e em 2006, quando o candidato tucano era Alckmin. Além do mais, pôde-se identificar a hegemonização interna do discurso petista crítico ao modelo implementado pelo governo FHC, apresentando um novo modelo e suas conquistas.

Portanto, a articulação dos momentos em torno do discurso “emprego e desenvolvimento: um novo modelo econômico” apresentou sentidos antagonicamente constituídos em relação ao discurso da candidatura peessedebista, “emprego e

desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”. Assim, a figura abaixo (figura 16) organiza a relação antagônica entre as candidaturas de forma mais clara.

Figura 16 - Discurso das campanhas eleitorais de 2002 e 2006 de Lula do PT.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Realizada a apresentação da formação do discurso da candidatura petista nas campanhas à Presidência da República nas eleições de 2002 e 2006, pôde-se perceber que os momentos discursivos apresentaram sentidos opostos aos do discurso produzido pela candidatura tucana. As disputas pelos sentidos em relação ao plano econômico e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento estabeleceu a relação antagônica entre as candidaturas aqui estudadas.

6.6 Considerações do capítulo

Ficou evidenciada neste capítulo, como no anterior, a interlocução entre os pronunciamentos das candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 2002 e 2006 proferidos durante o HGPE e, com isso, a construção de identificações políticas

antagônicas. Tanto os discursos como os momentos que os constituem apresentaram sentidos políticos construídos antagonicamente, ou seja, buscando sempre marcar posição na tentativa de desconstrução do outro. Além dos pontos já enaltecidos, ficou claro que ambos os candidatos de ambos os partidos construíram seus discursos em torno da questão econômica. Assim, tanto PT como PSDB privilegiaram a estruturação econômica como base para novas conquistas sociais.

No próximo capítulo será feito um balanço dos discursos antagônicos à luz da teoria do discurso, enfatizando a comparação entre os momentos e os discursos capturados. Além disso, serão apresentadas as formações de significantes vazios, significantes flutuantes e as disputas por hegemonia no que se refere à própria disputa por sentidos que envolvem os discursos antagonicamente constituídos, bem como a relação antagônica estabelecida no HGPE pelas candidaturas estudadas.

PARTE IV

UM BALANÇO DOS DISCURSOS ANTAGÔNICOS À LUZ DA TEORIA DO DISCURSO

7 OS MOMENTOS DOS DISCURSOS ANTAGÔNICOS COMPARADOS E IMPLICAÇÕES TEÓRICAS A CERCA DAS DISPUTAS DISCURSIVAS

7.1 Introdução

A partir da constituição dos discursos antagônicos entre as candidaturas do PSDB e do PT, um dos objetivos deste capítulo é apresentar uma comparação entre os momentos na formação dos discursos de PSDB e PT, concorrentes nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 a 2006, a partir dos programas veiculados durante o HGPE, com o intuito de apontar as diferenças nos sentidos de cada momento. Além desse objetivo, outro propósito deste capítulo é apontar a formação da cadeia de cada discurso a partir de seus momentos, identificando a construção antagônica emergente. Além disso, constitui objetivo deste último capítulo expor a formação de significantes vazios e significantes flutuantes a partir da disputa por sentidos hegemônicos que envolvem os discursos aqui estudados, bem como destacar o caráter de conflito político que se mostrou emergente no HGPE, o que caracteriza esse espaço como um espaço de luta política marcada por elementos antagônicos entre as candidaturas concorrentes.

Para isso, o capítulo está organizado em cinco seções. A primeira seção consistirá em apresentar tão somente uma comparação entre os sentidos e os momentos de cada discurso a partir de sua relação antagônica. A segunda seção tem por objetivo indicar as disputas por sentidos em contextos diferentes e suas recorrências nas configurações dos momentos e dos discursos de cada candidatura. O objetivo da terceira seção é de expor a formação de significantes vazios e significantes flutuantes. A quarta seção tratará de apresentar a relação entre os discursos a partir das disputas pelos sentidos, o que constitui disputas por hegemonia. Por fim, a quinta seção tratará da emergência da relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT no HGPE, enfatizando o caráter de disputa política deste espaço.

7.2 Os sentidos e momentos dos discursos antagônicos comparados

Nesta seção será apresentada uma rápida comparação entre sentidos e momentos dos discursos produzidos pelas candidaturas de PSDB e PT à Presidência da República nas eleições de 1994 a 2006, a fim de possibilitar a identificação de suas

diferenças. Esta seção visa a estruturar uma comparação entre os discursos e seus respectivos momentos para, nas seções seguintes, desenvolver uma abordagem e uma reflexão teórica acerca da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas.

As diferenças entre PSDB e PT tiveram começo ainda durante o governo de Itamar Franco (PMDB), quando FHC participou do governo peemedebista como Ministro das Relações Exteriores e posteriormente como Ministro da Fazenda, momento em que implementou o Plano Real. No entanto, foi na eleição para Presidente da República de 1994 que a relação entre os partidos se mostrou radicalmente afastada, evidenciada pela disputa eleitoral e pela separação antagônica contida em suas propostas apresentadas durante o HGPE – além, é claro, de seus planos de governo. Mesmo com a adesão do PSDB ao governo de Itamar Franco, podemos identificar o momento eleitoral de 1994 como sendo a primeira situação antagônica entre PSDB e PT, representada pela campanha eleitoral de seus candidatos, tendo em vista sua aproximação até o início dos anos 1990. Passados 4 anos de governo do PSDB, marcado por diversas disputas antagônicas com representantes do PT na Câmara dos Deputados Federais e no Senado Federal – podemos dar como exemplo o debate sobre reeleição –, o momento eleitoral de 1998 colocou novamente em evidência a relação antagônica entre os partidos supracitados.

Como demonstramos neste trabalho, ambas as eleições, de 1994 e 1998, foram marcadas por disputas políticas que envolviam o Plano Real. Isso não significa que outros temas não foram abordados pelas candidaturas. Significa apenas que tais temas não apresentaram sentidos antagônicos. Além disso, outros embates neste espaço de tempo, entre 1994 e 1998, também evidenciaram outras disputas antagônicas emergentes entre os partidos e seus integrantes – o que não constitui objeto deste estudo –, mas no espaço eleitoral representado pelo HGPE foram as disputas pelos sentidos em relação ao Plano Real que constituíram a relação antagônica entre as candidaturas. Assim, como podemos ver, o quadro 17 apresenta de forma relacional os momentos e seus respectivos sentidos dos discursos de campanha das candidaturas de PSDB e PT à Presidência da República de 1994 e 1998 veiculados durante o HGPE.

Quadro 17 - Os discursos de 1994 e 1998 comparados

OS DISCURSOS ANTAGÔNICOS EM 1994 e 1998	
PSDB Plano Real: a conquista da estabilidade econômica	PT Plano Real: críticas a um modelo incompleto
1) Combate à inflação: O povo e o trabalhador ganham; todos pensando no Brasil (povo e empresários); geração de emprego; aumentar o poder aquisitivo; ampliar a produção; culpada pelos salários baixos; fortalecimento da agricultura; direito a casa própria; implementação do plano social; melhorar a saúde; melhorar a educação; fazer a reforma agrária; solução para Previdência; combate à fome e a miséria.	1) Plano eleitoral: Esconde a verdade; pior saúde do mundo; pior educação do mundo; a raposa tomando conta do galinheiro; povo esquecido; utilização da máquina pública; abuso de poder; plano falso e mentiroso; mentiras sobre a estabilidade e a inflação; acaba com a esperança do povo; mente sobre empregos e salários; governo sem ética, sem escrúpulos e sem credibilidade; não respeita a nação; esconde a inflação; manipulação de informação sobre a economia; mentiras sustentadas pela imagem de Ricupero; plano inaceitável e irresponsável; não gera empregos e salários; vai ter aumento de impostos; não tem recursos para a área social; desvalorização do Real; grupos ganham com a inflação; ilude gastando os recursos do Brasil para garantir a reeleição.

<p>2) Mudanças positivas com o Real: Diminuição dos preços da cesta básica; aumento do salário mínimo; melhores condições de trabalho; diminuição do desemprego; planejamento familiar; melhorou o poder de compra; pessoas em primeiro lugar; maior investimento social; justiça social; atraiu investimentos; realizou grandes obras; desenvolvimento.</p>	<p>2) Mudanças negativas e insuficientes: Pouca competitividade no mercado mundial; melhoramento da vida de poucas pessoas; governa só para os ricos gastando bilhões; aumento da inflação nos primeiros meses do Real; medidas irresponsáveis do governo para proteger seu candidato; manteve a mesma elite; não dá oportunidade para o povo (empregos, reforma agrária, crédito e reforma tributária); mantém alianças com latifundiários, banqueiros e grupos econômicos; governa para os ricos; a redução das tarifas de importação prejudica a geração de emprego no Brasil; financiou a privatização de estatais; usou dinheiro público para socorrer bancos privados; não investe nas pessoas; o governo gera incertezas, insegurança e ameaças; pretende um pacote com medidas drásticas para o povo; traição com quem acreditava no Real; paga juros aos agiotas internacionais com dinheiro dos aposentados; abriu mão da soberania do país expondo o país à especulação internacional; sobrevalorizou o câmbio prejudicando a poupança interna, a agricultura e a indústria; aumento do desemprego e da dívida externa; pretende cortes na área social e aumento de impostos com o “pacote”.</p>
--	---

<p>3) Manutenção do Real: Plano a longo prazo; eleitor aliado do Real; mudanças que vão garantir o projeto social; Plano não eleitoreiro; reeleição para proteger os salários, o Real e garantir sua continuidade; casa em ordem; manter o consumo do povo; reforma tributária; reforma da Constituição; reforma social; fim da fome e da miséria; oposição irresponsável; sensatez de Ricupero; votar nos amigos do Real; fim da inflação; manter o poder de compra; baixar os juros; investimento em infraestrutura.</p>	<p>3) Aperfeiçoamento do Real e resposta à política do medo: Não vão acabar com o Real; acusações para criar um sentimento de medo e de insegurança (acabar com o Real e falta de experiência); aumentar o salário do trabalhador; manter o Real e melhorar os salários para atacar os problemas do Brasil; a moeda é forte e boa, mas está nas mãos erradas, a serviço de um plano eleitoreiro; a moeda tem de ser duradoura, e não apenas para esta eleição; a moeda não pode ser apenas uma estratégia para impedir Lula de ganhar as eleições; vão manter e aperfeiçoar o Real; construir uma economia forte e estável; controlar a inflação e os preços; criar uma política salarial; diminuir os juros; diminuir os impostos.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

A primeira diferenciação entre os discursos das candidaturas do PSDB e do PT no recorte eleitoral de 1994 e 1998 pode ser identificada a partir da separação entre os momentos “combate à inflação” *versus* “plano eleitoreiro”. O primeiro, produzido no discurso de campanha de FHC, apresenta o Plano Real como sendo capaz de combater a inflação, indicando, entre tantos sentidos, as vantagens que o povo e o trabalhador teriam. Já o segundo, produzido no discurso de campanha de Lula do PT, apresenta o Plano Real como sendo um plano falso e mentiroso, em que seu principal objetivo era o de garantir a eleição de FHC do PSDB. Segundo esse ponto de vista, as mentiras sobre a estabilidade e a inflação, acabariam com a esperança do povo, também prejudicariam a classe trabalhadora.

Os momentos “mudanças positivas com o Real” *versus* “mudanças negativas e insuficientes”, respectivamente dos discursos de campanha peessedebista e petista, também indicam a diferenciação entre os partidos no recorte eleitoral de 1994 e 1998.

Os sentidos de “diminuição dos preços da cesta básica” e “aumento do salário mínimo”, por exemplo, são atribuídos ao momento “mudanças positivas com o Real” do discurso “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica” da candidatura tucana. Ainda em 1994, conforme os pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB veiculados durante o HGPE, já era possível verificar afirmações de mudanças. Na eleição de 1998 esse ponto se torna mais claro, tendo em vista a manutenção do controle da inflação e, como reflexo disso, a melhora de vida dos brasileiros. Por outro lado, e contrariando as afirmações contidas neste momento discursivo, o momento “mudanças negativas e insuficientes” do discurso “Plano Real: crítica a um modelo incompleto”, formado a partir dos pronunciamentos de campanha da candidatura petista, apresentam sentidos que indicam a baixa amplitude social de seu alcance. Na eleição de 1994, o sentido “melhoramento da vida de poucas pessoas” indica esse alcance limitado do programa. Já na eleição de 1998, o sentido de “governa só para os ricos gastando bilhões” indica o grupo a quem serve o Plano.

Por fim, a disputa entre os momentos “manutenção do Real” *versus* “aprimoramento do Real e resposta à política do medo” indica uma relação entre ambos os discursos: o Real vai continuar. O momento “manutenção do Real” passa pela ideia de que o Plano tem de ser pensado em longo prazo, que as mudanças vão garantir o projeto social e enfatiza o caráter não eleitoral do Plano, bem como a importância da reeleição de FHC em 1998 para proteger os salários e a continuidade do Real. Além disso, a candidatura tucana enaltece a importância de votar em quem é “amigo” do Real, afirmando, inclusive, que o PT seria contra o Plano. Em 1994 esse ponto está atrelado ao fato de integrantes do PT terem feito críticas abertas ao Plano implementado por FHC enquanto era Ministro de Itamar. Já em 1998, além do retorno desse argumento, outro ponto é a continuidade do Real estar atrelada à reeleição de FHC, pois o PT e Lula, conforme o discurso da candidatura tucana, eram contra o Plano e poderiam interromper as conquistas geradas pelo Real.

O outro lado dessa disputa, mesmo que o PT indicasse a continuidade do Real, o momento “aprimoramento do Real e resposta à política do medo” desenvolve sentidos na direção de aprimorar o Plano e responder às afirmações de que, se eleito, Lula do PT acabaria com o Real, contrariando as afirmações contidas no discurso da candidatura peessedebista. Assim, a afirmação de que se eleito Lula não iria acabar com o real vem articulada com as respostas às acusações que, segundo o PT, teriam

o objetivo de criar um sentimento de medo e de insegurança. Para o partido a “moeda não pode ser apenas uma estratégia para impedir Lula de ganhar as eleições”.

Num outro recorte que constitui o objeto de análise desta tese, as eleições de 2002 e 2006 indicaram uma formação discursiva antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT semelhante, mantendo a centralidade das disputas que envolveram elementos de caráter econômico. Neste novo recorte, as disputas entre as candidaturas se deram a partir da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento, marcando o entendimento em relação ao plano econômico. Assim, por um lado, o discurso da candidatura tucana informava que eram necessários apenas pequenos ajustes na economia, tendo em vista o sucesso do Plano aplicado durante seus governos. Por outro, o discurso da candidatura petista, fazendo duras críticas ao modelo adotado pelo governo peessedebista, afirmava ser necessário mudar o plano econômico para o país gerar emprego e se desenvolver economicamente. Outro ponto que sustenta tal mudança é o entendimento da candidatura do PT de buscar realizar desenvolvimento econômico com distribuição de renda, ou seja, com preocupação social.

Podemos perceber, de forma comparada, seus momentos e seus respectivos sentidos a partir do quadro 18. Nele fica evidenciada, a partir dos sentidos e de seus momentos na formação dos dois discursos, a continuidade da relação antagônica entre as candidaturas, bem como a manutenção da questão econômica como ponto antagônico e que marca a disputa pelos sentidos em relação a geração de emprego e desenvolvimento.

Quadro 18 - Os discursos de 2002 e 2006 comparados.

OS DISCURSOS ANTAGÔNICOS EM 2002 e 2006	
PT Emprego e Desenvolvimento: um novo plano econômico	PSDB Emprego e Desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico

<p>1) Crise econômica e o abandono do social: Atual modelo econômico esgotado; país endividado e menos produtivo; falta de trabalho fez cair a renda e o consumo; falta de produção leva ao desemprego; economia paralisada; proposta de um novo modelo; novo contrato social (governo, empresários e trabalhadores); problema na economia pela falta de dólares e baixo crescimento; governo e a Petrobras investem fora do país (duplo prejuízo: investe fora e deixa de gerar empregos no Brasil); a responsabilidade da Petrobras é do presidente; não incentiva o desenvolvimento tecnológico; queda do poder aquisitivo; insegurança causada pelo desemprego; é preciso mudar de rumo; é preciso crescer, desenvolver e exportar mais; existe fome no país por falta de emprego; o presidente não enfrenta a miséria; crise deixada pelo governo de FHC; privatizações no governo de FHC e no governo de Alckmin em São Paulo; o país quebrou no governo FHC; inflação sem controle no governo FHC; risco país alto; pouco investimento em programas sociais e em transferência de renda no governo FHC; a mudança vem com um novo modelo econômico/social; dívida alta com o FMI no governo FHC.</p>	<p>1) Mudanças positivas e proposta de avanço: FHC derrubou a inflação e arrumou a economia; Serra vai cuidar do social; Serra vai cuidar do emprego (Projeto Segunda-Feira); Ministérios voltados para geração de emprego; orgulho do governo FHC; responsabilidade fiscal e inflação baixa melhorou a economia; a economia melhorou por causa de FHC (preparado, competente e responsável); Serra vai manter e aumentar os programas sociais criados no governo FHC; a mudança é emprego e desenvolvimento; incentivo para exportação; aumentar o investimento e acelerar a economia; exportação gera mais emprego e traz mais dólares; aposentadorias mais dignas são ações para gerar mais emprego; o emprego é a maior mudança e é a maior medida social e contra a crise; plano nacional de desenvolvimento; baixar a carga tributária para estimular o crescimento; investimento em estradas, portos e saneamento para fazer o Brasil crescer e gerar empregos; desenvolvimento com juros baixos para ajudar o pobre a melhorar de vida; manter, melhorar e ampliar o Bolsa Família (Nordeste); implementar o Banco do Povo; combater a corrupção.</p>
<p>2) Solidificação da economia e desenvolvimento social: Retomada do crescimento econômico; primeiro</p>	<p>2) Mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista: Preparo de Serra e despreparo de Lula; Lula era contra o</p>

<p>emprego (experiência); incentivo para as empresas contratarem; todos ganham com o projeto primeiro emprego (empresa e jovens); grande pacto social (começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores); estimular e aumentar a produção; novas leis trabalhistas; incentivos fiscais; linha de crédito e financiamento; redução de impostos; estruturar a polícia; combater a corrupção policial; mais investigação; ampliar o acesso à cultura e ao esporte; política de combate à fome; Lula fez o Brasil avançar em todas as direções; Lula tem a cara do Brasil (o presidente do povo); realizou grandes obras, atuou na área social e teve um grande desempenho na área econômica; superação de metas; mais emprego, mais renda, mais comida na mesa e mais facilidade de comprar; aumento do salário mínimo; redução de impostos; diminuição dos preços dos produtos; crédito mais acessível; desenvolvimento social com desenvolvimento econômico; combateu a fome; aquisição da casa própria; presidente que governa para todos; novo projeto que retirou o Brasil da crise; garantia da estabilidade; retirou milhões da miséria; geração de emprego e diminuição das desigualdades; crescimento com distribuição de renda; valorização da indústria brasileira; Lula gera mais emprego, mais renda e mais justiça social; mudança de concepção de governo; progresso para ricos e pobres;</p>	<p>Plano Real; Lula não tem proposta clara para geração de emprego; lulinha paz e amor para ganhar as eleições; PT radical; retórica e campanha oportunista e eleitoreira; esconde sua posição da sociedade; dois discursos do PT e de Lula; o PT e o Lula mentem para o povo; estelionato eleitoral ou ruína; aumento de impostos; trabalho errado do governo petista; retirou benefícios da população de baixa renda; cria cargos para o partido; desperdiça o dinheiro do povo; aumento do desemprego; queda na renda; gastos com propaganda e cargos de confiança; Lula é o presidente do imposto alto; crescimento econômico baixo; falta de investimento; o Brasil não aproveita o bom momento da economia mundial, péssima administração do Fome Zero.</p>
--	---

sucesso do Bolsa Família (maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo); nova política industrial; Brasil, um país do presente; dar continuidade nos projetos.

<p>3) Política da esperança do novo modelo: Grande pacto social (governo, empresários e trabalhadores); governo da paz, responsável e de união nacional; cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior; controlar a inflação; manter as metas de superávit; mudar a política econômica que paralisou a economia; fazer uma reforma tributária; aumentar a exportação; incentivo e aliança com os empresários; aumentar a produção e diminuir a especulação; conversas com empresários e sindicalistas; aproximar empresários e trabalhadores; mudar o atual modelo econômico; crítica à criação de ambiente de terror em relação à eleição; apoio de empresários; sem medo de votar em Lula; contra o terrorismo eleitoral; o governo Lula melhorou o Brasil; melhor momento econômico e social; crescimento econômico com distribuição de renda; controle da inflação e estabilidade econômica; queda de juros e crescimento; melhorou a vida das pessoas; diminuição das desigualdades com investimento em educação; reforma política; crise ética do sistema político; continuidade do projeto; crescimento da renda; continuar no caminho certo; avanços na área social e econômica; avanço na área tecnológica; crescimento integrando o social, o econômico e o tecnológico; aumento da produção científica; diminuição da pobreza;</p>	<p>3) Política do medo na mudança e na continuidade: Falta de qualificação de Lula; Lula não tem experiência administrativa; Lula e o PT são uma interrogação; promessas contraditórias; incertezas de um governo petista; medo de perder a estabilidade; medo de Lula; medo da volta da inflação; medo da censura, do patrulhamento, da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso; instabilidade e desemprego; falta de apoio dos empresários; corrupção no PT; afastamento dos investidores com a corrupção; gastos com corrupção; a corrupção afasta os investidores e gera desemprego; perda de credibilidade e financiamento; a corrupção prejudica obras de infraestrutura; modelo danoso para o Brasil; governo do imposto; governo corrupto e sem posição; conspiração e falso dossiê; governo sem ética; política agressiva e mentirosa; governo sem controle por parte de seu líder; não gera emprego e crescimento.</p>
---	--

retomada do crescimento; esperança no futuro.	
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

O primeiro ponto antagônico que pôde ser percebido neste recorte foi a emergência da relação entre os momentos “crise econômica e abandono do social” *versus* “mudanças positivas e proposta de avanço”. O discurso “emprego e desenvolvimento: um novo plano econômico”, produzido pela candidatura petista no recorte estudado conjuntamente de 2002 e 2006, a partir do momento “crise econômica e abandono do social”, articulou, por exemplo, os sentidos de que o atual modelo econômico estava esgotado, de que o país se encontrava endividado e menos produtivo e que a falta de trabalho fez cair a renda e o consumo dos brasileiros. Em contraste, o discurso “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”, produzido pela candidatura peessedebista, representada em 2002 por José Serra e em 2006 por Geraldo Alckmin, que buscava não se desfazer da história do partido e da política econômica e social implementada durante o governo de FHC, por mais que isso tenha sido verificado em 2002 (MACHADO, 2009; DIAS, 2013; GUIOT, 2006). Alckmin defendia a ideia de que foi durante o governo tucano que se criou a estabilidade necessária para que o país pudesse crescer e gerar emprego e, por isso, não seria necessário uma mudança radical na economia, apenas pequenos ajustes. Assim, o momento “mudanças positivas e proposta de avanço” apresenta sentidos que vão desde a afirmação de que foi FHC quem derrubou a inflação e arrumou a economia, indicando que Serra seria o presidente que cuidaria do social e do emprego (Projeto Segunda-Feira), passando pela proposta de Alckmin de aumentar o investimento e acelerar a economia a partir de exportações e de que “plano nacional de desenvolvimento” com geração de emprego “é a maior mudança e é a maior medida social contra a crise”.

O segundo ponto antagônico colocou em evidência a relação entre os momentos “solidificação da economia e desenvolvimento social” *versus* “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista”. Neste caso, o discurso petista, que se refere ao primeiro mandato de Lula do PT e sua política de geração de emprego e

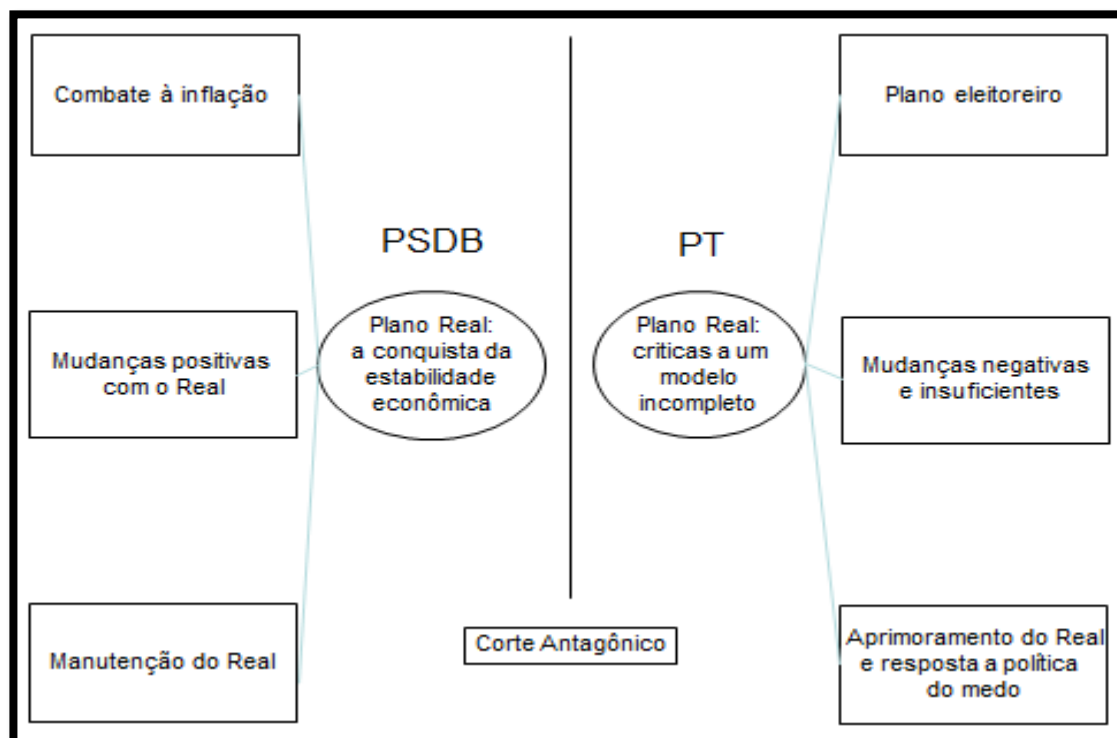
desenvolvimento, produziu sentidos como a retomada do crescimento econômico, a política do primeiro emprego em que o governo incentivaria as empresas a contratar jovens e o grande pacto social (começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores), por exemplo, apresentam os caminhos escolhidos pelo governo petista que buscou relacionar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social – “realizou grandes obras, atuou na área social e teve um grande desempenho na área econômica”. Por outro lado, o momento “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” do discurso peessedebista apresentou sentidos que tratavam sobre as alianças feitas pelo partido e seu candidato em 2002, alianças tidas como contraditórias ao próprio discurso do partido, aliada à “metamorfose” de Lula e do partido em seus programas eleitorais, bem como a forma de governo implementada por Lula em seu primeiro mandato. Deste modo, os sentidos passam pela afirmação de que Lula não tinha proposta clara para geração de emprego, indicando que o modelo de campanha eleitoral de “lulinha paz e amor” serviria apenas para tentar ganhar as eleições – na verdade, segundo o discurso de campanha dos candidatos do PSDB, o PT se manteria como um partido radical, o que levaria a um estelionato eleitoral, pois não cumpriria o que afirmava em seus programas eleitorais, ou, caso cumprisse, levaria o país a ruína –, indicando a utilização de uma retórica de campanha oportunista e eleitoreira, pois tanto o partido como seu candidato estaria escondendo sua posição da sociedade; “dois discursos do PT e de Lula; o PT e o Lula mentem para o povo”.

O terceiro ponto antagônico tratou da relação entre “política da esperança do novo modelo” *versus* “política do medo na mudança e na continuidade”. O novo modelo, representado pelo discurso petista, além de reproduzir o sentido do “grande pacto social (governo, empresários e trabalhadores)”, indicava que o governo petista, se eleito, seria responsável e de união nacional, além de informar que iria cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior, controlaria a inflação e iria manter as metas de superávit. Tais sentidos se posicionaram antagonicamente às afirmações feitas pelos candidatos peessedebistas de que o PT e Lula iriam levar o país a uma incógnita governamental e econômica; “crítica à criação de ambiente de terror em relação à eleição” de Lula do PT, “sem medo de votar em Lula”, e “contra o terrorismo eleitoral”. Apresentando uma perspectiva contrária ao modelo implementado ainda durante o governo de Cardoso do PSDB, a campanha de Lula do PT afirmava que iria mudar a política econômica – que, segundo o programa eleitoral do próprio candidato,

teria paralisado a economia brasileira –, iria aumentar a produção e diminuir a especulação. Posteriormente, se referindo à esperança do novo modelo, os sentidos de que “o governo Lula melhorou o Brasil”, de que o país vive seu “melhor momento econômico e social” e que conseguiu articular “crescimento econômico com distribuição de renda” reforçam as conquistas com o novo modelo. Os sentidos apresentados neste momento discursivo se mostram sempre em resposta aos sentidos apresentados no momento “política do medo na mudança e na continuidade” constituído no discurso dos candidatos peessedebistas. Sentidos como a falta de qualificação de Lula, de que Lula não tem experiência administrativa, de que Lula e o PT são uma interrogação para o país e que as promessas de Lula e do PT são contraditórias fazem parte da ideia da “política do medo” inflada pela candidatura peessedebista. Além disso, de forma mais direta, os sentidos sobre as incertezas de um governo petista, do medo de perder a estabilidade, medo de Lula e medo da volta da inflação, são outros sentidos que também seguem a mesma linha da “política do medo”. Por fim, as acusações de corrupção no PT, segundo o programa eleitoral de Alckmin (2006) do PSDB, levariam ao afastamento dos investidores gerando desemprego e perda de credibilidade e prejudicaria obras de infraestrutura. Neste sentido, o suposto novo modelo implementado pelo governo petista seria um modelo danoso para o Brasil.

A partir dos discursos antagônicos pôde-se verificar a disputa pelos sentidos em torno do Plano Real e, posteriormente, em torno da reconfiguração ou reelaboração do plano econômico. Com isso, ficou evidenciada a disputa pelos sentidos que configuram cada discurso, caracterizando a formação de significantes flutuantes; em ambos os momentos políticos analisados ocorreu uma disputa pelo que pode ser definido como “o melhor para o Brasil e para o povo brasileiro”. A flutuação na disputa pelo significante, e levando em consideração a relação antagônica estabelecida entre as campanhas eleitorais dos candidatos à Presidência da República de PT e PSDB, produziu dois discursos que buscavam apresentar suas interpretações do que seria melhor para o país a partir do Plano Real. Em um primeiro momento dessa relação antagônica, o Plano Real se tornou um significante flutuante nessa disputa, sendo definido como “a conquista da estabilidade econômica” pelo discurso peessedebista e “críticas a um modelo incompleto” pelo discurso petista (figura 17).

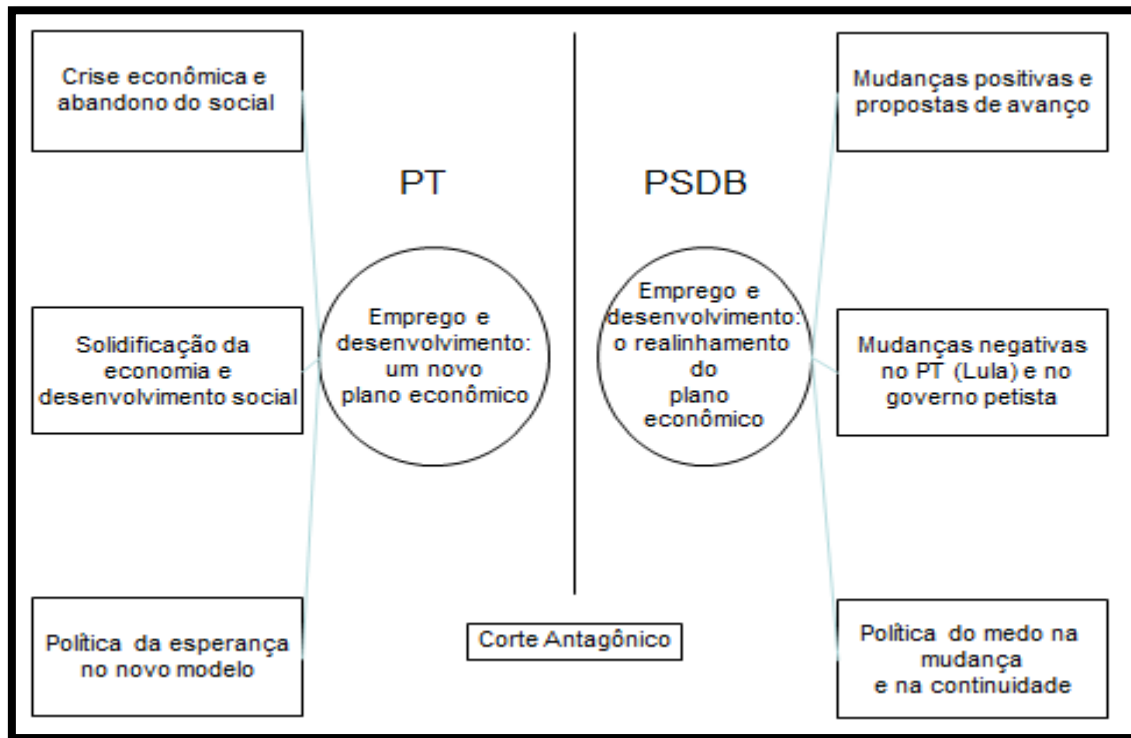
Figura 17 - Os discursos antagônicos em 1994 e 1998.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (1994; 1998).

Num segundo momento dessa relação a questão do emprego e do desenvolvimento assumiu a posição de significante flutuante e constituiu a disputa pelos seus significados (figura 18).

Figura 18: Os discursos antagônicos em 2002 e 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Em alguns momentos é possível verificar aproximações, como a construção hegemônica de um modelo econômico calcado numa ideia de predominância economicista. Mesmo que os candidatos de ambos os partidos abordassem um mesmo tema, seus sentidos se constituíram completamente diferentes, descaracterizando o que se poderia chamar de “hibridização” de conteúdos no HGPE.

Realizada essa comparação entre os sentidos, os momentos e os discursos produzidos pelos candidatos à Presidência da República de PSDB e PT nas eleições de 1994 a 2006 durante os programas eleitorais veiculados no HGPE, busca-se nas seções seguintes desenvolver algumas reflexões acerca da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas de PSDB e PT e seus desdobramentos no âmbito da teoria do discurso aqui trabalhada. Assim, na próxima seção serão abordadas as diferenças e regularidades na formação dos discursos antagônicos.

7.3 As disputas por sentidos em contextos diferentes e a formação de momentos com sentidos semelhantes

No estudo proposto neste trabalho, a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe – principalmente a partir das construções teóricas realizadas por Laclau posteriormente ao livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* –, buscamos identificar e compreender a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT à Presidência da República nas eleições de 1994 a 2006. O primeiro ponto que poderia parecer óbvio da pesquisa seria a realização de um estudo de cada eleição separadamente, pois se trata de eleições diferentes com contextos políticos e econômicos distintos. O segundo ponto seria identificar, em cada eleição, as características formadoras da relação antagônica; as regularidades, os elementos, a formação de momentos, o ponto nodal e identificar o antagonismo. De fato, tal processo foi realizado. No entanto, como apresentado na parte introdutória deste trabalho e no desenvolvimento da teoria do discurso no primeiro capítulo, não é possível construir uma relação antagônica *a priori*, pois é na relação de disputa (conflito) que o antagonismo emerge. Assim sendo, o primeiro ponto se mostrou insatisfatório, tendo em vista a relação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT a partir de um mesmo ponto nodal em duas eleições diferentes, o que possibilitou um estudo conjunto; em 1994/1998 e 2002/2006. Verificado isso, conseqüentemente o segundo ponto também se mostrou insatisfatório. O que prevaleceu, assim, foi a recorrência da disputa antagônica nas eleições de 1994 e 1998, a partir do Plano Real, e de 2002 e 2006, a partir da política econômica e da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento.

Por se tratar de uma disputa política que colocou os partidos políticos PSDB e PT em posições antagônicas, foi possível verificar elementos produzidos e reproduzidos nos pronunciamentos das candidaturas do PSDB e do PT nas eleições estudadas que evidenciaram a reconfiguração de sentidos disputadas e que demonstraram sua recorrência ao longo das disputas eleitorais ao cargo de Presidente da República entre 1994 e 2006. Respeitando as diferenças contextuais, foi possível constatar que tais características, como o contexto temporal, bem como a troca de candidatos – no caso do PSDB –, não afetaram a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT no que diz respeito às disputas pelos sentidos em torno do Plano Real e da política de geração de emprego e desenvolvimento. Isso não

quer dizer que a relação antagônica tenha se estabelecido a partir dos mesmos pontos nodais em todas as campanhas. Pelo contrário, identificamos suas diferenças a partir dos recortes de 1994/1998 e 2002/2006 propostos neste estudo, tendo em vista as disputa pelos seus sentidos e, com isso, a recorrência antagônica e seus sentidos constituidores. Então, a relação entre as eleições de 1994 e de 1998 apresentou o mesmo ponto nodal, o Plano Real e a disputa pelos seus sentidos. Assim como a relação entre as eleições de 2002 e 2006 apresentou como ponto nodal o debate em torno da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento (também aqui a disputa pelos seus sentidos).

Talvez fosse esperado constatar que contextos diferentes interfeririam na relação antagônica instituída entre as candidaturas tucana e petista a ponto de cada eleição produzir sentidos e pontos nodais diferentes. No entanto, foi identificado que as disputas pelos sentidos que constituíram os pontos nodais a partir de elementos contextualmente diferentes produziram sentidos semelhantes na produção e reprodução da relação antagônica estabelecida entre os partidos na disputa pela Presidência da República. A relação de similaridade entre os sentidos nas eleições e nos contextos distintos indicam que a relação antagônica pode emergir a partir de pontos nodais diferentes, mas que instituem disputas por sentidos semelhantes, como a política do medo, construída pela candidatura tucana, e da esperança, construída pela candidatura petista, que aparecerem em todas as eleições estudadas em formações de momentos e discursos diferentes.

A construção de um entendimento positivo em relação ao Plano Real por parte da candidatura tucana nas eleições de 1994 e 1998, e a mesma construção positiva em relação à política econômica da candidatura peessedebista nas eleições de 2002 e 2006 – em grande medida fazendo referência ao governo de FHC – apresentaram regularidades de elementos diferentes que geraram sentidos próximos e semelhantes. Dito de outro modo, a regularidade de elementos nas eleições de 1994 e 1998, tratando do Plano Real, e a regularidade de elementos nas eleições de 2002 e 2006, tratando da política econômica e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento, foram proferidas pela candidatura tucana de forma diferente entre os contextos recortados para as análises, mas produziram sentidos semelhantes, o que constituiu os momentos do discurso da candidatura do PSDB; “mudanças positivas com o Real”, em 1994 e 1998, e “mudanças positivas e propostas de avanço”, em 2002 e 2006.

Além dessa relação, foi possível verificar, da mesma forma estruturada, a relação entre os momentos “manutenção do Real”, da candidatura tucana de 1994 e 1998, e “política do medo na mudança e na continuidade”, de 2002 e 2006. As semelhanças dos sentidos produzidos nos contextos diferentes foram originadas por regularidades de elementos diferentes. No primeiro recorte – 1994 e 1998 – os elementos tratavam do Plano Real e da necessidade de eleger FHC como Presidente da República em 1994 e sua reeleição em 1998 para manter o Plano. Aliada a essa defesa estavam elementos que indicavam o risco de eleger um partido e um candidato inexperiente e radical, o que poderia fazer com que o Plano fosse interrompido e, inclusive, encerrado. No segundo recorte – 2002 e 2006 –, primeiramente, a inexperiência de Lula aparece ligada à sua “mudança” de postura em relação às eleições anteriores – 1989, 1994 e 1998 – e, posteriormente, ao não cumprimento das promessas feitas, como gerar 10 milhões de empregos, bem como aos escândalos de corrupção, sobretudo o mensalão. A emergência de elementos se mostram diferentes nos dois recortes propostos neste estudo, mas seus sentidos indicam aproximações que giram em torno de uma política do “medo”, o que, a partir de pontos nodais diferentes, estruturaram a relação antagônica entre as candidaturas.

No caso da candidatura do PT as aproximações se deram da mesma forma, só que constituídas antagonicamente em relação à candidatura peessedebista. Enquanto a candidatura tucana, nas eleições de 1994 e 1998, buscava construir um entendimento positivo em relação ao Plano Real, a candidatura do PT desenvolvia elementos que geravam sentidos contrariando tais informações. Deste modo, a candidatura petista informava durante seus programas eleitorais veiculados durante o HGPE nas eleições de 1994 e 1998 que o Plano Real na verdade não havia proporcionado mudanças positivas, e as mudanças ocorridas ainda eram insuficientes. Num primeiro instante, segundo um dos argumentos identificados na candidatura petista nas eleições de 1994, as mudanças percebidas foram classificadas como negativas, pois acabou aumentando o custo de vida dos brasileiros; aliado a isso também aparece o caráter eleitoreiro do Plano, informado pela candidatura de Lula do PT. Em 1998, a interpretação de mudança dada ao Plano e a política implementada pelo governo de FHC do PSDB pela candidatura do PT acusava as medidas de serem insuficientes e negativas para a sociedade de modo geral. Nas eleições de 2002 e 2006, a perspectiva negativa emerge a partir da crise econômica deixada pelo governo de FHC do PSDB e à falta de políticas sociais

voltadas para as classes mais desfavorecidas. A diferença de elementos nesses dois contextos – 1994/1998 e 2002/2006 – produziram sentidos que indicavam os aspectos negativos do Plano Real – em 1994 e 1998 – e da política econômica aplicada pelo governo de FHC, que serviu de subsídio para projetar a reorganização do próprio plano econômico – 2002 e 2006.

Numa outra relação, a produção de sentidos também se deu a partir de elementos diferentes. O momento “aprimoramento do Real e resposta à política do medo”, das campanhas de 1994 e 1998, e “política da esperança no novo modelo”, de 2002 e 2006, geram sentidos que buscam desconstruir a visão negativa desenvolvida pela candidatura tucana, informando sua preocupação com o Plano Real e o compromisso do PT e de seu governo com a manutenção dos contratos firmados com os agentes econômicos, bem como a garantia de governar sem cometer nenhuma radicalidade em relação à economia. A relação entre os sentidos produzidos nas campanhas distintas e, inclusive, a partir dos dois recortes propostos que instituíram pontos nodais antagonicamente diferentes – o Plano Real e a política econômica voltada para a geração de emprego e desenvolvimento –, foram oriundos de elementos diferentes.

As disputas pelos sentidos em relação ao Plano Real (1994/1998) e a política de geração de emprego e desenvolvimento (2002/2006) originaram momentos discursivos distintos, mas que mantinham em suas regularidades elementos/momentos que produziam sentidos semelhantes (em cada cadeia articulatória) entre os recortes propostos para as análises dos discursos antagonicamente constituídos entre as candidaturas do PSDB e do PT. De fato, a diferença entre os momentos discursivos pode ser atribuída à diferença no contexto temporal e político. Mesmo assim percebeu-se que determinados sentidos se mostravam semelhantes entre os contextos analisados, mesmo oriundos de contextos diferentes e a partir de elementos diferentes, o que constituiu pontos nodais diferentes e manteve a relação antagônica.

O fato é o de que a formação dos momentos de cada discurso e em cada contexto analisado produziram sentidos a partir das disputas pelos sentidos em torno do Plano Real e da política de geração de emprego e desenvolvimento. Então, sentidos semelhantes foram produzidos a partir de elementos contextualmente diferentes e originaram pontos nodais também diferentes.

7.4 A formação de significantes vazios e significantes flutuantes

Temos afirmado que para emergir o conflito na relação política é necessário o antagonismo, e que tal entendimento só é possível a partir da falta constitutiva de toda e qualquer “identidade”, ou seja, uma falta que só será preenchida de forma parcial. Isso quer dizer que uma falta constitutiva nunca terá um fundamento ou um conteúdo específico, mas será sempre um vazio preenchido por algum conteúdo de forma precária e contingente. Por isso existem diversas lutas (políticas) no espaço do social, e entre elas as lutas políticas que emergem dentro e a partir das instituições (não só fora da institucionalidade).

No caso da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT no HGPE, não só suas identidades foram constituídas/reconfiguradas a partir dessa relação – o processo de identificação – como também os conteúdos de seus respectivos discursos – o que será identificado como significante vazio. Dessa forma, além da formação dos discursos antagônicos produzidos durante o HGPE, os partidos também são afetados por essa relação antagônica, o que elimina qualquer entendimento de sedimentação última. O fato de que as identidades partidárias são sempre precárias possibilita a construção de discursos diferentes nos contextos estudados nesse trabalho. Então, a disputa pelos sentidos do “Plano Real” e da “política de geração de emprego e desenvolvimento, que constituem dois pontos nodais nessa relação antagônica, são identificadas como significantes vazios e, em alguns aspectos, significantes flutuantes.

Tratando dos contextos estudados neste trabalho, podemos identificar o confronto entre os partidos no contexto da disputa à Presidência da República a partir dos programas apresentados durante o HGPE como formadores de discursos que, a partir da relação antagônica estabelecida, afeta a constituição de suas identidades a partir desse processo de identificação política antagonicamente instituído. Assim, a relação de identificação deve levar em consideração os aspectos da disputa política eleitoral estruturada durante o HGPE a partir da relação antagônica.

Neste contexto, ambos os partidos e suas candidaturas representam uma gama de questões que estão dispersas entre os eleitores. É importante fazer alguns apontamentos sobre estes pontos. Sem dúvida que elementos externos a essa disputa, como a mídia ou o próprio marketing político, influenciam na dinâmica da disputa e são refletidos na “opinião” do eleitorado. O que se quer afirmar então é que

tanto esses meios externos como a disputa propriamente dita apresentada no HGPE a partir dos programas partidários veiculados não devem ser lidos como elementos fundantes, mas sim como imersos nessa relação complexa de disputa antagônica que reconfigura e constitui as identidades dos próprios partidos. Assim, os elementos externos constituem parte dessa disputa que será desenvolvida e apresentada para o eleitor a partir do HGPE. Os discursos constituídos no HGPE apresentam alguns entre outros vários elementos que reconfiguram a disputa política possibilitada pelas eleições e, a partir da relação antagônica entre os partidos envolvidos, constituem identificações políticas na própria dinâmica do HGPE – suas identidades, precárias e contingentes. Tal processo não fixa um fundamento para cada partido, mas sim apresenta sua impossibilidade.

Buscamos assim deixar claro que todos os sentidos produzidos no espaço do social só podem ser compreendidos a partir de formações discursivas, e que toda formação discursiva se constitui necessariamente como um significante vazio, caso contrário não seria possível formar discursos no espaço do social. Na verdade, se aceitássemos que uma formação discursiva se constituísse sem a necessidade de um significante vazio, estaríamos aceitando que todo elemento seria um discurso fundado em sua própria demanda específica.

Podemos afirmar, então, que o “Plano Real” e a “política de geração de emprego e desenvolvimento” assumiram o papel de significantes vazios em ambos os discursos. Isso ocorre pelo fato de o Plano Real e o entendimento sobre o plano econômico ser o aglutinador – o ponto nodal – dos momentos diferenciais tanto do discurso petista como do discurso peessedebista – respeitando sua separação antagônica indicada pelos sentidos disputados e produzidos por ambos os discursos.

Tal afirmação nos remete a outros dois pontos: todo ponto nodal é necessariamente um significante vazio; e todo instante hegemônico se configura como um ponto nodal, e por isso se constitui como um significante vazio.

Quando falamos em processo hegemônico estamos falando em disputa por algum significado, o que significa afirmar que todo processo de hegemonização de algum conteúdo nada mais é do que a disputa pelos seus sentidos. No caso do Plano Real e da política de geração de emprego e desenvolvimento, os discursos das candidaturas do PSDB e do PT estavam disputando os sentidos e as “verdades” sobre este significado e, como pôde ser percebido no decorrer deste trabalho, a flutuação do significante. O que se buscava construir como representação a partir do Plano Real

e da política de geração de emprego e desenvolvimento nos discursos antagonicamente construídos pode ser compreendido e explicado a partir dos sentidos que constituem os momentos de cada cadeia discursiva. Dito de outro modo, não existia um fundamento preestabelecido sobre o Plano Real e sobre a política econômica e seu reflexo em relação à política de geração de emprego e desenvolvimento, mas construções discursivas que disputavam seus sentidos.

O Plano Real era entendido como sendo a conquista da estabilidade econômica, no caso do PSDB, e como um modelo incompleto, no caso do PT, o que evidencia a flutuação do significante Plano Real entre as duas formações discursivas – como já enfatizado, marcada pelo seu corte antagônico. No outro recorte analisado, em se tratando das eleições de 2002 e 2006, a relação se mostra a mesma. Só que neste momento a disputa discursiva se deu em torno da estrutura econômica marcada pela necessidade de geração de emprego e desenvolvimento. Assim, por um lado defendia-se o realinhamento do plano econômico como solução para o desemprego e para a estagnação da economia, no caso do PSDB, e por outro era apresentado como solução a elaboração e implementação de um novo plano econômico, que buscasse articular desenvolvimento econômico com desenvolvimento social para que se pudesse gerar os empregos necessários para fazer o país voltar a crescer, no caso do PT.

Até este momento, ficou evidenciada a relação antagônica entre os discursos produzidos pelos candidatos do PSDB e do PT à Presidência da República nas eleições de 1994 a 2006, e como tais discursos se caracterizam como significantes vazios. No entanto, ainda resta uma explicação: podem os momentos dos discursos antagônicos produzir sentidos iguais? Na verdade, tal questionamento não passa, no nosso entendimento, de um falso questionamento, por mais que isso ainda seja ventilado e apresentado em diversos estudos que investigam as disputas políticas contidas no HGPE (MACHADO, 2009; DIAS, 2013). Tais estudos partem de elementos ontológicos, teóricos e epistemológicos distintos, o que, em nosso entendimento, não elimina a possibilidade de comparação e crítica em relação às suas conclusões. Com tudo que já afirmamos até este momento, a resposta imediata para esse questionamento é negativa, ou seja, não se podem produzir sentidos iguais – caso contrário não seriam antagônicos. O que ocorre, então, é uma disputa pelos sentidos de uma determinada “questão”. Assim sendo, a disputa pelos sentidos é o

que caracteriza a flutuação do significante – seja o Plano Real (1994 e 1998) ou a condução da economia num novo contexto (2002 e 2006).

Então, compreendida a relação antagônica estabelecida entre essas identidades no contexto específico do HGPE, espaço de análise desta tese, os discursos produzidos pelas candidaturas em questão indicam uma relação de proximidade – levando em consideração o contexto capitalista e a necessidade de tratar sobre questões econômicas a partir dessa perspectiva – e, ao mesmo tempo, e necessariamente no nosso entendimento, distanciamento. Assim, foi o caráter desse distanciamento o objetivo das explicações apresentadas nesta seção, enfatizando as disputas pelos seus significados, o que constituiu os significantes vazios e flutuantes.

Na próxima seção buscaremos apresentar as disputas por hegemonia. Neste sentido, como já destacado, serão enfatizadas suas aproximações e, em grande medida, retomadas suas diferenças.

7.5 As disputas por hegemonia

Num cenário geral e amplo, os discursos de ambas as candidaturas em ambos os contextos analisados se mostraram imersos numa lógica eleitoral e econômica, marcada, em grande medida, pela lógica capitalista e a necessidade de pensar o econômico. Esses discursos produziram sentidos atrelados a essa realidade política/social. No entanto, tal cenário não eliminou as disputas por hegemonia que permeiam o espaço do social, bem como a própria disputa política estruturada nos contextos estudados a partir da relação antagônica estabelecida entre os discursos das candidaturas do PSDB e do PT.

Como já dito, podemos pensar os conceitos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe a partir da ideia de “radicalidade social” e “radicalidade democrática”. Retomando de forma breve a base do que define a ideia de “radicalidade social” e “radicalidade democrática”, argumenta-se que o social é altamente fragmentado e constituído por diversas lutas antagônicas que buscam hegemonizar seus conteúdos, como também a formação interna de cada discurso como formações hegemônicas, tendo em vista a relação de articulação que tal processo envolve a partir da relação entre múltiplas identidades num processo político de formação de novas identificações. É neste sentido que a relação estabelecida entre as candidaturas do

PSDB e do PT durante o HGPE, nas eleições estudadas, indica disputas por sentidos hegemônicos que permeiam o entendimento sobre o Plano Real e a estrutura da economia e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento, bem como pôde-se compreender um discurso como sendo um instante hegemônico a partir de sua própria articulação - a hegemonização interna de cada formação discursiva a partir da relação antagonica e da instituição do ponto nodal.

A disputa eleitoral é a mais óbvia disputa apresentada neste contexto, porém existem outras disputas por sentidos que, muitas vezes, acabam passando despercebidas e que afetam o próprio processo eleitoral e a decisão do voto por parte do eleitor. Neste contexto, em que pesem as limitações do processo eleitoral, o sentido hegemônico é o de que a via eleitoral ainda é a melhor forma de seleção dos representantes. Por mais que existam defensores da participação direta do cidadão em determinados espaços, a representação constituída por eleição não é eliminada.

A disputa por hegemonia, no âmbito eleitoral, poderia ser pensada a partir da competição pelo voto do eleitor, respeitando-se a ideia de maioria simples. Neste sentido, as regras eleitorais e institucionais definiriam o que é hegemonia. No caso brasileiro, poderíamos atribuir a definição de hegemonia à vitória no primeiro turno, com 50% mais 1 voto, e refinar com a definição de que a diferença para o segundo colocado tenha de ser superior a 10%, por exemplo. Tal simplificação torna o entendimento sobre hegemonia superficial, mas mantém seu caráter analítico a partir de redefinições metodológicas. No entanto, o propósito desta seção é identificar outros processos que levam às lutas por hegemonia contidas nos discursos analisados. Ou seja, a luta por sentidos que buscam se tornar hegemônicos e que ultrapassam seu aspecto eleitoral.

Entendemos que a disputa política muitas vezes extrapola as “regras do jogo” propriamente ditas – podendo ser pensada a partir de um projeto de reforma eleitoral ou pela subversão total das próprias regras por vias não institucionais – e, deste modo, nenhuma vitória no pleito eleitoral construiria um sentido hegemônico por si. De certa forma, o cenário político eleitoral e institucional não limita totalmente as lutas contidas num determinado contexto, apenas define as regras do jogo e como o jogo poderá ser jogado, ou seja, as regras apenas delimitam o espaço de luta política. No nosso entendimento, é no próprio processo de luta que disputas por hegemonia emergem, inclusive no ato de subverter as regras, o que não é o caso deste estudo, pois estamos tratando de um espaço institucionalizado – o HGPE.

O discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 1994 e 1998, nomeado como “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”, formado pelos momentos “combate à inflação”, “mudanças positivas” e “manutenção do Real”, foi contraposto pelo discurso da candidatura do PT nomeado como “Plano Real: críticas a um modelo incompleto”, formado pelos momentos “plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real”. A disputa política eleitoral neste contexto foi marcada pela disputa pelos sentidos em torno do Plano Real e seu reflexo para a sociedade brasileira como um todo, o que caracteriza uma luta por hegemonia. Ambos os discursos disputavam os sentidos do Plano na tentativa de convencer o eleitor do que era “verdade” e/ou “mentira”.

Já nas eleições de 2002 e 2006, o discurso do PT, intitulado “Emprego e Desenvolvimento: um novo plano econômico”, formado pelos momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”, foi confrontado pelo discurso do PSDB intitulado “Emprego e Desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”, formado pelos momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”. Semelhante ao recorte de análise de 1994 e 1998, a disputa política eleitoral em 2002 e 2006 foi marcada pela disputa dos sentidos em torno da política econômica e seus desdobramentos para a geração de emprego e desenvolvimento, o que novamente caracteriza outra luta por hegemonia, além de disputar os votos dos eleitores construindo cenários futuros a partir de seus projetos.

No primeiro contexto, de 1994 e 1998, em se tratando do aspecto eleitoral e tendo como base as regras eleitorais, podemos entender que o discurso produzido pela candidatura do candidato do PSDB, FHC, o qual apontava o Plano Real como sendo “a conquista da estabilidade econômica”, se tornou hegemônico a partir da vontade do eleitorado, que deu a FHC duas vitórias em primeiro turno – em 1994 e 1998. No segundo contexto, de 2002 e 2006, as vitórias foram de Lula do PT, o que nos leva perceber que o discurso “Emprego e Desenvolvimento: um novo modelo econômico” se tornou hegemônico a partir da vontade do eleitorado. No entanto, tal hegemonia só pôde ser percebida a partir desse ponto de vista porque, no decorrer de cada governo, PSDB e PT se posicionaram como adversários, construindo discursos opostos e antagônicos. Dito de outra forma, o governo de FHC de 1995 a 2002 e seus projetos, inclusive na área econômica, que envolvia estruturas ligadas ao

Plano Real, foram duramente combatidos por membros do PT no Congresso Federal. Da mesma forma foi o governo de Lula do PT entre 2003 e 2010, que sofreu uma oposição constante de membros do PSDB no Parlamento.

Como afirmado, os discursos de ambas as candidaturas em ambos os contextos trataram de temas relativos às questões econômicas, seja tendo o Plano Real como ponto nodal seja tendo o debate em torno da geração de emprego e desenvolvimento como outro ponto nodal. A partir disso, foi possível verificar a construção de um sentido hegemônico de um modelo econômico calcado numa ideia de predominância economicista; no primeiro recorte em torno do Plano Real e no segundo recorte na ideia de reorganização –(ajustes ou mudanças “mais radicais”) da economia como saída para a geração de emprego e do próprio desenvolvimento econômico. Assim, a relação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT foram constituídas pensando a estrutura econômica que deveria ser adotada. Então, todas as disputas por hegemonias foram estruturadas a partir de elementos atrelados ao econômico e à forma de “gestão” do Estado frente ao modelo econômico defendido por cada candidatura. No entanto, mesmo que as candidaturas abordassem um mesmo tema, seus sentidos se constituíram completamente diferentes, descaracterizando o que se poderia chamar de “hibridização” de conteúdos no HGPE.

No enquadramento de uma análise interna a cada discurso e em cada contexto – 1994/1998 e 2002/2006 – podemos perceber que a hegemonia interna se deu a partir dos momentos e sentidos produzidos em cada discurso, o que só é possível tendo em vista sua relação com o discurso antagônico. Isso quer dizer que o ponto nodal, o ponto privilegiado de uma articulação discursiva, também se constitui como um ponto hegemônico, pois a relação de articulação colocou tal ponto como o privilegiado e não outro, o que possibilitou a hegemonia e consolidação do próprio discurso.

Numa outra perspectiva conjuntural, o discurso hegemônico tanto pertence aos dois polos antagônicos como também não pertence a nenhum de forma particular. Ele é fruto da relação estabelecida entre eles. Dito de outro modo, o que está em jogo é o próprio sentido do que se tenta hegemônizar. Num primeiro caso, como já explicado no capítulo 1 e retomado nesta seção, a formação antagônica pode ser identificada levando em consideração a articulação interna de cada discurso como uma construção hegemônica. Quando comparada com outro discurso, como o estudo propriamente pretendido por este trabalho, há de se verificar seus conteúdos para aí

sim identificar a existência de um discurso hegemônico (as disputas pelos sentidos propriamente ditas). Então, retomando o debate do parágrafo anterior, e tratando sobre os recortes de análise das eleições de 1994 e 1998 e de 2002 e 2006, não se pôde identificar um discurso hegemônico sobre o Plano Real e sobre os fundamentos econômicos que deveriam ser adotados para gerar emprego e estimular o desenvolvimento econômico, tendo em vista ser o Plano Real e o debate em torno da reestruturação/desconstrução da economia a partir da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento os principais pontos de antagonismos entre as candidaturas. Isso não contradiz o econômico como hegemônico nos discursos em questão. Portanto, não há um discurso hegemônico em relação à condução da política. Por outro lado, podemos identificar um discurso hegemônico em relação à necessidade de combater a inflação em 1994 e 1998, como a necessidade de gerar emprego e desenvolvimento em 2002 e 2006.

Deste modo, diversas conjunturas puderam ser percebidas e pensadas a partir da disputa política/eleitoral entre as candidaturas do PSDB e PT. Assim, a relação antagônica, que será retomada na seção seguinte, inflou uma disputa por sentidos a partir dos discursos de cada candidatura e em cada contexto estudado, como consolidou discursos antagônicos e estruturados a partir de hegemônias internas. Além disso, foi possível verificar a emergência de um discurso hegemônico em relação à necessidade de combater a inflação e à necessidade de gerar emprego e desenvolvimento, mas não a estruturação de um discurso hegemônico em torno do Plano Real e da política de geração de emprego e desenvolvimento, o que, como demonstrado, foi a exata relação de antagonismo entre os discursos analisados.

7.6 Antagonismo e conflito político no HGPE

Como desenvolvido no primeiro capítulo, é a partir da teoria do discurso aqui utilizada que partimos para construir uma compreensão da realidade política/social, de modo geral, e em particular da emergência do antagonismo entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 1994 a 2006 para Presidente da República a partir de seus pronunciamentos realizados durante o HGPE. Então, é a partir da própria teoria que buscamos compreender as relações de conflito político que, no nosso entendimento, existem em todos os níveis da atividade política que, sendo

conflitantes, são instituídas pelo que Laclau (2000) denomina de “o momento do político”. Assim, o conflito político e as relações de antagonismos podem emergir a partir de espaços já institucionalizados, sem a necessidade de uma disputa sobre seus limites em si, mas construindo disputas políticas antagônicas nos próprios limites a partir de disputas por sentidos referentes à alguma questão específica. Ou seja, antagonismo, em nossa compreensão, é disputa por sentidos.

A teoria do discurso entende que a política é resultado do conflito, e que este não pode ser eliminado. Além disso, pelo caráter deslocado de toda identidade, o antagonismo é o que constitui e reorganiza as disputas existentes no espaço do social; um espaço fragmentado, mas que mantém certa estabilidade. Se estamos lidando com formações de identidades políticas (ou identificações políticas), a estruturalidade do social (suas regras, inclusive regras que delimitam as disputas políticas) para além de constituir a possibilidade da disputa política não pode ser identificada como o limite dessa disputa, pois assim estaríamos presos apenas à própria estruturalidade da identidade relacionada com seu exterior constitutivo. Dito de outra forma, a “radicalidade do social” identificada na teoria do discurso embasada nos escritos de Laclau permite pensar os espaços de luta política a partir de uma ordem já estabelecida, desde que haja disputas por sentidos. Então, se estamos no fim da emancipação e no início da liberdade, como afirma Laclau, as disputas políticas não necessariamente devem buscar alguma forma de emancipação; as lutas políticas se dão a partir de uma estrutura - o próprio sentido de radicalidade democrática.

A fragmentação do social e as múltiplas identidades/identificações que emergem a partir de diversas lutas antagônicas, nem sempre colocarão em cheque uma dada estruturalidade, mas constituirão lutas políticas internas que reivindicarão demandas já previstas na própria luta política, mesmo constituídas antagonicamente. Isso quer dizer que o próprio modelo democrático, como desenvolvido por Laclau e Mouffe (2015) - por um modelo radical de democracia -, abre caminho para novas lutas. É neste sentido que as relações antagônicas se mostram constitutivas de todas as identidades/identificações, incluindo relações estabelecidas a partir de elementos democráticos. Se estamos lidando com lutas políticas e reconhecemos o caráter conflitante da própria política, temos de pensar e identificar tais pontos nas disputas constituídas no espaço do social em qualquer que seja seu nível.

Para além da separação feita entre a política e o político (SCHMITT, 2009) e as tentativas teóricas que buscam, de alguma forma, domesticar o conflito a partir da

relação institucional vigente nos modelos democráticos - mesmo o modelo radical de democracia pensado por Mouffe - compreendendo sua dimensão agonística (MOUFFE, 2005; 2009), entendemos que o conflito ultrapassa o âmbito das relações pensadas em nível ontológico e ocupa as relações no nível ôntico quando as mesmas constituem disputas por sentidos. A separação entre inimigo e amigo (MOUFFE, 2005; 2209; SCHMITT, 2009) na tentativa de domesticar o conflito no modelo democrático conforme a reflexão feita por Mouffe acaba por limitar o próprio espaço de luta política. Ainda, além de mecanismos de resistência a padrões de dominação vigentes nas sociedades, inclusive democráticas, as relações antagônicas podem ocorrer dentro da institucionalidade (MIGUEL, 2015, p. 38). Assim, como destaca Miguel, as disputas de interesses contrários e as visões de mundo conflitantes podem originar disputas antagônicas dentro de espaços institucionais. Portanto, em se tratando de um modelo de democracia, entendemos que os aspectos que enfatizem o conflito e, por isso, o antagonismo são mais profícuos. Entendemos que democracia não deve ser simplesmente descrita pelas suas instituições, mas compreendida como algo maior, algo que só pode ser “enxergada” por meio das relações de conflito e de disputas por sentidos.

Por mais que críticas sejam feitas a determinados espaços como dominados por determinados *modus operandi*, como o próprio Miguel desenvolve em outros textos em que trata sobre o HGPE (MIGUEL, 1999; 2002; 2003; 2004), compreendemos que o HGPE se constitui como um espaço de disputa política. Mesmo a atitude da grande mídia tendo capacidade de interferir numa eleição (LATTMAN-WELTMAN, CARNEIRO, RAMOS, 1994), a relação antagônica identificada entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições aqui estudadas aponta para o fato de que o HGPE pode ser um espaço de luta política com capacidade de alterar perspectivas. Neste sentido, os trabalhos de Machado (2009), Cervi, Massuchin e Tavares (2012), bem como alguns pontos identificados por Dias (2013), indicam o aspecto de desconstrução atribuído ao HGPE neste estudo, podendo assumir uma capacidade de contrapor a força de interferência da grande mídia e sua “preferência” por algum candidato, como nas eleições de Lula em 2002 e 2006 e Dilma em 2010 e 2014.

Por fim, o HGPE possibilita um debate de desconstrução de candidaturas a partir da relação antagônica que ali poderá ser instituída. No caso estudado neste trabalho, foram identificados os pontos antagônicos entre as candidaturas do PSDB e

do PT nas eleições de 1994 a 2006 a respeito da disputa à Presidência da República. Neste estudo, ficou demonstrado que o HGPE se mostrou um espaço de disputa política, e por isso de conflito, em que as candidaturas concorrentes estudadas buscaram desconstruir as propostas uma da outra a partir de identificações políticas antagônicas. E levando em consideração alguns aspectos dos estudos de Machado (2009), Cervi, Massuchin e Tavares (2012) e Dias (2013), podemos definir as disputas travadas entre as candidaturas do PSDB e do PT no HGPE como desconstrutivas das informações passadas pelos grandes meios de comunicação – como já destacadas, as eleições de Lula e Dilma são um exemplo disso.

Portanto, como mencionado na parte introdutória e comprovado no estudo aqui realizado, entendemos que a relação entre candidaturas é outro elemento que afeta, sobremaneira, a organização e a direção dada aos programas eleitorais veiculados no HGPE. Por mais que não tenha sido objeto de estudo propriamente dito deste trabalho, podemos afirmar, respaldados pela construção das candidaturas estudadas e a partir dos trabalhos citados nesta seção, a influência do HGPE na decisão do eleitor, mesmo havendo constrangimentos e a construção direcionada de informações pelos principais veículos de informação da grande mídia. Então, o HGPE se mostra como um elemento importante no que diz respeito à própria disputa política travada entre os candidatos e partidos.

7.7 Considerações do capítulo

A partir da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas de PSDB e PT nas eleições aqui estudadas – 1994 a 2006 –, foi possível verificar, levando em consideração os contextos de cada eleição, a aproximação discursiva de ambas as candidaturas nas eleições de 1994 e 1998 e de 2002 e 2006. Assim, identificou-se a formação de significantes vazios, significantes flutuantes e as disputas por hegemonia no que se refere à própria disputa por sentidos que envolvem os discursos antagonicamente constituídos. Além do mais, a partir da constatação da relação antagônica entre as candidaturas, identificamos no HGPE, como defendido na parte introdutória, a emergência de disputas políticas a partir da própria relação de antagonismo entre as candidaturas do PSDB e do PT.

Em se tratando dos significantes vazios e significantes flutuantes, ficaram evidenciadas as diferenças dos sentidos atribuídos pelas candidaturas estudadas em relação ao Plano Real e à condução da economia no que se refere à geração de emprego e desenvolvimento. Atreladas a isso, foram apresentadas as disputas por hegemonia em torno desses dois pontos antagônicos, o que destaca a luta pelos sentidos contida em cada discurso e em cada contexto e, assim, o caráter vazio e a flutuação de cada significante. Por fim, identificamos a relação antagônica entre as candidaturas, o que caracteriza o HGPE como um espaço de disputa política - de conflito.

Tendo demonstrado a relação antagônica entre os discursos de campanha das candidaturas de PSDB e PT nas eleições de 1994 a 2006, bem como as disputas pelos sentidos em torno do Plano Real e da reestruturação a economia a partir da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento, o que configurou os significantes vazios, os significantes flutuantes e as disputas por hegemonia, nas considerações finais, que seguem na sequência deste trabalho, retomaremos tudo o que foi realizado, com o intuito de identificar os objetivos alcançados e apresentar um fechamento sobre as questões que guiaram as compreensões desse estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado e discutido no decorrer desta tese, o objetivo central da investigação aqui empreendida era conhecer a formação discursiva das candidaturas à Presidência da República do PSDB e do PT veiculadas durante o HGPE nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, a fim de identificar suas diferenças constitutivas a partir de elementos antagônicos. Então, o problema que guiou a pesquisa foi o seguinte: como se estruturam os discursos das candidaturas de PSDB e PT veiculados durante o HGPE nas campanhas à Presidência da República de 1994, 1998, 2002 e 2006, e como tais elementos se configuram e se relacionam na construção de sentidos na disputa antagônica estabelecida entre as candidaturas? Com base nesses questionamentos, buscamos demonstrar a relação antagônica emergente entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições aqui estudadas a partir dos pronunciamentos contidos nos programas veiculados durante o HGPE, o que, no nosso entendimento, permeia toda e qualquer disputa política. Além disso, e como buscamos demonstrar ao longo deste trabalho, entendemos que o HGPE se constitui como um espaço em que pese elementos de disputa política, visto seu aspecto eleitoral e, por isso, permeado por elementos antagônicos.

Para as análises dos pronunciamentos contidos nos programas das candidaturas do PSDB e do PT veiculados no HGPE nas eleições supracitadas, foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso desenvolvida inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e, posteriormente, aprofundada por Laclau, os quais serviram como ferramenta de compreensão dos sentidos antagônicos gerados pelas candidaturas peessedebista e petista. Neste sentido, a partir da teoria do discurso, a qual deu conta de explicar a separação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT, pôde-se perceber, num primeiro momento, na eleição de 1994, uma disputa pelos sentidos em torno do Plano Real. Num segundo momento, nas eleições de 1998, novamente o Plano Real foi o tema que gerou sentidos antagônicos entre as candidaturas estudadas. Num terceiro momento, nas eleições de 2002, os sentidos antagônicos foram constituídos a partir da política de geração de emprego e a necessidade de desenvolvimento, o que evidenciou um debate em torno do modelo econômico adotado e proposto pelas candidaturas. Por fim, nas eleições de 2006, ocorreu a recorrência dos sentidos antagônicos em relação

à política de geração de emprego e à necessidade de desenvolvimento, permeados pelo debate em torno do modelo econômico adotado e proposto pelas candidaturas.

Isso evidenciado, a aproximação na campanha eleitoral de 1994 com a de 1998 e a de 2002 com a de 2006, no que se refere à sua formação discursiva antagônica, tomou-se como medida estratégica do estudo construir dois recortes de investigação que consistiram numa observação conjunta das eleições de 1994 e 1998, e noutra observação conjunta das eleições de 2002 e 2006. Assim, o Plano Real assumiu o papel de ponto nodal na disputa antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 1994/1998, e a política de geração de emprego e desenvolvimento assumiu tal papel em 2002/2006. Outros temas foram abordados durante os programas eleitorais veiculados no HGPE pelas candidaturas do PSDB e do PT nas eleições de 1994 a 2006, mas nenhum indicou sentidos constituídos de forma antagônica entre as candidaturas. Temas como saúde pública, educação pública, transporte público e infraestrutura, por exemplo, foram abordados pelas candidaturas, mas não apresentaram sentidos antagônicos. Portanto, as temáticas que evidenciaram a relação antagônica entre as candidaturas foi o Plano Real em 1994/1998 e a política de geração de emprego e desenvolvimento em 2002/2006.

No primeiro capítulo foi apresentada a matriz teórica utilizada para as análises dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais das candidaturas do PSDB e do PT à Presidência da República nas eleições de 1994 a 2006, isto é, foi apresentada a teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau conjuntamente com Chantal Mouffe, pelo menos seus elementos iniciais, e, posteriormente, basicamente de forma singular, incrementada por Ernesto Laclau. Neste capítulo foram apresentados os principais conceitos de tal teoria, dos quais serviram para a compreensão da articulação de elementos dispersos no campo da discursividade - o HGPE - a partir de suas regularidades, a formação de seus sentidos na construção antagônica entre os discursos das candidaturas, e, por fim, a própria estruturação dos discursos antagonicamente constituídos.

Assim, foi realizada uma apresentação sobre o surgimento da teoria do discurso, como se deu a sua articulação com outras teorias e quais elementos teóricos e filosóficos serviram de base para que a teoria pudesse se constituir. Além disso, buscou-se desenvolver um entendimento sobre discurso e prática articulatória de forma relacional, para em seguida incrementar o entendimento da teoria a partir dos conceitos de pontos nodais e hegemonia, indicando sua relação com os conceitos de

significante vazio e significantes flutuantes. Por fim, com o objetivo de ampliar a discussão em torno da teoria do discurso, foi desenvolvido um debate em torno dos conceitos de identidade e identificação política a partir de relações antagônicas possibilitadas pelo deslocamento. Sem dúvida, dentro da operacionalização da pesquisa e da análise propriamente dita, todos os conceitos abordados assumiram um papel importante na construção desta tese e de seu entendimento em relação ao antagonismo como elemento político de todo conflito, mas é o conceito de antagonismo que merece maior destaque, pois ele é a base da explicação sobre a separação e a disputa política entre as candidaturas do PSDB e do PT.

Ainda sobre a teoria do discurso, é importante apresentar algumas considerações em relação aos seus aspectos metodológicos. A teoria possibilitou compreender a formação da realidade antagônica construída no HGPE com base na disputa política eleitoral entre as candidaturas do PSDB e do PT. Então, foi a partir de elementos dispersos que apresentaram regularidades na produção de sentidos em cada formação discursiva a partir da relação antagônica estabelecida que foi possível verificar os momentos e, conseqüentemente, a formação dos pontos privilegiados, os pontos nodais, na estruturação dos discursos antagonicamente constituídos. Ainda, nesta mesma lógica, este é o momento das disputas pelos sentidos e das formações dos significantes vazios, também das disputas por hegemonia. Portanto, como vimos no último capítulo, o ponto nodal, o ponto antagônico, também é um significante vazio.

No segundo capítulo foi apresentada a formação político/partidária do PT e do PSDB, compreendendo os principais elementos contextuais e eleitorais, bem como a aproximação entre esses partidos até o início de dos anos 1990 e seu distanciamento político após as eleições de 1994. No caso do PT foi destacada sua formação partidária com forte viés social, ou seja, suas bases, na grande maioria, foram oriundas de fora do Congresso. A abertura partidária propiciou a organização de pessoas ligadas aos sindicatos, como os metalúrgicos e os funcionários do Banco do Brasil, bem como outros grupos de trabalhadores sem representatividade no Congresso, além de pessoas ligadas à Igreja Católica. No caso do PSDB, sua base originária praticamente foi formada de dentro do Congresso e contou com políticos ligados ao PMDB, pois estavam insatisfeitos com a estrutura hierárquica do partido e o posicionamento da maioria dos integrantes durante a Constituinte de 1988. A aproximação entre PT e PSDB foi atribuída à insatisfação de seus integrantes com o governo de transição para a democracia, bem como a oposição feita ao governo de

Fernando Collor de Melo. No entanto, em 1992, quando FHC do PSDB aceitou fazer parte do governo de Itamar Franco do PMDB, sucessor após o impeachment de Collor, já foi possível verificar uma discordância entre os integrantes de PSDB e PT, haja vista a negativa de Lula e do partido em compor o governo de Itamar Franco. Mesmo isso ocorrido, foi só em 1994 que o distanciamento entre os partidos ganhou proporções relevantes em nível nacional, caracterizado pela disputa à Presidência da República. Então, foi neste contexto de disputa política/eleitoral que a emergência das relações antagônicas entre PSDB e PT se originaram, sendo replicadas em diversos espaços, incluindo as 5 eleições seguintes para o cargo de Presidente da República e as disputas travadas dentro do próprio Congresso.

Ainda neste segundo capítulo foram apresentados os principais elementos estruturais referentes ao HGPE, buscando, com isso, compreender suas principais características, como sua legislação e as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo, e o arranjo em relação ao sistema partidário brasileiro a partir das disputas eleitorais de 1994 a 2006, enfatizando a distribuição do tempo entre as candidaturas e seus votos em cada eleição, dando destaque para os partidos aqui estudados, PSDB e PT. Então, foram apontados os principais aspectos de cada eleição com o intuito de identificar suas implicações em torno do PT e do PSDB, já apontando a emergência de alguns aspectos da relação antagônica constituída entre os partidos, tendo em vista o estudo de seu surgimento a partir dos programas veiculados por suas candidaturas à Presidência da República nas eleições de 1994 a 2006 com o objetivo de identificar seus discursos constituídos antagonicamente.

No terceiro capítulo deu-se início ao estudo propriamente dito, ou seja, a identificação da constituição dos discursos antagônicos entre as candidaturas do PSDB e do PT. Neste terceiro capítulo foi apresentada a estruturação antagônica do discurso da candidatura à Presidência da República do PSDB nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato FHC. Assim, a partir do entendimento de antagonismo como constituidor de toda relação que envolva alguma disputa política (conflito), foram identificados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da campanha eleitoral de FHC do PSDB para significar seu entendimento em relação ao Plano Real – como já destacamos, esse foi o ponto antagônico entre os discursos das candidaturas de PSDB e PT nas eleições de 1994 e 1998.

As relações entre os sentidos produzidos pela candidatura tucana em torno do Plano Real nessas eleições apontaram para três fluxos argumentativos que indicavam uma política de “combate à inflação”, os aspectos de “mudanças positivas com o Real” e a “manutenção do Real”, os quais foram denominados de momentos discursivos. Momentos carregados de sentidos em relação aos próprios momentos, bem como na estruturação do próprio discurso da candidatura peessedebista sobre o Plano Real. Assim, a relação estabelecida entre tais momentos, respeitando suas diferenças, se sustentou a partir de uma articulação que colocou o Plano Real como o tema sistematizador do discurso antagonicamente construído na candidatura tucana, identificado como “Plano Real: a conquista da estabilidade econômica”.

De forma relacional ao terceiro capítulo, o capítulo quatro tratou da formação do discurso da candidatura petista nas eleições de 1994 e 1998. Nesse capítulo foi apresentada a estruturação do discurso antagonicamente formulado pela candidatura à Presidência da República do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 e 1998 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representadas pelo candidato Lula. Assim, neste capítulo foram apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em relação ao ponto antagônico entre as candidaturas aqui estudadas, ou seja, o Plano Real.

Como no capítulo anterior, mas agora tratando do discurso da candidatura do PT, e tendo a compreensão que todo conflito e disputa política são constituídos por relação de antagonismo – disputa por sentidos na construção de discursos –, verificou-se nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura petista nas eleições de 1994 e 1998 regularidades que geravam sentidos em relação ao Plano Real, a partir da estruturação de três momentos discursivos: “Plano eleitoreiro”, “mudanças negativas e insuficientes” e “aprimoramento do Real e resposta à política do medo”. Então, o Plano assumiu na estruturação do discurso da candidatura petista o papel de sistematizador; o ponto nodal. Portanto, de forma antagônica ao discurso da candidatura peessedebista, e amparado pela articulação de seus momentos carregados de sentidos, a candidatura do PT estruturou um discurso crítico à formatação argumentativa e estrutural do Plano, nomeado como “Plano Real: críticas a um modelo incompleto”.

Neste recorte estudado, a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT a partir do Plano Real foi estabelecida a partir da emergência de sentidos

contrários que constituíram momentos discursivos opostos. O momento “combate à inflação” do discurso da candidatura tucana foi contrariado pelo momento “Plano eleitoreiro” da candidatura petista. Nesta disputa pelos sentidos do Plano, a principal característica foi a de que o Plano, segundo a candidatura de FHC do PSDB, era a saída para controlar a inflação e, com isso, estabilizar a economia, enquanto para a candidatura de Lula do PT o Plano não passava de uma estratégia para eleger FHC, e não surtiria o efeito apontado pela candidatura tucana; o plano era para impedir a vitória de Lula. Da mesma forma, o momento “mudanças positivas com o Real”, da candidatura do PSDB, buscava informar que “coisas” boas aconteceram em curto prazo e que outras positivas iriam vir com o passar do tempo, principalmente, com um segundo mandato de FHC do PSDB. Contrariando, o discurso da candidatura de Lula do PT afirmava que, na verdade, as mudanças eram “mudanças negativas e insuficientes”, pois, num primeiro momento, além de não estabilizar a economia, iriam causar mais danos à sociedade de modo geral e, num segundo momento, as mudanças realmente ocorridas afetaram apenas uma pequena parcela da sociedade, excluindo os que mais necessitavam. Por fim, o momento “manutenção do Real” do discurso da candidatura tucana construiu um ambiente de tensão que alegava que a continuidade do Real dependia da eleição de FHC, bem como de sua reeleição, tendo em vista a contrariedade do PT e de Lula em relação ao Plano em seu momento de formulação e implementação; os inimigos do Real. Tentando desconstruir isso, o momento “aprimoramento do Real e resposta à política do medo” da candidatura petista afirmou que não iria acabar com o Real e que isso era uma tentativa de desviar o foco do debate sobre os motivos do próprio Plano. Então, nos pronunciamentos da candidatura de Lula do PT foi percebida a tentativa de garantir que, se eleito, Lula manteria o Plano e buscaria aperfeiçoá-lo, numa estratégia de contrapor a chamada política do medo.

Num outro contexto do estudo, agora tratando das eleições de 2002 e 2006, conjuntamente, a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT se manteve, mas agora a partir de outro ponto e outras disputas por sentidos. Nesse contexto, os sentidos antagônicos construídos pelas candidaturas partiram da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento e sua relação com plano econômico defendido por cada candidatura. Outros temas foram abordados pelas candidaturas do PSDB e do PT nessas eleições, no entanto foram os

pronunciamentos que abordavam o tema referente à geração de emprego e desenvolvimento que desenvolveram sentidos antagônicos entre as candidaturas.

A partir disso, e reconhecendo a “manutenção” da relação antagônica entre as candidaturas de PSDB e PT, o capítulo cinco apresentou a estruturação antagônica do discurso da candidatura do PSDB nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representados pelo candidato José Serra em 2002 e pelo candidato Geraldo Alckmin em 2006. Organizada da mesma forma que os dois capítulos anteriores, foram identificados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva das campanhas eleitorais dos candidatos do PSDB para significar seu entendimento em relação à reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento – como supracitado, ponto antagônico entre os discursos das candidaturas de PSDB e PT.

Neste sentido, a partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nessas eleições, foram percebidas regularidades de elementos que indicavam similaridades e que geravam sentidos em relação ao plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento a partir de três fluxos argumentativos que passaram a ser identificados como momentos discursivos: “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” e “política do medo na mudança e na continuidade”. O resultado dessa prática articulatória, formada por momentos diferenciais carregados de sentidos e que mantinham uma relação de equivalência, estruturaram a formação do discurso dessa candidatura: “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”.

Confrontando as informações do quinto capítulo - a estruturação do discurso da candidatura do PSDB -, o sexto capítulo tratou da estruturação do discurso da candidatura do PT. Deste modo, foi apresentada a estruturação antagônica do discurso construído pela do PT nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 2002 e 2006 a partir dos programas veiculados durante o HGPE, representados pelo candidato Lula. Assim, foram apontados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura do PT para significar seu entendimento em relação à reorganização da economia brasileira e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento. A partir dos fluxos argumentativos foram identificados três momentos discursivos na candidatura petista: “crise econômica e abandono do

social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”. A relação estabelecida entre esses momentos constitui o ponto nodal “emprego e desenvolvimento: um novo modelo econômico”.

A relação antagônica estabelecida entre as candidaturas do PSDB e do PT a partir da necessidade de gerar emprego e desenvolvimento embasado no plano econômico a ser adotado, produziu sentidos contrários que constituíram momentos discursivos concorrentes. O momento “mudanças positivas e proposta de avanço” do discurso da candidatura do PSDB foi contrariado pelo momento “crise econômica e abandono do social” do discurso da candidatura do PT. A disputa pelos sentidos a partir desses momentos foi marcada pelo entendimento do plano econômico adotado pelo governo de FHC do PSDB; mesmo na eleição de 2006. Por um lado, a candidatura tucana informava, num primeiro momento, na eleição de 2002, quando Serra era o candidato, que o governo de FHC do PSDB tinha se preocupado mais com a questão econômica porque era necessário organizar a economia para, posteriormente, investir no social. Na eleição de 2006, a candidatura representada por Alckmin buscou apresentar novos sentidos, ao afirmar que as conquistas sociais obtidas durante o governo Lula só foram possíveis graças ao plano econômico adotado no governo FHC do PSDB. De outro modo, a candidatura petista, representada por Lula em 2002 e 2006, desenvolvia sentidos contrários: em 2002 apresentava a “crise econômica” e o “abandono do social” como fruto do governo de FHC do PSDB e buscava apresentar medidas para sair dessa crise que passaria pela necessidade de investir mais na área social; e em 2006 informava que a crise econômica deixada pelo governo tucano não possibilitou uma melhora contundente na vida de todos os brasileiros, e que com o segundo mandato de Lula isso seria possível.

O momento “mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista” da candidatura peessedebista indicava que o Partido dos Trabalhadores e seu principal integrante, Lula, mudaram de postura ao longo do tempo vislumbrando a vitória nas eleições – o que ocorreu em 2002. Em relação à eleição de 2006 as acusações de mudanças apontavam as promessas não cumpridas pelo governo de Lula, bem como os escândalos de corrupção que eram atribuídos ao partido como aspectos negativos. Já a candidatura petista, a partir do momento “solidificação da economia e desenvolvimento social”, buscou construir um entendimento de que o governo de FHC não conquistou a tão “sonhada” estabilidade econômica, o que só foi possível com o

novo modelo implementado pelo governo petista que articulou desenvolvimento econômico com desenvolvimento social a partir de medidas que relacionavam as duas áreas.

Por último, o momento “política do medo na mudança e na continuidade” do discurso da candidatura tucana, novamente, como ocorrida no recorte de 1994/1998, construiu um ambiente de tensão em torno da possível vitória de Lula do PT, destacando a falta de experiência política/eleitoral do candidato petista, a falta de apoio por parte dos empresários brasileiros à candidatura do PT e a instabilidade política causada pelos escândalos de corrupção. Contrariando, o momento “política da esperança no novo modelo” da candidatura petista buscou construir um sentimento de confiabilidade, garantindo a manutenção dos acordos firmados pelo governo de FHC do PSDB no que diz respeito à economia e, ao mesmo tempo, construindo o entendimento de um novo plano econômico que buscaria desenvolver políticas voltadas para a área social. Além disso, em 2002 a candidatura do PT apresentou alguns empresários em seus programas eleitorais, com o intuito de combater a política do medo construída pela candidatura do PSDB. Já em 2006, a campanha petista se concentrou em apresentar os resultados do primeiro governo de Lula, e em relação às acusações de corrupção, faziam pronunciamentos pontuais sem grande aprofundamento.

No sétimo e último capítulo foi apresentada uma comparação entre os momentos antagônicos na formação dos discursos de PSDB e PT, concorrentes nas campanhas eleitorais à Presidência da República de 1994 a 2006, a partir dos programas veiculados durante o HGPE, com o intuito de apontar as diferenças nos sentidos de cada momento. A partir da identificação da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas e as diferenças entre os elementos e os momentos, foi desenvolvido o entendimento da estruturação dos discursos antagonicamente estabelecidos – ambos apresentados no desenvolvimento dos capítulos 3, 4, 5 e 6. Além disso, foram apresentadas as formações de significantes vazios, significantes flutuantes e as disputas por hegemonia no que se refere à própria disputa por sentidos que envolveram os discursos antagônicos produzidos pelas candidaturas do PSDB e do PT nas eleições aqui estudadas. Então, a disputa pelo entendimento do Plano Real (1994/1998) e, com isso, pelos seus sentidos, e a disputa pelos sentidos referentes à política de geração de emprego e desenvolvimento no que diz respeito ao plano econômico (2002/2006), fizeram emergir significantes flutuantes

que estavam contemplados nos dois polos antagônicos, bem como a formação de significantes vazios em torno desses dois pontos que caracterizou as disputas por hegemonia. Ainda, foi enfatizada a relação antagônica existente entre as candidaturas do PSDB e do PT oriundas no HGPE como elemento que caracteriza este espaço como um espaço de disputa política, ou seja, de conflito.

Sobre os pontos desenvolvidos no sétimo capítulo, é importante destacar que, a partir da relação antagônica estabelecida entre as candidaturas de PSDB e PT nas eleições aqui estudadas (1994 a 2006), foi possível verificar, levando em consideração os contextos de cada eleição, a aproximação discursiva de ambas as candidaturas nas eleições de 1994 e 1998 e de 2002 e 2006. De fato, em alguns momentos verificaram-se determinadas aproximações, como a construção hegemônica de um modelo econômico calcado numa ideia de predominância economicista; no primeiro recorte em torno do Plano Real e no segundo recorte na ideia de reorganização da economia como saída para a geração de emprego e do próprio desenvolvimento econômico. Mesmo que os candidatos de ambos os partidos abordassem um mesmo tema, seus sentidos se constituíram completamente diferentes, descaracterizando o que se poderia chamar de “hibridização” de conteúdos no HGPE. O fato relevante dessa última afirmação é a desconstrução que cada candidatura faz uma da outra, tornando mais acessível e menos custosa as informações ao eleitor.

De modo geral, as candidaturas aqui estudadas construíram discursos ligados à questão econômica. Em particular, a vitória de FHC em 1994 e de Lula em 2002 se aproximaram no que diz respeito à proposição de um “novo modelo”. Em 1994, esse novo modelo foi o Plano Real promovido por FHC, quando ainda era Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (PMDB); em 2002, o projeto apresentado por Lula articulava desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

As reeleições também tiveram suas semelhanças: enquanto em 1998 FHC estava respaldado pelo controle da inflação, em 2006 Lula atingia altos índices de popularidade graças à sua política de redistribuição de renda e inclusão social. Por outro lado, por mais que os discursos dessem centralidade à questão econômica, a estruturação dos momentos e de seus sentidos produziram discursos antagônicos, buscando sempre marcar posição na tentativa de desconstrução do outro.

A relação antagônica entre as candidaturas (aqui estudadas a partir de seus pronunciamentos, realizados durante o HGPE nas eleições para Presidente da República de 1994 a 2006), amparadas pelos pontos teóricos, predominantemente de

Laclau, mas com contribuição indispensável de Mouffe, além de novas reflexões propostas, nos levou ao entendimento de que toda relação de disputa e conflito emergem a partir de pontos antagônicos, inclusive dentro de relações institucionalizadas, como o HGPE. Então, se estamos lidando com uma disputa eleitoral, o HGPE, por mais constrangimentos que possa sofrer por mecanismos externos e internos (o que efetivamente gera desigualdade, e reconhecemos isso, mas não compõem o objetivo próprio deste estudo), se constitui como um desses espaços de disputa de identidades que entrarão em conflito político a partir do estabelecimento de uma relação antagônica que se estruturará com base na articulação de elementos discursivos que irão gerar sentidos opostos, formando, assim, discursos concorrentes – antagônicos (discursos disputando sentidos). No caso deste trabalho, evidenciamos a relação antagônica entre duas candidaturas a partir do HGPE, um espaço institucionalizado, o que permite pensar a emergência de tal relação em outros espaços da política tradicional.

Ao terminar o estudo, verificamos a confirmação total da hipótese, entendendo que a disputa política pelos sentidos referentes ao Plano Real e à geração de emprego e desenvolvimento a partir do modelo econômico a ser adotado foi constituída a partir de uma disputa política travada entre as candidaturas do PSDB e do PT, que construíram discursos concorrentes e, portanto, antagônicos. Então, a relação de disputa política estabelecida entre as candidaturas se constitui com base na relação antagônica estruturada a partir de pontos comuns, ou seja, temas compartilhados, mas que produziram sentidos opostos.

Assim, atingidos os objetivos da pesquisa, com a confirmação total da hipótese e tendo respondido o problema de pesquisa, este estudo se caracteriza como uma nova perspectiva nas análises e nas compreensões das relações antagônicas emergentes em espaços que sejam caracterizados por elementos de conflito e de disputa política.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. O espetáculo da crise: os meios e o processo de impeachment contra Collor. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e FAUSTO NETO, Antonio (Orgs) **Comunicação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Política *versus* televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 24-54, 1995.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A Batalha pela Presidência: O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na Campanha de 1989. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação, UFRJ, 1996.
- ALBUQUERQUE, Afonso; DIAS, Márcia. Propaganda Política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 308-326, 2002.
- ALMEIDA, Jorge. Apelos eleitorais dos candidatos presidenciais do Brasil em 2006. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.39, n.2, p. 44-60, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Ana. O conceito de hegemonia: De Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.80, p. 71-96, 2010.
- AMARAL, Oswaldo. Adaptação e Resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. **RBCP**, Brasília, n.4, p. 105-134, 2010.
- AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças no programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.
- AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.1, p. 01-44, 2011.
- ARUGUETE, Natália. ARUGUETE, Natália. Los medios de comunicación y la formación de la agenda pública. **Verso e Reverso – Revista de Comunicação**, São Leopoldo, v.19, n.41, p. 73-98, 2005.
- AVRITZER, Leonardo. "Sociedade civil e participação no Brasil democrático". AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, Voto e Conflito Político no Brasil. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.28, n.8, p. 77-95, 2013.
- BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left**. London: Verso, 2000.
- CAMPELO, Daniela; ZUCCO, Cesar; A esquerda em um país democrático, globalizado e desigual: Uma análise do Brasil de Lula. **FGV**, 2007. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/cesar.zucco/files/ChapterZuccoCampello.pdf>> acessado em 25 de junho de 2014.

CERVI, Emerson; MUSSUCHIN, Michele; TAVARES, Camila. Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. **Revista Debates**, Porto Alegre. v.6, n.1, p.237-261, 2012.

CHAGAS, Cátia. Você tem fome de quê? O discurso paternalista de Lula da propaganda eleitoral de 2006. **Trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação**. UFSM - RS, 2007.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. O Programa Fome Zero e a Disputa Discursiva entre o PT e o PFL. **Publicatio**, Ponta Grossa, v.19, n. 2, p 167-179, 2011.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. **Invertendo a Situação: As reformas da Previdência e a comparação discursiva entre PSDB e PT**. Saarbrücken – Alemanha : Novas Edições Acadêmicas, 2013.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. O momento da liberdade. **Trabalho apresentado no I Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social em Debate - O legado transdisciplinar de Ernesto Laclau**. Anais do Evento. UFPEL, Pelotas. 2015a.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. De Situação a Oposição: a reforma da Previdência do governo Lula a partir da perspectiva dos deputados do PSDB. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, n.16, p.131-156, 2015b.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. A posição antagônica do discurso do PT contra a reforma da Previdência do governo Cardoso. **Revista Simbiótica**, Vitória, v.3, n.1, p.100-127, 2016.

DAL MOLIN, Naiara. **As reformas trabalhista e sindical no Brasil nos governos Cardoso e Lula: conflitos e consensos**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRS, 2011.

DIAS, Márcia. Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010). **Opinião Pública**, Campinas, v.19, n.1, p. 198-219, 2013.

ESTATUTO DO PSDB. **Partido da Social Democracia Brasileira**. 2011. Disponível em www.psdb.org.br. Acesso em 23 de janeiro de 2015.

ESTATUTO DO PSDB. **Partido da Social Democracia Brasileira**. 2013. Disponível em www.psdb.org.br. Acesso em 23 de janeiro de 2015.

ESTATUTO DO PT. **Fundação do Partido dos Trabalhadores**. 1980. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/taxonomy/term/2228>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

ESTATUTO DO PT. **Partido dos Trabalhadores**. Brasília, 1995. Disponível em www.pt.org.br. Acesso em 13 de janeiro de 2015.

ESTATUTO DO PT. **Partido dos Trabalhadores**. Brasília, 2012. Disponível em www.pt.org.br. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

FAUSTO NETO, Antonio. O presidente na televisão. **Comunicação & Política**. São Paulo, nº 11, pp. 7-27, 1990.

FAUSTO NETO, Antonio. As vozes do impeachment. In: MATOS, Heloísa (Org) **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo, Scritta, 1994.

FAUSTO NETO, Antonio. **O Impeachment da Televisão**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.

FIGUEIREDO, Marcus. Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral. **Logos: Mídia e Democracia**, Rio de Janeiro, v.14, n. 27, p. 9-20, 2007.

FLEISCHER, David. Manipulações Casuísticas do Sistema Eleitoral Durante o Período Militar, ou Como Usualmente o Feitiço Voltava Contra o Feiticeiro. IN: SOARES & D'ARAUJO (orgs.), **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 154-197, 1994.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, São Paulo, v.24, n.1, p. 201-228, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GARCIA, Ciro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2. Ed. Rio de Janeiro: achiamé, 2012.

GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUIOT, André. Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988 – 2002). Rio de Janeiro. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal Fluminense, 2006.

JORGE, Wladimir. Eleição Presidencial de 1994 e os Meios de Comunicação de Massa – Uma Análise da Propaganda Eleitoral Gratuita de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva na Televisão – Dissertação de Mestrado – IUPERJ, 1995.

KINZO, Maria D’Alva G. O quadro partidário e a Constituinte. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p. 91-124. 1989.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Debates y combates: por un nuevo horizonte de la política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A. Primera edición electrónica, 2012.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda de Fernando Collor**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 166p, 1994.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **O Sistema partidário Brasileiro: Diversidades e Tendências**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Venício Artur de. Televisão e Política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. **Comunicação & Política**, São Paulo, n.11, p. 29-54, 1990.

MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, n.1, p.159-189, 2009.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias: O caso do Brasil**. Rio de Janeiro:Mercado Aberto, 2001.

MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional: la diferencia política em Nancy, Lefort, Badiou e Laclau**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2009.

MARQUES, Jales Ramos; FLEISCHER, David. **De facção a partido: PSDB**. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, Editora Positiva, 1999.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.20, p.135-145, 2003a.

MENDONÇA, Daniel. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção a noção de significante vazio. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.18, p.55-71, 2003b.

MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Red. de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe**, Espanha e Portugal, v.43, n.3, p.249-258, 2007.

MENDONÇA, Daniel. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n.3, p. 479-497, 2010.

MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. **RBCP**, Brasília, n.9, p. 205-228, 2012.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamental e desfundamental. In. MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. (Org). Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. ESPUCRS, Porto Alegre, v.2, p 27- 36, 2014.

MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca; BARROS, Sebastián. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**. Porto Alegre, n.41, p. 164-194, 2016.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, nova série, v.6, n.2-3, p. 119-38, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p.155-184. 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.2, n.2, p.41-66, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Discursos Cruzados: telenoticiário, HGPE e a construção da agenda eleitoral. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.11, p.238-258, 2004a.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n.1, p. 91-111, 2004b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A reforma partidária de 1979-1980 e o quadro atual. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 104-115.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n.25, p.11-23, 2005.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London, New York: Verso. 2009.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. **Dinâmica institucional de representação**. Estudos Cebrap, São Paulo, 1994.

NOVELLI, José Marcos. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995 – 2006). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.18, n.36, p. 227-240, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis. Vozes. 1998.

OLIVEIRA, Luiz Ademir. A Disputa Política Na Televisão: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula Da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

PANKE, Luciana; GANDIN, Lucas; BUBNIAK Tainara; GALVÃO, Tiago. O que os candidatos à Presidência do Brasil falaram nos programas do HGPE, nas últimas eleições? **Compolítica, IV Encontro da Compolítica**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

PINTO, Céli. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.24, p. 78-109, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **LEI Nº 8.713, DE 30 DE SETEMBRO DE 1993**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8713.htm. Acesso em 22 de março de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em 22 de março de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **LEI Nº 12.875, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12875.htm. Acesso em 22 de março de 2014.

PROGRAMA DO PSDB. **Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira**. Brasília. 1988. Disponível em <http://www.psdb.org.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

PROGRAMA DO PSDB. **Programa Partidário do Partido da Social Democracia Brasileira**. Brasília. 2007. Disponível em <http://www.psdb.org.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 1989**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 1994**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 1998**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 2002**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 2006**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 2010**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 2014**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 61-75, 2010.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25, n.74, p. 39-60, 2010.

RIBEIRO, Pedro. Dos Sindicatos ao Governo. a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos. 342f. **Tese de Doutorado** em Ciência Política. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados**. São Paulo, Oesp – Maltese, 1987.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 48, p. 31-47, 2002.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v,17, nº 49, p. 71-92, 2002.

RUBIN, Antonio. Comunicação, Espaço Público e Eleições Presidenciais. **Comunicação & Política**, São Paulo, n.9, p. 2-21, 1989.

RUBIN, Antonio. Política em Tempos de Mídia: impressões de crises In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e FAUSTO NETO, Antonio (Orgs) **Comunicação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

RUBIN, Antonio; AZEVEDO, Fernando. Mídia e Política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, n.43, p. 189-216, 1998.

SAMUELS, David; As bases do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n. 2, p.221-241, 2004.

SAMUELS, David; A evolução do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, p.302-318, 2008.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político - Teoria do Partisan**. Belo Horizonte. Ed. Del Rey. 2009.

SILVA, Emilly; LEAL, Paulo. Estratégias de comunicação da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff: do anonimato à presidência. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

SILVA, Paulo Sérgio. As estratégias dos candidatos na propaganda eleitoral presidência de 1998. *Revista Diálogos Possíveis*, Bahia, v.4, n.1, p.61-77, 2004.

SINGER, André. Raízes sociais e ideologia do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, n.85, p, 83-103, 2009.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos Cebrap**, n.88, p. 83-102, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo. Companhia das Letras. 2012.

SOARES, Gilbergues Santos. *Os partidos políticos de esquerda e a consolidação da democracia brasileira*. **Interfaces**, Caruaru, v.6, n.2, p. 1-30, 2006.

SOUZA, Fabiano Sena de. Plano Real: a construção de um sentido hegemônico. Pelotas. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan y lo político**. Prometeu Libros. Buenos Aires. 2007.

TERRON, Sonia Luiza & SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.2, p. 310-337, 2010.

VEIGA, Luciana. Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral. Rio de Janeiro. **Tese de Doutorado** em Ciência Política. IUPERJ, 2001.

VOGEL, Luiz Henrique. **Negociar Direitos? Legislação trabalhista e reforma neoliberal no governo FHC (1995-2002)**. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2013.

WEBER, Maria Helena. A cara pintada da política. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e FAUSTO NETO, Antonio (Orgs) **Comunicação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2012.